

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

MOBILIDADES, ESTILOS DE VIDA E AUTENTICIDADE:

Os estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão

JORGE ANDRÉ OLIVEIRA GUERREIRO

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Investigação efetuada sob a orientação de João Filipe de Jesus Marques

2019

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

**MOBILIDADES, ESTILOS DE VIDA E AUTENTICIDADE:
Os estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão**

JORGE ANDRÉ OLIVEIRA GUERREIRO

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Investigação efetuada sob a orientação de João Filipe de Jesus Marques

2019

Mobilidades, Estilos de Vida e Autenticidade: os estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluída.

(Jorge André Oliveira Guerreiro)

Copyright © *Jorge André Oliveira Guerreiro*

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

DEDICATÓRIA

À Lara, pela viagem do *sempre já aí* para o *aqui e agora*.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta magnitude só é conseguido através de diversos contributos, tanto de teor pessoal como institucional. Deixo então aqui o meu agradecimento a todos os que de forma marcante contribuíram para esta investigação:

À Câmara Municipal de Olhão, nas pessoas de seu Presidente, António Miguel Pina e no responsável pela divisão de turismo da autarquia, Jorge Miguel Tavares, pelo interesse que demonstraram neste trabalho e pelo apoio que ofereceram.

À associação Recreativa 14, na pessoa de Meinke Flesseman, que desde cedo contribuiu para o contacto com vários dos estrangeiros que residiam na zona histórica. Agradeço ainda a Maria João Cabrita, também da associação, pelo seu apoio na divulgação dos questionários.

À KULTLINGUA, na pessoa da doutora Ana do Carmo, pelo seu contributo para a obtenção de diversos questionários junto dos seus alunos de português para estrangeiros.

Ao Bruno Pires, do jornal Barlavento, pelos contactos facultados e que se revelaram importantes para a obtenção de diversa informação.

Ao Paul Rees, editor do Algarve Daily News, por ter facilitado o contacto com grande parte dos entrevistados e respondentes do questionário, uma vez que sem ele e a Janet não seria possível conhecer tantos estrangeiros residentes em Olhão.

Ao arquiteto Filipe Monteiro, pelo seu feedback e pelo tempo despendido a mostrar alguns dos seus trabalhos e cantos ocultos da zona histórica.

E por fim, ao meu bom amigo Marques, pelas impressões trocadas, pelas sugestões e, sobretudo, pela tradução do questionário para Francês.

O principal agradecimento, esse, deixo a todos os entrevistados e inquiridos, pois sem eles esta investigação jamais poderia existir.

RESUMO

Nos últimos anos, a cidade Olhão, situada no litoral Algarvio, tem sido um local no qual centenas de estrangeiros, sobretudo oriundos do Norte e centro da Europa, adquirem habitações, em modalidades como dupla habitação, habitação sazonal ou habitação permanente.

Outrora uma vila piscatória de referência nacional, Olhão passou pelo mesmo processo de desindustrialização que as demais cidades portuárias portuguesas, com o encerramento de quase todas as suas fábricas ligadas às atividades do mar, ao longo do século XX.

Apesar de não ter praia e de possuir um historial de criminalidade, Olhão destacou-se no Algarve por uma procura turística baseada na sua cultura, história, identidade local e por ser diferente da restante região. O termo “autêntica” tem sido utilizado pelos estrangeiros para descrever os edifícios da zona histórica, os habitantes que lá vivem e assim o quotidiano da própria cidade.

Foi objetivo desta investigação compreender por que razão os estrangeiros escolheram a zona histórica de Olhão para residir. Também se procurou conhecer as que transformações causadas pela presença dos estrangeiros e pela turistificação da zona histórica, uma vez que este processo tem merecido críticas tanto dos autóctones, como dos estrangeiros residentes, que temem que a cidade perca a sua identidade e que a gentrificação turística leve à saída dos habitantes envelhecidos da zona histórica.

A presente investigação utilizou uma abordagem metodológica mista, consistindo, numa primeira fase, em etnografia, análise documental e entrevistas não-estruturadas, passando, numa segunda fase, para entrevistas semi-estruturadas, *focus-groups* e inquéritos por questionário.

Palavras-chave: mobilidades, turismo, migrações, autenticidade, gentrificação turística, estilos de vida, Olhão.

ABSTRACT

Over the last few years, the city of Olhão, located on the coast of Algarve, has become a place in which hundreds of foreigners, mostly northern and centre Europeans, have purchased houses, that function as seasonal homes secondary residences or permanent residence.

Once one of the biggest fishing ports in Portugal, Olhão experienced the same deindustrialization process that most Portuguese cities faced during the XX century, which led to the closure of the majority of its factories.

Although Olhão lacks a beach and has a past with high levels of criminality, the city has become a touristic attraction for its unique cultural, history, local identity and uniqueness within Algarve. The term “authentic” has indeed been applied to describe the buildings, inhabitants or the lifestyle of its historical zone.

The goal of this research was to understand why foreigners have chosen the historical centre of Olhão as their residence. The impacts of their presence, as well as the ever-growing touristification of the city, were also points of interest, considering that both locals and foreigners have recently criticized the touristic gentrification that is threatening the old inhabitants with the possibility of mass displacements, as well as the city’s identity.

This research employed a mixed-methods approach. Ethnography, documental analysis and unstructured interviews were used at an earlier stage, while semi-structured interviews, focus-groups and self-administered questionnaires were used at a later stage.

Key-words: mobilities, tourism, migration, authenticity, tourism gentrification, lifestyles, Olhão.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE TABELAS.....	xi
PREÂMBULO.....	1
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	3
1.1 – Por que razão os residentes de origem estrangeira escolheram a zona histórica de Olhão para residir?	7
1.2 – Qual é a sua ligação à zona histórica?.....	9
1.3 – Como veem os autóctones os novos residentes estrangeiros?	9
CAPÍTULO 2 – A CIDADE DE OLHÃO	12
2.1 – História de Olhão e da Barreta.....	14
2.1.1 – Breves considerações históricas.....	14
2.1.2 – O Lugar do Olhão	18
2.1.3 – Da Barreta a Vila de Olhão da Restauração.....	23
2.1.4 – Olhão na Modernidade.....	31
2.2 – Olhão nos nossos dias	41
2.2.1 – Caraterização arquitetónica da zona histórica.....	41
2.2.2 – Olhão enquanto destino turístico.....	44
2.2.3 – Os bairros históricos de Olhão na comunicação social.....	47
CAPÍTULO 3 – REVISÃO DA LITERATURA	51
3.1 – Modernidade e Globalização	53
3.2 – Estilos de vida na modernidade	62
3.3 – Mobilidades na era global.....	73
3.4 – Teoria das migrações à luz do paradigma das mobilidades.....	80
3.5 – Turismo e modernidade	88
3.6 – Turismo e autenticidade	94
3.7 – <i>Lifestyle mobilities</i> : entre o turismo e a migração.....	102

3.8 – Gentrificação e recomposição social.....	118
3.9 – De estrangeiros a residentes: integração e pertença.....	126
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	135
4.1 – Desenho de Investigação.....	135
4.2 – Questões de Investigação	140
4.3 – Modelo de Análise	142
4.4 – Instrumentos de Recolha de Dados	146
4.5 – Contexto de investigação, população e amostra	149
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	151
5.1 – “Sabemos que eles existem, não sabemos é quantos”	153
5.2 – “Here it’s like going back in time”	156
5.3 – “The houses here are living things”	163
5.4 – “Here is authentic”	168
5.5 – “we’re buying into quality of life”	175
5.6 – “I like Olhão because it does not have a beach”	178
5.7 – “O nosso estilo de vida cá é mais português”	186
5.8 – “Os estrangeiros não fazem mal a ninguém”	191
5.9 – Dados do inquérito por questionário.....	194
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO	218
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226
LITERATURA CINZENTA	245
APÊNDICES	247
Apêndice 1 – Guião de entrevista para estrangeiros:.....	248
Apêndice 2 – Guião de entrevista para autóctones	249
Apêndice 3 – Questionário (versão em inglês)	250
Apêndice 4 – Questionário (versão em francês)	261

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Igreja do Rosário, Olhão	22
Figura 2 – Levantamento do bairro da Barreta de 1871/1873	23
Figura 3 – Mapa atual dos bairros históricos de Olhão	33
Figura 4 – Diferentes tipos de mobilidade.....	79
Figura 5 – <i>Lifestyle mobilities</i>	143
Figura 6 – Modelo de análise da investigação.....	145
Figura 7 – Zona histórica de Olhão	149
Figura 8 – Vista da açoteia da casa de Barry	158
Figura 9 – Vista da açoteia da casa de Barry	159
Figura 10 – Largo do Gaibéu antes da intervenção	159
Figura 11 – Edifícios descaraterizados na zona histórica	163
Figura 12 - Largo do Gaibéu, depois da intervenção.....	181
Figura 13 – Pescadores da Barreta, anos 60	183
Figura 14 – Inquiridos por classe etária e situação profissional	197

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do número de habitantes de Olhão.....	25
Tabela 2 – Respostas ao questionário	194
Tabela 3 – Nacionalidade dos inquiridos.....	195
Tabela 4 – Estatísticas descritivas da amostra	196
Tabela 5 – Sexo, situação conjugal e situação profissional.....	196
Tabela 6 - Situação profissional por sexo	198
Tabela 7 – Situação profissional por habilitações	198
Tabela 8 – Composição do agregado familiar	199
Tabela 9 – Número de anos a residir em Olhão e meses passados em Olhão	199
Tabela 10 – País de residência durante o ano	201
Tabela 11 – Possibilidade de Olhão se tornar na única residência	201
Tabela 12 – Intenção de passar mais tempo em Olhão nos próximos anos.....	202
Tabela 13 – Respostas negativa ou neutras a Olhão se tornar na única residência	202
Tabela 14 – Situação da habitação.....	203
Tabela 15 – Importância da arquitetura da zona histórica na decisão de mudar	204
Tabela 16 – Atitudes perante os edifícios antigos da zona histórica	205
Tabela 17 – Como conheceram Olhão.....	205
Tabela 18 – Importância de determinados fatores na mudança para Olhão	206
Tabela 19 – Fatores que contribuíram para a mudança para Olhão (ponderados)	207
Tabela 20 – Importância de vista(s) prévia(s) a Olhão	208
Tabela 21 - Quão autêntica consideram a cidade de Olhão	210
Tabela 22 – Número e duração das visitas ao país de origem	211
Tabela 23 – Razões pelas quais visitam o país de origem	211
Tabela 24 – Altura em que as visitas a casa ocorrem	212
Tabela 25 – Quão difícil foi a mudança para Olhão	212
Tabela 26 – Domínio do Português	212
Tabela 27 – Tentaram aprender português	213
Tabela 28 – É necessário falar português para residir em Olhão?.....	213
Tabela 29 – Quão regularmente contacta com portugueses	214
Tabela 30 – Como se descrevem	214
Tabela 31 - Atitudes dos estrangeiros perante o turismo na zona histórica.....	215
Tabela 32 – Atitudes políticas e cívicas dos estrangeiros residentes.....	216

LISTA DE ABREVIATURAS

CCDR-Alg	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CMO	Câmara Municipal de Olhão
DGS	Direção-Geral de Segurança
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOM	International Organization for Migration
IRM	International Retirement Migrations
ISDR	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
MAI	Ministério da Administração Interna
OMT	Organização Mundial do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
PPZHO	Plano de Pormenor para a Zona Histórica da cidade de Olhão
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE	União Europeia
UN	United Nations

PREÂMBULO

Esta dissertação de mestrado foi escrita utilizando o acordo ortográfico de 1990, em vigor em Portugal desde 13 de maio de 2009, em conformidade com a regulamentação da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

Por opção do autor, diversas expressões, conceitos, nomes e termos não foram traduzidos do idioma original. Dada a natureza científica do presente trabalho, era imperativo que o seu conteúdo fosse o mais claro e inequívoco possível. Atendendo que várias palavras não teriam facilmente tradução em Português e que uma tradução livre poderia comprometer a clareza científica e dificultar o entendimento por parte dos leitores, optou-se por preservar os termos originais.

O mesmo raciocínio foi aplicado às citações textuais feitas ao longo do documento. Na maior parte dos casos, não se procedeu à tradução de outro idioma para português. No caso das citações em português cuja grafia não estava em conformidade com o acordo ortográfico vigente optou-se por preservar a sua grafia original, assim como se preservou o português antigo de algumas fontes. Os excertos das entrevistas realizadas também não foram traduzidos, salvaguardando-se os termos e expressões originais dos entrevistados.

Esta investigação iniciou-se no outono de 2016 e começou por abordar somente os estrangeiros residentes no bairro da Barreta, mas depois de alguns meses, acabou por abranger também toda a zona histórica de Olhão. Esta decisão ficou a dever-se ao fenómeno que lhe está subjacente, i.e., ao influxo de estrangeiros, se ter alastrado, durante o processo de recolha de dados, que decorreu por aproximadamente três anos e meio, aos bairros contíguos, os quais constituem grande parte da zona histórica de Olhão.

Este período viu o fenómeno crescer para lá dos limites do bairro da Barreta, até porque estes limites são largamente desconhecidos a quem não está familiarizado com os mapas de Olhão do século XIX, uma vez que mesmo os próprios moradores têm dificuldade em delimitar os bairros ou a zona histórica. Os estrangeiros que aqui procuravam casas apenas teriam como referência a proximidade a outras casas adquiridas por outros estrangeiros e a distância de marcos como os mercados ou a Igreja Matriz, pelo que, com o passar dos anos, o fenómeno se difundiu a partir da Barreta, tendência esta

que já se verifica atualmente fora da zona histórica e se presume que se mantenha nos próximos anos, sobretudo por já não restarem muitas habitações disponíveis para venda¹.

O influxo de novos residentes, sobretudo a partir de 2016, levou a que o número de prédios devolutos diminuísse rapidamente, e a um crescimento exponencial dos preços do imobiliário (Expresso, 2017). Isto permitiu que imóveis semelhantes começassem a ser procurados progressivamente mais longe do centro da Barreta. Os bairros dos Sete Cotovelos, do Pelourinho e do Gaibéu, assim como as zonas mais perto da avenida e da igreja matriz, por serem contíguas à Barreta e apresentarem consideráveis parecências em termos estéticos e de composição social (sobretudo no caso do bairro dos Sete Cotovelos), seguiram o mesmo caminho há anos iniciado na Barreta.

Pelas razões apontadas, não faria sentido estudar apenas um dos bairros da zona histórica, forçando uma delimitação imaginária do espaço e, portanto, alargou-se o enfoque da investigação a toda a zona histórica. Esta decisão foi reforçada com a publicação do Plano de Pormenor para a Zona Histórica de Olhão (PPZHO), em 2017, que abrangia estes vários bairros, assim como a zona circundante da Igreja Matriz.

Não obstante, preservou-se o capítulo que se foca na história da cidade e do bairro da Barreta. Porém, esta decisão não foi motivada por uma tentativa de salvaguardar o trabalho empreendido, já que, para todos os efeitos, a origem da Barreta é a origem da cidade, uma vez que só um século depois das primeiras construções em alvenaria serem erguidas na zona que corresponde à Barreta é que se começaria a construir novos bairros nas zonas contíguas. Procurou-se antes expandir o capítulo mencionado com o intuito de abranger mais da história e crescimento da cidade nos séculos seguintes à fundação e focar a transição de Olhão da vila piscatória para Olhão, a cidade.

Fuzeta, 12 de setembro de 2019

¹ Apesar de ainda existirem algumas dezenas de ruínas e habitações devolutas na zona histórica, a maior parte destas não está disponível por os proprietários recusarem a sua venda ou por não se saber quem são os proprietários.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A mobilidade humana é uma das características da modernidade que mais tem marcado a agenda das ciências sociais no século XXI, consubstanciando-se naquilo que Hannam, Sheller e Urry (2006) designam por “viragem das mobilidades” ou Sheller e Urry (2006) por “paradigma das mobilidades”, assumindo uma perspectiva interdisciplinar no estudo dos fenômenos de mobilidades. Não constituirá surpresa que os estudos sobre mobilidades se tenham afirmado como um dos campos mais férteis das ciências sociais dos últimos anos, abarcando fenômenos e temáticas como migrações, deslocamentos, transportes, turismo, estilos de vida, economia, trabalho, ordenamento e território ou políticas públicas. Os debates sobre as mobilidades acabaram por suceder a muitos dos debates sobre a globalização ou a pós-modernidade.

Mas toda a série de transformações que o mundo ocidental sofreu nas últimas décadas suscitam a questão de até que ponto o termo *moderno*, pelo menos no sentido atribuído à palavra pelos pensadores dos séculos XIX e XX, continua a ser adequado para o designar o mundo contemporâneo. A constatação de Giddens (2000) de que a modernidade avança como um *Juggernaut* descontrolado não só é apropriada para ilustrar o ritmo desenfreado de mudança que se vive nos tempos de hoje, como ecoa nas questões que vão destronando as certezas que as próprias Ciências Sociais vinham enaltecendo. Novas questões vão substituindo essas certezas, enquanto o conhecimento progride por entre a urgência dos novos fenômenos que vão emergindo a cada dia.

Poucos campos das ciências sociais ilustrarão tão fielmente este sentimento de tão rápida transformação como aquele que resulta da interseção das áreas das migrações, turismo, lazer, território e estilos de vida. Dada a dimensão multidisciplinar deste campo, que veio a ser designado por “estudos sobre mobilidades”² (Hannam *et al.*, 2006), não suscita surpresa que sobre ele exista uma abundante – e igualmente fragmentada –, literatura, prolífica em teorias, conceitos e objetos de estudo. Não obstante, essa riqueza nem sempre se tem traduzido numa maior facilidade de interpretação dos novos fenômenos que se apresentam à comunidade científica, precisamente devido à sua natureza fragmentada. Assim, urge ultrapassar os constrangimentos que os estudos sobre

² *Mobility Studies* no original.

mobilidades têm enfrentando, de modo a produzir novas respostas e novo conhecimento sobre as questões que nos são hoje colocadas.

O caso que a zona história de Olhão constitui e que motivou a presente investigação é um exemplo por excelência deste desafio. Há pouco menos de uma década que um número crescente de cidadãos estrangeiros ali adquire habitações para nelas residir durante longos períodos de tempo ou até mesmo permanentemente. Estas habitações são tanto casas devolutas, adquiridos para recuperação, como outras, entretanto já recuperadas.

Uma vez que se passaram alguns anos até que o fenómeno fosse perceptível, é difícil precisar quando começou. Vários testemunhos recolhidos no decorrer desta investigação apontam para dois momentos cruciais que ajudam a perceber como evoluiu: o primeiro decorreu no período que sucedeu à crise financeira de 2008 e que levou a uma quebra dos preços do mercado imobiliário da cidade, assim como ao aumento do número de imóveis à venda; e o segundo, que começou por volta de 2015, quando se registou um pico da procura que tem crescido até ao momento e foi marcado por uma série de publicações na comunicação social, em revistas de turismo, viagens e *lifestyle* ou em blogues, que destacam Olhão enquanto destino turístico e residencial.

No Algarve, a aquisição de habitações por estrangeiros não é um fenómeno de todo recente. As primeiras investigações empíricas consagradas ao tema datam dos anos 80 (Peixoto, *cit in* King, Warnes & Williams, 1998), altura em que o Algarve já registava o maior número de estrangeiros residentes quando comparado com o número de portugueses de todas as regiões de Portugal. Contudo, várias fontes confirmam que desde as primeiras décadas do século XX que os britânicos, em particular os reformados, adquirem casas na zona oeste da região (Williams & Patterson, 1998). Porém, o caso dos bairros históricos de Olhão, com a Barreta como epicentro, possui configurações inéditas que suscitam uma série de questões às quais a literatura da especialidade aparenta ter dificuldade em responder.

A primeira destas questões reside no facto de os próprios bairros estarem longe de ser um destino turístico, tendo apenas recebido atenção depois deste fenómeno se ter começado a ganhar visibilidade há cerca de seis anos atrás. Nunca foram promovidos como tal, situando-se numa cidade onde as maiores atrações turísticas são as praias das ilhas barreira, e cuja reputação de ser uma cidade pouco segura, poluída e degradada ainda

hoje perdura, mesmo na opinião de muitos estrangeiros. Os autóctones são sobretudo idosos de poucos recursos financeiros, alguns pescadores, descendentes de outros pescadores cujas famílias residem há gerações nestas habitações ou moradores dos prédios recentemente construídos e que passam o seu quotidiano trabalhando fora dos bairros.

Este retrato em tudo contrasta com o que habitualmente é procurado, ou antes, com aquilo que é entendido como sendo procurado na região pelos turistas do norte da Europa e pelos estrangeiros que desejam mudar-se para o Algarve. Olhão não tem *resorts*, campos de golfe, *pubs* irlandeses ou bares de futebol, nem outros elementos que se encontram frequentemente no barlavento algarvio, em zonas com forte presença de comunidades estrangeiras e que são destinos mais populares, sobretudo para o turismo de massas, como são os casos dos concelhos de Loulé, Albufeira, Portimão ou Lagos. Porém, esta diferença entre Olhão e estas cidades foi frisada por muitos estrangeiros residentes na zona histórica como fator de atração da cidade, pois afasta-se do Algarve turístico, pelo menos na sua interpretação, com alguns a afirmar que esta foi uma das principais razões para terem escolhido este local para residir.

A segunda questão remete para as características das habitações adquiridas, na sua maioria prédios devolutos com poucas ou nenhuma condições de habitabilidade, destinados invariavelmente a restauro, ou edifícios semelhantes anteriormente recuperados. Novamente, também este aspeto contrasta com a construção de raiz de habitações com mais conforto ou com a aquisição de vivendas ou condomínios a estrear que o Algarve experienciou nas últimas décadas por parte de estrangeiros.

Mesmo que recentemente a compra de prédios devolutos por estrangeiros seja mais comum, a maior parte tende a ser demolida para dar lugar a novos edifícios. Menos comum é a recuperação, ainda que se verifique este fenómeno avulsamente nalgumas localidades do Algarve. Mais recentemente, a aquisição ou aluguer de apartamentos novos ou usados tornou-se popular junto das centenas de italianos residentes na cidade de Olhão. Estes, porém, tendem a situar-se mais distantes da zona histórica, até pela menor disponibilidade financeira destes estrangeiros quando comparada com a dos norte e centro-europeus.

Mas o caso aqui descrito, que nasceu e emana da Barreta, é também, neste aspeto, singular. As recuperações tendem a ser efetuadas escrupulosamente de acordo com as

características arquitetônicas seculares dos bairros, procurando utilizar-se os mesmos materiais e a mesma cromática, preservando os elementos arquitetônicos fundamentais e distintivos da Barreta, que acabaram por se tornar iconográficos da própria cidade de Olhão e até do Algarve (Agarez, 2013a). O resultado são habitações que evocam a imagética do passado da cidade e que, de algum modo, se afastam do conforto e comodidades das vivendas e apartamentos mais comumente adquiridos por estrangeiros na região algarvia.

A terceira característica prende-se com os tipos de interação entre os novos residentes e os autóctones. Não é de todo inédito que estrangeiros e locais convivam nas zonas turísticas do Algarve. Mas, como se verá mais adiante, o convívio em Olhão destaca-se na forma como os novos moradores procuram falar português e se aculturam ao estilo de vida da zona histórica da cidade. O vestuário casual, as visitas diárias aos cafés, tascas, tabernas e mercados, as conversas em volume elevado na rua... torna-se difícil distinguir os novos dos antigos residentes através de algo mais do que a pele e a pronúncia, pois há poucos locais visitados exclusivamente por estrangeiros e os existentes tornam-se, por si só, particularmente interessantes. É esta vontade de se incorporarem nestes bairros que é original, mesmo ao nível da região algarvia, e que não tem sido muito discutida na literatura da especialidade ou em estudos empíricos anteriores.

Mas a pertinência da investigação sobre este caso extravasa em muito a mera curiosidade científica. Os seus impactos são sentidos em vários sectores, afetando diversas instâncias desde a tomada de decisão, o planeamento ou ordenamento, à restauração e comércio local, passando pela promoção do turismo e das atividades de lazer da cidade e Concelho, assim como pela valorização do património arquitetónico, gastronómico, histórico e cultural da cidade, culminando no desenvolvimento dos próprios bairros e o consequente debate entre a preservação e o crescimento, com todas as ramificações políticas que isso implica. Já no plano sociológico, outras questões se revelam pertinentes, como a pertença destes novos moradores na zona histórica, as suas atividades no bairro, a sua ligação à comunidade e o ativismo que têm exibido a propósito da defesa do património da zona histórica e da sua salvaguarda perante o turismo de massas e a especulação imobiliária (Público, 2016; Sapo Viagens, 2016).

Por todas estas razões, o estudo da inserção social e cultural dos estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão prefigura um caso de estudo por excelência, com

implicações nos planos político, económico, turístico, cultural, arquitetónico e social. Precisamente por se tratar de uma questão que ultrapassa os limites de qualquer disciplina, por apresentar ramificações em áreas distintas, o seu estudo terá forçosamente de apreender e reproduzir estas características. Assim, o tema revelou-se adequado para uma investigação a ser apresentada para a obtenção do grau de mestre em sociologia, dada a natureza pluralista da disciplina, assim como a sua capacidade em transformar singularidades sociais em conhecimento sobre a realidade social e prestar serviço ao coletivo das ciências sociais.

Desta forma, este trabalho de investigação mobilizou contributos de diversas disciplinas e áreas, de entre as quais se destacam os estudos sobre mobilidades, teorias das migrações, sociologia do turismo, sociologia urbana, geografia, arquitetura, história, estudos sobre globalização, antropologia, economia, entre outros contributos mais residuais.

Também se optou por uma abordagem metodológica mista, tendo em conta não só a necessidade de compreender em profundidade este fenómeno singular, mas também de conhecer em extensão a população de estrangeiros, em toda a complexidade das suas motivações e experiências. Esta combinação de abordagens qualitativas e quantitativas permitiu conhecer a realidade social da zona histórica de Olhão mais aprofundadamente e continuar o trabalho desenvolvido em investigações anteriores que mobilizaram, ora uma abordagem, ora outra. Considerando a fertilidade do tema, procurou-se balizar a investigação em torno das seguintes questões de investigação:

1.1 – Por que razão os residentes de origem estrangeira escolheram a zona histórica de Olhão para residir?

A zona histórica de Olhão tem, atualmente, uma das maiores comunidades de estrangeiros a residir no Algarve. Apesar de existirem na região várias comunidades de maior dimensão, a zona histórica de Olhão viu o seu número de residentes estrangeiros passar de duas ou três dezenas para duas ou três centenas em menos de uma década e é este rápido crescimento aliado à sua concentração numa área tão pequena que fazem esta comunidade destacar-se entre as demais da região.

A razão que levou centenas de estrangeiros, num curto espaço de tempo, a escolher a zona histórica de Olhão para residir, sem que esta tenha sido promovida enquanto destino turístico, pelo menos até muito recentemente, é a questão-chave desta investigação e que se destacou por ser um caso singular na literatura da especialidade, uma vez que a zona histórica de Olhão é um local em tudo dissimilar daqueles habitualmente procurados por estrangeiros para residir em Portugal e no Algarve.

É de salientar que o concelho de Olhão, até há poucos anos, não tinha um número expressivo de estrangeiros residentes quando comparado com outros concelhos do Algarve. Dados de 2017 apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), compilados pelo PORDATA (2018) apontam para que o número de estrangeiros no Algarve com estatuto legal de residentes seja de aproximadamente 71 932³. Olhão regista apenas 3 665 estrangeiros residentes, bem longe de concelhos como Loulé (13 482), Albufeira (10 827), Portimão (7 414), Lagos (7 236) e Faro (6 271).

Uma vez que o crescimento da população de estrangeiros coincidiu com o crescimento do turismo que Olhão experienciou na última década, a explicação para a popularidade da zona histórica pode dever-se a este simples facto, já que o turismo é frequentemente apontado como um dos principais motivadores das migrações para o sul da Europa (Benson & O'Reilly, 2009). Porém, a literatura também destaca que as redes de suporte como família, amigos, organizações de expatriados, assim como a experiência de terceiros, podem igualmente ter um papel determinante na migração para outros países (Cuba, 1991), não sendo mutuamente exclusivos. E não é impossível que ambos os fatores tenham concorrido enquanto explicação para o crescimento do número de estrangeiros a residir na zona histórica de Olhão.

Assim, compreender como é que os estrangeiros conheceram a zona histórica de Olhão e se houve, de facto, uma rede de suporte que apoiou essa mudança, afirmou-se como determinante para explicar por que razão os estrangeiros escolheram este local para residir. Revelou-se igualmente importante perceber se a decisão de imigrar antecedeu o

³ É muito provável que este valor seja impreciso, uma vez que várias instituições apresentam valores contraditórios. O portal *Brits Abroad* da BBC (2018) afirma que residem, a tempo inteiro, 38 mil britânicos em Portugal, 49 mil incluído os residentes a tempo parcial. Os dados do INE/SEF apontam para apenas 22,4 milhares.

contacto com a cidade ou se foi despertada por esse contacto, uma vez que a literatura apresentava dados contraditórios no que concerne a esta questão.

1.2 – Qual é a sua ligação à zona histórica?

A inserção dos estrangeiros na zona histórica e o seu sentido de pertença ao local foi outra das questões relevantes da presente investigação. Apesar de alguns autores abordarem esta dimensão, a maioria tende a ignorá-la e focar-se mais nas motivações para a migração. Porém, Cohen, Duncan e Thulemark (2015) destacam o sentimento de pertença (*belonging*) como uma dimensão incontornável para compreender os fenómenos de mobilidade que se situam entre o turismo e as migrações.

A literatura existente e a teoria mobilizada indicaram determinadas questões que figuram na investigação, tais como se os estrangeiros se sentem integrados no bairro? Como é o seu quotidiano na zona histórica? Se falam português? Se a mudança foi permanente ou dividem o tempo entre Olhão e outro local? Se convivem regularmente com portugueses ou se convivem sobretudo com outros estrangeiros? Quantas visitas fazem ao país de origem por ano e qual a duração dessas visitas? Todas estas questões são apontadas como indicadores para medir quão bem-sucedida foi a integração no destino e quando analisadas coletivamente, permitiram aprofundar a realidade destes estrangeiros residentes e tirar conclusões importantes à luz dos contributos de outras investigações.

1.3 – Como veem os autóctones os novos residentes estrangeiros?

Compreender este fenómeno a partir da perspetiva dos autóctones foi outro dos contributos que a presente investigação procurou integrar. Apesar de haver vários estudos empíricos sobre comunidades de estrangeiros oriundos da Europa do Norte em países da Europa do Sul, estes tendem a focar-se somente nos estrangeiros, descurando os autóctones.

Mais recentemente, têm surgido trabalhos que se focam na relação entre autóctones e turistas em zonas de alta densidade turística, centrando-se nas questões do turismo massificado e nos efeitos nocivos que este pode ter (Alexis, 2017; Alvarez-Sousa,

2018). Porém, no caso da zona histórica de Olhão, coloca-se antes questão destes estrangeiros serem residentes e não turistas. Mas importava, não obstante, saber se os autóctones faziam esta distinção ou se os categorizavam indiferenciadamente, assim como que impactos teriam o crescente turismo e imigração tido no ponto de vista dos autóctones.

Ainda assim, esta parte da investigação surge mais numa lógica complementar, sendo de menor importância que as duas anteriores. Daí ter recebido menos atenção no trabalho de campo, uma vez que foram alocados mais recursos para as duas primeiras questões de investigação. Não obstante, a pertinência da informação apurada justificou a manutenção desta terceira questão, mesmo não tendo sido tão explorada quando poderia e até deveria.

No que diz respeito à estrutura do trabalho, o presente capítulo cumpre uma função introdutória e de contextualização geral da investigação. A contextualização mais específica do território em estudo, i.e., a zona histórica de Olhão, será feita no capítulo II, que faz referência às origens e história do bairro da Barreta e da cidade de Olhão, até ao presente. Procurou-se destacar a relação dos habitantes com o mar e a construção da cultura piscatória do próprio bairro, que mais tarde se alargaria aos bairros vizinhos. Seguidamente discute-se a zona histórica nos dias de hoje, focando mais as características da cidade. Ao longo do capítulo são utilizados mapas, fotografias e outros elementos para enriquecer a descrição, sobretudo no que toca aos aspetos arquitetónicos, uma das questões mais destacadas no capítulo. Este capítulo cumpre ainda o propósito de contextualizar a zona histórica, assim como o de justificar algumas das opções teóricas e temáticas abordadas nos capítulos seguintes.

O capítulo III inicia a revisão de literatura, focando os primeiros subcapítulos no enquadramento macro-teórico da investigação, antes de partir para a problematização do tema e centrar-se no corpo teórico que sustentou a abordagem utilizada neste trabalho, assim como a análise dos dados recolhidos e a interpretação dos resultados.

No capítulo IV são apresentadas e fundamentadas as opções metodológicas, o contexto da investigação, a população e a amostra, assim como as questões de investigação. O processo de recolha de dados e inerentes considerações sobre os

instrumentos utilizados e a sua construção são também explanados neste capítulo, que culmina com uma apresentação do desenho da investigação.

O capítulo V consiste na apresentação e análise dos dados recolhidos das diversas fontes e através de vários métodos. A análise contrasta a informação obtida com os que outras investigações anteriores obtiveram, mobilizando o corpo teórico do capítulo III para a sua interpretação.

O capítulo VI apresenta as conclusões do trabalho e tece algumas considerações sobre a investigação, culminando com considerações sobre possíveis linhas de investigação que podem dar continuidade a questões que ficaram em aberto neste trabalho e aprofundar dimensões que surgiram na análise dos dados recolhidos.

CAPÍTULO 2 – A CIDADE DE OLHÃO

A investigação em ciências sociais não se realiza em abstrato. Todos os fenómenos e toda a ação social decorrem num tempo e espaço concretos. No caso desta investigação esse espaço é a zona histórica de Olhão, a qual se insere dentro dos limites territoriais da freguesia de Olhão. Mas os lugares, assim como a história, são diacrónicos: sofrem mutações, transformam-se, reinventam-se, ganham novas identidades e significados. E mesmo num ponto singular no tempo, o mesmo local pode ter diferentes significados para diferentes indivíduos. A zona histórica de Olhão não é exceção e também ela experienciou séculos de história, que se traduzem em influências e vivências, que culminaram naquilo a que hoje chamamos Olhão.

Deste modo, este capítulo tem por objetivo contar as origens da cidade de Olhão. Dado o objeto da investigação incidir sobre o que levou os estrangeiros a residir na zona histórica, como conheceram a cidade, como vivem atualmente e qual a sua pertença àquele lugar, não poderia ser posta de parte uma abordagem à própria história do bairro da Barreta, que por vezes se confundirá com a história da cidade, pois é aquele local o berço de Olhão (Nobre, 2008a).

O presente capítulo está dividido em dois grandes blocos. O primeiro consiste numa breve abordagem da história do centro da cidade, enfatizando a sua ligação ao mar – catalisador transversal de toda a história de Olhão. O segundo foca-se no retrato da zona histórica e de Olhão nos nossos dias, destacando os elementos arquitetónicos do bairro, as dinâmicas turísticas da cidade, terminando com uma análise da imagem da Barreta na comunicação social e na a forma como é promovida enquanto atração turística. Concluiu-se com implicações para a revisão teórica que se segue no capítulo III, adiantando-se desde já umas breves linhas para situar a cidade no contexto da região do Algarve.

Olhão é uma cidade do Sotavento litoral algarvio, pertencente ao distrito de Faro. Tem 28 mil habitantes, sendo sede do concelho homónimo. Este possui 130,86 km² (INE, 2017) e é delimitado pelos concelhos de Faro a oeste, São Brás de Alportel a norte e Tavira a norte e este, e banhado a sul pela Ria Formosa. Faz ainda parte do seu território a ilha da Armona. Também a comunidade piscatória residente na ilha vizinha da Culatra mantém fortes ligações a Olhão, apesar de fazer parte do concelho de Faro (CMO, 2012),

quer por muita da sua população ser originalmente de Olhão, quer por se localizar em frente da cidade – factos estes que levam os barcos de ligação à ilha a partirem todo o ano de Olhão para a Culatra, ao contrário do que sucede em Faro. Olhão possui quatro freguesias – Olhão, Quelfes, Pechão e Moncarapacho-Fuseta. A população do concelho era em 2017 de 44 849 habitantes, cerca de 10,2% do total da população da região algarvia e distinguindo-se como a maior densidade populacional do Algarve, de 342,7 habitantes por km² (INE, 2017).

2.1 – História de Olhão e da Barreta

2.1.1 – Breves considerações históricas

É pertinente referir que na zona ribeirinha de Olhão, aquando da construção da nova doca de pesca em, 1948, por ação do governo do Estado Novo, foram encontrados vestígios arqueológicos de salga de peixe que remontam ao período fenício/púnico, o qual teve início no século VIII a.C. e estendeu-se até à conquista romana do litoral sul da península ibérica, no seguimento da vitória de Roma sobre a República do Cartago, nas Guerras Púnicas do século III-II a.C. (Aubet, 1995).

A zona a que hoje corresponde o concelho de Olhão situava-se então entre dois dos mais importantes entrepostos comerciais do sudoeste da Península Ibérica: Faro, na altura designada de Exubana (nome de origem fenícia, os presumíveis fundadores do povoado, e que seria substituído por Ossónoba pelos romanos) e Balsa (Silveira, 1804), localizada a oeste de Tavira, onde hoje se situa a vila da Luz de Tavira, sendo uma das maiores cidades do território ibérico da altura (Nobre, 2008a), ultrapassando mesmo em dimensão Lisboa (Olísipo).

Dada a importância comercial de Exubana/Ossónoba e Balsa, não é surpreendente que nas zonas circundantes tivessem existido pequenas povoações dispersas que viviam das atividades ligadas ao mar e da exploração agrícola dos férteis terrenos do litoral, e se deslocassem a estas cidades portuárias para comercializarem os seus produtos agrícolas, sal e pescado e adquirir outros bens. Sabemos hoje que existiram em Moncarapacho e em Marim povoações romanas, sobretudo no caso desta última, que não seria de pequena dimensão (Mascarenhas, 1967), pelo que o território de Olhão tem um historial de atividades económicas ligadas ao mar e agricultura, herdadas dos períodos fenício, cartaginês, romano e árabe.

Esta hipótese é reforçada pelos vários vestígios arqueológicos que evidenciam a existência de uma estrada romana dos séculos I ou II d.C. que vinha do Barlavento e ligava Ossónoba, Balsa, Baesuris (Castro Marim) e prosseguia em direção a Espanha (Mascarenhas, 1967), não sendo raro fixarem-se pequenos aglomerados populacionais junto destas vias que faziam a ligação das cidades comerciais portuárias aos centros

urbanos da República, e, mais tarde, Império Romano, por razões de conveniência e segurança.

Não é só plausível como provável que, após a conquista do Algarve pelos Visigodos no século V e a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., as populações locais tenham permanecido ligadas às atividades seculares que conheciam e que permitiam a sua subsistência, até porque Faro manteve alguma da sua importância na região durante este período, tal como nos séculos seguintes, marcados pela conquista da maior parte da península ibérica pelos árabes berberes no século VIII (Collins, 2004), não tendo o mesmo sucedido com Balsa, por exemplo, que fora destruída no final do século IV por um terramoto, o que veio reforçar a importância de Faro na região.

Deve ainda ter-se em mente que a evolução do Algarve foi marcada por três fatores, sendo o terceiro somente importante após a conquista da região pelos cristãos, em 1249. O primeiro concerne à disponibilidade de água potável, sobretudo no sotavento algarvio, que muito condicionava a fixação de povos pelo território e limitava o seu crescimento, facto este que condicionou a evolução dos povoamentos algarvios até ao século XX, quando os avanços tecnológicos possibilitaram que a disponibilidade de água não fosse um problema tão premente⁴ (Nobre, 2008a).

O segundo fator diz respeito ao carácter isolado da região, sobretudo durante o período medieval, devido à serra semidesértica e à extensa planície alentejana, que a separa dos centros populacionais mais a norte, como Évora, a bacia do Sado ou Lisboa. Este carácter potenciaria a prática das atividades agrícola e piscatória, que desde tempos imemoriais sustentavam os povoados aqui residentes. Também seria devido a este isolamento que os grandes centros populacionais da região se desenvolveriam, na maior parte dos casos, junto a portos (Brandão, 2012).

O acesso aos portos também caracterizaria o desenvolvimento de várias localidades ao longo dos séculos, com os portos mais acessíveis a saírem largamente beneficiados (Dias, Ferreira & Moura, 2004). Pesa ainda o comércio marítimo no desenvolvimento da região, com particular ênfase a partir do século XV, com a consolidação das rotas

⁴ Não obstante, mesmo em 1981/82, uma das mais nefastas secas de que há registo atingiria a região, levando a cortes no abastecimento, racionamentos e outras restrições, tendo sido resolvida somente após o então Primeiro-Ministro Pinto Balsemão se ter deslocado ao Governo Civil de Faro, para reunir com os autarcas da região e ter proferido à saída, para a comunicação social, que a região se encontrava em “pré-catastrofe”, para alarme dos operadores turísticos do Algarve (Bonança, 2014).

comerciais entre Portugal, Espanha e o norte de África, no golfe luso-espano-marroquino (Brandão, 2012), mas também através do comércio mediterrâneo e com alguns destinos no norte da Europa, baseado numa “economia já caracteristicamente de mercado, em que o principal interesse é o lucro, em que as fronteiras se não opõem às trocas” (Magalhães, 1970: 185). O Algarve surgia como exportador de gado, fruta, peixe, azeite, cera, palma, cal, sal e importador de sal, açúcar, escravos e metais, para consumir tanto como para reexportar. A região estava, já nesta altura, largamente imbricada na complexa rede de subsistência e abastecimento das povoações mediterrânicas.

Ainda sobre a acessibilidade do mar, a presença de armações de atum, desde pelo menos do século XIII, foi um dos elementos que contribuíram para o crescimento dos centros populacionais do litoral algarvio, uma vez que cada armação tinha entre 70 e 80 marinheiros e requeria abastecimento e suporte constante. Era usual a família destes pescadores acompanhá-los durante as campanhas, ficando em terra a amanhar e salgar ou a orientar a logística necessária para os barcos trabalharem, enquanto os pescadores se encarregavam da manutenção do aparelho de pesca e da captura dos atuns. A família dos pescadores era também importante para ajudar a escoar o pescado, que atraía comerciantes locais e até estrangeiros a muitos dos povoados que se encontravam em frente às armações um pouco por todo o Algarve, tendo imbricado uma dinâmica comercial de proximidade desde cedo na região.

Com o crescimento da pesca do atum, as novas armações procuraram outros locais de fácil acessibilidade, por vezes em locais algo distantes dos centros populacionais costeiros, levando ao surgimento de pequenos aglomerados de cabanas perto das armações de atum, que eram utilizadas por estes pescadores e seus familiares entre março e maio, os meses altos da apanha do atum, como suporte para a atividade (Marta, 2004). Com o passar dos anos, alguns destes aglomerados foram crescendo, tanto em dimensão como em permanência dos seus residentes, dando origem a várias das aldeias e vilas piscatórias do Algarve.

O terceiro fator fez-se sentir a partir da conquista de Algarve, período que viu corsários e piratas tornarem-se presença comum nos mares mediterrânicos, não tendo a costa algarvia sido exceção. Apesar de primariamente focados em abordar embarcações, investiam ocasionalmente contra alguns povoados desprotegidos ou mais isolados, razão esta que motivou durante séculos a construção de torres de vigia e fortificações por toda

a costa Algarvia, com as mais antigas a datar ao século XIII (Marta, 2004). A segurança oferecida por alguns portos abrigados na foz dos rios ou dentro da Ria Formosa foi determinante para o sucesso destas povoações, até porque o cordão dunar da ria alojou diversos fortes ao longo dos séculos.

2.1.2 – O Lugar do Olhão

Se preferíssemos antes abordar a história de Olhão e da Barreta num sentido menos institucional e mais antropológico, deparar-nos-íamos com as profundas raízes que possui, particularmente no que concerne às populações que durante milénios se fixaram no território da cidade e cujas atividades económicas, de uma forma ou de outra sempre ligadas ao mar, se foram mantendo intimamente imbricadas com identidade cultural da sua população, em todas as suas iterações. Existem evidências arqueológicas suficientes para se tomar como válida a tese de que havia povoados neste território desde o período neolítico e que as cabanas mais antigas encontradas em Olhão antecederiam a reconquista cristã (Praça, 2014).

Não descurando a pertinência de tais indagações, o objeto desta dissertação não é histórico, mesmo que a história e a arqueologia prestem um contributo fundamental para a compreensão das origens e desenvolvimento de Olhão, ou não fosse todo o processo social ele próprio um processo histórico (Hobson, Lawson & Rosenberg, 2010). A escolha de começar esta investigação pelas origens da cidade justifica-se pelo papel que a história ocupa na análise social, pois elaborando a interpretação clássica de Wright Mills sobre as ciências sociais, estas seriam uma interseção da biografia e da história com a estrutura social: “without use of history and without an historical sense of psychological matters, the social scientist cannot adequately state the kinds of problems that ought now to be the orienting points of his studies” (2000: 143).

Segundo o historiador olhanense Antero Nobre (2008a), durante o período das cruzadas⁵, viviam na zona da praia de Olhão alguns habitantes atraídos pela abundância e qualidade da água providenciada pelo olheiro que ali existia. Este local situava-se oito quilómetros a leste de Faro e dois a oeste de Marim, junto da Ria Formosa, num local cuja ocupação datava do período fenício/cartaginês.

O olheiro, pela sua proximidade da Ria Formosa, o fácil acesso ao mar que a praia permitia e a fertilidade dos solos envolventes, abundantes em vinhas⁶ e figueiras, era um local atrativo, até pela escassez de água potável no Sotavento algarvio. Pode até

⁵ As cruzadas decorreram entre o final do século XI e o final do século XV. O território português seria conquistado aos Árabes entre os séculos XII e XIII, tendo a tomada do Algarve marcado o final da *reconquista* para os portugueses.

⁶ Pode especular-se que estas vinhas remetiam ao período fenício-cartaginês ou romano, tendo sido os primeiros povos a cultivar vinha no território ibérico.

especular-se se não teria sido o olheiro responsável pela contínua fixação de pequenos povoados naquele local ao longo dos séculos. E é, efetivamente, referido como tendo sido a principal razão para a fixação de uma população comparável a Marim ou Bela Mandil por volta de 1378 (Nobre, 2008a). Certo é que data de 1378 a primeira referência ao “*logo que chamam olham*”, constante num aforamento Real que o Rei D. Fernando concedeu a João Barion de uma courela de vinha e figueiral, pertencente ao Termo⁷ de Faro (Brandão, 2012).

É comum atribuir-se a origem de Olhão a *Logar do Olham* referindo-se, precisamente, ao grande olheiro que ali existia, como defende o historiador olhanense António Rosa Mendes (Mendes, Vinagre e Brandão, 2008). Porém, Nobre questiona esta tese sobre a origem do nome da cidade, mencionando os ensaios filológicos de António Henrique Cabrita e do Cónego José Cabrita que questionavam a plausibilidade deste raciocínio. O Cónego José Cabrita sugeriria antes que o nome Olhão derivaria antes da palavra árabe *Al-Hayun*, que mais tarde derivaria *Alham*, querendo dizer *as fontes*, o que concordaria com a ideia de que Olhão teria mantido um pequeno povoamento de variável dimensão devido à abundância de água no território. Posteriormente, António Henrique Cabrita refutou esta tese, demonstrando que o étimo *Al-Hayun* não teria sido convertido para Olhão, tendo José da Marta (2004) afirmado que, a haver uma relação, seria de este étimo com a fonte Marim, também conhecida como o *Olho do Cavalo* ou *Olhão*.

Não abundam dados sobre o período ulterior à reconquista do Algarve, sobretudo no caso de Olhão, que apenas existira na forma de um pequeno povoamento de pescadores e possivelmente agricultores, não existindo instituições da Coroa portuguesa presentes, confrarias ou instituições religiosas, nem tampouco habitantes que tivessem deixado escritos ou documentos sobre este período, contrariamente ao que acontecia nas demais cidades e vilas algarvias da altura, cuja história está melhor documentada graças à existência de instituições como as supracitadas e a documentos de natureza paroquial.

José Marta (2004) afirma que sempre existiram cabanas no litoral algarvio, aludindo a menções que remontam até meados do século XVI. Estas destinavam-se a albergar os pescadores e suas famílias durante as campanhas de pesca do atum, que aprenderam com os genoveses e sicilianos. A praia de Olhão teria sido um destes locais,

⁷ Termo era a designação da altura para município. Olhão pertenceu ao termo de Faro até 1826 (Nobre, 2008b).

até porque em Marim, dois quilómetros para este, já existiam armações de atum há mais tempo, podendo ter servido de inspiração a estes pescadores naturais de Faro ou sido a origem da própria comunidade (Mendes, 2009).

Para todos os efeitos, hoje em dia, e graças ao trabalho de José da Marta (2004), é sabido que a comunidade da praia de Olhão foi indubitavelmente constituída por pescadores de Faro e não de Ílhavo, como tinha implicado Ataíde de Oliveira, na sua *Monografia sobre o Concelho de Olhão*, ainda hoje constitui um dos mais detalhados registos históricos da história da cidade, e que serviu de base aos demais historiadores, olhanenses e não olhanenses, que foram escrevendo sobre a cidade ao longo do século XX.

Sabe-se que entre 1600 e 1610 foi construída uma pequena capela ou ermida em alvenaria, consagrada a Nossa Senhora do Rosário (atual Igreja da Soledade), o que indica que na viragem do século XVI para o XVII já existia aí uma população residente de alguma importância de pescadores, possivelmente aí residindo sazonalmente (Romba, 2008), atraídos não só pela facilidade de acesso ao mar e abundância de água, mas também pela evasão ao fisco a que estavam sujeitos em Faro. Em 1614, quando Quelfes se desanexou da freguesia de São Pedro de Faro, a nova freguesia que viria a formar incluía o Sítio ou Lugar do Olham, cuja comunidade de pescadores era importante o suficiente, em número e recursos, para possuir um altar privativo no Compromisso Marítimo de Faro, o que era excepcional para a época (Nobre, 2008b). Este facto é ainda comprovado por um documento de 1654, no qual o Cabido da Sé de Faro, que era a autoridade administrativa do Termo em representação do Rei, afirma:

Também se deve mandar queimar as cabanas de Olhão, que por tantas vezes se tem intentado, para se evitarem tantos roubos como se delas fazem, e como se tem bem experimentado, porque como ficam junto da barra, e os que nelas vivem sejam homens do mar e os primeiros que dão vista dos navios mercantes que entram e amigos dos mercadores a quem vêm cometidos, refundem as fazendas e furtam os dinheiros à Real Fazenda de Vossa Majestade, como se tem visto⁸ (Calixto, cit in Mendes, 2009: 19).

⁸ Note-se que, em meados do século XVII, a pesca do atum e da sardinha estava em declínio no Algarve, o que motivou um decréscimo da população e motivou evasões fiscais por parte dos pescadores um pouco por toda a região. Esta tendência manteve-se até aos anos 70 do século XVIII, quando a Coroa promoveu

Em 1680 residiriam ali entre 100 e 200 habitantes, em 30 cabanas de cana e palha, sendo a capela invocada a Nossa Senhora do Rosário o único edifício de alvenaria. Por volta de 1695, contando já com 150 cabanas e 750 habitantes, (Nobre, 2008b), os pescadores peticionaram ao bispo da diocese pela independência da freguesia de Quelfes. Aquando da visita do vigário-geral, em representação do bispo da diocese e a propósito do pedido da criação de uma freguesia própria, os pescadores revelaram a sua intenção de erguer exclusivamente às suas custas, uma igreja onde coubessem todos os residentes daquele lugar (Mendes, 2009). Não se pode dizer qual terá sido a importância deste argumento, mas sucedeu que os pescadores conseguiram a sua independência da freguesia de Quelfes, fundando-se assim a Freguesia do Olhão ou Freguesia da Praia do Olhão, em 1695 (Piloto, 1997).

O sucesso desta pequena comunidade de pescadores foi notório, facto este revelado pelo início da construção da igreja matriz, em 1698 e concluída em 1715 (Nobre, 2008b), que ainda hoje é o coração da cidade de Olhão.

Esta igreja, de grande dimensão para a época (Piloto, 1997), não se tratando de nenhuma catedral, era certamente das maiores do sul de Portugal, estatuto este ainda presentemente mantido. Mais surpreendente foi o facto de ter sido exclusivamente financiada pelos pescadores da praia de Olhão, tendo sido edificada em 17 anos, espaço temporal relativamente curto para um monumento de tamanha dimensão, sobretudo para uma comunidade de tão diminuta população. Mais: aquando da sua abertura ao culto, em 1715, já se revelava pequena para todos os habitantes da jovem freguesia (Mendes, 2009).

uma série de reformas designadas de Restauração do Reino do Algarve, com o intuito de reformar a região económica e administrativamente (Brandão, 2012).

Figura 1 – Igreja do Rosário, Olhão



Fonte: autor desconhecido, blog Marefado, publicada a 12/04/2011.

Na placa colocada aquando da sua inauguração pode ler-se: “*À custa dos homens do mar deste povo se fez este templo novo, no tempo em que só haviam umas palhotas*”

zona. Seria apenas em 1715 que a Rainha D. Maria Ana da Áustria, esposa de D. João V., autorizaria a edificação de casas de pedra e cal, numa altura em que a população rondava o milhar de habitantes, que viviam sobretudo da pesca e que constituiriam os primeiros habitantes de Olhão, local este que seria posteriormente designado por bairro da Barreta.

Faro era o maior e mais movimentado porto da região, existindo pelo final do século XVII e século XVIII três barras de acesso ao mar. As duas mais próximas de Faro, apenas permitiam a passagem a embarcações de pequena dimensão, sendo as maiores forçadas a utilizar a Barra Grande, mesmo em frente à praia de Olhão (Mendes, 2009). As movimentações de sedimentos da Ria Formosa foram também responsáveis pela afirmação de Olhão e Portimão enquanto portos de referência no Algarve durante o século XVIII, dado que a única barra que se mantinha fixa ao longo dos séculos era a Barra Grande, hoje em dia também chamada de Barra da Armona (Dias *et al.*, 2004). As dificuldades que as embarcações tinham em aceder aos portos de Tavira e Faro levaram a que estes perdessem a sua posição dominante na região, o que favoreceu as outras localidades melhor situadas, sobretudo no caso de embarcações de grande porte que preferiam ancorar em Olhão (O’Flanagan, 2008).

É pertinente referir-se que muita da riqueza dos habitantes da Praia de Olhão se devia ao facto de este pequeno povoamento se situar em frente à maior barra da Ria Formosa, na altura chamada Rio de Faro. Acontecia então que várias embarcações que por ali entravam descarregavam as mercadorias ilegalmente em Olhão, fugindo às autoridades do porto de Faro para evitarem pagar os pesados impostos cobrados pelas autoridades aduaneiras. Olhão, ao tratar-se de uma pequena localidade de pescadores familiarizados com as tripulações de muitas destas embarcações, facilmente conquistavam a sua confiança e os persuadiam a descarregar ali algumas das suas mercadorias antes de seguirem para Faro (Mendes, 2009).

A fuga aos impostos relacionados com a pesca e posteriormente o contrabando explicam a riqueza dos proprietários de cabanas de cana e palha tão referida pelos párocos de Faro, encarregados com muitas das responsabilidades administrativas e fiscais do Termo e como se originou a inimizade de então entre Olhão e as autoridades de Faro. Por outro lado, os pescadores e Olhão desde cedo assumiam um desdém para com a administração da Sé de Faro, tendo a história de Olhão passado pelas sucessivas lutas pela progressiva independência de Olhão.

Primeiro, através da construção da ermida (1600-1610) e posteriormente da igreja (1698-1715), desanexação da freguesia de Quelfes, originando a freguesia da Praia de Olhão (1695) e mais tarde da permissão para a construção de habitações de alvenaria (1715). Segundo, para criação do Compromisso Marítimo de Olhão (1765), não ficando os pescadores da freguesia dependentes do Compromisso Marítimo de Faro. E finalmente, com a elevação de Olhão a vila (1808) e a criação do Termo de Olhão (1826).

Tabela 1 – Evolução do número de habitantes de Olhão

Ano	1680	1695	1732	1756	1802	1826	1835⁹
Habitantes	150	750	1 016	2 630	4 781	5 900	3 202
Ano	1837	1862	1875	1880	1900	1911	1920
Habitantes	5 500	6 720	7 016	9 069	10 009	10 890	11 050
Ano	1930	1940	1950	1960¹⁰	1970	1981¹¹	
Habitantes	13 934	15 064	16 592	15 207	11 039	19 770	

Fonte: Mendes (2009) e Nobre (2008b)

São estas as origens da cidade de Olhão, que viu as suas primeiras habitações serem erguidas em frente da praia de Olhão, onde se encontravam os estaleiros navais, localizando-se o porto a Este (Nobre, 2008a). Os registos paroquiais contam ainda que nas décadas seguintes à permissão régia para a construção de casas em alvenaria, conferida por D. Maria Ana, o povoamento teria crescido de tal forma que, por volta de 1758 já existiam 500 casas de pedra e 300 cabanas, que iam sendo rapidamente substituídas por edifícios em alvenaria (tabela 1).

Os proveitos da pesca e do comércio, que ia florescendo devido à procura do resto do Algarve, assim como do Alentejo, mas também do contrabando de mercadorias

⁹ A acentuada quebra de população registada no ano de 1835 ficou a dever-se às guerras liberais. Olhão foi um dos mais fortes bastiões pedristas do Algarve, tendo sido frequentemente atacada. A peste que se abateu sobre a vila tomou tantas vidas quanto o conflito. Para além das mortes, uma parte significativa da população abandonou a cidade durante este período, retornando após o fim da guerra civil (Nobre, 2008b).

¹⁰ A queda iniciada na década de 60 e prolongada pela década de 70 foi devida à forte emigração registada na vila (Nobre, 2008b).

¹¹ O enorme aumento da população em 1981 deveu-se ao retorno dos colonos portugueses que tinham ido para as colónias africanas, tanto olhanenses como de outras localidades, que optaram por ali ficar (Nobre, 2008b).

marítimas (Mendes, 2009), eram tais que o bairro crescia rapidamente, mantendo porém um desenho regular, como era característico então de locais que se expandiam com a promoção da Coroa. Porém, o desenho irregular da Barreta e a planta caótica das ruas, como as ruas tortas e os vários becos sem saída, tão característicos do bairro segundo muitos autores, são posteriores à primeira onda de expansão mencionada, devendo-se a

(...) uma grande procura de casas por parte da população em finais do séc. XVIII e ao longo do séc. XIX, que terá levado, por um lado, à ocupação de espaços que anteriormente eram vazios urbanos, terreiros e espaços de circulação, criando desse modo alguns becos e eixos irregulares e, por outro lado, à sobreocupação de grande parte das casas (Romba, 2012: 59).

Por esta altura é relevante desmistificar uma característica comumente atribuída à Barreta. O traçado caótico, frequentemente descrito como típico do bairro, é um artefacto de um período recente, como afirma Romba. O levantamento urbano levado a cabo no início dos anos 70 do século XIX (figura 1) atesta a tendência regular do bairro, já se verificando, contudo, algumas irregularidades. Tendo em consideração o grande aumento da população registado nos anos seguintes, não constitui surpresa que o bairro se tenha alterado sem que as características originais do traçado tenham sido respeitadas:

Considera-se que houve, com o despontar das primeiras cabanas, a capacidade de estabelecer um lugar constituído por um traçado urbano regular. (...) Foi assim possível a constituição de alguns quarteirões retangulares, marcados por um tipo de loteamento uniforme e pelo domínio de habitações com algumas medidas normalizadas. No entanto, este cenário modificou-se levando a comunidade de estudiosos a ver a irregularidade como especificidade da Barreta afirmando que as casas teriam sido dispostas na mesma irregularidade das cabanas (Romba, 2008: 35).

Pelo fim do século XVIII Olhão tinha a maior frota de pesca do Algarve. Em 1787 existiam 3908 marítimos na região (Mendes, 2009). Desses, 1421 pertenciam a Olhão, representando mais de um terço. Isto levou a que o Compromisso Marítimo de Olhão fosse o mais rico de todo o Algarve, não só devido à pesca, mas também ao comércio criado a jusante desta atividade e que muito movimento gerava. Por esta altura, Olhão afirmava-se como uma das localidades mais ricas do Algarve.

A fase seguinte do crescimento da Barreta dá-se no século XIX. Na história de Portugal, Olhão é certamente mais célebre pelo papel que desempenhou durante a ocupação francesa nos primeiros anos deste século e pela revolta de 16 de junho de 1808 – data escolhida para celebração do Dia do Concelho¹². E, em bom rigor, esta revolta nascida em Olhão e protagonizada por olhanenses, foi uma manifestação da desobediência perante os poderes instituídos e a repressão autoritária que caracterizou Olhão durante a sua história.

A 12 de junho, João da Rosa, escrivão do Compromisso Marítimo de Olhão, ao preparar a igreja para a celebração do dia seguinte, destapou o brasão com as armas reais do reino de Portugal, que tinha sido coberto com tábuas e pregos desde 1 de fevereiro, data em que tinham sido banidas as armas do Reino e insígnias da Casa de Bragança. A celebração do dia seguinte, do Dia de Santo António, realizada com as armas a descoberto, despoletou uma cascada de eventos cujo impacto mudaria a história de Olhão. Inspirados pelas armas Reais, depois de finda a celebração, os barcos ancorados no porto, um a um, içaram novamente a bandeira de Portugal.

Galvanizados, os olhanenses, assistidos pela guarnição do forte da ilha da Armona, marcharam contra as tropas francesas presentes na aldeia, as quais foram tomadas como prisioneiras e despachadas para a Andaluzia, que se encontrava em revolta aberta para com a ocupação francesa. No dia 17, os olhanenses capturariam mais 77 soldados franceses, oriundos de Tavira, que navegavam em direção a Faro para reforçar a guarnição local. Ao mesmo tempo, uma coluna de 185 soldados provinha de Vila Real de Santo António com o mesmo intuito. Os olhanenses decidiram emboscar o contingente na velha ponte de Quelfes, fazendo uso da vegetação que a rodeava para abater 18 soldados e ferir outros 12. Os restantes conseguiram chegar a Faro, em fuga.

A 19 de junho, oficiais de Faro discutiam com representantes de Olhão para pôr termo ao levantamento popular, quando lhes chegou a notícia de que estaria a acontecer uma revolta popular em Faro. Rosa Mendes sublinha a diferença entre os dois levantamentos: enquanto Olhão se revoltou enquanto comunidade, desde crianças a velhos, homens e mulheres, agricultores e pescadores, em Faro somente a classe popular se insurgiu. Reside aqui a diferença entre o levantamento *de* Olhão e o levantamento *em*

¹² Foi em Olhão que se deu início a revolta contra os franceses que se alastraria ao Algarve e que levaria as tropas de Junot serem expulsas do Algarve nos dias seguintes.

Faro a que o historiador se refere (Mendes, 2009) e que foi também notória na forma como receberam os invasores, como contam os historiadores António de Rosa Mendes, Helena Vinagre e Veralisa Brandão (2008: iii):

Em Faro se instalou Maurin, obsequiosamente acolhido pela aristocracia local, quer civil quer eclesiástica. Recepções e banquetes oferecidos pelos magnates e, da parte do bispo D. Francisco Gomes de Avelar, uma pastoral emitida a 21 de Maio exortava os diocesanos "a que vos lembreis que a nossa Santa Lei e Religião nos manda que procuremos sempre viver em paz com todos, e sujeitar-nos a quem governa com uma perfeita sujeição e obediência".

O argumento de Rosa Mendes seria o de que Olhão, precisamente por ser uma aldeia de pescadores sem qualquer aristocracia ou diferenciação social, repudiou com veemência os invasores e prontamente fez uso da violência para os repelir, como os mesmos autores sublinham:

(...) ao passo que em Faro uma oligarquia assente no privilégio de nascimento ou função - a "gente nobre da governança da terra" - ocupava os cargos municipais e, acolitada pelo cabido eclesiástico, exercia o seu domínio sobre uma massa popular subjugada, em Olhão nada disso existia. Aqui, ao invés, cedo se formou uma comunidade igualitária, sem distinção de estatutos e, por isso, dotada de fortíssima coesão identitária (2008: ii).

Faro, cidade antiga e capital da região, albergando todo o tradicional aparelho da Coroa e do Clero, representava a clássica estrutura altamente hierarquizada e enraizada na ordem social, típica do Antigo Regime, que ainda se fazia sentir em Portugal no início do século XIX. Olhão, ainda que caracterizada pela coesão da identidade coletiva, ao carecer de uma aristocracia e de figuras que personificassem o poder, controlo e repressão do Estado, permitiu que a classe popular se levantasse de sua própria valência.

A 20 de junho as tropas francesas abandonaram o Algarve em direção ao Alentejo. A região encontrava-se finalmente livre e a Junta que tomou as rédeas da governação da província decidiu enviar uma carta ao Rei D. João VI, reportando o sucedido. Hoje em dia, a história do caíque *Bom Sucesso*, que partiu de Olhão rumo ao Brasil, para levar ao Rei a notícia da libertação do Algarve do domínio francês ainda se mantém popular

(Mascarenhas, 2008; Mendes, 2009). O Rei viria a recompensar a localidade elevando-a a “Vila de Olhão da Restauração”, atribuindo-lhe diversas benesses e elogios a esta e à sua população, dando-se assim início a uma nova página da sua história. Olhão, num espaço de 114 anos, passaria de lugar a freguesia e depois a vila, um feito deveras notável para meros pescadores.

Por esta altura Olhão tinha já perto de 5 mil habitantes, distribuídos sobretudo pelos bairros da Barreta a este e Sete Cotovelos a Oeste. Pode ser remetido para este período a construção desenfreada que levou à irregularidade da planta do bairro, assim como a conversão de quintais em assoalhadas fechadas (Romba, 2008). Como nos conta Nobre:

Os 1.113 fogos, com 4.781 habitantes, que se assinalavam em Olhão no ano de 1802 (...) só podiam caber em tão escassa área mercê do estilo amoiriscado das construções, pequenas e unidas, quasi sempre imbricadas e muitas vezes mesmo encavalitadas umas nas outras, mas na sua quasi totalidade dispoendo de divisões suplementares nas açoteias, sob os mirantes e contra-mirantes (*sic*) (2008a: 71).

Em 1826 dava-se a desanexação de Olhão, Quelfes, Pechão e Moncarapacho e Fuzeta do Termo de Faro e a criação do Termo de Olhão. Desde 1809 que os Olhanenses peticionavam pela sua independência de Faro, uma vez que a elevação a vila deveria significar a constituição de um novo Termo, como sucedia habitualmente. As autoridades de Faro recorreram a todas as manobras dilatantes ao seu alcance para evitar a perda de uma importante parcela do seu território (Mendes, 2009), como havia sucedido aquando da criação da Freguesia e constituído o Compromisso Marítimo.

O recém-constituído Termo de Olhão travou uma batalha prolongada com Tavira pelo território de Moncarapacho e o povoamento da Fuzeta. A Freguesia de Moncarapacho, à qual a Fuzeta pertencia, estava dividida entre os Termos de Faro e Tavira, pertencendo, porém, a Tavira a aldeia de Moncarapacho e povoação da Fuzeta. Assim, as autoridades de Tavira interpretaram que a criação do Termo de Olhão apenas deveria incluir a parcela de território que pertencia a Faro, permanecendo a administração de ambas as povoações afetas a Tavira. Em 1835, Tavira conseguiria que fosse criada a freguesia da Fuzeta, ficando efetivamente no Termo do Tavira, por forma a formalizar o

seu controlo daquele povoado. Esta situação só seria resolvida em 1876, quando um decreto Real passaria a Fuzeta e definitivamente para o Termo de Olhão, salientando ainda a tutela de Olhão sobre Moncarapacho (Nobre, 2008b).

A importância de Olhão em meados do século XIX era clara nos muitos edifícios de alta arquitetura onde residiam cônsules e diplomatas de vários países, alguns dos quais ainda existem, ora devolutos, ora recuperados. Tendo recebido em 1842 aquela que viria, duas décadas depois, a tornar-se na maior alfândega da região Algarvia e a sul do Tejo. Poucos anos depois criava-se a Capitania do Porto de Pesca de Olhão e em 1875 o Tribunal Judicial de Olhão

A segunda metade do século XIX foi marcada por inúmeras alterações urbanísticas. A Câmara Municipal empreenderia investimentos ao nível das condições de saneamento e circulação nas ruas, destacando-se a colocação de calçada portuguesa em diversas vias e largos. De igual relevância é o desenvolvimento demográfico da vila, graças ao afluxo de pessoas de outras localidades. Começa a desenvolver-se nesta altura uma classe média com um consumo cultural distinto, datando a este período a fundação da Sociedade Recreativa Olhanense, do Grupo de Amadores do Teatro, da Filarmónica Euterpe, da Sociedade Recreativa União e da Sociedade Protectora dos Artistas de Olhão (Nobre, 2008a).

É também no final do século XIX que o comércio de Olhão aumenta em importância, assim como a pesca, que era já a maior atividade económica da localidade. O abastecimento de grande parte do Algarve e baixo Alentejo passa a ser quase exclusivo de Olhão e a exportação de peixe, tanto seco como em sal, de frutos secos¹³ (amêndoa, alfarroba, nozes e particularmente figos) e de produtos hortofrutícolas para portos nacionais, mas também do norte de África, sul de Espanha e Mediterrâneo tornam o porto de Olhão num dos mais movimentados e ricos do país (Nobre, 2008a).

¹³ A secagem do peixe e de figos será discutida mais à frente aquando da caracterização arquitetónica das habitações típicas da Barreta.

2.1.4 – Olhão na Modernidade

Seria na década de 80 do século XIX que Olhão viria a receber as fábricas de conserva, então muito em voga em países como França, Itália e Espanha. A abundância de pescado e as ótimas condições do porto, assim como a mestria dos marinheiros olhanenses levou a que a vila, por volta de 1905, tivesse já 12 unidades fabris, produzindo 1 425 toneladas de conservas, aumentando o número de fábricas para 80 em 1919 (Nobre, 2008a). Foi também nesta altura, nomeadamente em 1915, que foram edificados os dois mercados de Olhão, próximos da Barreta, no mesmo local onde hoje existem os novos mercados, recriados à imagem dos originais.

A crónica falta de trabalho que caracterizou o Algarve e o Baixo Alentejo e que ainda se sente nos dias de hoje, contribuiu para que Olhão se afirmasse como uma pujante vila industrial, atraindo cada vez mais trabalhadores das zonas circundantes, assim como pescadores e investidores de outros locais, que aproveitavam as oportunidades que as conservas lhes ofereciam. Os estaleiros de construção e reparação naval viam o trabalho multiplicar-se, tal como a afluência ao porto de embarcações que não eram de Olhão.

A indústria conserveira afirmava-se como uma importante fonte de receitas para a vila e para o país, apesar das péssimas condições laborais a que os trabalhadores estavam sujeitos. A sazonalidade destes postos de trabalho foi a razão para vários pescadores não terem trocado definitivamente a pesca pelas fábricas, pois as baixas remunerações sazonais motivavam-nos a virar-se para o mar durante os meses em que as fábricas produziam menos. As excelentes condições para a apanha de marisco que a ria proporciona e a localização de Olhão facilitavam a conciliação destas atividades distintas e, porém, unidas pelo mar (Bonança, 2014).

Note-se que, já em 1911 e 1920, Olhão era o concelho com maior densidade populacional do Algarve, tendo a freguesia de Olhão mais de 11 mil habitantes (tabela 1), o que a torna na mais populosa do Algarve e uma das mais populosas do país (Bonança, 2014). O crescimento da população, porém, teria as suas consequências. Pelo final da segunda década do século XX, Olhão ainda não dispunha de meios adequados de abastecimento de água à população, nem de quaisquer infraestruturas de saneamento, razão pela qual a vila era conhecida nacionalmente pelo mau cheiro e pelas deficientes condições de saneamento e higiene pública.

Raras eram as habitações que possuíam água canalizada ou esgotos, sendo recorrentes os carros de mão ou puxados por mulas que transportavam os dejetos que os habitantes da vila colecionavam em recipientes de cerâmica, madeira ou metal, quando não os atiravam simplesmente para a rua sem qualquer pudor ou reserva (Bonança, 2014). As próprias fábricas utilizavam as valetas para despejar águas e sólidos resultantes da sua atividade, em vários casos a poucos metros das habitações. Estes factos contribuíram para que a vila fosse constantemente assolada por surtos de doenças infectocontagiosas. Como descreve Nobre:

A porcaria e o mau cheiro das ruas de Olhão, já conhecidos mais de um século antes em todo o Algarve, como dissemos em capítulo anterior, tinham crescido com a instalação da indústria de conservas e eram agora irónica e depreciativamente comentadas desde S. Gregório da Raia até Vila Real de Santo António, criando à vila uma triste celebridade nacional. (...) Olhão era então conhecida, considerada e apontada, infelizmente com muita razão, como um dos maiores focos nacionais de algumas doenças, como a lepra, a cólera, as tifóides, a varíola, a sífilis, a tuberculose e o tracoma, — todas ali praticamente endémicas (Nobre, 2008a: 121)”.

Apesar da pesca e da atividade industrial gerarem consideráveis receitas em impostos e dividas provenientes das exportações, a autarquia de Olhão só recebia 3% da receita do imposto sobre o pescado, o que era manifestamente insuficiente para realizar as intervenções que a vila necessitava e para fazer face à crescente pressão que o grande afluxo de população colocava nas infraestruturas e equipamentos. Este estado de coisas viria ainda a ser agravado quando este imposto foi retirado, deixando a autarquia sem recursos financeiros suficientes para qualquer intervenção que fizesse jus a um concelho de 24 574 habitantes, como o de Olhão em 1920; – mais 201 habitantes mais que o concelho de Faro, Capital do Distrito (Bonança, 2014).

Seria como consequência da expansão industrial de Olhão, e do resultante crescimento populacional, que os bairros da Barreta e dos Sete Cotovelos (este último situado precisamente de frente aos mercados) se viriam a transformar drasticamente. Segundo Nobre (2008a), já nos anos 30, a habitação era um dos problemas mais prementes da vila. O afluxo de novos residentes colocou grande pressão nos bairros, levando a que todos os terrenos livres viessem a ser utilizados para a construção de

habitações, o que viria a criar dificuldades na delimitação dos bairros que, com o passar das décadas, se foram expandindo cada vez mais.

Figura 3 – Mapa atual dos bairros históricos de Olhão



Fonte: Vasconcelos (2015)

Como refere Romba (2008), deve-se sobretudo a este período o carácter “caótico” e irregular da planta da zona histórica de Olhão.

O período republicano foi particularmente conturbado em Olhão. A vila carecia de unidade política e nenhum executivo camarário eleito teve condições para encetar qualquer obra pública significativa para o desenvolvimento do Concelho, em não pequena parte devido à falta de verbas para realizar alguma das intervenções prioritárias. O único executivo que se destacaria neste período seria o liderado pelo independente Capitão João Carlos Mendonça, entre 1922 e 1934, e que viria a criar os primeiros sistemas de saneamento, abastecimento de água e eletricidade da vila, concluídos em 1931. Ainda que limitado à área de maior centralidade da vila, este sistema serviu a população durante cinco décadas, até que se alargasse a rede às demais zonas urbanas de Olhão, já nos anos 80 (Bonança, 2014).

Em 1926 dar-se-ia o golpe militar que pôs fim à Primeira República e instalou uma ditadura militar, até à entrada em vigor da Constituição de 1933, ano em que se iniciou formalmente o Estado Novo. Os primeiros anos do novo regime não foram generosos para a vila de Olhão. O mesmo espírito de irreverência para com os poderes instituídos que serviu os olhanenses durante a ocupação francesa e na sua procura da independência de Faro, tornava-os num alvo privilegiado das instituições governamentais, sobretudo da polícia política.

Apesar da pesca e da indústria de transformação do pescado serem de extrema importância para o país, Olhão e o Algarve em geral não tinham quaisquer apoios governamentais. As débeis infraestruturas da vila, construídas anos antes, revelavam-se absolutamente inadequadas para as dezenas de fábricas que operavam a poucas centenas (e, em alguns casos, dezenas) de metros do núcleo urbano. Se no início do século XX, Olhão já era sobejamente reconhecida como uma das localidades de Portugal com cheiro mais nauseabundo e com mais surtos de doenças infectocontagiosas, esse cenário só se veio a agravar nas décadas seguintes, à medida que a população continuava a crescer. A rede de saneamento concluída nos anos 30 rapidamente se revelou insuficiente para uma população em franco crescimento e incapaz de escoar os detritos produzidos pelas dezenas de fábricas de Olhão.

No final da década de 40, reconhecendo a importância da indústria criada em torno da pesca na vila de Olhão, o Governo do Estado Novo procedeu à construção de uma nova doca de pesca. A atividade piscatória mantinha-se importante em Olhão e cada vez mais trabalhadores afluíam para a vila à procura de trabalho, tendo a população crescido de 13 934 habitantes em 1930 para 16 592 em 1950. A falta de habitação e as más condições de salubridade agravaram-se a tal ponto que, durante o Estado Novo, acabariam por ser construídos três novos bairros sociais para dar resposta ao crescimento demográfico da vila.

O primeiro foi o bairro Marechal Carmona, terminado em 1951 e destinado aos habitantes mais pobres, dispendo de 300 habitações com rendas de valor reduzido. Situava-se a norte de Olhão e hoje em dia é chamado de bairro 28 de Setembro. O segundo foi o Bairro da Cavalinha, terminado em 1952 e composto por 100 habitações económicas, situado a nordeste da vila, mantendo ainda hoje o mesmo nome. O terceiro, terminado em 1955, foi o Bairro dos Pescadores, construído a cargo da Junta Central das

Casas dos Pescadores e dispendo de 120 habitações. Localiza-se a nordeste da vila e mantém a mesma designação.

Estes três bairros, sobretudo o Bairro dos Pescadores, foram construídos na freguesia de Quelfes e a alguma distância da zona central de Olhão. O bairro que ficou mais perto do centro da vila foi o da Cavalinha, precisamente o que exibia uma arquitetura mais aprimorada dos três. João Bonança (2014), vereador após 25 de Abril e Presidente da Câmara Municipal de Olhão entre 1980 e 1993, argumenta que esta decisão foi uma forma de remover as classes mais baixas do centro da vila, de modo a ocultar a gravosa situação social que se vivia em Olhão, criticando ainda que as zonas em que foram instalados não tinham acesso a infraestruturas básicas nem possibilidade de serem servidas por estas.

A segunda metade do século XX foi marcada pela desindustrialização que afetou o país em geral. A vila experienciaria então um declínio económico, social e, sobretudo, político, tendo perdido parte considerável da sua influência e estatuto. Se por volta do início do século XX residiam em Olhão diversos diplomatas estrangeiros, homens de negócios, investidores e delegações de instituições oficiais do Estado, esse lado da sociedade olhanense foi-se diluindo pouco a pouco com a instauração do Estado Novo e, sobretudo, com o encerramento das indústrias ao longo dos anos.

Uma das consequências deste período foi a considerável perda de população que a vila experienciou. Na tabela 1 pode constatar-se que Olhão passou de 16 592 habitantes em 1950, para 11 039 em 1970. Parte desta população partiu para as colónias portuguesas em África, onde, na altura, se gozava de melhores condições de vida e de melhores oportunidades de trabalho, sobretudo pescadores e antigos operários. Outros terão emigrado para outros países, sobretudo na Europa, mas também na América do Norte e do Sul. Houve ainda um retorno ao campo daqueles que tinham vindo para Olhão à procura de trabalho e de melhores condições de vida e que agora tinham melhores perspetivas de sobrevivência junto das suas famílias.

Muitos dos antigos operários viraram-se para a pesca, ao mesmo tempo que as suas mulheres procuravam outras atividades ou acabavam por substituir os maridos nas fábricas que restavam (Barbosa, 1993), visto auferirem de salários mais baixo e poderem complementar a atividade dos maridos. Em muitos casos, famílias inteiras acabariam por

emigrar para as colónias portuguesas, dedicando-se, no caso de Angola em particular e com alguma ironia, à pesca.

Apesar dos dados existentes não serem totalmente fidedignos, atendendo até à natureza clandestina destes emigrantes, estima-se que tenham saído de Portugal perto de um milhão e meio de habitantes durante as décadas de 50 e 60 (Cepeda, 1995). Olhão foi um dos concelhos na região mais afetados por esta vaga de emigração. O seu estatuto enquanto grande porto algarvio e a experiência dos seus marinheiros foi determinante para a fuga de vários milhares de pessoas durante o período do Estado Novo, pelas águas da Ria Formosa, no meio das ilhas-barreira, que tão bem conheciam. Talvez por esta razão, Olhão tenha vivido durante várias décadas debaixo do olhar atento da polícia política (Soares, 2017), até porque o porto de Olhão foi responsável por 44% da emigração ilegal proveniente do sotavento algarvio (Dias & Anica, 2017).

Na generalidade, a vila registou um relativo atraso quando comparada com as localidades vizinhas, que se desenvolviam de forma mais notória e cresciam a um ritmo mais sustentável. Apesar de ser dos maiores do Algarve em população total e em área urbana, o município sofria de condições muito deficientes de higiene e saúde. A riqueza industrial e comercial das primeiras décadas do século XX contrastava com a pobreza endémica dos milhares de operários e pescadores que viviam menos desafogadamente (Nobre, 2008a).

Ao mesmo tempo, também ao nível cultural a vila se encontrava deficitária. Tendo perdido muito do seu pendor cosmopolita do início do século e com o ensino raramente a ultrapassar a escola primária, Olhão era, em meados do século XX, uma vila cada vez mais fechada e parada no tempo, como relata o escritor olhanense José Barbosa:

Os olhanenses do meu tempo, na sua grande maioria, pouco estudavam e os seus conhecimentos não iam muito além do que lhes ensinava o quotidiano das suas vidas. O seu desinteresse por ir mais longe no saber, quer genérico, quer específico, era notório a quem os observava (1993: 27).

Este estado de coisas só não gerou mais controvérsia devido à repressão que caracterizava o Estado Novo, que desincentivava todas as formas de dissidência e

desobediência civil contra o regime, o que impossibilitava a denúncia e o protesto por parte dos olhanenses (Bonança, 2014). A insuficiência de infraestruturas e equipamentos básicos de Olhão já contava com décadas de atraso e era reconhecido pelos seus cidadãos e governantes aquando o golpe de 25 de Abril de 74, tendo a Revolução de Abril servido de mote para uma nova página na história de Olhão.

A tabela 1 também revela que a população da vila cresceria de 11 039 habitantes em 1970, para 19 770 em 1981, num incremento de 79%. Este aumento da população deveu-se sobretudo aos “retornados” que tinham deixado a localidade nas décadas anteriores e que agora voltavam, muitas vezes com vários filhos. Havia também os que voltavam para Olhão após alguns anos a residir noutros países, tendo emigrado clandestinamente, e que podiam retornar legalmente após o golpe militar de 25 de abril de 1974. E havia ainda aqueles que nunca tendo residido em Olhão, por lá ficaram ao voltar a Portugal.

Este aumento populacional teria duas grandes consequências. A primeira resultou das embarcações que vieram de Angola com vários tripulantes a bordo, assim como outros portugueses que tinham experiência comercial nas colónias portuguesas, contribuindo para uma dinamização económica do concelho. A segunda foi o agravamento dos problemas sociais, sobretudo a nível de habitação, que este aumento da população representou, colocando ainda mais pressões sobre as já deficitárias infraestruturas e equipamentos (Bonança, 2014).

Note-se que, pelo início dos anos 80, algumas das poucas fábricas de peixe ainda existentes, persistiam em lançar na rua os efluentes resultantes do processamento do pescado, uma mistura de sal e sangue, em ruas já elas marcadas pelo cheiro nauseabundo de peixes caídos e pisados repetidamente. Estas fábricas foram mais tarde encerradas, por iniciativa do Estado português, uma vez que não cumpriam quaisquer condições de segurança no trabalho ou regulações ambientais. Outras foram encerrando por dificuldades económicas.

Se era na zona este e nordeste de Olhão que se localizava a maioria dos bairros sociais construídos nos anos 50 pelo Estado Novo, a zona oeste continha a lixeira da vila, que mais não era que um descampado a céu aberto para o depósito avulso e não processado de lixo doméstico e até entulho particular. Era também nesta zona ficava o bairro das Barraquinhas ou das Cabanitas, que como o nome indica, consistia em barracas

improvisadas, construídas – se é que tal termo possa ser empregue –, com recurso a entulho e outros materiais repescados na lixeira e noutros depósitos de entulho. Não seria difícil confundir estas barracas com a lixeira à distância, ainda que nelas vivessem várias centenas de habitantes, não dispendo de nada que se assemelhasse a arruamentos, acesso a saneamento, canalização ou eletricidade (Bonança, 2014). Como descreve Piloto (1997: 36-37)

Durante dezenas de anos, o desgraçado bairro, partido ao meio pelo caminho de ferro, abrigou infelizes e pedintes, subsistindo das sobras vindas desde os menos confortados aos ricos. Além de ser o estrato mais miserável da vila da restauração, formava o quadro da maior porcaria, fome e doenças. (...) Deve dizer-se que a numerosa gente das Cabanitas vivia num doloroso desconforto. A chuva entrava-lhes nas barracas por orifícios e rachas; (...) Os velhotes, quantos deles já paráliticos, aguardavam ansiosos pelas esmolas que a garotada descalça e rota, pés roxos, negros e franzidos, trazia para o pequeno almoço ou jantar da família.

Piloto (1997: 37) sublinha ainda que “(...) os das Cabanitas eram as maiores vítimas da tuberculosa. Dia sim, dia não, aparecia mais um tísico (...) escarrando sangue pelas areias sujas, havendo um ou outro que lá ia aos ombros” para o cemitério. Esta descrição extremamente gráfica e inquietante do bairro, persistiu durante décadas, e apenas peca por não conseguir reproduzir fielmente a magnitude da miséria e pobreza que o caracterizava. Apesar de ser o caso mais extremo, a vila contava com outros bairros nos arredores que somente podem ser qualificados como hediondos pela falta de condições de vida que ofereciam aos seus moradores

Esta imagem permite perceber a relutância e a reserva que vários estrangeiros tinham relativamente a Olhão. Mesmo que muitos tenham conhecido a cidade mais recentemente, alguns dos seus familiares e amigos, quando não eles próprios, tinham já visitado o Algarve anteriormente e ao passar por Olhão tinham ouvido relatos ou contactado com esta realidade, até porque as imagens acima descritas eram visíveis na viagem de comboio, uma vez que a linha férrea atravessa a cidade, ou na viagem de carro, pois Olhão também é atravessada pela Estrada Nacional 125, perto da qual se situavam alguns dos bairros mais degradados e empobrecidos de Olhão.

Os surtos de doenças infectocontagiosas anteriormente descritos, se mitigados pelos avanços da medicina, foram potenciados pelas más condições de salubridade da vila e, mais tarde, cidade. Para isto também contribuiu o encerramento do hospital de Olhão ainda durante o Estado Novo, que era a única unidade de saúde que Olhão dispunha. Só em 1987 a Câmara Municipal, por sua própria iniciativa, procedeu à construção do atual centro de saúde (Bonança, 2014).

O desenvolvimento de Olhão só começou a sentir-se a partir dos anos 80, após a aprovação da Lei das finanças locais de 1979, que, pela primeira vez na história de Portugal, contemplava transferências financeiras para as autarquias em sede de Orçamento de Estado. Só devido a esta inversão de circunstância é que Olhão encontrou condições, a nível autárquico, para proceder à construção de centenas de fogos de habitação social, sistemas de saneamento, abastecimento de água e eletricidade (que só foram terminados nos anos 90), construção de equipamentos como lares, escolas ou creches. Também foi nos anos 80 que paulatinamente se acabou com várias das lixeiras e pontos de despejo de entulho espalhados pela cidade, assim como se deu o encerramento das fábricas que operavam sem obedecer a quaisquer normas ambientais. Foi ainda neste período que se iniciou a requalificação do jardim da baixa de Olhão, o chamado Jardim Pescador Olhanense, que ainda hoje se encontra ao longo da zona ribeirinha da baixa de Olhão.

Os anos 80 ficaram ainda marcados pelo acesso aos fundos de pré-adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), que começaram a ser utilizados pelo Estado português a partir de 1980 para mitigar muito do atraso social e infraestrutural que marcava o país. A partir da adesão à Comunidade, em 1986, Portugal passou ainda a ter acesso a fundos sociais destinados ao desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas da CEE, como. Foi ao abrigo dos fundos europeus que Olhão assegurou financiamento para construir várias das infraestruturas acima mencionadas. Graças a este contexto, nos anos 90 já quase toda a população do concelho tinha acesso a saneamento básico, água canalizada e eletricidade. Mas se estes problemas ficaram resolvidos, outros demoraram mais alguns anos.

O crescimento e desenvolvimento de Olhão deveu-se ainda a dois importantes fatores: o primeiro foi a má reputação e pobreza extrema da cidade, que a tornavam numa das localidades do litoral português com preços mais baixos para novos apartamentos; e

o segundo, foi a sua proximidade a Faro (aproximadamente 10 quilómetros), onde o preço da habitação era mais elevado e se registava um rápido crescimento populacional.

Enquanto Capital de Distrito e sede administrativa da região, Faro viu o seu setor dos serviços crescer rapidamente durante os anos 90, atraindo trabalhadores de toda a região, sobretudo os mais jovens e qualificados. Porém, os custos de habitação mais elevados levaram a que muitos trabalhadores escolhessem Olhão e outras localidades nas imediações para residir enquanto trabalhavam em Faro. O facto de Olhão ter uma ligação rápida à autoestrada A22, que conecta o Algarve desde Lagos a Espanha, de ser atravessada pela estrada nacional 125 e ainda ter uma estação ferroviária no centro da localidade, facilitavam as deslocações pendulares entre Faro e Olhão e possibilitavam a deslocação de pessoas de todas as idades por via de transportes públicos, tendo este fator de mobilidade geográfica sido fulcral para o crescimento populacional de Olhão.

A criação da Universidade do Algarve em 1984 e o crescente número de alunos de fora de região que acolheu durante os anos seguintes também veio beneficiar Olhão, pois os baixos preços da habitação e custo de vida eram atrativos para vários dos recém-licenciados que queriam permanecer na região e procuravam alternativas a Faro. Estas jovens famílias, altamente qualificadas, também conferiram uma dinâmica social distinta à cidade, ainda que Faro fosse, para além de local de trabalho, o espaço de convívio destes novos moradores, tendo Olhão se tornado num exemplo clássico de uma cidade dormitório.

Mais poderia ser dito, mas o mais importante foi frisado: Olhão, apesar de ser uma das cidades com maior densidade populacional do país, sofreu décadas de atrasos resultante do inexistente financiamento público atribuído ao Algarve durante o período do Estado Novo. Para além da má reputação que lhe conferiu, esta imagem feriu o potencial de crescimento turístico do concelho, facto este que foi sentido até muito recentemente. Se o turismo floresceu no Barlavento a partir dos anos 60, graças às praias cobiçadas pelos turistas estrangeiros, o Sotavento, sobretudo na faixa entre Tavira e Faro, por carecer de praias com acesso terrestre, beneficiou menos. Mas ainda assim, quer Tavira quer Faro conseguiram conquistar uma presença turística muito antes de Olhão, precisamente devido à má imagem da cidade (Bonança, 2014), fator este que se revelaria absolutamente determinante para as atuais dinâmicas económicas, culturais e sociais que Olhão experiencia e que a tornam num caso isolado na região Algarvia.

2.2 – Olhão nos nossos dias

2.2.1 – Caracterização arquitetónica da zona histórica

A Barreta, ao contrário de alguns dos outros bairros antigos de Olhão, manteve viva, até aos dias de hoje, a tradição piscatória de parte dos seus habitantes, particularidade esta notória nos elementos que muitas casas ainda retêm, característicos das habitações de pescadores desde que as primeiras casas de alvenaria foram erguidas naquele, em 1715. Ainda assim, classificar a Barreta como bairro piscatório, como é frequente na comunicação social, é um grosso exagero. A pesca há muito que deixou de dominar a economia local e empregar a maior parte dos habitantes da cidade. Ainda assim, a tradição piscatória ainda se mantém viva em algumas zonas da cidade, frequentemente praticada por pescadores mais velhos ou familiares destes que encontraram na pesca o reduto milenar da sobrevivência dos povos do litoral algarvio.

Os traços arquitetónicos que caracterizam a zona histórica são diversos e, em certa medida, contraditórias. Há, a título de exemplo, o traçado da Barreta que, originalmente, apresentava uma disposição tendencialmente regular (Romba, 2008), contrastando com o que hoje pode ser encontrado no mesmo local. Como foi visto antes, a disposição irregular do traçado, quer da Barreta quer dos bairros contíguos, com particular incidência no bairro dos Sete Cotovelos, remonta sobretudo ao período de grande expansão que caracterizou a cidade no final do século XIX e início do século XX. A falta de espaço e as poucas possibilidades de muitos habitantes levaram a que se procurasse aproveitar ao máximo o terreno disponível.

Outro elemento são as açoteias, que constituem uma das imagens mais distintivas da cidade: “(...) o que individualiza estes aglomerados, é a predominância das coberturas horizontais, as *açoteias*, nas casas de rés-do-chão. Estas foram depois aumentadas em altura, com novos volumes – o mirante e o contra mirante –, aos quais se acede por escadas exteriores” (Antunes & Azevedo, 1988: 148). Tem havido um debate considerável acerca da origem deste modelo de construção – exclusivo de Olhão e da vila da Fuzeta: “Lembram, estas construções, os povoados marroquinos e alguns da costa mediterrânea espanhola. Certos autores pretendem ver nestes tipos de casas restos da

influência árabe, outros essencialmente, uma deriva climática” (Antunes & Azevedo, 1988: 148).

As semelhanças destas construções com as do norte de África são demasiadas para a hipótese de uma relação poder ser rejeitada, até porque os pescadores de Olhão (e da Fuzeta) eram os únicos que pescavam ao largo de Marrocos nos séculos XVII e XVIII, durante vários meses de cada vez, aí desembarcando e abastecendo as embarcações. Pode presumir-se que tenham sido influenciados pela sua arquitetura, uma vez que não foram influenciados pelas construções encontradas em Faro, Tavira ou qualquer outra localidade algarvia (ou portuguesa). Até porque os edifícios com açoteias que se encontram noutras localidades tendem a estar relacionados com Olhão, quer por terem sido construídos por descendentes de olhanenses ou por pescadores que andaram embarcados em Olhão ou na Fuzeta. Daí os exemplos mais antigos de açoteias encontrados fora do concelho de Olhão serem os das localidades vizinhas, que muitas vezes viam os seus pescadores partirem de Olhão.

Outra possibilidade avançada – porém mais remota –, é a de estas construções serem resquícios históricos da ocupação árabe do território do Algarve, que teriam influenciado os olhanenses. Se se tiver em consideração que as primeiras casas de alvenaria construídas em Olhão foram erguidas em 1715 e que os árabes tinham abandonado o Algarve há cerca de 500 anos, pode presumir-se que dificilmente esse interregno teria permitido uma influência arquitetónica tão forte sobre a diminuta população de pescadores oriundos de Faro que constituiu a primeira povoação da praia de Olhão. Mais, sendo estes procedentes de Faro, deveria ser possível encontrar, naquela cidade, construções similares, sobretudo atendendo a que os árabes, após a conquista pacífica da cidade em 1249, aí permaneceram durante mais tempo do que no resto do território, (Coutinho, 1998). Estas considerações reforçam a tese anterior, que se afigura como a mais plausível das duas.

Elaborando sobre as açoteias, estas cumpririam diversas funções ligadas à faina marítima e subsistência dos seus habitantes. A primeira seria conseguida através do mirante – uma pequena divisão construída acima da açoteia e que se elevava poucos metros acima desta, cuja função seria a de observar o estado do mar e a possível aproximação de embarcações de corsários, que eram comuns na costa algarvia no século XVIII. Aquando da construção das primeiras cabanas de junco, aquele local estaria a

poucos metros da praia, abrigado pelas ilhas-barreira, que facilitavam a formação de pequenos povoados junto à Ria Formosa. Quando estas casas, onde já residiam permanentemente mais de uma centena de pescadores, foram substituídas por edifícios de pedra, passaram a ter açoteias com mirantes, para facilitar a atividade piscatória da qual a população dependia. Situando-se Olhão a alguns quilómetros do mar, tendo entre si e este as ilhas barreira, seria necessária alguma elevação para alcançar, a olho nu, uma tal distância, sobretudo tendo as habitações sido construídas pouco acima do nível do mar, como era o caso da praia e baixa de Olhão (Romba, 2008).

As açoteias eram igualmente úteis para a secagem de peixe e frutos (sobretudo figos), muito comercializados nos mercados e consumidos pelos navegadores olhanenses. Dado o traçado das casas, edificadas ao lado umas das outras, não havia espaço à porta para quintais como sucedia no campo, pelo que a açoteia cumpria esta função.

À medida que foi faltando espaço para a expansão do bairro, os mirantes das açoteias foram convertidos em quartos ou substituídos por pisos adicionais. Em alguns casos foi construído um contra-mirante por cima daqueles, com o mesmo propósito que o anterior (Romba, 2012), possivelmente pelo facto de as adições às açoteias das habitações vizinhas dificultarem a visualização do mar à elevação a que os originais se situavam. As açoteias serviam também para guardar o equipamento da pesca que os marítimos guardavam em casa, inicialmente nos seus quintais, que com o tempo foram sendo substituídos por novas divisões.

Hoje em dia, o bairro da Barreta apresenta um forte contraste com a resenha histórica apresentada neste trabalho. As paredes caiadas deram lugar aos azulejos industriais, as açoteias foram substituídas por telhas ou telhados de zinco, foram adicionados pisos onde outrora se situavam mirantes, as janelas e portas de madeira foram trocadas por outras de alumínio e o traçado das ruas mais pequenas é caótico (Romba, 2008). Ainda assim, existem algumas ruas com um traçado mais direito, artérias do bairro que mantiveram a sua importância e foram, portanto, deixadas mais ou menos intocadas.

2.2.2 – Olhão enquanto destino turístico

O turismo é um fenómeno da modernidade, pelo que não surpreende que seja eminentemente urbano. Mas ainda que a urbanização induza ao turismo, o inverso pode ser igualmente afirmado: o turismo promove a urbanização (Henriques, 2003). O Algarve reflete esta realidade, dado muito do seu desenvolvimento ter sido incentivado pelo turismo a partir dos anos 60 (Agarez, 2013a), não em pequena parte devido à construção do aeroporto de Faro em 1965, tendo o número de estadias em hotéis na região crescido de 232 em 1950 para 31 417 em 1960; 1,1 milhões em 1970; e 7,3 milhões em 1988 (Silva & Silva, cit in Williams & Patterson, 1998). Assim, o turismo chega a ser descrito como o motor da economia algarvia, gerando 12,8% do PIB do sector turístico nacional e acolhendo 22% dos turistas estrangeiros que visitam Portugal (CCDR-Alg, 2013). Assim, o Algarve apresenta-se como “uma das regiões mais desenvolvidas do país e da Europa, dotada de recursos humanos altamente qualificados e com uma economia dinâmica, diversificada e competitiva, impulsionada pelo *cluster* do turismo, recreio e lazer...” (CCDR-Alg, 2006: 52).

Se o Algarve deve muito do seu desenvolvimento ao turismo, este também foi responsável por uma excessiva especialização do tecido económico (CCDR-Alg, 2015), levando a uma menor capacidade de resiliência a choques económicos. Não deixa de ser relevante que em 1995 a região apresentava um PIB *per capita* 10% superior à média nacional, quando presentemente esse valor caiu para 2%. Também deve sublinhar-se que a região, em termos de Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), se encontra abaixo da média nacional nas vertentes da Coesão e da Competitividade (CCDR-Alg, 2013). Ainda que o Algarve tivesse partido de uma posição elevada em meados dos anos 90, estes e muitos outros dados, com particular ênfase para a taxa de desemprego com elevada variação sazonal, atestam a perda de competitividade da região para outras regiões portuguesas.

O turismo de massas que caracterizou o Algarve nas últimas décadas (Agarez, 2013a) não deu os frutos esperados no longo prazo, tendo, por conseguinte, surgido a necessidade de procurar alternativas e diversificar a oferta. O turismo náutico, de natureza e rural, sénior, de saúde, de cruzeiro ou cultural (CCDR-Alg, 2013, 2015) constituem novas modalidades a serem desenvolvidas e promovidas pelos agentes e instituições regionais e locais, como meio de promover a região, não só para combater a sazonalidade

crónica que o setor experiencia, como para atrair um novo público que queira experiências diferentes do turismo de “sol e praia”.

O turismo singrou no barlavento algarvio devido à existência de praias de acesso terrestre. Faro possuía uma única praia, de pequena dimensão e situada a alguns quilómetros da cidade. Tavira e Olhão não tinham praias na cidade, tendo, porém, praias em algumas das suas aldeias. Este facto foi determinante para o desenvolvimento turístico destes três concelhos (ou ausência de desenvolvimento, neste caso). Vila Real de Santo António e Castro Marim atestam este facto, uma vez que tinham a maior extensão de praias do sotavento, o que promoveu o desenvolvimento de zonas altamente turistificadas como a Altura (Castro Marim), Cacela e Monte Gordo (Vila Real).

Ao longo dos últimos anos, Olhão tem vindo a tornar-se num destino turístico popular. De acordo com a CCDR Algarve (2013), 90% da capacidade de alojamento da região encontra-se na faixa litoral situada entre Lagos e Faro. O Sotavento tem pouca expressão a nível de procura turística quando comparado com o Barlavento. No entanto, Olhão enquanto concelho tem vindo a registar aumentos significativos na procura turística, em grande parte devido às ilhas, ao turismo náutico e à sua arquitetura, tendo a construção de uma unidade hoteleira de cinco estrelas, 2010, contribuído grandemente para divulgar a cidade no estrangeiro.

As características da cidade também têm contribuído para destacar Olhão no Algarve enquanto destino turístico alternativo. Estes factos contrastam com a realidade da região, que registou, entre 2001 e 2011, menos 8,1% dormidas, sendo a única região do país com uma evolução negativa (CCDR-Alg, 2013), período este que viu a indústria turística de Olhão crescer lentamente. Atualmente, apesar de o turismo ter registado uma retoma a partir de 2012/2013, Olhão cresceu acima destes valores.

A história do turismo no Algarve não é particularmente antiga. Apesar da popularização da região enquanto destino turístico remontar aos anos 60 do século XX, as suas raízes datam das décadas anteriores. Ainda assim, trata-se de um período sobre qual a documentação abunda e os registos são fidedignos o suficiente para permitirem a elaboração de descrições e análises históricas sólidas e ricas em conteúdo. Mas assim sendo, por que razão tanto nesta história é obscuro?

Quando se pensa no turismo Algarvio pensa-se desde logo no Barlavento. Nos vários hotéis, campos de golfe, *resorts* à beira-mar, nas praias de areia branca e fina rodeadas de falésias e arribas naturais. Mas muitos poderão ficar surpreendidos por a imagem de Olhão ter sido utilizada durante os anos 30 e 40 por António Ferro, Secretário da Propaganda Nacional¹⁴ do Estado Novo, como imagem do Algarve, como nos conta Agarez (2013a: 726-727)

Olhão's townscape was a fixture in representations of Algarve from the 1920s, seducing adepts of the picturesque and modernists alike. With overlapping whitewashed volumes, terrace roofs and box-like turrets, it was repeatedly called Portugal's 'cubist village', a title first used in 1922 by António Ferro. (...) Ferro deployed the Olhão 'cubist' house as a surrogate for the Algarve as a whole, whenever the region was to be represented, at home and abroad.

Ainda que romantizadas, as imagens utilizadas para promover o Algarve serviram para popularizar a imagem das casas tradicionais de Olhão, difundindo a ideia de Olhão ser uma cidade "cubista" devido à esquadria das casas e às açoteias quadradas. Dada a popularidade de Picasso na Europa, não surpreende que a imagem cubista de Olhão tenha sido comercializada e alvo do interesse de diversos investigadores, escritores, jornalistas e arquitetos portugueses e estrangeiros (Agarez, 2013b).

Com efeito, ainda hoje se atribui a Olhão o adjetivo de cidade cubista, apesar de ser um epíteto herdado da propaganda do Estado Novo. Esta ideia tem tanto de curiosa como de bizarra, quando se tem em consideração a longa tradição de rebeldia para com os poderes instituídos que caracterizou a história de Olhão, sobretudo durante o período da ditadura, quando vários olhanenses foram perseguidos e, em alguns casos, mortos pela polícia política do Estado Novo (Soares, 2017).

¹⁴ O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) passou, após o termo da II Guerra Mundial, a designar-se de Secretariado Nacional de Informação (SNI). António Ferro manteve-se à frente do SPN e SNI entre 1933 e 1949.

2.2.3 – Os bairros históricos de Olhão na comunicação social

Na imprensa nacional, a primeira publicação recente acerca da Barreta data de 2013. O jornal Público destacou a edição de agosto da revista gastronómica *Jamie*, na qual Olhão era referida. A revista do reputado *chef* britânico aludia à gastronomia local e a “uma cidade que parece intocada pela vida moderna, onde as pessoas vivem do mar e a comida é simplesmente fabulosa.”

O artigo refere ainda o contraste que Olhão apresenta quando comparada com as demais cidades turísticas do Algarve: “não há um turista de pele avermelhada, espreguiçadeiras às riscas ou um pub irlandês à vista (...) em vez disso, descobrimos uma cidade piscatória maravilhosamente desalinhada e devidamente autêntica e os seus adoráveis mercados” (cit in Público, 2013).

Outro destaque deste artigo é a arquitetura de traços árabes do centro histórico, os mercados restaurados, assim como as ilhas. A palavra autenticidade é reiterada no original e fielmente traduzida neste artigo, utilizada para descrever o estilo piscatório da cidade (Entre Destinos, 2013).

Menos de um ano depois, o Público (2014) voltaria a destacar a cidade de Olhão, desta vez pelas casas compradas na zona histórica da cidade por reformados estrangeiros, para restauro e habitação. O artigo destaca o caso de dois casais, um francês e outro britânico, que adquiriram casas devolutas para nelas habitarem, seduzidos pelo baixo preço e pelas características locais. Jean-Louis Pallanca, naturopata reformado, aponta como fatores que o motivaram a adquirir duas habitações na zona histórica “o sol, o mar, o peixe fresco, o mercado, o ambiente de uma cidade viva todo o ano, mesmo de inverno, e que não vive apenas do turismo.” Chegou um dia a Olhão de veleiro e imediatamente se apaixonou pela cidade. O outro caso que o artigo destaca é o de Will Davies, britânico também reformado, diz ter comprado casa “por causa do clima, da boa comida, dos habitantes e da segurança.”

O artigo prossegue discutindo o mercado imobiliário do centro histórico. Elsa Marques, agente imobiliária, afirma que a maioria dos seus clientes são reformados oriundos “de Inglaterra e França, mas também da Alemanha, Dinamarca e Finlândia.” Este surto de popularidade é justificado pela abertura, em 2010, de um hotel de cinco estrelas, o primeiro da cidade. O artigo salienta ainda a tendência para a restauração do

património ao invés da demolição, apontando que a vaga de imigração de reformados estrangeiros deve-se “A nova lei, que permite a isenção fiscal durante dez anos para as pensões de reforma de cidadãos estrangeiros que residam em Portugal há mais de 183 dias, é um factor essencial para a nova vaga de imigrantes reformados” (*sic*), de acordo com Reinaldo Teixeira, agente imobiliário.

Os artigos seguintes são excertos de uma publicação *online* da página da CMO (2016), consistindo em entrevistas, fotografias e alguns dados. Um dos primeiros testemunhos é o de Filipe Monteiro e de Eleonore Lefebure, dois arquitetos que se mudaram para a Barreta há quase 10 anos, vindos de Nova Iorque. Segundo o próprio,

Um sítio a Sul é sempre um sítio a Sul, mas aqui há algo de identificável, com carácter próprio, sentimo-nos fortemente atraídos por este pedaço de terra (...) Olhão não é uma cidade assética, formatada; não é moderna, tem pescadores. A Barreta tem a vizinha que vai ao pão em chinelos e roupão; tem a vista para o mar, tem esta premissa de podermos andar pelas ruas em chinelos e calções, anónimos; tem o mar logo ali; o estrangeiro é obrigado a falar português... é isto que torna a Barreta realmente única.

O arquiteto Filipe Monteiro tem sido responsável pela recuperação de dezenas de prédios devolutos do bairro. A sua postura tem sido a de procurar conservar as casas no que toca aos seus elementos base, mais do que alterá-las, permitindo que a recuperação do edifício se mantenha o mais fiel possível ao original. Procura assim aproveitar os materiais originais e remover as alterações que sucessivas intervenções passadas fizeram e que descaracterizam as casas. É assim que, de acordo com o artigo, se consegue “viver num local autêntico, verdadeiro, onde o tempo ainda corre devagar.”

É também contado o caso de Meinke Flesseman, uma pintora holandesa que, tendo conhecido a Barreta desde pequena, decidiu mudar-se para o bairro há seis anos: “se formos a outras cidades da região, tudo nos faz lembrar um postal ilustrado. Aqui não. Esta é uma terra autêntica. Adoro as cores, as casas antigas e típicas. Cada vez conheço mais artistas interessados em vir para aqui viver, também”.

Mais à frente, o artigo refere que os novos habitantes do bairro provêm sobretudo do norte da Europa, de países como Inglaterra, Alemanha, Holanda, França, Suíça e Bélgica. Acrescenta ainda que estes residentes têm “um nível cultural elevado”,

procurando “um estilo de vida simples e descontraído, com verdadeira qualidade de vida, onde tudo, incluindo o mar, está a uma caminhada de distância.” A maioria são reformados, mas alguns possuem profissões que lhes permitem o trabalho à distância. Aos novos residentes estrangeiros juntam-se ainda alguns portugueses que aqui adquiriram casas para férias. Em todos os casos, os novos habitantes começaram por passar férias na cidade antes de decidirem mudar-se.

Dois empreiteiros, Gabriel Dias e Vítor Baeta, são mencionados como responsáveis por muitas das intervenções nestas casas. Baeta afirma que “na maioria dos casos, o que fazemos são obras de restauro e beneficiação, mas sempre respeitando a traça e os materiais originais”. Dias acrescenta que os recursos modernos possibilitam determinadas comodidades, como os vidros duplos e as piscinas ou jacuzzis nos terraços, sem que estas descaracterizem o traçado original do bairro.

Volvidos 12 anos desde que Filipe Monteiro e Eleonore Lefebure, decidiram mudar-se para a Barreta, o casal volta a ser protagonista de um artigo, desta vez do Público (2016). Este começa com o arquiteto a afirmar que “as pessoas falavam alto, num ambiente tipicamente mediterrânico”, acrescentando Eleonore “mas eu gosto disto, autenticidade.” O artigo discute ainda as tensões geradas pela revisão do PPZHO – Plano de Pormenor da Zona Histórica de Olhão, que “contempla a possibilidade de crescimento do centro histórico, para atrair à cidade mais residentes.” Os novos residentes temem que o bairro possa vir a ser descaracterizado pela nova vaga de construção que o PPZHO pode motivar. Antes da crise do imobiliário instalar-se em 2008, muitos prédios devolutos do centro histórico de Olhão eram adquiridos para construção de apartamentos e novas construções em altura (CMO, 2016). Estas não tinham em consideração as características da Barreta e do edificado mais antigo, implicando a importância que a crise na interrupção deste processo.

Filipe Monteiro afirmou neste artigo que teme que o bairro se torne numa zona turística sem identidade própria, sublinhando as “vivências locais” que, em conjunto com a arquitetura, criam uma estética singular na região. “Nós apreciamos enormemente este aspeto [tradicional] por nos sentirmos integrados numa comunidade real e não numa cidade para o turista”, afirma Eleonore Lefebure, numa comunicação enviada à CMO, refletindo o sentimento dos novos moradores do bairro da Barreta em relação ao PPZHO.

“Eles andam muito apreensivos com a proposta para a zona histórica”, enfatiza Filipe Monteiro. “Este é o único sítio que conheço onde os ingleses se esforçam por aprender português”, sublinha, lembrando a familiaridade do bairro. Passa um dos novos residentes, de calções e chinelos. Cumprimentam-se com um “bom dia” e um sorriso de cumplicidade: “É isto que eles apreciam, o andar descontraído, de forma anónima.” O cidadão, de cabelos grisalhos, revela, é um americano, casado com uma sueca, que fez carreira profissional na indústria dos alumínio. Pouco depois, cruza-se com um mariscador. “Então, vais ao mar?”

CAPÍTULO 3 – REVISÃO DA LITERATURA

Toda a procura de conhecimento nasce com uma interrogação. A dúvida e a curiosidade animam os pensadores e têm sido as primeiras paragens na grande viagem para o conhecimento desde os primórdios da filosofia, há quase três mil anos. Mais do que métodos, teorias, conceitos ou posicionamentos, aquilo que fundamentalmente distingue as várias áreas científicas que trabalham os mesmos objetos é a forma como os encaram. As ciências sociais serão porventura o melhor exemplo desta afirmação, pois mesmo sendo a realidade social una, como dizia o célebre Sedas Nunes, um sociólogo, um psicólogo e um geógrafo poderão observar o mesmo fenómeno e focar-se em diferentes aspetos deste.

Esta pluralidade é a maior força e, simultaneamente, a maior debilidade das Ciências Sociais. Pode ser dito que a excessiva compartimentalização entre disciplinas (Guerreiro, 2016a), os vários conceitos equivalentes com nomes diferentes em disciplinas distintas (Wilson, 1999), o excessivo enfoque em métodos particulares por parte de algumas áreas científicas (Lattuca, 2001), quando estes deveriam ser transversais e constituir ferramentas ao dispor de todos os investigadores (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 1991), acabam por tornar-se entraves ao progresso científico.

Posto isto, frisa-se o argumento de que a melhor forma de investigar objetos complexos que se situam nas fronteiras de várias disciplinas e que frequentemente mobilizam correntes teóricas, conceitos, técnicas ou métodos distintos na sua investigação, é através de uma abordagem interdisciplinar. Como sublinha O'Regen, os fenómenos modernos de mobilidade, a título de exemplo, são um objeto de estudo interdisciplinar por excelência, dada não só a sua natureza totalizante, como a complexidade das suas manifestações e o historial científico de várias disciplinas que vêm estudando parcelas deste fenómeno de forma isolada:

The new mobilities paradigm demands mobilities to be investigated from an interdisciplinary guided perspective, aiming to establish a movement-driven social science in which movement is conceptualized as constitutive of economic, social and political relationships (2013: 37).

Este foi o ponto de partida desta investigação, a qual, apesar de ser iminentemente sociológica, pode, na sua essência, ser considerada igualmente uma investigação interdisciplinar, pois fez uso dos contributos de diversas áreas científicas, procurou sintetizar as várias interpretações de conceitos e noções que disciplinas distintas faziam e recorreu a métodos e técnicas de diferentes abordagens científicas, seguindo um desenho de investigação iminentemente interdisciplinar (Guerreiro, 2016b). Em suma, esta investigação procurou conciliar o conhecimento das várias áreas disciplinares das ciências sociais sobre as questões da modernidade, globalização, mobilidades e estilos de vida, iniciando-se a revisão da teoria do presente capítulo com a modernidade.

3.1 – Modernidade e Globalização

Historiadores e cientistas sociais vêm situando o começo da modernidade há mais de um século, com conclusões não muito díspares. Giddens (2002a: 1) afirma, a este respeito, que “o termo modernidade refere-se a modos de vida e de organização social que emergiram na Europa cerca do século XVII e que adquiriram, subseqüentemente, uma influência mais ou menos universal.”

A mais difícil das discussões acerca da modernidade será precisamente a de situar os seus limites, sendo a própria ideia de que a modernidade terá já terminado origem de acesos e apaixonados debates nas mais variadas correntes das ciências sociais e da filosofia – revelando-se tais discussões intermináveis e, frequentemente, pouco produtivas (Beck, 1997). Os autores que discutem e trabalham sobre a modernidade podem ser divididos em duas correntes: os que acreditam que ainda hoje vivemos numa sociedade melhor descrita como moderna e que pode ainda ser estudada da mesma forma que tem sido até ao presente, como Giddens, Habermas ou Beck, e aqueles que creem que as mudanças que o mundo enfrentou nas últimas décadas foram de tal forma dramáticas que preferem antes falar numa sociedade pós-moderna, como Baudrillard, Harvey, Lyotard, Derrida, Bauman, Deleuze, Jameson ou Foucault, apelando a novas formas de pensar e estudar a realidade social (Bauman, 2000; Harvey, 1990; Dillon, 2010; Ritzer, 2008).

Mas se é um facto que o mundo viveu grandes transformações, nem todos os autores acreditam que o resultado foi totalmente diferente do que se verificava no final do século XIX, como frisa Ritzer (2008: 87) “although all contemporary theorists recognize these dramatic changes, there are some who believe that there is more continuity than discontinuity between the world today and the world that existed around the last *fin de siècle*.”

O que se revela curioso nos escritos de alguns dos autores que se identificam com esta última posição é a forma como recorrem a determinados adjetivos para realçar a distinção entre a modernidade *inicial* – por falta de melhor termo – e a que surgiu no decorrer das supracitadas transformações. Giddens (2002a) utiliza o termo modernidade

tardia¹⁵, Beck (1997) fala em segunda modernidade, enquanto Habermas (1987) fala no projeto inacabado da modernidade, não faltando outros termos utilizados para efeito similar. Há desta forma um consenso por parte dos autores em relação a um aspeto, independentemente de se assumirem como modernistas ou pós-modernistas: as últimas décadas do século XX diferiram das anteriores de várias formas, levando a que determinados pressupostos – porventura erradamente assumidos –, fossem postos de parte e novas abordagens e perspetivas fossem utilizadas na investigação social.

Se os anos 70 viram nascer a orientação pós-moderna na filosofia e nas ciências sociais, foi também a partir desta altura que um outro processo começou a despertar o interesse da sociologia: a globalização. Seria então, pouco prudente, discutirem-se ambas as questões de forma dissociada, ou não fosse a modernidade, como a entende Giddens (2000), inerentemente globalizante, concordando também com esta posição Ritzer e Goodman (2006: 166), ao destacarem os contributos que a teoria pós-moderna deu ao debate sobre a globalização: “some forms of social theory – symbolic interactionism, critical theory, globalization theory – have proven very receptive to postmodern ideas” e ainda Featherstone e Lash (1995: 1), argumentando que a globalização “has in fact in a very important sense been the successor to the debates on modernity and postmodernity in the understanding of sociocultural change and as the central thematic for social theory.”

Mas o que é a globalização? Dependendo dos autores, a globalização consegue simultaneamente ser um conceito (Khondker, 2004), um processo (Ritzer, 2011; Waters, 2001), uma era (Giddens, 2002a), um campo da sociologia (Sassen, 2007a), uma ideologia (Soborski, 2012), um sistema, uma condição ou uma força (Steger, 2003). Outros argumentaram até que a globalização terminou após o atentado de 11 de setembro de 2001, apontando para a viragem pós-globalista (Held & McGrew, 2007). A plasticidade do termo globalização é somente equiparada à sua durabilidade na agenda científica. E conferir-lhe inteligibilidade é um desafio, dada o infindável número de sentidos, designações e aplicações que lhe estão associadas. A bom rigor, o termo globalização pode ser invocado em qualquer um dos exemplos anteriores, no sentido que os vários autores lhe atribuem. Mas optou-se, neste trabalho, por o desconstruir e estabelecer qual é o entendimento a ser atribuído nesta investigação.

¹⁵ Referindo-se à pós-modernidade como modernidade radicalizada.

O termo globalização entrou no léxico público no final dos anos 80 e início dos 90, salientando Giddens (2002a: 20) que este “quase não era usado, nem na literatura académica nem na linguagem corrente. Apareceu não se sabe de onde, para chegar a quase todos os sítios.” Stearns (2010) concorda com esta data, mas acrescenta que no Japão já se utilizaria um conceito equivalente nos anos 60. Waters (2001) afirma que as palavras globalização, globalizar e globalizante só começaram a ser utilizadas comumente a partir dos anos 60, remetendo a 61 a inclusão do termo globalização no primeiro dicionário.

Khondker (2004), ao analisar as primeiras obras consagradas ao tema e os dicionários de sociologia, conclui que só na segunda metade dos anos 90 é que o conceito de globalização seria adequadamente introduzido nos dicionários e os autores que estudavam o tema começariam a publicar trabalhos integrais sobre o assunto. No que concerne a jornais e publicações, eram poucos os artigos nos quais se falava claramente de globalização, mas já nos anos 80 existiam publicações com o termo no título. Tal não significa que os fenómenos subjacentes não fossem já estudados e discutidos – antes pelo contrário –, muitos eram discutidos há já várias décadas, mas ainda de forma isolada e sem que existisse uma designação para estes – tendo mais tarde sido cunhada a designação de sociologia da globalização para o efeito (Sassen, 2007a).

A globalização insere-se na extensa lista de conceitos sociológicos para os quais as definições são diversas e pouco consensuais. Giddens (2000: 45) apresenta uma das mais utilizadas, ao afirmar tratar-se da “intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa.” Waters (2001: 5) fala antes em “a social process in which the constraints of geography on economic, political, social and cultural arrangements recede, in which people became increasingly aware that they are receding and in which people act accordingly.” Já Ritzer (2011: 2) descreve a globalização como “a transplanetary process or set of processes involving increasing liquidity and the growing multi-directional flows of people, objects, places and information as well as the structures they encounter and create that are barriers to, or expedite, those flows”, chamando ainda a atenção para o facto de esta definição não considerar a crescente integração económica e financeira como inevitável, podendo a globalização também provocar uma reação de oposição à integração.

A sua origem é mais controversa que a sua definição e gerou um dos intermináveis debates em torno da globalização. Se há quem situe o começo da globalização nos anos 70, ou após o fim da Segunda Guerra Mundial, outros autores preferem a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Industrial, ou até mesmo a Revolução Francesa. Outras datas também apontadas na literatura serão as da constituição do Império Britânico, dos descobrimentos marítimos de Portugal e Espanha, da formação do Império da Mongólia, do Império Romano, as conquistas de Alexandre o Grande ou ainda as do Império Persa (Pieterse, 1995; Stearns, 2010).

Registrar a multiplicidade de datas em que a globalização terá começado nas mais variadas obras consagradas ao tema ou que apenas o discutem pontualmente torna-se num exercício Sísifo. E existem ainda autores que rejeitam que a globalização se trate de algo singular, mas antes do progresso da história humana, desde a sua origem até ao presente, tendo muitos destes momentos refletido transições históricas e revoluções tecnológicas (Bilton *et al.*, 2002; Ritzer, 2011; Robertson, 1992).

Peter Stearns (2010) terá mesmo feito uma análise histórica da globalização, frisando que contrariamente aos eventos históricos, os processos históricos tendem a ser alvo de intermináveis debates, reacesos com forte entusiasmo sempre que novas evidências históricas surgem, sugerindo que determinada data tida como mais ou menos consensual poderá não o ser. Stearns pretende precisamente classificar a globalização como um processo histórico, tal como muitos outros autores fazem, sendo esta a posição adotada neste trabalho (Bauman, 1998; Beck, 1997, 2008; Ritzer, 2011; Robertson, 1992; Waters, 2001).

Ao se aceitar a globalização como um processo, a questão a que se pretende dar resposta é precisamente a do que se trata quando se fala de globalização e qual a sua relevância para a compreensão dos fenómenos de mobilidade humana e estilos de vida. E como num entendimento hegeliano, há tantas respostas verdadeiras quanto as visões do mundo possíveis, pelo que não se procurou apresentar uma resposta simplista à questão, mas antes aventar uma série de propostas de resposta baseadas nas considerações que os vários autores oferecem. O objetivo é então o de enquadrar as transformações do mundo pós-moderno e clarificar de que forma os fenómenos discutidos nesta revisão de literatura estão relacionados entre si.

Talvez uma das reflexões mais bem conseguidas acerca da origem da globalização seja a de Robertson (1992: 8), ao dizer que “[the] processes and actions to which the concept of globalization now refers have been proceeding, with some interruptions, for many centuries, but the main focus of the discussions of globalization is on relatively recent times”, deslocando a tónica da origem para o processo. Ao mesmo tempo, Robertson rejeita a conclusão de Giddens de que a globalização seja uma consequência da modernidade, mas antes, no seu entendimento, uma *condição* da modernidade (Featherstone & Lash, 1995), ideia esta também suportada por Waters (2001), que afirma que a modernidade seria, enquanto conceito, predecessora da globalização.

Durante várias décadas, a sociologia estudou sociedades enquanto sistemas demarcados, enquanto estados-nação, quase como isolados em alguns casos, incidindo as análises nas características e propriedades de um determinado sistema social (Wallerstein, 1999). Vem imediatamente à ideia a extensa obra de Parsons em torno do estrutural-funcionalismo e da teoria geral dos sistemas (Habermas, 1987). Mas poderíamos igualmente falar em Merton ou Luhmann (Brunkhorst, 2006; Chase-Dunn, 2006), entre vários outros.

Porém, a introdução da noção de globalização no léxico da sociologia transformaria a própria disciplina. Como salienta Giddens, a globalização prestou um importante contributo para uma mudança na forma como a sociologia concebia a própria noção de sociedade, ao afirmar que

A confiança indevida que os sociólogos depositaram na ideia de «sociedade», no sentido de um sistema delimitado, deveria ser substituída por um ponto de partida que se concentre na análise de como a vida social está ordenada através do tempo e do espaço – a problemática do distanciamento espaço-temporal (2000: 45).

Por outras palavras, a globalização veio destronar a ideia de as sociedades poderem ser estudadas de forma isolada, ao mesmo tempo que questionou décadas de investigação que refletia o paradigma dominante na sociologia até então, como defendem Featherstone & Lash (1995: 2) “a central implication of the concept of globalization is that we must now embark on the project of understanding social life without the

comforting term «society».” Isto quer dizer que, no contexto da globalização, só faz sentido pensar em “sociedade” se for num entendimento mais lato e não num sistema fechado, uma vez que a globalização se refere tanto à compressão do mundo como à intensificação da consciência do mundo enquanto um todo (Robertson, 1992).

Uma outra dimensão recorrente na discussão em torno da globalização é a forma como o mundo se foi distanciando da solidez estática que caracterizava a vida no período que antecedeu a globalização. Giddens aborda esta questão apresentando-a como a problemática do distanciamento espaço-temporal e estando igualmente presente nos trabalhos de vários autores que discutiram a globalização, como Bauman (1998: 2), que afirma sobre este assunto “the term «time/space compression» encapsulates the ongoing multi-faceted transformation of the parameters of the human condition” ou Therborn e Khondker (2006: 1), ao dizerem que a globalização é “simultaneously economic, technological, political, and cultural processes of interconnectivity that tends to «de-territorialize» rendering space somewhat insignificant.” No mesmo sentido apontam Santos e Esperança:

(...) esta compressão do espaço acabaria por redundar em mudanças radicais nos comportamentos, coadjuvados pela intensificação de fluxos de informação que, colocando em contacto todos com todos e, principalmente, com diferentes modos de viver, pensar e sentir a vida, modificam o próprio conceito de sociedade, de comunidade, de pertença, de trabalho e de lazer (2011: 40-41).

Outros autores abordam a ideia de que a solidez estática das sociedades pré-modernas foi dando lugar a um estado de *liquidez*, invocando uma imagética de mobilidades, fluxos, dinâmicas e mudanças (Ritzer, 2011). Tal surge por contraste com os tempos em que o lugar dos indivíduos na sociedade era determinado à nascença, em que muitos viviam toda a vida sem saírem da sua própria região, nos quais viajar era uma aventura equiparável hoje em dia apenas a ir ao espaço.

A metáfora da liquidez está na raiz do pensamento de Bauman, sendo esta liquidez produto da presente etapa da modernidade, que resulta num estado de “leveza”¹⁶, como o próprio autor afirma:

the extraordinary mobility of fluids is what associates them with the idea of «lightness» [...] We associate «lightness» or «weightlessness» with mobility and inconstancy [...] these are reasons to consider «fluidity» or «liquidity» as fitting metaphors when we wish to grasp the nature of the present, in many ways *novel*, phase in the history of modernity (2000: 2)

Numa lógica similar à de Bauman, também Appadurai (2005) se centrou na fluidez do tempo presente, utilizando o termo fluxos¹⁷ para designar as transformações culturais globais. Este termo foi também adotado por Ritzer (2011: 7) para discutir a globalização, mobilizando ainda a imagética de Bauman: “because so much of the world has «melted», or is in the process of «melting», and has become liquefied, globalization is increasingly characterized by great *flows* of (...) people, objects, information, decisions, places, and so on.”

A ideia de que a globalização não só une, mas separa é uma premissa da perspectiva de Ritzer (2011) acerca da crescente integração que a globalização promove poder não só não ser inevitável como também reversível, ideia esta patente em muitos outros. Bauman (1998: 2) alerta para isto, dizendo “globalization divides as much as it unites; it divides as it unites – the causes of division being identical with those which promote the uniformity of the globe.” No mesmo sentido aponta Giddens (2000, 2003) ao falar de processos de desenvolvimento desigual, introduzindo ainda o argumento de que numa economia global, as razões do enriquecimento de uns poderão ser simultaneamente as do empobrecimento doutros.

Os processos de desenvolvimento desigual mencionados anteriormente estão intimamente ligados à globalização no sentido em que resultaram de opções políticas, mais ou menos conscientes, motivadas pelo surgimento do neoliberalismo enquanto força motriz do capitalismo do final do século XX (Harvey, 2007). Se as transformações políticas desencadeadas neste período no sudeste asiático, na Europa de leste, na América

¹⁶ *Weightlessness* no original.

¹⁷ *Flows* no original.

do Sul e em alguns países africanos foi uma manifestação da homogeneização político-financeira que o capitalismo neoliberal promove, nesses mesmos países as desigualdades e exclusões não só persistiram como, em alguns casos, agravaram-se (Almeida, 2013), não só dentro dos países como também entre regiões e continentes (Costa, 2012).

A inevitabilidade da integração que alguns consideram que a globalização promove tem sido uma passagem delicada para vários dos principais teóricos da globalização. Se a aproximação cultural e a crescente interdependência política, cultural, económica e financeira que a globalização representa é ponto assente, a leitura desse facto é pouco consensual. Ritzer rejeita a ideia de que a globalização equivalha a um processo irreversível de integração, destacando que para esta integração acontecer, é necessário que os fluxos circulem e não se cinjam a um processo unidirecional. Mas se há estruturas criadas para facilitar esses fluxos, outras há que têm a função contrária e que se opõem ao processo de integração.

Durante décadas, a sociologia estudou realidades circunscritas, havendo até quem classificasse a disciplina como o estudo das nações (Giddens, 2002a; Ritzer, 2011). Mesmo perante o mais intransigente ceticismo, será porventura difícil recusar-se que a noção de estado-nação que hoje existe não é a que imperava há cinco décadas atrás (Beck, 2008; Sassen, 1996), tendo a globalização transformado sua autoridade individual e a própria noção de soberania efetiva que estes detêm sobre o seu território (Cochrane & Pain, 2004). Há quem vá mais longe e considere que houve uma efetiva erosão de poder: “As globalization has intensified, the power of national governments to tackle it appears to have declined and international bodies lack the authority to enforce agreed policies” (McGrew, 2004: 125).

Contudo, os estados-nação ainda detêm consideráveis níveis de controlo em várias dimensões, sobretudo no que toca a migração e fluxos de pessoas ou até a modelos de desenvolvimento económico (Ritzer, 2011). Mesmo que a ideia de território e do controlo efetivo sobre estes se tenham redefinido, argumentar que os estados-nação se encontram impotentes perante as transformações desencadeadas pela globalização seria um grosso exagero (McGrew, 2004). Como sublinha Mosley (2007: 120). “It is not sufficient to assume that economic globalization is a unidimensional concept. Rather, nations are integrated differently into the global economy.” Apesar de vários autores apontarem que

a globalização significa a erosão das fronteiras e o fim do estado-nação (Risse, 2007), os últimos anos invalidaram estes argumentos.

Em suma, a globalização redefiniu o papel do estado-nação nas sociedades contemporâneas, dando aso a fenómenos como a transformação das fronteiras, a desterritorialização, novas formas de mobilidade humana, novas dinâmicas migratórias ou novos estilos de vida. Mas mesmo que o estado-nação se tenha transformado, este ainda é o palco onde os atores sociais experienciam e difundem os impactos da globalização, como escreve Sassen (2007b: 79):

(...) the global – whether an institution, a process, a discursive practice, or an imaginary – simultaneously transcends the exclusive framing of national states yet partly inhabits national territories. Seen this way, globalization is more than its common representation as growing interdependence and the formation of self-evidently global institutions.

3.2 – Estilos de vida na modernidade

A sociologia está estreitamente relacionada com a modernidade, tendo nascido a partir das reflexões que diversos pensadores teceram sobre as rápidas transformações sociais experienciadas no século XIX (Susen, 2015). Entre estes pensadores, hoje em dia chamados fundadores da sociologia, figuram nomes como Durkheim, Marx, Comte, Spencer, Weber (1963, 2011), Pareto ou Simmel (Hadden, 1997). Duas destas transformações revelaram-se particularmente importantes para a emergência da sociologia – a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, constituindo marcos de um novo mundo que se vinha construindo (Dillon, 2010; Stolley, 2005).

Estas transformações levariam à emergência da sociedade moderna e a novas formas de ser e estar no mundo ocidental, existindo uma efetiva transição das sociedades do estágio metafísico para o científico-positivo, na designação de Comte (Martineau, 2000), resultando em novos estilos de vida e de organização social que foram dos primeiros objetos de estudo da sociologia (Saunders, 1990; Sobel, 1981).

Sociólogos como Weber (2007), Marx (1982), Durkheim (1984), Veblen (2007) ou Simmel (1969) consagraram uma parte significativa do seu trabalho aos novos estilos de vida e de organização social das sociedades industriais europeias. Não surpreende então que as primeiras utilizações da expressão estilos de vida¹⁸ na sociologia surjam em trabalhos consagrados à classe e estratificação social. Uma vez que os recursos materiais disponíveis condicionam o processo de socialização e o desenvolvimento pessoal, a estratificação seria, por outras palavras, determinante para o estilo de vida dos indivíduos (Bottero, 2005).

Não obstante décadas de utilização em trabalhos sociológicos, a noção careceu nesse período de uma definição operacional, tendência que se manteve até ao início dos anos 80, sendo um conceito definido tautologicamente na maioria dos trabalhos:

The use of circumvention, while rarely explicit, is nevertheless the predominant approach to lifestyles in the sociological literature. This explains why researchers typically define lifestyle as a mode of living, a

¹⁸ *Lifestyles* na literatura em inglês.

seemingly innocuous tautology, and then proceed directly to an eclectic and/or ad hoc set of measures (Stebbins, 1981: 16).

Ainda que a noção não tivesse sido operacionalizada enquanto conceito rigorosamente definido, a sua presença recorrente em muitos dos primeiros trabalhos sociológicos, atestava que aquilo a que a expressão correspondia era, de facto, um elemento estruturante das sociedades modernas.

Embora sem utilizar diretamente a expressão estilo de vida, Marx já aludia ao modo de vida burguês, mesmo que a discussão em torno dos meios de produção e da posição objetiva que determinadas classes ocupam na estrutura social aludisse, de certa forma, à expressão (Sobel, 1981). No entanto, a primeira utilização formal de “estilo de vida” na sociologia remete para Thorstein Veblen (2007) e para o seu influente ensaio *The Theory of the Leisure Class*, publicado em 1899. Nesta obra, o autor discute as formas de lazer emergentes nos Estados Unidos no final do século XIX, relacionando o consumo com a estratificação social. A sua tese seguiria a linha de Marx, cunhando o conceito de consumo ostentatório para designar os modos de consumo que visam a afirmação de uma determinada posição na estrutura social, i.e., uma manifestação do sucesso individual e transformação da riqueza em símbolos observáveis (Gerro, 2007). Sublinha-se que o conceito de “estilos de vida” foi, desde as primeiras utilizações, empregue em temáticas estreitamente relacionadas com o lazer e o consumo.

Max Weber (1963) também mencionou os estilos de vida por diversas vezes na sua obra *Economia e Sociedade*, ainda que referisse apenas telegraficamente a expressão sem apresentar uma definição ou ensaiar uma conceptualização rigorosa. No seu entendimento, os estilos de vida estavam intimamente ligados ao estatuto social (*status*) que um indivíduo ocupava, resultando da sua formação e refletindo-se nas suas escolhas e percurso de vida. O estilo de vida foi referido como um comportamento expectável da parte de um indivíduo pelos seus pares de um determinado grupo social – ideia esta correspondente ao que hoje se designa de papel social.

Este entendimento popularizou-se na sociologia nas últimas décadas, em não pequena parte devido à popularização de correntes teóricas mais centradas no ator, em detrimento das abordagens macro teóricas que marcaram a sociologia desde o início do século XX até aos anos 70. Como afirmam Abercrombie, Hill e Turner:

(...) the concept [of lifestyle] has been used more widely still to designate the tastes, attitudes, possessions or ways of behaving of any social group which distinguish it from other social groups. Lifestyle is an aspect of consumer society. People buy into lifestyles and thereby distinguish themselves from others (2006: 222).

Destaca-se a dimensão de autoafirmação que esta definição abrange e que tende a ser central no entendimento que a sociologia das últimas décadas faz do conceito (Giddens, 2002b; Stevenson, 2006). Considerando esta definição à luz dos conceitos de *consumo ostentatório* de Veblen e de *papel social*, a autoafirmação seria feita através do consumo com fim à distinção. Este enunciado reflete tanto de Bourdieu, como de Weber ou Veblen, formando-se um triângulo entre os estilos de vida, o consumo e a identidade, como implica Featherstone:

While the term has a more restricted sociological meaning in reference to the distinctive style of life of specific status groups, within contemporary consumer culture it connotes individuality, self-expression, and a stylistic self-consciousness. One's body, clothes, speech, leisure pastimes, eating and drinking preferences, home, car, choice of holidays, etc. are to be regarded as indicators of the individuality of taste and sense of style of the owner/consumer (1987: 55).

Também a antropologia deu um importante contributo para o desenvolvimento do conceito de estilos de vida, através de inúmeros trabalhos que contribuíram para a sua evolução e afirmação no mapa científico. Como sublinha Stebbins "(...) a principal mission of ethnographic research is to describe and explain the lifestyles of different groups and categories of humankind" (1997: 347).

Tomando como boa a premissa de Stebbins, a investigação etnográfica teria, forçosamente, que debruçar-se sobre os estilos de vida, tal como se sucedeu no caso desta investigação, em que a imersão no quotidiano dos bairros da zona histórica de Olhão, as interações entre os autóctones e os estrangeiros residentes, assim como os seus estilos de vida foram os objetos em foco, tanto quanto os próprios bairros enquanto campo material e simbólico de relações, jogos e conflitos, num entendimento bourdieusiano do termo (Corcuff, 2001).

Deve ter-se presente que, antes dos anos 70, a expressão “estilos de vida” tendia a ser utilizada para classificar determinados elementos e dimensões de trabalhos teóricos e empíricos, sendo, na prática, uma categoria, ou, nas palavras de Tallman e Morgner, uma rubrica: “We view life-style as a broad rubric under which a number of behavioural activities and orientations can be included, each of which requires a distinctive investment of the individual’s resources of time, energy and money.” (1970: 337).

Na segunda metade do século XX a expressão “estilos de vida” também começaria a ser utilizado na área do marketing, aparecendo frequentemente em discussões sobre o consumo (Veal, 1993). Esta utilização expandiu o seu campo lexical e levou a que rapidamente fosse utilizado desregradadamente, tanto dentro como fora do mundo académico, ao ponto de Sobel (1981) afirmar que o termo *lifestyles* vida é um dos termos mais abusados da língua inglesa. Esta época seria o ponto de viragem a partir do qual estilos de vida se tornou numa expressão omnipresente nas chamadas revistas “cor-de-rosa” e dedicadas à moda, viagens, ao consumo de massas em geral, numa lógica puramente capitalista que associa os *media* com o consumo, numa manifestação de uma ideologia dominante, o que noutros termos quer dizer que os *media* se tornaram no difusor por excelência daquilo que Horkheimer e Adorno (2002) designaram de “cultura de massas”.

Um outro autor que marcou a discussão sociológica sobre os estilos de vida foi Pierre Bourdieu. Mesmo não utilizando diretamente o termo, Bourdieu baseou a sua teoria na relação entre a classe social e o estatuto, assim como na expressão material e cultural dos estilos de vida (Gerro, 2007). Os seus conceitos de *habitus*, *campo* e *capital* correspondem à mais bem conseguida tentativa de relacionar as estruturas objetivas e as práticas do quotidiano (Webb, Schirato & Danaher, 2002). O conceito de *habitus* não deixa de ser surpreendentemente semelhante ao que a maioria dos autores entende como “estilos de vida”, sobretudo pela forma como estes, na maior parte dos casos, se focam nos padrões de vida coletivos e nas manifestações do gosto, identidade e cultura (Stevenson, 2006). Nas palavras de Bourdieu, por *habitus* entende-se:

(...) sistemas de *disposições* duradoras, estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente «reguladas» e «reguladoras» sem em nada serem o produto de obediência

a regras (...) sem suporem a mira consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para os atingir... (2002: 163).

Dado o projeto da obra de Bourdieu se pautar pela tentativa de ultrapassar a dualidade entre estrutura e agência (Layder, 2009), entende-se porque este autor aparece recorrentemente na discussão em torno dos estilos de vida, uma vez que este conceito foi sendo trabalhado da mesma forma e com o mesmo intuito nos estudos sobre lazer e consumo, e mobilizado no sentido de conferir inteligibilidade a estas práticas num quadro de referência sociológico. Este enquadramento conceptual e epistemológico confere não apenas robustez teórica à utilização do conceito, mas também uma solidez empírica, tendo toda a proposta teórica de Bourdieu nascido com o fim de ligar a teoria e a prática (Jenkins, 1992; Wacquant, 2002).

Outro contributo expressivo de Bourdieu para a discussão acerca dos estilos de vida consiste na sua obra *A Distinção* (1996). Nesta, o autor apresenta os resultados de um extenso estudo empírico, relacionando a sua teoria da estratificação e classe com as práticas culturais, destacando-se, entre estas, os modos de consumo. Inspirando-se em Marx e Weber, Bourdieu concebe a dominação social e o posicionamento dos indivíduos no xadrez social (campo) através da acumulação de recursos (capitais). A originalidade desta proposta reside no facto de ir para além do plano económico, aproximando-se mais da proposta weberiana que da perspectiva marxista ortodoxa (Ritzer, 1996). Desta forma, a posição de um determinado indivíduo na estrutura social resulta da conjugação dos capitais económico, social, cultural, que se refletem no capital simbólico, que é, ao fim e ao cabo, o reconhecimento ou prestígio social que o agente tem (Calhoun, 2003). O resultado é uma conceção de estrutura social distante das tradicionais hierarquizações piramidais, falando Bourdieu antes em espaço social (Bonnewitz, 2003).

Bourdieu também dedicou parte da sua obra ao gosto nas suas várias vertentes: na formação do gosto, nas manifestações de classe e estatuto que o gosto denota e na afirmação política do gosto. Um dos maiores contributos a notar na sua obra é a ideia de o gosto não somente diferencia socialmente os indivíduos como também os permite situar na estrutura social:

Taste classifies, and it classifies the classifier. Social subjects, classified by their classifications, distinguish themselves by the distinctions they make between the beautiful and the ugly, the distinguished and the vulgar, in which their position is the objective classifications is expressed or betrayed (Bourdieu, 1996: 6).

É, em grande parte, graças à teoria de Bourdieu ter ido para além da dimensão económica e incorporado os planos cultural, social e simbólico que o seu conceito de *habitus* marca uma viragem da sociologia no que diz respeito aos estilos de vida, afastando-os este conceito das meras lógicas do consumo, como tendia a suceder-se na área do marketing, e a aproximar o entendimento do termo daquele que a antropologia já vinha fazendo. Como escreveu Bourdieu (1996: 170)

The habitus is both the generative principle of objectively classifiable judgements and the system of classification (*principium divisionis*) of these practices. It is in the relationship between the two capacities which define the habitus, the capacity to produce classifiable practices and works, and the capacity to differentiate and appreciate these practices and products (taste), that the represented social world, i.e., the space of life-styles, is constituted.

E esta particularidade revelou-se central nesta investigação, pois como veremos adiante, a mudança de estilos de vida que muitos dos novos residentes da zona histórica de Olhão dificilmente poderia ser compreendida à luz um quadro conceptual singularmente focado no consumo e no plano económico enquanto fatores explicativos (Bourdieu, 1980).

No último terço do século XX os estudos sobre o lazer subordinavam-se a uma de duas escolas de pensamento: a marxista ou neomarxista, e a segunda, sem uma designação particular, chamada informalmente de pluralista, abarcando esta todos os trabalhos que não se enquadravam no primeiro grupo. Seriam, porém, os pluralistas, que utilizariam o conceito de estilos de vida nas suas investigações. Ainda assim, estes tiveram alguma dificuldade em afirmar-se como uma alternativa válida às abordagens marxistas e neomarxistas, dado o extenso historial e abundante trabalho dos marxistas em torno das temáticas do consumo, estratificação e estatuto social ao longo do século XX (Veal, 1989).

Só em 1981, num encontro de sociólogos membros da *World Leisure and Recreation Association*, é que o conceito de estilo de vida seria pela primeira vez apontado como tendo potencial para romper o *status quo* dos estudos sobre lazer. Veal (1989, 1993) encabeçou este movimento ao sugerir que os estilos de vida, a par do *status* – num entendimento weberiano –, poderiam constituir um novo quadro de referência para os estudos empíricos sobre o lazer. Não obstante, mais tarde, o mesmo autor reconheceu que o conceito sofria de uma particular debilidade: os mais de 30 significados encontrados na literatura, que o tornavam numa noção difícil de mobilizar para uma agenda científica de carácter mais empírico que teórico.

Contudo, nas décadas seguintes, a expressão “estilos de vida” não foi menos utilizado. Se algo, pode até afirmar-se que passou a ser mencionado mais que nunca a partir dos anos 80. Ainda que muita da sua popularidade fosse devida aos *media*, na comunidade científica não perdeu nenhum fulgor, tornando-se central nos debates sobre o consumo, o pós-fordismo e o pós-modernismo (Bell & Hollows, 2006), como conclui Binkley:

Lifestyles have attracted the interest of many contemporary sociologists for their usefulness in the analysis of processes of social change, and particularly for the perspective they offer on the unique social and cultural conditions characteristic of late capitalist or postmodern societies (2007: 2646).

Não é, portanto, surpreendente que a literatura científica e os debates em torno do lazer, consumo e modos de vida da modernidade tardia tenham sido tão marcados pela inclusão de estilos de vida na lista dos conceitos recorrentemente invocados. Como sumariza Featherstone,

(...) the new heroes of consumer culture make lifestyle a life project and display their individuality and sense of style in the particularity of the assemblage of goods, clothes, practices, experiences, appearance and bodily dispositions they design together into a lifestyle (2007: 84).

Atualmente, o termo é utilizado na sociologia de duas formas distintas: para posicionar os indivíduos no interior do espaço social (à semelhança do que sucede nas

perspetivas de Weber e, principalmente, Bourdieu) ou para permitir os indivíduos desenvolver um sentido de si próprios¹⁹ e da sua identidade. Os estilos de vida combinam então processos simbólicos e materiais, ocorrendo na interseção entre estrutura e agência. São, ao fim e ao cabo, uma representação da pertença a um grupo, da afirmação da identidade individual, transposta para as formas de vestir, comer e viver (Binkley, 2007), mas também para outras formas de viver o quotidiano, como práticas de lazer, gostos musicais e artísticos ou as preferências em termos de bens de consumo e serviços (Gerro, 2007).

Destaca-se o facto de as formas de lazer denotarem estilos de vida, uma vez que este foi um elemento instrumental da operacionalização desta investigação. Já Stebbins destaca a importância que os estilos de vida têm na formação de uma identidade social comum:

(...) a distinctive set of shared patterns of tangible behaviour that is organized around a set of coherent interests or social conditions or both, that is explained and justified by a set of related values, attitudes, and orientations and that, under certain conditions, becomes the basis for a separate common social identity for its participants (1997: 350).

Mas é a conjugação do entendimento sociológico dos estilos de vida com o entendimento que é feito nos estudos sobre o lazer que importa à presente investigação. É um conceito que pode ser aplicado a nível individual, na forma como os indivíduos se expressam, manifestam o seu gosto e assumem a sua identidade; ou a nível coletivo, pelas preferências e gostos refletidos e partilhados pelos elementos que constituem formal ou informalmente o grupo, assim como pelos seus padrões de consumo e posse de bens materiais (Gerro, 2007). É também particularmente relevante no cruzamento do consumo, práticas de lazer, quotidiano e identidade social dos grupos, elementos estes manifestados nas interações dos estrangeiros residentes com os autóctones.

O conceito de “estilos de vida” possui ainda a particularidade de ser aplicável tanto a nível micro como macrossociológico, conectando a agência e a estrutura, residindo

¹⁹ *Self* no original.

neste aspeto em particular a razão pela qual tem obtido tanto sucesso na sociologia. De acordo com Binkley:

(...) lifestyle has sustained as a key sociological concept, capable of bridging the divide between macro level concerns with large scale social structures and social groupings, and micro level concerns with the subjective dimensions of agency, meaning, and identity (2007: 2646).

Também Giddens dá um contributo determinante para a discussão em torno do conceito de estilos de vida, ao concebê-los como um produto da reflexividade com conotações políticas que vão para além da procura de um estatuto social (à semelhança de Bourdieu) e informam uma normatividade de como ser e estar numa sociedade global, o que permanece uma preocupação central na sua análise (Stevenson, 2006). Assim, Giddens entende os estilos de vida como

(...) práticas rotinizadas, as rotinas incorporadas em hábitos de vestir, comer, modos de agir e lugares preferidos de encontrar os outros (...) Cada uma das pequenas decisões que uma pessoa toma todo o dia – o que vestir, o que comer, como conduzir-se no trabalho, com quem se encontrar à noite, contribui para essas rotinas. E todas essas escolhas (assim como as maiores e mais importantes) são decisões não só sobre como agir mas também *sobre quem ser*²⁰. (...) Quanto mais pós-tradicionais as situações, mais o estilo de vida diz respeito ao próprio centro da auto-identidade (2002b: 80).

Com as conotações políticas dos estilos de vida, aquilo que Giddens pretende dizer é o corolário do papel que o consumo assume na manifestação de sensibilidades e opções políticas. Se o desejo de manifestar uma preocupação ou posição política motiva determinados tipos de consumo, e se o consumo, como referiu Featherstone (1987) forma um triângulo com os estilos de vida e a identidade, então os estilos de vida têm, por conseguinte, uma dimensão política, pois nos padrões de consumo (e nos estilos de vida) há um julgamento de valor que incide sobre as formas de ser e estar na sociedade, correspondendo perspectiva de “políticas de estilo de vida”²¹, como sumariza O’Regen

²⁰ Itálicos acrescentados.

²¹ *Lifestyle politics* no original.

(2013: 37): “How we move has become a statement of class, identity, personality, environmental values and wealth (amongst other things), as well as a practical means of simply completing everyday tasks.”

Um destes exemplos motivou o estudo de Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) que abordou o boicote a produtos de origem francesa que ocorreu nos Estados Unidos após a decisão do país não se envolver na invasão do Iraque, em 2003. Aos autores situam este boicote na mesma linha que boicotes e protestos tendo como alvo marcas como a *Nike* pela sua exploração infantil na Ásia ou a *Shell* pela falta de segurança ambiental da sua atividade. Mas as políticas de estilo de vida não se manifestam somente no boicote e censura de determinadas marcas ou bens, também se verificando uma preferência em relação a determinados produtos e meios de produção:

The use of consumer decisions as an instrument in political campaigns can also result in a call to *buy* certain goods and services that conform to the aims of the campaign in question. Labelling schemes for organic food, fair-trade products, environmentally friendly products and production methods, and ethical banking are examples of this positive face of “political consumerism” (Stolle *et al.*, 2005: 246).

As políticas de estilo de vida são um produto da crescente tendência de a identidade individual substituir a identidade coletiva enquanto ponto de partida para a ação política e cívica contemporânea das sociedades ocidentais (Bennett, 1998). As políticas de estilo de vida refletem “(...) the broader tendency to see political meaning in recreational experiences, entertainment choices, fashion decisions, and other personal happenings” (Shah, McLeod, Kim, Lee, Gotlieb, Ho & Breivik, 2007: 219). Podem ser encontrados exemplos destes estilos de vida politicamente motivados nos *vegans*, anarquistas, movimentos anticapitalistas e em muitas outras formas de ativismo social, manifestando-se numa forma de anti consumo (Portwood-Stacer, 2013). De acordo com Shah e restantes (*ibid.*), mulheres, jovens e indivíduos com maiores qualificações tendem a tomar decisões de consumo baseadas em considerações políticas ou éticas, estando as políticas de estilo de vida associadas ao pós-materialismo (Bennett, 1998) ou à nova sensibilidade perante problemas ecológicos (Beck, 1997).

Tomando em consideração todos estes contributos, o conceito de “estilos de vida” em que esta investigação se baseia está mais próximo do de Giddens, destacando-se a autoafirmação que os estilos de vida representam, assim como a reflexividade sobre *como* viver, adaptando os contributos dos vários autores ao enquadramento desta investigação. Ao mesmo tempo, este conceito afasta-se da interpretação abstrata *ad hoc* de estilo de vida que caracterizou a sua utilização até aos anos 70, sublinha-se antes o seu papel no paradigma das mobilidades, uma vez que muitos dos estilos de vida que emergiram nos últimos anos se apresentam como produto da globalização, tendo ganho um poder de atração descrito como normativo junto de determinadas minorias da população mundial, podendo levar ainda à “transformação de espaços, cidades, regiões, áreas costeiras e territórios (...) O movimento geográfico, mesmo que temporário, pode levar a desigualdades socio-espaciais e originar um novo leque de vulnerabilidades” (O’Reagan, 2013: 36).

3.3 – Mobilidades na era global

O termo mobilidade tem, na tradição sociológica, um significado bastante diferente daquele que tem na geografia ou nos estudos sobre migrações ou globalização. Desde os períodos clássico e pré-clássico da sociologia, mobilidade foi o termo utilizado para descrever a movimentação ascendente ou descendente de um indivíduo ou grupo de indivíduos na estrutura social, falando-se assim de mobilidade social (Sheller, 2014a). Não se falará aqui de mobilidade social, mas antes de mobilidade geográfica, no sentido de movimentação tendo como referentes o tempo e o espaço, eixos centrais de toda e qualquer discussão a propósito desta temática (Merriman, 2012).

É também relevante referir-se, como afirma Sheller (2014a) que as mobilidades humanas têm sido mais estudadas pela geografia e por outras áreas do que pela sociologia. Sobretudo devido ao significado²² que o termo mobilidades assumiu na disciplina, frequentemente associado à estratificação, a sociologia ignorou largamente a temática até há alguns anos atrás, quando finalmente se começou a interessar pelos fenómenos de mobilidade humana das sociedades da modernidade avançada.

Cohen e restantes (2015: 155) introduzem a sua discussão acerca das mobilidades com a seguinte afirmação: “corporeal mobility is increasingly influenced by and through transnational ties, changing sociocultural outlooks and technologies of transport, communication and social connectivity...” De facto, tanto a globalização como as mobilidades que lhe estão associadas são discutidas em conjunto tão frequentemente que por vezes se torna difícil dissociar ambos os fenómenos (Sheller, 2014a), sobretudo quando se considera a compressão do espaço/tempo ou do mundo como ponto de partida para a conceptualização de globalização, como é frequente acontecer (Appadurai, 2005; Bauman, 1998; Robertson, 1992).

De acordo com Sheller (2014a: 6), “mobilities are of course the *sine qua non* of globalization; without extensive systems of mobility – and globalist, or neoliberal, claims

²² Ainda que mobilidade social e as mobilidades geográficas sejam assuntos distintos, no sentido em que o anterior corresponde a um conceito sociológico e o último um campo de investigação, o termo mobilidades tende a ser, na sociologia, associado à estratificação social (Sheller, 2014a). Tratando-se da estratificação e mobilidade social uma das temáticas da proto-sociologia que inspirou a formação da disciplina, não é surpreendente que tenha havido alguma relutância em utilizar este mesmo termo para designar um fenómeno diferente.

for opening markets and states to external flows – social processes could not take place at a global scale or be imagined as such.” Dada a relação dialética que existe entre as mobilidades e a globalização, esta investigação focou-se nas características específicas das mobilidades, aludindo ao contexto da globalização para estabelecer o quadro de referência dos fenómenos subjacentes, evitando, tanto quanto foi possível, amalgamar a diversidade de manifestações da globalização.

John Urry (2002a) questionou a razão pela qual as pessoas viajavam cada vez mais. Antes da popularização dos telemóveis e da internet já existiam meios de comunicação que poderiam substituir as viagens físicas, como cartas, telegramas, postais, faxes, telefones, imprensa escrita, televisão e cinema. Ainda assim, as viagens corpóreas não só não se reduziram com as novas formas de viajar virtualmente, como aumentaram. Esta questão não só se mantém pertinente em 2019 como até ganha relevância, dada a crescente importância das tecnologias de comunicação e do ciberespaço nas nossas vidas e o surgimento da realidade virtual enquanto entretenimento. Como o próprio autor considera, estar em movimento tornou-se uma forma de viver e uma forma de estar. Pode até falar-se num “paradigma das mobilidades” (Sheller & Urry, 2006), pela forma como as deslocções e movimentações, quer de curta ou longa distância, se tornaram numa realidade presente no quotidiano de tantos pelo mundo fora.

Mas no que falamos quando falamos de mobilidades? No entendimento de Hannam e restantes (2006: 1), mobilidades

(...) encompasses both the large-scale movements of people, objects, capital and information across the world, as well as the more local processes of daily transportation, movement through public space and the travel of material things within everyday life.

Novamente, nesta definição ecoam muitos dos temas discutidos acima, referidos pelos autores a propósito da globalização, particularmente no que toca a fluxos de pessoas, mercadorias, capital e informação e de mais maneiras do que aquelas que nos ocorrem à primeira vista: as mobilidades estão presentes mesmo nas vidas daqueles que não se deslocam e que ainda assim veem as suas vidas influenciadas por estas, de forma mais ou menos direta (Hannam *et al.*, 2006). Como exemplo das consequências nos destinos destas novas formas de mobilidade, Williams e Hall (2002: 2) destacam “(...)

gains and losses in labour supply, innovation and contact networks whilst, on the other hand, they include changes in housing prices, services, and in the cultural images of places.”

Cresswell (2006), na sua obra, distingue “mobilidade” de “movimento”. No seu entendimento, o movimento pode ser considerado uma forma de mobilidade abstrata, desprovida de contextos de poder, descrevendo uma ideia de deslocação física que permite a pessoas movimentarem-se entre dois lugares: “movement is the general fact of displacement before the types, strategies, and social implications of that movement are considered” (2006: 3). Esta proposição está em linha com o pensamento de Divall (2014), que entende as mobilidades como fluxos de pessoas ou materiais, assim como a circulação de informação possibilitada por estes fluxos, independentemente da sua condição imaterial.

A diferença entre a mobilidade e o movimento reside precisamente num aspeto: o movimento implica uma deslocação física, enquanto a mobilidade não se cinge ao plano material. E se o movimento requer um plano material, as mobilidades só podem existir num contexto social, pois sem indivíduos, espaços sociais, relações e interações, é impossível existirem mobilidades, mas somente movimentos. Por outras palavras, são os contextos sociais que conferem significado ao movimento. Animais e objetos podem deslocar-se, mas esse movimento não representa mobilidade.

Já no que concerne à mobilidade enquanto fenómeno social, Cresswell diferencia três momentos relacionados entre si (2006: 3-4): primeiro, quando falamos de mobilidade humana, falamos dela enquanto um facto, passível de ser observado – uma realidade empírica. Esta mobilidade é a que pode ser medida e analisada de forma mais simples, como sucede quando se planeiam trajetos de transportes públicos, vias de ligação, etc. Segundo, a interpretação da mobilidade é conseguida através da produção de significados por parte dos indivíduos, significados estes que são frequentemente ideológicos. Assim, a mobilidade pode ter significados distintos para pessoas diferentes e a deslocação de um lugar para o outro pode tornar-se sinónimo de liberdade, transgressão, criatividade ou estilo de vida²³. Terceiro, a mobilidade é praticada, experienciada e manifestada

²³ O significado das migrações enquanto alteração do estilo de vida foi particularmente útil para a compreensão da razão pela qual os residentes de origem estrangeira decidiram mover-se para o centro histórico de Olhão e é discutido mais adiante.

fisicamente. Cresswell aponta para para a própria maneira como andamos enquanto exemplo de emoções e estados de espírito, como estar apaixonado, estar feliz ou estar triste:

Often how we experience mobility and the ways we move are intimately connected to meanings given to mobility through representation. Similarly, representations of mobility are based on ways in which mobility is practiced and embodied (2006: 4).

É ainda importante referir que as mobilidades tendem, mesmo nas ciências sociais, a ser concebidas enquanto algo exclusivo do plano material, numa lógica absoluta euclidiana ou newtoniana. Todavia, as mobilidades ultrapassam esta dimensão e são cada vez mais concebidas de forma relacional com o tempo e com o espaço, por oposição à dissociação entre tempo e espaço que durante tanto tempo marcou o pensamento ocidental (Merriman, 2012).

Precisamente por abrangerem mais que o plano físico do movimento, o paradigma das mobilidades acabou por substituir as discussões em torno dos transportes, refletindo uma nova sensibilidade teórica que acompanhou a alteração do enfoque dos meios de transporte para aqueles que se deslocam, como sintetiza Divall (2014: 36)

(...) the shift to the language of ‘mobilities’ reflects a series of incremental conceptual and thematic developments since the 1990s in the way that historians and other scholars with an interest in the past [...] understand and construct transport as an object of study.

Mas, ao mesmo tempo, as mobilidades são também a manifestação de um novo pendor cosmopolita, assente nas viagens corpóreas, imaginárias ou virtuais (Szerszynski & Urry, 2006). Como afirma Castells (2003), um dos elementos caraterísticos das sociedades contemporâneas é a quantidade de transações e intercâmbios efetuados com recurso a tecnologias de informação e comunicação.

Se o ato físico de viajar se tornou num estilo de vida, as viagens imaginárias e as viagens virtuais fazem uso das tecnologias de informação e comunicação para darem a conhecer e experienciar o que muitas vezes está fora do alcance das viagens corpóreas. O

número de pessoas com acesso a internet ou a televisões é de tal forma elevado que nas sociedades mais desenvolvidas pensar-se num destino ou num lugar quase se confunde com conhecê-lo (Binkley, 2006). Em poucos minutos é possível escrever-se o nome de um local num motor de busca *online* e visualizar um destino, muitas vezes em tempo real (Carmo, 2014). É possível, com igual facilidade e comodidade, conhecer a história deste destino, ver os seus monumentos e atrações turísticas, ouvir o idioma que nesse local se fala, entre muitas outras possibilidades. Por detrás de um computador, podemos conhecer um local tão bem ou melhor que os seus próprios habitantes, através de uma experiência completamente distinta, destronando a linha que separa o real do imaginário, num sentido similar à noção de hiper-realidade de Eco (1990).

Ainda que estas viagens virtuais possam ser uma manifestação de imobilidade mais do que mobilidade, no sentido em que não se concretizam devido à falta de recursos ou capacidades, ainda assim não deixam de ser uma manifestação do paradigma das mobilidades e do papel que as mobilidades têm nos países mais desenvolvidos. A capacidade de se passar do plano imaginário das viagens virtuais para o plano material de efetivar a viagem passa pelo acesso à mobilidade, acesso este designado por motilidade²⁴.

O conceito de motilidade foi proposto por Kaufmann (2004) e após identificar duas tendências nos estudos sobre mobilidade em geral. Primeiro, que os “studies of spatial mobility tend to focus on movement in space-time rather than on the interaction between actors, structures and context” (Kaufmann, Bergman & Joye, 2004: 749), o que se reflete na abordagem excessivamente focada no trajeto mais do que na experiência e interação social.

Secondly, studies of spatial mobility tend to focus on movement in space-time rather than on the interaction between actors, structures and context. [...] A study of the potential of movement will reveal new aspects of the mobility of people with regard to possibilities and constraints of their manoeuvres, as well as the wider societal consequences of social and spatial mobility (Kaufmann *et al.*, 2004: 749).

²⁴ *Motility* no original. Kaufmann refere que a primeira utilização do termo na sociologia foi na obra *Modernidade Líquida* de Bauman, para aludir à capacidade de mobilidade.

A crítica que Kaufmann e os seus colaboradores fazem à segunda tendência é de extrema pertinência. Se as mobilidades são, no entendimento sociológico, algo que transcende o plano físico/material, então por que razão só considerar e investigar as mobilidades que se concretizam, descurando as que não se chegaram a concretizar? Os autores propõem assim o conceito de motilidade, por forma e compreender os fatores que condicionam e determinam a as mobilidades:

Motility can be defined as the capacity of entities (e.g. goods, information, or persons) to be mobile in social and geographic space, or as the way in which entities access and appropriate the capacity for socio-spatial mobility according to their circumstances (Kaufmann, 2004: 76)

Desta forma, a motilidade afirma-se como uma forma de capital de mobilidade (Kaufman *et al.*, 2014), no sentido em que a distribuição desigual da motilidade poderá refletir-se no acesso desigual à mobilidade (Sheller, 2014b). Este conceito está próximo do capital de redes²⁵ de Urry (2002b) ou de potencial de mobilidade²⁶ de Kesselring (2006), no sentido em que os três se focam no potencial da mobilidade e nas dimensões que condicionam o acesso à mesma e determinam a sua concretização. O conceito de motilidade, porém, foi o que acabou por ser mais utilizado.

Considerando o contributo do conceito de motilidade para os estudos sobre mobilidades, para haver mobilidade, é tanto necessário haver movimento como motilidade, tendo o acesso à mobilidade se tornado num fator de distinção social e da afirmação de novos estilos de vida, tão importante quanto necessário como o movimento em si (Cohen & Gössling, 2015; Kaufmann *et al.*, 2004; McIntyre, 2013). Como sumariza Codó

(...) geographical emplacement has become, for many, a matter of self-identity and lifestyle. Quite distinctively, it has reached beyond the confines of the nation-state, spurred by long-distance transportation opportunities and new political structures, like the European Union, which have eased mobility and relocation on a continental scale... (2018: 12).

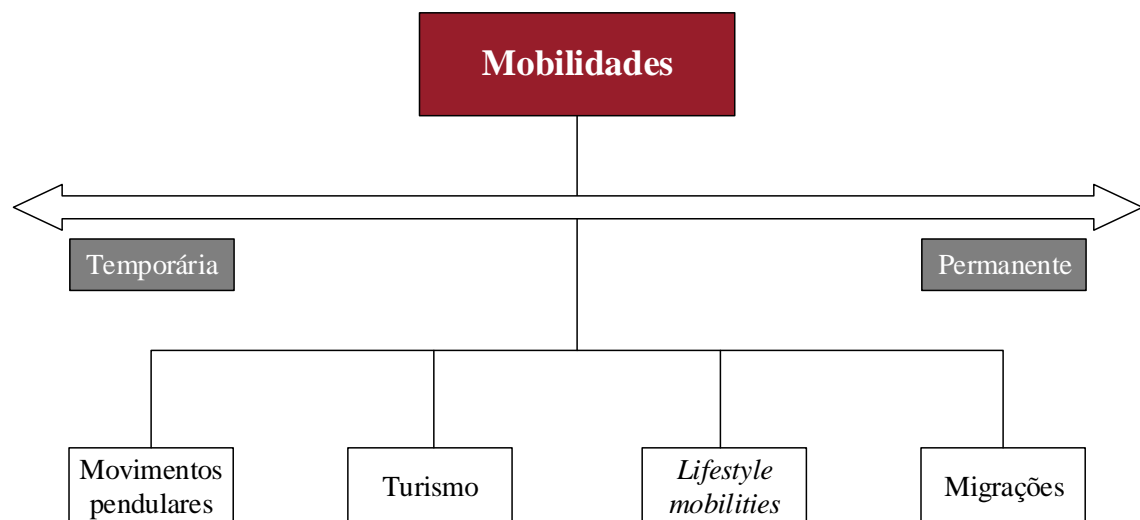
²⁵ *Network capital* no original.

²⁶ *Mobility potential* no original.

Porém, a existência de um elevado nível de motilidade pode coexistir com a ausência de mobilidade, caso não exista movimento (Sheller, 2014b). E é da interseção do acesso à motilidade com o movimento que resultou uma nova forma de estar e ser nas sociedades da modernidade tardia.

Se as formas de mobilidade foram centrais nesta investigação, qualquer tentativa de conceptualização deve necessariamente passar pela sua distinção. Apesar de existirem várias formas de mobilidade, todas podem ser situadas num continuum entre dois polos: as formas de mobilidade temporária – tendo nos movimentos pendulares do dia-a-dia o seu expoente máximo –, e as formas de mobilidade permanente – as migrações permanentes (Williams & Hall, 2002).

Figura 4 – Diferentes tipos de mobilidade



3.4 – Teoria das migrações à luz do paradigma das mobilidades

Os estudos sobre migrações constituem uma parte significativa da investigação sobre as mobilidades humanas. De certa forma, pode até ser dito que aqueles antecedem os estudos sobre as mobilidades, pelo menos em sociologia, sobretudo pelo papel que tiveram no debate em torno de noções como nacionalidade, etnicidade, comunidade, lugar e Estado, temas estes que marcam a sociologia e as ciências sociais desde a sua formação e constituíram alguns dos primeiros grandes trabalhos empíricos da investigação sociológica (Hannam *et al.*, 2006).

As migrações são também outra componente indissociável da modernidade. Não é exagero dizer-se que as migrações existem desde que os seres humanos deambulam pelo planeta. Seja por questões ambientais, fuga a conflitos ou pela procura de recursos, o ser humano desde sempre se deslocou. Apesar desta antiguidade, importam em particular, para o presente trabalho, as características das migrações na modernidade, pelo que se descuidará a dimensão histórica em detrimento das migrações das últimas décadas, com ênfase nas formas de migração que surgiram nos últimos anos em espaços de grande mobilidade como a UE (Codó, 2018; Kardulias & Hall, 2006).

Quando se fala de migrações fala-se, vulgarmente, das movimentações de pessoas por limites territoriais – vulgo fronteiras –, tratando-se de um elemento central da globalização (Scherschel, 2007). E ainda que também existam migrações internas, são as internacionais que mais atenção recebem e mais mediatismo causam.

Os desenvolvimentos tecnológicos possibilitaram que os fluxos migratórios se processassem mais rapidamente do que em qualquer outro momento da história, estando as migrações intimamente relacionadas com as novas tecnologias de comunicação e de transporte, como refere Cresswell:

(...) in addition to mass migrations of mobile people (either forced or voluntary), the postmodern world includes the experiences of communication and transportation on a scale and speed hitherto unknown (2006: 44).

A globalização veio alterar a forma como as migrações se processam, mas advêm alguns problemas da discussão concertada destes dois fenómenos. Como adverte Sassen (2007a), não é incomum discutir-se as migrações como se de um subproduto da globalização se tratasse, o que é fundamentalmente errado, uma vez estas antecederem a globalização, independentemente da sua data de início subscrita por qualquer autor. Isto torna-se mais problemático quando se projetam noções da globalização na teoria sobre migrações, como se de uma relação de causalidade se tratasse, descurando as propriedades intrínsecas das migrações. Desta forma, um dos desafios atuais dos estudos sobre migrações é o de tentar compreender de que forma as migrações são ou não determinadas ou condicionadas pela globalização, colocando-se também a questão inversa, i.e., serão as migrações internacionais uma das forças motrizes por detrás da globalização (Sassen, 2017a).

Tendo isto em consideração, as migrações tornaram-se num dos fenómenos de maior importância e interesse da contemporaneidade, como sublinha Sinha:

[migration] provides an important network for the diffusion of ideas and information and indicates symptoms of social and economic change, and can be regarded as a human adjustment to economic, environmental, and social problems. In addition, migration is the component of change most difficult to project because of the uncertainty associated with the decision to change one's place of residence (2005: 403).

Difícilmente constitui então surpresa que a sociologia tenha desde cedo abordado este tema com particular interesse, sendo os trabalhos da Escola de Chicago pioneiros na matéria e ainda hoje apontados como exemplo de investigação sociológica por excelência (Scherschel, 2007). Mas, atualmente, as migrações não são completamente idênticas às das primeiras décadas do século XX. Houve um novo fator que veio transformar e relativizar o tempo e o espaço, comprimindo-os (Bauman, 1998), como foi discutido anteriormente. As tecnologias de informação e comunicação levaram a que, no final do século XX, a perceção das movimentações fosse definitivamente alterada e que o espaço

e o tempo deixassem de ser concebidos de forma absoluta, mas antes relativa e relacional (Merriman, 2012).

A televisão, o telemóvel e a internet levaram a que emigrar (ou simplesmente viajar, uma vez que o mesmo racional pode ser atribuído ao turismo) já não fosse partir para o desconhecido. Podemos, hoje em dia, conhecer uma cidade tão bem ou melhor que os seus habitantes sem nunca termos nela posto os pés. Podemos vê-la em direto através da televisão, ver fotografias tiradas às suas ruas e edifícios colocadas por outros indivíduos na internet, e aceder a toda uma quantidade de informação acerca da sua história, língua, cultura, etc.

No que diz respeito às dimensões teóricas das migrações, quatro grandes questões têm marcado a investigação sobre este fenómeno: as causas da migração; a direção e continuidade dos fluxos migratórios; a utilização dos imigrantes enquanto mão-de-obra; e a adaptação sociocultural dos imigrantes (Kurekova, 2011). Todavia, apesar das investigações empíricas serem abundantes, os avanços teóricos têm-se produzido lentamente, existindo poucas verdadeiras teorias na plena aceção epistemológica do termo. Tal é devido à importação de teorias explicativas de outros comportamentos humanos, e à sua forçosa adaptação às migrações²⁷, carecendo, portanto, de consistência teórica, sendo o resultado um corpo teórico consideravelmente fragmentado, como sublinha Arango:

(...) the relatively short history of theorising about migration takes the form of a string of separate, generally unconnected theories, models or frameworks, rather than a cumulative sequence of contributions that build upon previous blocks (2000: 283).

Durante várias décadas, disciplinas como a economia e a demografia procuraram explicar as migrações como consequência de uma tomada de decisão compreendida em fatores *push* e *pull*. Estes fatores constituíam condições sistémicas de determinadas regiões ou países (Sassen, 2007a). A primeira e mais influente teoria migratória foi baseada na economia neoclássica e incorporava as noções económicas da escolha racional, maximização da utilidade, retornos líquidos, diferenciais de salário, etc (Arango,

²⁷ Sendo a relação entre a globalização e as migrações, nos termos que Sassen (2007a) apresenta, exemplo disto.

2000). Esta teoria popularizou-se ao combinar as dimensões micro, assentes na tomada de decisão, com as macro, centradas nas variáveis sistémicas, como “bad or oppressive laws, heavy taxation, an unattractive climate, uncongenial social surroundings, and even compulsion (slave trade, transportation)” (Ravenstein, cit in Arango, 2000: 284), tendo ultrapassado os limites da economia e influenciado o pensamento teórico sobre as migrações na ciência política ou na sociologia, sobretudo pela proximidade epistemológica que a proposta apresentava para os pensadores estrutural-funcionalistas de meados do século XX (Arango, 2000).

Mas esta perspetiva acabaria por se revelar incapaz de explicar fenómenos migratórios mais complexos, como aqueles que começaram a surgir nas últimas décadas do século XX. Foram a sociologia e a antropologia que aprofundaram esta questão, levando o estudo das migrações para além da análise de Ravenstein. Ainda assim, a perspetiva económica neoclássica tem-se mantido dominante nos estudos empíricos sobre migrações (Todaro & Smith, 2012), particularmente em contextos políticos e da tomada de decisão (Kurekova, 2011), ainda que tenha sido fortemente criticada tanto a nível conceptual como empírico pela forma como entende as migrações enquanto motivadas por uma análise de custo/benefício económica e psicológica, numa abordagem apriorística e frequentemente desprovida de qualquer fundamentação empírica que aprofunde o tema para além de estatística de entrada e saída dos migrantes (Arango, 2000).

Esta foi a conclusão do estudo de Kurekova (2011) que tomou como exemplo o impacto migratório do alargamento da UE aos oito países da Europa de Leste, em 2004. Maioritariamente baseados na teoria migratória neoclássica, os estudos realizados nos anos anteriores previram tendências muito diferentes das verificadas, demonstrando a fragilidade que esta abordagem tem quando aplicada aos fenómenos migratórios complexos, como aqueles que ocorrem no espaço da UE, e que tiveram uma influência negativa nas políticas que alguns países implementaram para lidar com fluxos migratórios que nunca vieram a acontecer.

De acordo com o autor, a partir dos anos 60, emergiu um novo tipo de migração pós-industrial que não podia ser meramente explicada pela procura de trabalho ou melhores salários e que aplicar o modelo neoclássico a este tipo de migração redundava em

resultados pouco fiáveis. Esta é uma das várias debilidades que Kurekova identificou na teoria neoclássica:

While rigorous, it has been viewed as mechanically reducing migration determinants, ignoring market imperfections, homogenizing migrants and migrant societies and being ahistorical and static. It generally ignores the effects of home and host states and leaves out the importance of politics and policies, which are only considered as distortion factors or additional migration costs (2011: 7).

Arango (2000) também tece diversas críticas à teoria neoclássica das migrações, sublinhando que, se as disparidades de rendimento fossem tão determinantes para a migração como a teoria neoclássica argumenta, o volume de migrações num mundo onde as desigualdades entre mais ricos e mais pobres tende a crescer, seria bem mais elevado. Esta teoria também não consegue de todo explicar o porquê de alguns países com baixos rendimentos têm taxas de emigração baixas, enquanto outros com rendimentos mais elevados registam volumes superiores de emigração. O autor sublinha também que uma nova era das migrações poderia estar prestes a emergir, apontando para a complexificação das motivações por detrás das migrações, concluindo que mais atenção deveria ser conferida a “family types, kinship systems, social systems, and social structures in general”, assim como a “cultural dimensions and contexts of migration” (Arango, 2000: 293).

Os trabalhos de Bell e Ward (2000) e Williams e Hall (2002) apresentam argumentos semelhantes, destacando que há uma tendência em misturar a produção e o consumo enquanto fatores motivadores para a migração. Se a procura de trabalho e melhores condições de vida motivaram as migrações durante grande parte da história, contemporaneamente, existem outros tipos de motivações, relacionadas com o consumo, que tendem a ser descuradas pela literatura.

Uma outra consideração a reter sobre a teoria das migrações, porventura mais pertinente para o objeto de estudo em questão neste trabalho, é a dualidade entre as migrações internas e internacionais, como sublinham King e Skeldon (2010: 1620)

Two almost entirely separate literatures exist, written from differential conceptual, theoretical and methodological standpoints, which rarely talk to each other. This dichotomisation seems to have been influenced by several factors, including different data sources, different disciplinary backgrounds of researchers, different analytical techniques, and different research agendas that reflect different policy concerns and funding sources.

Os autores frisam ainda que o termo migrações foi apropriado pela literatura dedicada às migrações internacionais, as quais receberam mais atenção nas últimas décadas que as migrações internas, apesar destas ocorrerem em números superiores às internacionais (IOM, 2005). A distinção entre estes dois tipos de migração reside nos limites territoriais dos países de origem dos emigrantes. Enquanto as migrações internas são deslocamentos ocorridas dentro das fronteiras dos Estados nacionais, as internacionais implicam uma deslocamento para outro país.

Mas como entender, então, as migrações num mundo cada vez mais transnacional, onde espaços como a UE põem em causa muitas das premissas da teoria migratória neoclássica sobre as características que diferenciam as migrações internas das migrações internacionais? Como afirmam Hannam *et al.*, (2006: 10) “the relation between migration, return migration, tourism, transnationalism and diaspora is crucial to mobilities research.” Mas o que sucede ao estudo das mobilidades quando o entendimento destes elementos é posto em causa?

Basch, Schiller e Blanc criticam a tendência de as ciências sociais abordarem objetos de estudo ancorados em identidades e culturas vinculando-se a um espaço concreto, descurando a desterritorialização de fenómenos que ultrapassam o espaço enquanto elemento de análise, como é o caso das comunidades de migrantes. Desta forma, os autores definem transnacionalismo como “a process by which migrants, through their daily life activities and social, economic, and political relations, create social fields that cross national boundaries” (1994: 23).

A UE e o espaço Schengen, através da transnacionalidade enquanto “the rise of new communities and formation of new social identities and relations that cannot be defined through the traditional reference point of national-states” (Robinson, cit in Ritzer, 2011: 2), criaram uma espécie de terceira dimensão de análise, similar à migração interna, mas que, ainda assim, se trata de migração internacional (King & Skeldon, 2010), na

medida em que os vários países aderentes ao tratado possuem quadros legais distintos, como destacam Huete e Mantecón (2011: 160)

The Maastricht Treaty (1992) provided European citizens with new opportunities to settle and buy property in any member state anywhere within the European Union (EU). In addition, the Schengen Agreement removed other institutional barriers to free movement of people between several EU countries.

Isto requer uma preparação diferente da parte de quem pretende emigrar, não existindo as mesmas contingências no caso dos migrantes internos que não têm iguais preocupações em termos de matéria legal. É ainda necessário referir-se que muitos cidadãos da UE gozam também de um estatuto preferencial no que toca aos processos de migração para estados-membro, na medida em que a partilha e acesso às suas informações e dados, assim como no que toca a direitos e certificações, estão mais salvaguardados que aqueles provenientes de outras origens (Torkington, 2010).

A própria supervisão contínua das fronteiras deixou virtualmente de existir em parte do território da UE, tendo-se tornado quase oculta, sobretudo nas fronteiras entre Portugal e Espanha, ou Espanha e França. Existem ainda acordos bilaterais entre vários países europeus e outras nações com quem mantêm ligações que resultam do período colonialista. No caso de Portugal em particular, os imigrantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ou do Brasil têm quadros legais particulares, o que introduz um outro nível de complexidade na análise das migrações no contexto Europeu (Ribas-Mateos, 2015).

A partir da crise financeira de 2008, Portugal apostou em políticas fiscais atrativas para os cidadãos de países europeus que quisessem residir ou investir no imobiliário em Portugal. Mais recentemente, o programa dos “Vistos Gold” reforçou a aposta do Estado Portugal em atrair cidadãos das classes altas para o país em troca de investimento realizado no território (Montezuma & McGarrigle, 2018). Os baixos impostos a que estão sujeitos e os benefícios que diversas autarquias lhes conferem a nível de impostos municipais como o IMI, revelam-se fulcrais na atratividade do país para muitos cidadãos do norte da Europa em idade avançada, já que Portugal se apresenta como um país que

lhes permite usufruir de uma elevada qualidade de vida com as reformas dos seus países de origem.

Hoje, e futuramente cada vez mais, terá de se repensar o entendimento clássico sobre o que significa emigrar, fazer turismo ou viajar, para que seja possível encontrar respostas para as questões emergem das novas formas de mobilidade. Só assim será possível ultrapassar os sucessivos problemas de categorização inadequada e conceptualização imprecisa, que vão resultando da adaptação de ideias baseadas em realidades do passado a problemas atuais, sem repensar a sua aplicabilidade ao contexto atual.

Apesar de ambas as formas de migração aqui referidas serem permeadas pela crescente importância das mobilidades na vida moderna, apenas as migrações internacionais foram relevantes para a presente investigação, dado o universo em causa ser constituído por estrangeiros. E das migrações internacionais, a tendência que é mais relevante para este trabalho concerne sobretudo às migrações associadas a estilos de vida, mais comumente designadas de *lifestyle migrations* – tema este que será abordado mais adiante.

3.5 – Turismo e modernidade

O turismo é hoje um dos fenómenos mais característicos das sociedades desenvolvidas, apresentando-se como uma das maiores “indústrias” mundiais (Sharpley & Telfer, 2002). Instituiu-se de tal forma nas sociedades ocidentais que é impossível àqueles que nasceram nas últimas décadas imaginar um mundo sem turismo, sobretudo para os que residem em destinos com elevada procura turística, como é o caso do Algarve. Ainda assim, a sociologia, tal como várias outras ciências sociais, inicialmente revelou-se hesitante em estudar este fenómeno, remontando aos anos 60 e 70 os primeiros contributos sobre as temáticas do lazer associado à viagem. No entanto, seria apenas a partir dos anos 80 que a sociologia se interessaria vivamente pelo fenómeno, em grande parte devido aos processos de desindustrialização e ao crescimento do sector dos serviços (Franklin, 2014; McCabe, 2014).

Estando a história do turismo intimamente ligada ao capitalismo e à sociedade moderna, não constitui surpresa que a sociologia, mesmo que tardiamente, se tenha interessado pelo tema (Sharpley, 1994). O resultado desta relutância foram várias décadas de atraso face a áreas como o marketing, a economia, a geografia ou a antropologia, e a perda da possibilidade de acompanhar, *in loco*, as grandes alterações que o turismo gerou em determinadas zonas, hoje designadas como altamente turistificadas. Desde o impacto nas populações, aos processos de recomposição social e ao desenvolvimento desencadeado, o estigma para com o turismo enquanto objeto científico foi talvez o maior obstáculo à compreensão do fenómeno.

Não obstante, nos últimos anos, devido a questões como o desenvolvimento, os fluxos de pessoas, as relações políticas internacionais, os intercâmbios culturais, a sustentabilidade – em suma, à globalização –, o turismo tornou-se num objeto de estudo de maior relevância para a sociologia, que não quis ficar atrás das outras áreas científicas supracitadas que já vinham estudando o fenómeno há vários anos (Sharpley, 2006).

Poucas atividades são mais representativas do consumo pós-moderno do que o turismo. Se inicialmente os turistas eram entendidos até na literatura científica como predatórios das culturas locais (Boorstin, 1992), dificilmente se pode dizer o mesmo hoje. O turismo começou por ser desvalorizado enquanto campo de investigação, na mesma

medida em que a ciência desvalorizava os turistas em si (Hall & Page, 2006), preconceito este que foi progressivamente ultrapassado, sobretudo a partir dos anos 90. Segundo Hall (2005), até ao final dos anos 80 teriam sido fundadas apenas 23 publicações científicas dedicadas à temática do turismo. Na década seguinte mais 31 jornais seriam estabelecidos, com outros 21 a surgirem na primeira metade da década de 2000, consolidando o campo de investigação e contribuindo para a existência de uma literatura pluralista, rica e particularmente pluridisciplinar.

Mas o que é o turismo? E porque razão procuram as pessoas fazer turismo? De acordo com Urry e Larsen (2011), os indivíduos procuram no turismo experiências que não encontram no seu dia-a-dia, querendo ver cenários e paisagens diferentes, que contrastem com as habituais do seu quotidiano. Esta visão está em linha com o entendimento de Sharpley (2006), de que o turismo envolveria não apenas uma mudança de local, mas também de rotinas, distanciando-se do comum e ordinário do quotidiano. O autor destaca também a dificuldade em conceptualizar o turismo graças à multiplicidade de atividades e práticas englobadas pelos vários entendimentos do fenómeno.

Rojek e Urry (2003) chegaram a afirmar que o termo turismo seria uma categoria vazia, questionando até que ponto seria possível diferenciar o turismo das atividades culturais e de lazer das sociedades modernas. Já alguns anos antes, Sharpley (1994) afirmava que o turismo seria tudo para todas as pessoas, ironizando para a forma como o tema foi desde cedo interpretado desregradamente por académicos e pensadores. Ainda assim, devido aos contributos de diversas disciplinas das ciências sociais e económicas, o turismo foi sendo cada vez mais estudado e o turista tornou-se num objeto de estudo legitimado dentro das academias (Urry & Larsen, 2011).

McCabe (2014: 350) assume uma posição similar, preferindo utilizar uma definição genérica e aberta, que permita englobar o máximo sem aprofundar nada em particular: “a tourist is someone who undertakes a journey to a place outside his or her usual environment for leisure purposes.” Parece efetivamente ser mais fácil definir o turismo pelo que não é, sobretudo quando as definições formais de turismo e, sobretudo, de turistas, focam-se em aspetos como a estadia ou a duração da visita, assim cunhadas mais tendo em mente a recolha e análise de dados estatísticos do que um aparelho conceptual rigoroso como fundamento (Franklin, 2003).

Entenda-se que o turismo, enquanto fenómeno social, ultrapassa largamente estes dois eixos de análise (o território e a atividade), tanto que Sharpley prefere antes referir aquilo que o turismo compreende, salientando precisamente a impossibilidade de operacionalizar de forma estanque o conceito. Há ainda uma tendência para muitas definições de turismo consistirem naquilo que Franklin designa de “quantificação do turismo”, ao focarem-se na duração da estada, no número e tipo de atividades recreativas realizadas durante esse período, sublinhando que isto resulta, invariavelmente, no amalgamento do turismo e das viagens com outros propósitos, como a visita a familiares ou deslocações em negócios. Desta forma, a quantificação do turismo e do turista são questões desvalorizadas pela sociologia, uma vez que esta quantificação

(...) undermines the consumptive, playful, ironic, intellectual, mental, passive, romantic, aesthetic, reflexive, performative and spiritual content of tourism whilst overemphasising mobile, physical, active and muscular dimensions (Franklin, 2003: 28).

Qualificar o turismo torna-se ainda mais complexo quando atendemos ao binómio turismo/migração, que durante muitos anos dominou as teorias das mobilidades. Se é aceite que o turismo envolve uma deslocação temporária e a migração uma deslocação de carácter permanente, deixa de ser óbvio como classificar as novas formas de mobilidade que não se enquadram em turismo nem em migrações. Para isto contribuiu a pouca atenção que a relação entre turismo e migrações recebeu da literatura científica, como sublinham Williams e Hall

(...) the relationship between tourism and migration has been relatively neglected in tourism studies, and this applies especially to the grey zone of the complex forms of mobility which lie on a continuum between permanent migration and tourism (2000: 20).

Ainda assim, há determinadas características intrínsecas ao turismo que são aceites consensualmente, como é o caso de “constituir uma manifestação de como o trabalho e o lazer estão organizados enquanto esferas separadas das práticas sociais nas sociedades «modernas»” (Urry & Larsen, 2011: 4). Outra característica comum dos estudos sobre turismo é *o turista* ser o objeto de estudo por excelência, desde trabalhos pioneiros do

campo como os de Boorstin (1992) ou MacCannell (1999), o que contrasta com os primeiros trabalhos que a economia consagrou ao tema, focados sobretudo em questões como o consumo, o desenvolvimento ou o impacto económico nas regiões.

Ainda outra particularidade é encontrada nos primeiros estudos sobre turismo. Segundo Franklin (2014), até ao final do século XX, os estudos sobre turismo vinculavam-se a um local ou espaço concreto, de forma sincrónica, sendo o movimento um elemento menor na análise. Somente pelo final dos anos 90 é que a geografia começou a interessar-se pelo movimento e as relações sócio-espaciais tornaram-se numa dimensão central dos estudos sobre turismo (Shields, 1991). Esta terceira característica está em linha com a observação de Santos e Esperança (2011), de que o novo paradigma das mobilidades poderia ser descrito não tanto pelo fim da história, mas antes pelo fim da geografia. Por outras palavras, os estudos sobre turismo ganharam um novo eixo de análise que encontrou no paradigma das mobilidades o meio de difusão ideal.

Esta influência fez-se sentir sobretudo a partir da viragem do século, quando se conferiu maior ênfase aos movimentos e às relações entre os turistas e os espaços turísticos nas revistas da especialidade e trabalhos académicos, influência da viragem pós-modernista dos estudos turísticos (McCabe, 2014), como também destacam Urry e Larsen

(...) tourist relationships arise from a movement of people to, and their stay in, various destinations. This necessarily involves some movement through space, that is, the journeys and periods of stay in a new place or places (2011: 4).

A influência pós-moderna marcou fortemente os estudos sobre turismo, alterando a própria conceção de turista (McCabe, 2014). Se nos primeiros trabalhos de sociologia do turismo estes eram vistos como uma categoria unitária homogénea, como sucedia nas obras já mencionados de Boorstin ou MacCannell, a partir dos anos 80 o *turista* deu lugar aos *turistas*, considerando-se desde então toda a multiplicidade de gostos, motivações, particularidades e experiências que os caracterizavam (Cohen, 1979a, 1984; Heitmann, 2011b; Sharpley, 1994; Urry & Larsen, 2011).

A modernidade era caracterizada pela diferenciação estrutural das esferas institucional e normativa que compõem a sociedade, tais como a econômica, familiar, científica, moral, estética ou do Estado. Já a pós-modernidade, afirmam Urry e Larsen, define-se antes pela indiferenciação destas esferas, que se dissolvem entre si e se sobrepõem, assim como pela banalização do que antes era extraordinário. Desta forma, o turismo convive hoje com o pós-turismo:

(...) the tourist has become a multiplicity of tourists. The tourist industry has salami-sliced the tourist into ever more fragmented segmentations, resulting in more complex niche forms of tourism with increasingly varied combinations of experiences (e.g. business travellers bolting a short holiday onto a business trip, or the rise of the ‘staycation’). This, it has become increasingly difficult to identify who is a tourist in the post-industrial landscapes of the developed world (McCabe, 2014: 350).

Heitmann (2011a) enumera três diferentes entre os turistas e os pós-turistas. A primeira é que as tecnologias de informação e comunicação levaram ao surgimento do turismo virtual e permitiram aos pós-turistas visualizar os objetos que gostariam de ver sem sair de casa, dissociando a *experiência turística* da *viagem turística*. A segunda é que os pós-turistas estão conscientes das mudanças que a sua presença desencadeia nos destinos e sabem que fazem parte do “jogo” turístico, aceitando essa condição voluntária e entusiasticamente. E a terceira é que os pós-turistas têm noção da sua condição de turistas, de *outsiders*, sendo mais críticos e seletivos no que toca aos destinos e práticas da indústria turística, não sendo tão passivos como os turistas. Nas palavras de Jansson (2018:), “the post-tourist is actually *playing* the role of a tourist (...) rather than identifying with the typical practices of tourism.”

Estas transformações contribuíram para uma melhor compreensão dos fenômenos turísticos das sociedades contemporâneas assim como da sua ubiquidade na vida de todos os dias:

“Post-tourism” thus tones down the “extraordinariness,” which used to be the distinguishing mark of modern tourism. (...) contemporary tourism is becoming de-differentiated, and losing its distinctiveness, merging seamlessly with ordinary, everyday leisure and entertainment. It is

becoming increasingly difficult, if not meaningless, to ask whether a given activity is a touristic one, or just plain leisure (Cohen, 2008: 332).

A título de exemplo, turismo, arte, educação, fotografia, televisão, música, desporto, compras ou arquitetura são, de acordo com Urry e Larsen (2011), formas culturais cujas fronteiras se erodiram e tornaram indiferenciáveis num quadro de referência turístico pós-moderno, tendo ainda o mesmo sucedido com as fronteiras entre diferentes tipos de mobilidades:

The progressive blurring of boundaries between different mobilities provoked a de-differentiation of the domain of tourism from other mobilities, such as labor/retirement/lifestyle migration, second home visits, commuting, diaspora living, exploration, volunteering, sporting activities, events, and temporary migration (Cohen & Cohen, 2012: 2181).

Não obstante, não se deve encarar o pós-turismo como se se tratasse do sucessor substituto do turismo moderno. O mesmo se aplica aos pós-turistas, que não substituíram os turistas, mas coexistem com estes, distinguindo-se antes pelas características acima enumeradas (Ritzer & Liska, 2003).

3.6 – Turismo e autenticidade

A autenticidade tornou-se numa das palavras mais referidas nos estudos sobre turismo desde que MacCannell a popularizou em 1973, mesmo que as suas origens remetam à primeira década do século XX. A palavra manteve-se popular durante as décadas seguintes, mas em 1999, através de Wang, atingiria um novo pico de popularidade, tendo sido exaustivamente discutida ao longo dos últimos quinze anos, por dezenas de autores (Guerreiro & Marques, 2017).

Autenticidade é um termo que à primeira leitura, parece bastante superficial, mas é mais realista se for dito que a palavra tem tantos sentidos quanto autores a utilizá-la. E se há quem a utilize enquanto sinónimo de original ou genuíno, também existem autores que têm feito uma utilização mais filosófica do termo, distante de qualquer relação material objetiva que possa ser corroborada, como sublinha Erik Cohen (1988: 374) ao dizer que “the difficulty with this use of the concept of "authenticity" in tourism studies is that it is a philosophical concept which has been uncritically introduced into sociological analysis.”

MacCannell (1973) foi o primeiro autor a abordar a questão da busca de autenticidade no turismo através da perspetiva sociologia. No seu artigo, *Staged Authenticity*, argumentava que o turismo teria substituído a religião na procura do sagrado por oposição ao profano do quotidiano, tendo assumido as mesmas funções sociais, proposição esta baseada num entendimento funcionalista da religião, como o é aquele patente na teoria de Talcott Parsons, o qual ainda o incorpora o pensamento estruturalista de Durkheim sobre a relação entre a religião e a sociedade.

Deste modo, MacCannell defende que o turista é motivado pela procura de experiências autênticas, distantes da alienação do dia-a-dia da sociedade capitalista: “the concerns of moderns for the shallowness of their lives and inauthenticity of their experiences parallels concerns for the sacred in primitive society” (1973: 589-590). Cohen (1979a: 20) resume este posicionamento de MacCannell dizendo:

(...) the tourist is a pilgrim of the modern age. His journey is a pilgrimage to the central symbols of human culture, the attractions, in which in turn represent Society, in a Durkheimian sense (...) the tourist is not out for

superficial enjoyment; rather he seeks «authenticity», a motive which makes his quest essentially a religious one.

Esta ideia encontra também ecos no artigo de Peter Berger *Sincerity and Authenticity in Modern Society*, de 1973, no qual o autor também relaciona a autenticidade com a alienação e a modernidade. De acordo com Berger, a alienação da sociedade capitalista moderna levou à perda da sinceridade e a autenticidade teria surgido com a desintegração da sinceridade. Deste modo, perante a desintegração da sinceridade, a procura de autenticidade ter-se-ia tornado num foco crescente da procura pelo *true self*.

É de notar que MacCannell não estava sozinho nas suas considerações. Graburn, em 1977, também apresentou em *Tourism: The Sacred Journey* argumentos similares àqueles que MacCannell apresentara quatro anos antes, sem que existisse uma ligação aparente entre os autores. Discutindo o paralelismo entre o turismo e os rituais, na evasão do profano possibilitada pelo sagrado, Graburn afirma: “vacations (...) are the modern equivalent for secular societies to the annual and lifelong sequences of festivals for more traditional God-fearing societies” (1989: 25).

MacCannell (1973, 1999) adota a terminologia dramatológica de Erving Goffman para designar os espaços turísticos ao longo de um contínuo de seis regiões (*stages*), indo elas da fachada (*frontstage*) aos bastidores (*backstage*). Se no teatro, os bastidores correspondem a parte do palco oculta do público e na qual os atores não estão nas suas personagens, na sua teoria, os bastidores possibilitam aos atores sociais agir livre e casualmente, sem temer serem vistos e sem constrangimentos de outros atores presentes, sendo o espaço que permite a emergência do derradeiro *self* (Goffman, 1993).

MacCannell assimilou este imaginário na sua proposta, mantendo a metáfora dramatológica, mas alterando os papéis. O contexto turístico substitui o teatro, com turistas em vez de espectadores, profissionais da indústria turística no lugar de atores e com os autóctones a assumir um papel semelhante ao dos figurantes: fazem parte da performance teatral, mas o seu papel resume-se a colorirem o cenário, sem interagirem ativamente com os atores.

A conceptualização de autenticidade plasmada no pensamento de MacCannell assenta nas propriedades intrínsecas dos objetos e atrações turísticas (Wang, 1999). Este sentido do termo autenticidade, por vezes descrito como museológico, está em linha com

o pensamento de Boorstin (1992) sobre a inautenticidade da sociedade moderna. Isto seria uma consequência direta da indústria turística, culminando numa autenticidade *produzida*: “rather than being naturally given, authenticity in tourism is held to have been produced by a variety of entrepreneurs, marketing agents, interpretative guides, animators, institutional mediators, and the like” (Hughes, 1995: 781).

Perante estas duas proposições – a de que a autenticidade reside nos objetos e atrações turísticos e a de que a autenticidade é produzida pelos agentes da própria indústria turística, poder-se-ia apontar a óbvia contradição. Mas existe um elemento que permite a ambas coexistirem: os turistas. Mesmo que um objeto ou atração turística sejam, para todos os efeitos, autênticos, no sentido museológico da palavra, o turista poderá não os perceber como tal, podendo ainda verificar-se o oposto nos casos em que a inautenticidade dos objetos ou situações é manifesta. Chega-se então a um plano em que a questão da autenticidade deixa de residir no objeto ou na atração e transita para o turista, na sua condição de sujeito ativo da experiência.

Cohen (1979b: 179) seguiu esta linha de pensamento. A sua reflexão começa com a questão “qual é a natureza das experiências turísticas?”, criticando as visões pessimistas e apriorísticas do fenómeno que MacCannell e Boorstin. Cohen procurou demonstrar que a procura de prazer era uma explicação redutora e simplista das suas motivações, sublinhando que a demanda por autenticidade enquanto fundamentação para o turismo poderia adequar-se aos pós-turistas, mas que não deveria ser alargada a todos os turistas (Guerreiro, 2016c).

Assim, Cohen (1979b) apresenta uma tipologia fenomenológica dos sentidos das experiências turísticas, distinguindo cinco modos de experiências em função dos centros culturais: “borrowing the idea of «centre» from religion, he proposes that a society’s core cultural values constitute its spiritual centre of ultimate meaning” (Lau, 2010: 487). Outra das influências teóricas por detrás do conceito remete para quadro estrutural-funcionalista, particularmente a Talcott Parsons. Cohen (1979b: 181) sublinha que:

(...) the spiritual centre of the modern individual will be normally located within the confines of his society – he will “conform” with this society’s ultimate values. Such conformity may indeed generate tensions and dissatisfactions. These, however, will be taken care of by the mechanisms of “pattern maintenance” and “tension management.”

As atividades de lazer e o turismo surgem assim como mecanismos de alívio de tensões e de manutenção da sociedade, decorrendo em lugares segregados do quotidiano dos indivíduos, tendo, portanto, um outro significado para estes.

Uma das inovações da proposta de Cohen face às anteriores, é a rejeição da autenticidade enquanto propriedade estática. Cohen (1988: 380) designou este tipo de autenticidade por “autenticidade emergente”²⁸

Since authenticity is not a primitive given, but negotiable, one has to allow for the possibility of its gradual emergence in the eyes of the visitors to the host culture. In other words, a cultural product, or a trait thereof which is a tone point generally judged as contrived or inauthentic may, in the course of time, become generally recognized as authentic, even by experts.

Cohen utiliza o exemplo de como um festival promovido num contexto turístico, através da ação dos próprios agentes do setor, pode, com o tempo, vir a estabelecer-se como um festival tradicional. Ao encenar, no entendimento dramatológico de Goffman no qual MacCannell se baseia, os elementos da cultura do local onde decorre, pode acabar por iludir os turistas, convencendo-os que se trata de um evento tradicional e representativo daquela cultura e construindo um novo significado aos olhos dos turistas – uma autenticidade *construída*.

E ainda que os turistas tenham um papel mais ativo e central na análise de Cohen, a autenticidade ainda assim está vinculada a um objeto ou local físico, tal como sucedia na proposta de MacCannell, sublinha Wang (1999: 351) “things appear authentic not because they are inherently authentic but because they are constructed as such in terms of points of view, beliefs, perspectives, or powers.”

O conceito de autenticidade emergente foi fortemente influenciado pelo ensaio de Hobsbawm (2013: 1) *The Invention of Tradition*:

“Invented tradition” is taken to mean a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by

²⁸ Tradução livre do autor. *Emergent authenticity* no artigo original.

repetition, which automatically implies continuity with the past. In fact, where possible, they normally attempt to establish continuity with a suitable historic past.

Na explicação de Hobsbawm, há um elemento que merece ser destacado: a continuidade com o passado é um elemento central para conferir legitimidade aos objetos turísticos a partir da perspectiva do turista. As culturas visitadas ocupam uma determinada posição no imaginário dos turistas. Quem visita o Egito espera deparar-se com *motifs* que sejam reminiscentes das pirâmides, dos filmes de Indiana Jones, de uma *aura* arqueológica. Quem visita o México espera ver algo sobre os Maias ou os Astecas, ir a vilas onde os locais vestem *sombreros* e bebem tequila. E pode-se ainda dar o efeito de as tradições transformarem-se para corresponder às necessidades e expectativas do turismo, para deixarem de ser tão exclusivas e tornarem-se mais atrativas ao turista casual (Chhabra, Healy & Sills, 2003; Gordon, 2000).

Estes estereótipos não serão representativos de todos os turistas. Mas a partir do momento que a indústria turística os toma como verdadeiros, transforma-se para ir ao seu encontro. Há ainda um outro efeito perverso que a indústria turística tem sobre os próprios turistas, como é relatado por Gomes (2012: 5), relativamente à autenticidade veiculada pelos guias turísticos “a cidade dos guias acaba por se apresentar através de lugares comuns, de clichés e estereótipos, constituindo-se em evidências, gostos, tendências de mercado”, ou por Gonçalves (2008: 5)

A cidade formulada nos guias turísticos poderia dizer-se como uma maquete submetida às lógicas e processos do mercado do turismo que se apõe às cidades, mas que justamente porque se estrutura a partir de lógicas de desejabilidade, acaba por condensar idealizações, pequenas utopias, que tanto respondem às procuras turísticas padronizadas como a utopias de cidade por parte de quem os produz.

Os guias turísticos vão construindo os mundos que os turistas tanto procuram, tentando a realidade adaptar-se a estas idealizações. A hiper-realidade de Eco (1990) e Baudrillard (2001) manifesta-se nos guias das cidades que contam assim uma história mais verdadeira do que a das próprias cidades.

Uma outra interpretação da noção de autenticidade no turismo foi apresentada por Wang (1999). O seu argumento é de que tanto a autenticidade objetiva de MacCannell como a autenticidade construída de Cohen não eram adequadas para explicar determinados tipos de experiências turísticas, dado serem ambas baseadas nos objetos turísticos. Assim, Wang advogou a utilização de um terceiro tipo de autenticidade, a autenticidade existencial, baseada nas experiências e não nos objetos, inspirando-se na filosofia existencialista e ancorando a sua proposta na abordagem pós-moderna do turismo:

(...) in postmodern conditions, both objective and constructive authenticity, as object-related notions, can only explain a limited range of tourist experiences, whereas existential authenticity, as activity-related situation, is germane to the explanation of a greater variety of tourist experiences (Wang, 1999: 350).

A conceção da autenticidade existencial de Wang divide-se em duas dimensões: a interpessoal e a intrapessoal. A experiência turística intrapessoal autêntica diz respeito a um plano corpóreo, como a procura de prazer, diversão, lazer, excitação, etc., envolvendo a autorrealização. Já a dimensão interpessoal não concerne à introspeção, mas antes ao engajamento social (Shepherd, 2015).

O entendimento existencial da autenticidade está relacionado com os conceitos de hiper-realidade de Eco (1990) ou ao Simulacro de Baudrillard (2001), dois dos nomes mais influentes do pós-modernismo. Baudrillard dividiu a modernidade em três níveis de simulação. Se no Renascimento o simulacro manifestava-se através da contrafação e na era industrial através da produção com recurso à reprodução técnica em massa, num sentido semelhante ao de Benjamin (2008), na pós-modernidade, a simulação é ubíqua:

Simulation is no longer that of a territory, a referential being or a substance. It is the generation by models of a real without origin or reality: a hyperreal. The territory no longer precedes the map, nor survives it. Henceforth, it is the map that precedes the territory.

Para os pós-modernistas, a autenticidade não concerne somente ao turismo, mas à realidade da vida de todos os dias. Baudrillard não se encontrava sozinho nas suas

observações de que a inautenticidade abrangia todos os domínios do mundo contemporâneo. Até aqui o argumento não difere tanto do de MacCannell acerca da teatralidade da indústria turística, mas aplicado numa escala maior. Mas a evolução deste argumento seria apresentada por Ritzer e Liska (2003), que afirmam que na pós-modernidade, os indivíduos procuram mais a inautenticidade que a autenticidade, e que preferem as simulações no que concerne ao turismo.

Tal como Ritzer e Liska (2003), também Urry e Larsen (2011) elaboram esta questão utilizando o exemplo das refeições nos pacotes de viagens turísticas para demonstrarem que os turistas não procuram a autenticidade, mas uma aproximação confortável daquilo que imaginam ser real. Os primeiros pacotes de viagens turísticas incluíam refeições, uma vez que muitos turistas não estavam preparados para consumir a gastronomia local, tão exótica quando comparada com a dos seus países de origem. Hoje em dia, os pacotes de viagens turísticas voltaram a popularizar-se e não há mais a necessidade de providenciar refeições, uma vez que os turistas poderão facilmente encontrar pratos e cadeias de restaurantes ou *franchises* familiares em qualquer destino turístico ou até mesmo qualquer local no mundo. Este produto da globalização levou a que o turismo se tornasse cada vez menos numa aventura e cada vez mais na procura do conhecido deslocalizado.

Esta ideia vai ao encontro da tese de Wang de que os indivíduos, num contexto da desintegração da sinceridade ou da celebração das simulações, não procuram uma autenticidade baseada em objetos, mas antes em experiências que os coloquem em contacto com o seu derradeiro *self*, manifestando-se num sentimento de nostalgia ou romantização do passado:

The ideal of authenticity can be characterized by either nostalgia or romanticism. It is nostalgic because it idealizes the ways of life in which people are supposed as freer, more innocent, more spontaneous, purer and truer to themselves than usual (such ways of life are usually supposed to exist in the past or in childhood). People are nostalgic about these ways of life because they want to relive them in the form of tourism at least temporally, empathically, and symbolically. It is also romantic because it accents the naturalness, sentiments, and feelings in response to the increasing self-constraints by reason and rationality in modernity (Wang, 1999: 360).

Neste entendimento de autenticidade, uma experiência autêntica seria aquela que permitiria aos indivíduos sentirem-se em contacto com o mundo real e com o seu derradeiro *self*, e seria ativada através da realização de atividades (Handler e Saxton, 1988).

Se vivemos num mundo onde as fronteiras entre as várias formas de mobilidade se misturam e confundem cada vez mais, então faz sentido que, num contexto de hipermobilidade, a procura de autenticidade extravase os limites do turismo e se faça sentir noutros domínios. Por outras palavras, sentimentos de contacto com o derradeiro *self* podem ser sentidos em contextos turísticos, mas noutras formas de mobilidade.

A proposição já visitada de que os indivíduos experienciam alienação no quotidiano e que esta alienação os motiva a procurarem experiências diferentes pode levar não só à procura de experiências autênticas, no caso do turismo, como argumentam tanto Wang como Cohen, como pode também levar à procura de um estilo de vida que as faça experienciar algo similar: uma vida “autêntica”, na interpretação que Wang confere à noção. Como conclui Shepherd (2015: 62), a autenticidade existencial “implies a certain inadequacy in everyday life ‘at home’. From this perspective, travel away from home is a potential means of countering the alienation presumably experienced in everyday life.”

3.7 – *Lifestyle mobilities*: entre o turismo e a migração

É imperativo iniciar este subcapítulo referindo que esta temática surge na literatura com diferentes designações. As mais comuns são *lifestyle mobilities* (Akerlund & Sandberg, 2015; Bell, 2013; Cohen *et al.*, 2015; Cohen, Duncan & Thulemark, 2013; King, 2013; Regan, 2013), *lifestyle migrations* (Benson, 2009, 2010, 2011; Benson & O'Reilly, 2009; Casado-Díaz, 2009; Gustafson, 2009; Korpela, 2009; Leslie, 2013; McIntyre, 2013; O'Reilly & Benson, 2009; Torkington, 2010, 2012; Trundle, 2009) e *retirement migrations* (Breuer, 2005; Deller, 1995; Gustafson, 2002, 2008; Haas & Serow, 1997;). No entanto, o tema também é frequentemente abordado como *international retirement migrations*²⁹ (King *et al.*, 1998; Methvin, 2009; Rodriguez, *et al.*, 2004; Williams, King & Warnes, 1998), *lifestyle migrants* (Montezuma & McGarrigle, 2018; Sardinha, 2011), *second-home tourism* (Breuer, 2005; Casado-Díaz, 2004; Hall & Müller, 2004; Müller, 2004; Müller, Hall & Keen, 2004), *counterurbanisation*, *second home ownership*, *amenity-seeking and seasonal migration* (Benson & O'Reilly, 2009), *leisure migration* (O'Reilly & Benson, 2009), *amenities retirement* (Gosnell & Abrams, 2011; Haas & Serow, 1993), *amenity migration* (Gober & Zonn, 1983; Kuentzel & Ramaswamy, 2005), *mobile migrants* (Duval, 2004), *residential migration* (Woods, 2003), *aspirational migrations* (Dodge, 2014) ou turismo residencial (Santos & Esperança, 2011).

O debate em torno deste tema figura em diversas disciplinas e múltiplos campos das ciências sociais, destacando-se, de entre estes, a sociologia, economia, *marketing*, psicologia, gerontologia, antropologia, geografia, turismo, migrações, mobilidades, lazer, políticas públicas ou ciência política. Deste facto resulta um corpo teórico algo fragmentado, o que redundou numa literatura desconectada (Perles-Ribes, Ramón-Rodríguez & Such-Devesa, 2018). Uma das maiores consequências deste facto é que os contributos de cada uma destas disciplinas científicas nem sempre se refletem nos trabalhos das outras, podendo efetivamente ser dito que muitos dos trabalhos consagrados ao tema chegam por vezes a coexistir desconhecendo-se entre si.

²⁹ As *international retirement migrations* são comumente abreviadas para IRM na literatura de língua inglesa.

Por todas estas razões, procurou-se utilizar uma abordagem heurística, conciliando os vários contributos das várias disciplinas, de forma a serem aplicados a um plano empírico. Para este fim, optou-se pela utilização da expressão *lifestyle mobilities* para designar as formas de mobilidade que resultam da interseção entre o turismo, as migrações e os estilos da modernidade tardia, em detrimento dos outros termos e expressões. Como a entendem Akerlund e Sandberg, *lifestyle mobilities* consistem em

(...) mobility practices undertaken by individuals based on their freedom of choice, of a temporal or more permanent duration, with or without any significant ‘home base(s)’ that are primarily driven by aspirations to increase ‘quality of life’ and that are primarily related to individuals’ lifestyle values (2015: 353).

Apesar de ter sido pontualmente utilizada em alguns trabalhos, a designação *lifestyle mobilities* foi primeiramente conceptualizada por Cohen e restantes (2015) com o intuito de designarem os estilos de vida baseados na mobilidade. Estes,

(1) blur the boundaries between travel, leisure and migration; (2) are exemplar of how a binary divide between work and leisure may be collapsed; (3) destabilise dichotomies of ‘home’ and ‘away’; and (4) illustrate complexities of belonging and identity associated with sustained mobility (2015: 156).

A escolha desta designação fundamenta-se em duas ordens de razões. A primeira remete para o termo *lifestyles*, que figura transversalmente na maior parte dos trabalhos empíricos consagrados a esta temática, assim como por ser um dos objectos centrais desta investigação. Não só se utiliza *lifestyles* como designação parcial de muita da produção científica sobre esta matéria (como nos casos de *lifestyle migrations*), como as restantes designações aludem ou focam-se, explícita ou implicitamente, nos estilos de vida.

A segunda concerne ao facto de todos os termos utilizados para designar este fenómeno serem, de alguma forma, manifestações de formas de mobilidade: migrações, deslocações, viagens, formas de estar, turismo, etc., – tanto num plano interno como internacional –, correspondem sempre a formas de mobilidade e é mais comumente sobre esta designação, a par de migrações, que se encontram os estudos consagrados à

temática. Foi, assim, entendido que o termo *Lifestyle Mobilities* era o mais apropriado para fazer a síntese dos vários contributos existentes, até pelo facto dos estilos de vida e as mobilidades se terem tornado indubitavelmente imbricados na modernidade tardia (Cohen *et al.*, 2015; O'Regen, 2013).

Esta decisão suporta-se ainda nas palavras de Codó (2018: 12), que publicou recentemente um estudo de desenho similar a este, no qual afirma: “Lifestyle mobilities epitomize the individualization of contemporary lives, as well as the centrality of travel, tourism and spatial relocation in people’s aspirational or real life projects.” Por esta investigação ter conjugado os estilos de vida com as mobilidades e tudo aquilo que estas compreendem, esta designação afigurou-se como a mais indicada e abrangente para designar as várias manifestações do fenómeno que constitui a presença de estrangeiros na zona histórica de Olhão.

As *lifestyle mobilities* são entendidas por Cohen e restantes (2015) como formas de distinção, num sentido semelhante ao de Veblen (2007). E ainda a propósito dos estilos de vida, se o capitalismo pós-fordista foi caracterizado, não pelo consumo de massas, mas antes por padrões de consumo especializados, baseados numa lógica de diferenciação estética (Shields, 1992), então, os estilos de vida pós-modernos tomam o consumo como meio de distinção e diferenciação, i.e., as práticas de consumo associaram-se a determinados estilos de vida (Featherstone, 1987). O consumo tornou-se menos numa questão de como atuar e mais numa questão de quem ser (Giddens, 2002b).

Este tema foi extensamente discutido por Baudrillard (1981). Se Marx (1982) afirmava que os bens tinham um valor intrínseco resultante da sua utilidade funcional (valor de uso) e que a mercantilização desses bens resultava num valor comercial (valor de troca) superior ao valor inicial, sendo isto produto do processo de produção que requeria o trabalho humano, já de acordo com Baudrillard, o valor social de um bem (valor simbólico) obedece a outra lógica, assente no prestígio e reconhecimento social do bem. Esta lógica de troca simbólica implicaria um consumo ostentatório ou o desperdício necessário à aquisição ou manutenção de um estatuto social diferenciado (Pawlett, 2007).

Baudrillard, inspirando-se em Lévi-Strauss, afirmou que o consumo não deriva exclusivamente do mundo natural, mas antes do mundo cultural, rejeitando por completo o argumento de que o consumo visa responder a necessidades fisiológicas (Kellner, 1989). Tal implica que o consumo é marcado por dimensões imateriais e iminentemente

sociais, como as percepções, representações e subjetivações dos atores sociais, colocando-se no espectro diametralmente oposto ao dos partidários da escolha racional ou da economia neoclássica. Assim, a troca simbólica seria caracterizada pela ambivalência e por ser um anti-valor ou anti-economia: “The definition of an object of consumption is entirely independent of objects themselves and *exclusively a function of the logic of significations* (Baudrillard, 1981: 67).”

Precisamente, um dos fenómenos que melhor ilustra a relação entre estilos de vida e consumo é o turismo. Foi com isto em mente que Cohen (2011) investigou os *lifestyle travellers* na Índia e Tailândia, os quais anos depois de terem visitado estes países enquanto crianças, decidiram retornar a eles como *backpackers*. Cohen, mobilizando as teorias do consumo e dos estilos de vida para concluir que o turismo pode levar a uma mudança no estilo de vida. O autor relaciona esta mudança com as novas formas de mobilidade promovidas pela globalização: “globalisation, with mobility as a crucial characteristic, is leading to different ways of understanding identities and relating to place” (2011: 1535-1536). No mesmo sentido aponta O’Regan, destacando o papel que a globalização teve no surgimento de estilos de vida ancorados nas novas formas de mobilidade. O’Reilly e Benson (2009: 3) subscrevem esta posição, apontando estas e outras transformações sociais como a origem da nova forma de mobilidade:

There are a host of social transformations that have given rise to, or enabled, this type of migration and which explain its emergence as a distinct phenomenon over the last 50 or 60 years. These include, for example, globalization, individualization, increased mobility and ease of movement, flexibility in working lives, and increases in global relative wealth.

Estabeleceu-se anteriormente que a mobilidade se tornou numa parte indissociável da vida nas sociedades na modernidade tardia (Cresswell, 2006; Hannam *et al.*, 2006; Sheller, 2014a; Urry, 2002a). As novas tecnologias de informação, comunicação e transporte, assim como os novos modos de vida que começaram a surgir nas últimas décadas do século XX, levaram a que se tornasse cada vez mais difícil diferenciar atividades e práticas que, há algumas décadas atrás, eram dadas como adquiridas, como tem sido discutido neste trabalho (Cohen & Cohen, 2012). Estas transformações levaram a novas interpretações de fenómenos tipicamente modernos e, no caso das mobilidades,

culminou na dissolução das fronteiras entre o turismo e as migrações, que não surgem mais como fenómenos contíguos do mesmo espectro, mas como fenómenos que se interseam (Cohen *et al.*, 2015).

A redefinição dos fenómenos supracitados levou, contudo, a crescentes dificuldades em classificar e categorizar as formas de mobilidade que se situam entre o turismo e as migrações, problema este encontrado na própria terminologia que organizações oficiais utilizam e recomendam. Considere-se a Organização Mundial do Turismo – OMT (*World Tourism Organization*) e a sua recomendação a propósito da definição de viagem turística:

(...) a tourism trip is one that takes a traveller to a main destination outside his/her usual environment, for less than a year, for any main purpose (business, leisure or other personal) other than to be employed by a resident entity in the place visited (UN, 2010: 101).

Para todos os efeitos, esta definição considera como imigrantes todos aqueles cuja estadia ultrapasse um ano, pois tornam-se residentes e não visitantes. À luz desta definição dicotómica, um indivíduo somente pode ser turista ou imigrante, o que não se coaduna com a realidade, uma vez que existe uma categoria de pessoas que não são, efetivamente, turistas nem imigrantes. Ao mesmo tempo, é uma classificação focada exclusivamente na duração da estadia, descurando a motivação por detrás da deslocação e as relações que os indivíduos criam com o destino, dimensão esta imprescindível para a análise dos fenómenos de mobilidade.

Mas estas dúvidas não são exclusivas das definições de turismo ou migrações. Mesmo dentro da categoria de migrante surgem dúvidas. Como podem ser classificados os cidadãos dos países europeus quando emigram para outro país europeu? Migrantes internos? Migrantes internacionais? E quando essa deslocação é parcial, residindo estes indivíduos uma parte do ano no seu país de origem e outra parte no de destino, como se classificam? Já se aproximará este fenómeno mais do turismo residencial do que das migrações? Mas, residindo por longos períodos, deixa de se encaixar nas definições usuais de turista, aproximando-se a uma forma de transnacionalismo, fenómeno resultante da economia global que emergiu no início do século XX, sendo o termo frequentemente utilizado na sociologia para referir categorias de pessoas que, devido às migrações,

acabaram por se fixar em diferentes países, formando assim “comunidades transnacionais” (Abercrombie *et al.*, 2016).

A propósito desta questão, Torkington (2010) acrescenta que, para os geógrafos, uma migração designa uma fixação após seis meses. Tendo esta referência em mente, como se poderá classificar um indivíduo que adquire uma habitação no país de destino e nela vive pelo menos seis meses? A WTO categorizá-lo-ia como turista por residir no local menos de um ano, enquanto para a geografia seria um imigrante. Poderia ainda ser um indivíduo com dupla residência, em dois países, numa modalidade de transnacionalismo, fenómeno também designado por turismo de segunda habitação. Mas o que sucede quando estes passam mais tempo na nova habitação e esta se torna primária, vivendo apenas alguns meses do ano no seu país de origem?

Todas estas questões são demonstrativas da imprecisão na conceptualização das formas de mobilidade que se situam entre o turismo e as migrações. A designação adotada pelas instituições oficiais nem sempre corresponde à realidade, nem assenta em princípios científicos, mas em noções desadequadas ou ultrapassadas que, sendo fáceis de aplicar estatisticamente, acabam por gozar de uma longevidade muito para além do que qualquer cautela epistemológica sugeriria. Isto sobretudo por serem categorias formadas com base em teorias elaboradas há várias décadas atrás e desadequadas para aplicação a fenómenos atuais, cuja complexidade e contornos diferenciam-nos dos fenómenos que as originaram em primeiro lugar.

O facto de as entidades públicas utilizarem a expressão “turismo residencial” é também notório da falta de sensibilidade perante as novas formas de mobilidade, uma vez que esta designação vem sendo criticada na literatura (Torkington, 2010). Se o turismo representa uma fuga ao quotidiano, classificar de turistas residenciais aqueles que passam a maior parte do ano (ou a totalidade deste) na sua própria habitação e estando recenseados em Portugal, é uma subversão da própria designação (Huete, 2012).

O mesmo se sucede ainda com a designação “segunda habitação”, que, desde pelo menos 2004, é apontada como inadequada, pois remete para teoria migratória neoclássica, ainda excessivamente ancorada em explicações meramente económicas para os movimentos migratórios (Sampaio, 2010) e desadequadas para os fenómenos migratórios em espaços de hipermobilidade, como a UE (Kurekova, 2011). Até porque estes casos aproximam-se mais de migrações, mesmo que sejam motivadas não pela procura de

trabalho, mas antes pela procura de um outro estilo de vida, uma fuga para a “*good life*”, que se caracteriza por uma ludificação do quotidiano.

Hall sublinha a multiplicidade de entendimentos que são atribuídos ao termo “*second-home*”, sobretudo no contexto dos estudos turísticos ou sobre propriedade:

The term acts as an umbrella expression for a variety of cognate terms including “cabin,” “cottage,” “crib,” “holiday home,” “hut,” “leisure home,” “recreational home,” “summer home,” “summer house,” “vacation home,” and “weekend home” (2014: 118)

Autores como Williams, King e Warnes (2004) defendem que o termo “segunda habitação” poderá induzir em erro e propõem que se utilize, em sua substituição, os termos “residência alternativa” ou “múltiplas residências”. Esta sugestão é particularmente pertinente quando se consideram estas formas de mobilidade num quadro de circulação em vez de migração permanente, i.e., quando se encara os movimentos dos indivíduos entre o país de origem e o país da segunda habitação como cíclicos, por vezes existindo até períodos de férias passados num terceiro país ou destino, quando estes residem em vários países durante o ano, ou até quando existem viagens recorrentes ao país de origem. Esta ênfase no espaço físico em detrimento da experiência colhe ainda as críticas de Santos e Esperança, que afirmam que

(...) a expansão moderna da mobilidade espacial passa a questionar a alocação das populações aos territórios, deduzindo-se daí que o conceito que dimana da expressão «o lugar onde a pessoa vive» possa estar a ficar destituído de sentido (2011: 38).

Um exemplo desta complexidade é dado por Torkington. Segundo a autora, em Portugal, os estrangeiros que adquirem uma segunda habitação para férias são designados por “turistas residenciais”, mesmo que nelas passem a maior parte do ano e poucos meses no seu país de origem:

This generic term seems to make no distinction among seasonal visitors, second-home owners and more permanent settlers, but it does appear to be

restricted to Northern Europeans. The label ‘immigrant’ is reserved primarily for those of African, Asian, or Brazilian origin (i.e. migrants from the former Portuguese colonies) as well as Eastern European labour migrants, so when ‘immigration’ is discussed in the Portuguese media or academic circles it never seems to include Northern Europeans. (...) *immigrants* certainly have a more problematic status than *resident tourists*, but on the other hand, *resident tourists* have somewhat ambivalent status of being considered as much tourist as resident, even if Portugal is now their principal (or indeed *only*) home (2010: 100).

Ainda que todos estes casos possam ser classificados como formas de mobilidade que se situam entre o turismo e a migração permanente, i.e., *lifestyle mobilities* (Cohen *et al.*, 2015), a terminologia das instituições e organizações oficiais não é a mais adequada, pois agrupa indivíduos indiferenciadamente em categorias estanques criadas para fins estatísticos, o que dificulta o entendimento dos fenómenos subjacentes e lhes retira qualquer chance de inteligibilidade, o que se repercute depois numa carência de dados precisos sobre a fixação destes indivíduos nos territórios e as suas dinâmicas de residência e mobilidade.

E estudo das migrações despoletadas por mudanças de estilo de vida e, sobretudo, motivadas pela aposentação, sofre ainda de um outro problema: a falta de dados empíricos (King *et al.*, 1998; Williams *et al.*, 1998). Os dados sobre as escolhas de mobilidade interna dos reformados existem em maior número do que caso das migrações internacionais. Mesmo hoje em dia, há uma considerável falta de informação acerca dos aposentados que decidiram mudar de país, dentro da União Europeia, para gozar a sua reforma, quer em termos de bases de dados nacionais como internacionais.

Esta questão ganha pertinência perante as diferentes motivações por detrás das migrações motivadas por mudanças de estilo de vida. Uma das características distintivas das *lifestyle migrations* perante as outras formas de migração é a capacidade financeira dos migrantes, que se reflete nas motivações para procurarem outros lugares para residir, invariavelmente relacionadas com um estilo de vida:

Migration is thus often described using language like ‘getting out of the trap’, ‘making a fresh start’, ‘a new beginning’. The fundamental features of the different lifestyles sought thus include the re-negotiation of the work-life balance, quality of life, and freedom from prior constraints. (...) Lifestyle migration is thus a search, a project, rather than an act, and it

encompasses diverse destinations, desires and dreams (Benson & O'Reilly, 2009: 609-610).

A procura de uma vida melhor é descrita pelos autores como um projeto comparativo, com os migrantes retrospectivamente contrastando os méritos do destino – o estilo de vida mais calmo, o custo de vida e das propriedades, o clima e os benefícios de saúde –, com as desvantagens do lugar de origem – criminalidade e desemprego crescentes, falta de um espírito comunitário, pressão associada ao estilo de vida e a baixa qualidade de vida (Benson & O'Reilly, 2009). Desta forma, há um processo de comparação entre a origem e o eventual destino que vai decorrendo até que os benefícios do último ultrapassem os do anterior e isto motive a migração.

Estes autores alertam para o facto de as vantagens do destino tenderem a ser romantizadas quando comparadas com as do local de origem, podendo estas explicações ainda assim oferecer um racional para a decisão de mudar de região ou país. Este argumento faz mais sentido nos casos em que os migrantes não voltam ao país de origem ou voltam apenas por curta duração e menor frequência. Nos casos em que os migrantes transitam frequentemente entre ambos os locais, as razões negativas podem ser menores ou os vínculos com a origem podem ser mais fortes, como no caso de terem família ou por motivos profissionais.

A questão da romantização da região de destino é especialmente pertinente no caso da zona histórica de Olhão. Uma vez que a modernidade produz alienação e servindo o turismo frequentemente como um mecanismo de alívio das tensões que a sociedade capitalista causa nos indivíduos (MacCannell, 1973), a romantização das sociedades pré-industriais e dos estilos de vida manifestamente distintos dos urbanos motivou o crescimento do turismo ao longo do século XX. O pós-turista, no entanto, procura outras experiências. E a combinação do desenvolvimento e conforto moderno com a atração de um estilo de vida oposto ao que a vida urbana industrial fornece torna-se num foco de interesse, dada a zona histórica se apresentar como uma ponte entre o passado romantizado de uma pequena comunidade piscatória à beira do mar e uma cidade moderna com todas as comodidades³⁰ habituais mas que ainda assim preserva a aura de autenticidade desse passado (Wang, 1999). Este argumento está próximo das conclusões

³⁰ *Amenities* no original.

de Flognfeldt (2002), uma vez que o autor sublinha que a aquisição da segunda habitação significa mais do que a escolha de um local para férias: o local, contexto cultural e paisagem chegam a assumir um papel mais importante do que sucede no caso da habitação primária no país de origem, representando uma escolha deliberada de estilo de vida.

A imagem romantizada utilizada pela indústria turística para representar o Algarve também foi discutida na investigação de Williams e Patterson (1998) sobre os britânicos reformados residentes no Algarve. Segundo os autores, no período do Estado Novo, o Algarve tinha parecenças com os espaços rurais britânicos, pelo que se revelou sedutor para os reformados. Dos inquiridos, 34,7% tinham chegado à região depois de 1990, tendo 71,2% chegado depois de 1984. Uma vez que estes dados têm mais de duas décadas³¹, hoje o cenário pode ser bastante diferente, contudo servem para situar e contextualizar as migrações pós-reforma de britânicos na região. O clima e ambiente, a par dos benefícios fiscais, foram as razões recorrentemente apontadas pelos inquiridos para terem escolhido o Algarve, mesmo que o custo de vida tenha vindo a aumentar nas últimas décadas. Torkington (2010), na sua investigação, concluiu que, a seguir ao clima, a razão mais comum apontada pelos britânicos para terem imigrado para o Algarve é o “estilo de vida”, dimensão esta por vezes pouco clara em estudos anteriores.

King e restantes (1998) foram dos primeiros investigadores a estudar o caso dos aposentados que escolhiam destinos no sul da Europa como nova residência. O seu trabalho foca-se em quatro dos destinos favoritos dos reformados britânicos: Toscânia (Itália), Malta, Costa do Sol (Espanha) e Algarve (Portugal). Os autores não se ficaram por investigar as motivações por detrás da mudança para estes destinos, abordando também as transformações que despoletavam no destino. O impacto económico das comunidades de imigrantes com disponibilidades financeiras acima das dos autóctones, está bem documentado na literatura e não é o foco principal da presente investigação, ainda que seja discutido adiante. Procurou-se sobretudo compreender os impactos ao nível das vivências dos bairros, na coexistência entre estrangeiros e autóctones e nas transformações físicas e culturais da zona histórica resultantes deste influxo de novos moradores ao longo dos últimos anos, dada a relevância que este fenómeno tem nas

³¹ Os autores recolheram os dados em 1996.

regiões que recebem um número significativo de novos residentes, sobretudo no caso das migrações de segunda-habitação.

De entre os impactos económicos gerados por este fenómeno, não se pode deixar de destacar o investimento imobiliário, o aumento do consumo (King *et al.*, 1998) e o crescimento da população. Estes fazem sentir-se sobretudo nas zonas rurais ou com tendência para a perda de população (como os centros históricos degradados e envelhecidos) e que com estes novos moradores ganham não só novos habitantes, mas também novas formas de consumo que resultam na criação de empregos e podem contribuir para o repovoamento destas zonas ou, pelo menos, para a uma inversão da tendência de desertificação e abandono (Deller, 1995).

Os imigrantes reformados ou em idade avançada apresentam padrões de fixação no território bastante diferentes daqueles que se encontram ainda em idade ativa e com ocupação profissional, assim como se diferenciam nos padrões de consumo cultural e económico, o que se repercute nas escolhas de habitações e tipos de sociabilidade, sendo o custo de vida da região e o clima duas das variáveis chave por detrás da distinção entre imigrantes ativos e reformados ou perto da reforma (Rodríguez, Fernández-Mayoralas & Rojo, 1998; Serow, 2003).

Apesar dos contributos positivos que as migrações resultantes da aquisição de segundas habitações podem dar aos territórios de destino, estes dependem largamente do tempo que é passado na segunda residência. Se a maioria das estadias forem de curta duração e pouco frequentes, poderá transmitir-se uma imagem de bairro ou comunidade desertificada³². Ainda assim, dada a tendência para a utilização destas habitações aumentar com o avanço da idade, a longo prazo os benefícios para a comunidade são mais notórios.

As migrações pós-reforma contrastam também com a interpretação que a economia neoclássica tem dos fenómenos migratórios, sendo um tipo de migração relativamente recente, remontando, aos anos 60, os primeiros casos em maior escala documentados na Europa ocidental. A teoria migratória neoclássica foi, durante décadas, a explicação comum para explicar os fenómenos migratórios. Mas, nos últimos anos, tem

³² Pode apontar-se como exemplo o caso da vila de Cabanas, pertencente ao concelho de Tavira. Na última década, um grande número de casas da localidade foi adquirido por turistas nacionais e estrangeiros. A especulação imobiliária levou a que muitos habitantes procurassem casas nas localidades vizinhas, contribuindo estes dois fatores para a vila estar abandonada, sobretudo durante a época baixa do turismo.

sido criticada pela dificuldade em explicar fenómenos complexos, sobretudo em espaços como a UE (Kurekova). Um destes fenómenos é o das migrações pós-reforma que, apesar de não seguirem as lógicas das migrações laborais ou profissionais, ainda são analisadas à luz da teoria neoclássica (Breuer, 2005).

As migrações pós-reforma são uma forma de mobilidade motivada por mudanças de estilo de vida. O processo que leva à aquisição de uma segunda habitação num outro país, quer para fins turísticos ou num regime de dupla habitação, pode ser compreendido de maneiras diferentes. O mesmo sucede com a tendência para a segunda habitação se tornar em habitação primária e, possivelmente, habitação única, com o passar do tempo (Godbey & Bevins, 1987). E este processo pode começar como uma forma de mobilidade mais ou menos temporária e culminar numa migração permanente.

Este tipo de migração aumentou consideravelmente nos últimos anos e está estreitamente ligado com o aumento da esperança de vida, sobretudo no caso dos *baby-boomers*, contribuindo ainda para o efeito o número crescente das reformas antecipadas, os melhores salários e as experiências turísticas (Casado-Díaz, 2006; Kuentzel & Ramaswamy, 2005).

A explicação mais recorrente para os fenómenos migratórios encara a tomada de decisão como o resultado de fatores *push* e *pull*, sendo esta também popular nas teorias explicativas da escolha de destinos turísticos. Ainda que a decisão de migrar para um país motivada por uma mudança de estilo de vida não siga as mesmas lógicas que a escolha de um destino turístico, vários elementos são úteis para compreender este processo, sobretudo se tivermos em consideração o papel das experiências turísticas prévias. De acordo com Casado-Díaz (2004), estas experiências turísticas são de grande importância para quem adquire uma segunda residência. Como também salientam Kuentzel e Ramaswamy:

(...) the psychological and emotional charm of a town's amenities can make tourists aspire to the potential leisure lifestyles of seasonal or permanent residence. The psychological appeal of amenities such as a town's scenic qualities, water resources, recreation paths, golf courses, theatres, parks, museums, restaurants, and shopping opportunities is apparent (2005: 420)

Os fatores *pull* podem ser descritos como motivações, atributos ou atrações específicas do destino (Heitmann, 2011a). No caso das migrações de estilo de vida, pesa também a existência de comodidades, amigos e familiares no local ou uma melhor qualidade ambiental (Wiseman, 1980). Haas e Serow (1997) identificaram ainda o clima e a beleza cénica como os dois fatores mais importantes entre os que foram apontados pelos inquiridos na sua investigação, seguindo-se as comodidades culturais, o custo de vida e da habitação, as recreações, e as oportunidades de aprendizagem nas etapas mais avançadas da vida. Desta forma, as migrações motivadas pela procura de comodidades³³ verificam-se maioritariamente dos países do norte e centro da Europa para os do sul, sendo fatores determinantes o estilo de vida mediterrânico, o clima e o custo de vida comparativamente mais baixo ao país de origem, como conclui Casado-Díaz no seu estudo sobre os imigrantes reformados residentes em Espanha e provenientes do norte da Europa:

The sociocultural reasons refer to aspects such as admiration for the Spanish way of life, which the respondents considered to be more relaxed and informal than in their home countries (...) In general, their attraction to the Mediterranean lifestyle is closely associated with the area's warm climate, which facilitates a more active social life outside their own homes, and the lower cost of living, which makes going out to restaurants, cafés and bars more affordable than in their countries of origin (2006: 1329).

Os fatores *push*, por seu turno, contribuem sobretudo para a decisão de sair da região ou país. São exemplo de fatores *push* problemas ambientais, perda de independência ou do conjugue (Wiseman, 1980). Segundo o estudo de Haas e Serow (1997), os fatores mais comumente apontados para a mudança são o clima, os problemas urbanos (insegurança, poluição, engarrafamentos), o custo de vida, as questões financeiras e a ausência de familiares na área.

As comodidades naturais sempre foram determinantes na distribuição geográfica das atividades sociais e económicas (Gosnell & Abrams, 2011). Em casos em que a aquisição da segunda habitação precede a reforma, os indivíduos podem utilizá-la durante anos como residência para férias, encontrando-se assim num estado de mobilidade

³³ *Amenity* ou *Amenity-seeking* migrations no original.

temporária (Casado-Díaz, 2006), passando esta gradualmente a habitação primária, podendo tornar-se habitação única quando a migração se torna permanente:

(...) this process of conversion from secondary to primary home may represent the initial and final stages of a cycle of evolution in a secondary home development which corresponds to stages of a tourist area's cycle of evolution (Godbey & Bevins, 1987: 19).

No mesmo sentido aponta a investigação de Kuentzel e Ramaswamy (2005: 422),

(...) [seasonal] home purchases can follow family life stages where mid-career security and financial independence, or the extra leisure time of the empty nest can encourage vacation home ownership. Consequently, seasonal home growth in tourism towns may be a function of demographic trends, as cohorts like the baby-boomers enter times of peak productivity and earning power.

No caso dos reformados, já em 1980 Wiseman concluía, na sua investigação, que experiências prévias de turismo e residência eram dos fatores mais importantes aquando do momento de emigrar com o intuito viver os anos de reforma noutra país. A existência de familiares, amigos ou de comunidades de imigrantes do mesmo país no destino também potencia as escolhas (Cuba, 1991). Clubes e outras organizações comunitárias transmitem informações e atuam no sentido de promover os destinos para potenciais imigrantes, chegando mesmo a apresentar-lhes os destinos. Estas coletividades desempenham um papel fundamental ao darem a conhecer determinados territórios residenciais a indivíduos que ponderam mudar-se aquando da reforma. Este conhecimento prévio ajuda a planear a reforma antecipadamente e a considerar uma mudança para estes destinos.

Ainda que Wiseman (1980) tenha defendido que a decisão de mudança precede a escolha do local, Cuba (1991) veio apresentar a hipótese contrária, i.e., a escolha do destino pode mesmo preceder a decisão de mudança. Em ambos os casos, a experiência turística atua como precursor da decisão de mudança (Casado-Díaz, 2006), pelo que não constitui grande surpresa que alguns dos casos mais conhecidos e estudados sejam os de destinos turísticos dos europeus, como o Algarve, Toscana, Costa do Sol ou Malta

(Breuer, 2005; Casado-Díaz, 2006; Gustafson, 2008, 2009; King *et al.*, 1998; Rodríguez *et al.*, 1998, 2004). É também pertinente a conclusão de Haas e Serow (1997), segundo a qual, a mudança para a nova residência ocorre, em média, dois anos após a reforma, sendo esse período ocupado com a preparação. Hoje em dia, devido à maior facilidade de acesso à informação e maior facilidade em viajar, este processo poderá ser mais célere, mas não foi encontrada informação que sustentasse esta hipótese nem estudos mais recentes que corroborasse as conclusões dos autores.

A consideração de Wiseman (1980) de que as migrações pós-reforma são um processo mais do que um evento é pertinente. Estas representam toda uma vida de experiências, impressões, representações e influências, culminando ou não na mudança, mas em muito ultrapassando esta. Este processo inicia-se com um *trigger* que desperta nos indivíduos a vontade de mudar de lugar e, que no caso dos reformados, pode dar-se ainda antes da própria reforma. Estes *triggers* podem ser mudanças no ciclo de vida, eventos críticos ou perdas relacionadas com a idade, incongruências ambientais, alterações no estilo de vida ou movimentos forçados. Segue-se então a escolha do local para onde mudar, assim como o tipo de habitação e as condições de vida desejadas. É igualmente importante frisar que tanto o turismo como as migrações e a escolha dos destinos dependem de fatores como a infância, família, trabalho, *media*, assim como de outras influências sociais e culturais (Heitmann, 2011a).

A literatura proveniente da área do marketing distingue cinco etapas no processo de tomada de decisão de mudar de região ou país (Kotler, Bowen & Makens, 2014). A primeira etapa consiste no reconhecimento ou identificação da necessidade ou problema, pretendendo a decisão eliminar ou encurtar a distância entre o estado presente e o estado desejado. Estas necessidades podem surgir a partir de *triggers* que despertam nos indivíduos o sentimento de que lhes falta algo. A título de exemplo: um indivíduo pode nunca ter pensado em mudar para outro país aquando da reforma, até conhecer um caso bem-sucedido e refletir sobre as vantagens e benefícios de tal decisão – daí vários autores enfatizarem que os familiares, amigos e as experiências de terceiros são muito importantes na escolha de um destino particular (Cuba, 1991; Wiseman, 1980), demonstrando o marketing que são igualmente importantes para despertarem a própria pretensão de mudar de residência. É ainda importante reter que as normas sociais, valores e pressões internalizadas tendem a transformar-se em necessidades psicológicas que se podem manifestar na vontade de mudar de região ou país (Heitmann, 2011a).

A etapa seguinte consiste na procura de informação. Os trabalhos de Wiseman e Cuba salientam a importância das redes de sociabilidade neste aspeto, possivelmente por as tecnologias à data serem algo mais limitadas e a informação de conhecidos e instituições ser mais determinante. Hoje em dia, as tecnologias de informação, comunicação e de transporte facilitam o acesso à informação e reduzem a incerteza com que se encaram os destinos. Ainda assim, como já foi referido, a presença de redes de apoio e de comunidades de conacionais nos locais escolhidos continuam a revelar-se variáveis determinantes. Este último elemento liga-se à terceira etapa – a ponderação das alternativas. Se as experiências turísticas reduzem o leque de possíveis locais a serem escolhidos, a presença de elementos familiares, como amigos, familiares ou comunidades de conterrâneos facilitam a seleção de um destino em detrimento de outro. A quarta etapa consiste na decisão e a quinta na satisfação após a decisão estar tomada.

3.8 – Gentrificação e recomposição social

Ruth Glass cunhou o termo gentrificação em 1964, após ter constatado este fenómeno em vários bairros de Londres, para designar “the reinvestment of real estate capital into declining, inner city neighbourhoods to create a new residential infrastructure for middle and high income inhabitants” (Patch & Brenner, 2007: 1917). A gentrificação refere-se ao fluxo de indivíduos (*gentry*) de classe média e alta para determinadas zonas urbanas, levando ao aumento do custo de vida e à especulação fundiária, obrigando a classe trabalhadora com menos capacidades financeiras a deslocar-se para zonas de menor valor imobiliário, muitas vezes periféricas, sendo este último processo designado por suburbanização (Atkinson, 2000). Ao mesmo tempo, a gentrificação enquanto processo também resulta da ação de investidores, construtores ou agências e fundos imobiliários que promovem a transformação física, demográfica e cultural das áreas urbanas, potenciando o seu valor (Jackelyn, 2016). Assim, o conceito de gentrificação remete para as relações de classes e distribuição de riqueza/propriedade, uma vez que a aquisição de imobiliário é condicionada pela capacidade financeira dos indivíduos.

Por volta dos anos 60 e 70, a gentrificação era sobretudo observável nas grandes metrópoles e cidades industriais, período ao qual remontam os primeiros estudos empíricos sobre o fenómeno. As “cidades globais” (Sassen, 2007a) tornaram-se no objeto de estudo privilegiado dos geógrafos urbanos e demais investigadores que estudavam a gentrificação.

Mais recentemente, a aceleração da globalização difundiu a gentrificação um pouco por todo o mundo, sendo hoje um processo característico não só do mundo urbano em geral, mas também de franjas urbanas nos territórios rurais (Clark, 2005), muito para além de um determinado tipo de metrópoles, cidades ou regiões (Criekingen, 2009; Atkinson & Bridge, 2010).

Mesmo que a sua origem remonte ao período pós-segunda guerra mundial, têm sido identificados casos de proto-gentrificação desde os meados do século XIX (Smith, 2010). Ainda assim, formalmente, só se consideram os anos 50 quando se discute a história do fenómeno. Hackworth e Smith (2001) distinguem três ondas ou vagas³⁴ da

³⁴ *Waves* no original.

gentrificação: a primeira antecedeu a recessão económica de 1973 e foi promovida sobretudo pelo Estado enquanto principal financiador, com o intuito de reduzir o desinvestimento económico privado nos bairros citadinos. De carácter esporádico, foi verificada sobretudo nas cidades do nordeste dos Estados Unidos, na Europa ocidental e na Austrália, e já nesta altura revelava uma tendência para segregação da classe trabalhadora. A segunda vaga iniciou-se pelos finais dos anos 70 e durou até ao final dos anos 80, quando determinados órgãos de governação local, motivados pela retoma económica do mercado imobiliário, encetar medidas para atrair o investimento para bairros envelhecidos ou degradados. Foi também a partir desta altura que a gentrificação começou a ser integrada num leque de processos económicos e culturais à escala nacional e global, identificados como resultado da globalização. A última vaga da gentrificação, iniciou-se nos anos 90 e é descrita como a generalização da gentrificação, tendo o fenómeno atingido o limiar da ubiquidade.

Em 2008, Lees, Slater e Wyly argumentaram que uma quarta vaga da gentrificação começou a ser sentida nos Estados Unidos a partir dos anos 2000. Esta quarta vaga combinou políticas urbanas favoráveis e polarizadoras a um maior peso do setor financeiro no imobiliário. Os autores ligam o surgimento desta última vaga com as políticas liberais da administração de George W. Bush, sublinhando que poderia não ser facilmente identificada fora dos Estados Unidos.

Mais recentemente, Aalbers (2019) identificou uma quinta vaga, argumentando que esta, à semelhança das anteriores, foi motivada por uma crise e viu a gentrificação envolver novas áreas. O investimento privado enquanto força motriz mantém-se, mas ganhou um carácter global mais do que nacional ou local, resultando em maior especulação imobiliária. A gentrificação é assim cada vez promovida pelas elites transnacionais e com recurso a tecnologias e plataformas como o *Airbnb*, não só em novos bairros e zonas, mas noutros anteriormente já gentrificados, com maior expressividade nos centros artísticos, zonas históricas e distritos culturais.

O conceito de gentrificação mantém-se em uso e permanece pertinente para o estudo das cidades globais, sobretudo num contexto de hipermobilidade, uma vez que continua a contribuir para o entendimento dos processos sócio espaciais urbanos (Wyly & Hammel, 1998). Como sublinha Butler (2007: 167), o maior mérito da investigação sobre gentrificação tem sido “its ability to throw light on how changes in the external

economy have affected the relations between people and the places that they live in *in specific places at particular times*³⁵. E mesmo que se rejeite a ideia das vagas de gentrificação, estas podem, em última análise, ser consideradas etapas ou fases, meramente indicativas da evolução do fenómeno, paralelamente à evolução do neoliberalismo e das novas formas de mobilidade.

Se inicialmente a gentrificação era encarada por instituições públicas e governos locais e nacionais com uma conotação pejorativa, por volta da viragem do século essa posição começou a ser reexaminada e as instituições governativas começaram a apostar mais ativamente na gentrificação enquanto política pública de reabilitação urbana, potenciando aquilo que Smith (2002: 445) designou de “a major colonization by the middle and upper middle class”.

A ideia de que a gentrificação se assumiu como uma forma de colonialismo urbano tem sido presença assídua nos debates sobre gentrificação nas últimas duas décadas (Slater, 2008. Segundo Atkinson e Bridge (2010), isto terá acontecido sobretudo desde que a gentrificação se difundiu da Europa ocidental, América do Norte e Austrália e se fez sentir nas cidades globais do Sul. Os autores invocam ainda o argumento de Harvey (1989) de que a gentrificação teria beneficiado de políticas públicas de orientação neoliberal, resultando num “colonialismo enquanto universalização da administração pública”, que tem vindo a tornar-se numa popular medida de reabilitação de bairros degradados e envelhecidos:

(...) there is a trend towards urban governments around the world, of whatever particular political complexion, adopting gentrification as a form of urban regeneration policy broadly connected with an entrepreneurial style of urban governance and a focus on the middle classes as the new saviour of the city (Atkinson & Bridge, 2010: 52).

Esta tese foi inicialmente proposta por Harvey em 1989, que estudou os processos sociais por detrás das transformações motivadas pelo capitalismo que as cidades experienciaram, com particular ênfase no papel empreendedor do Estado na implementação de políticas que promovam a gentrificação. No seu ponto de vista, os governos locais apoiam-se no turismo, assim como na produção e consumo de

³⁵ Itálico original.

espetáculos e promoção de eventos “efêmeros” com vista a solucionar problemas urbanos. Desta forma, Harvey identifica uma “colonização” das zonas urbanas por parte de uma classe com uma capacidade económica superior aos residentes originais. Esta transformação dos bairros e comunidades, graças à especulação imobiliária, aumento das rendas e ao crescente custo de vida em função do influxo de novos residentes com maior poder de compra, leva a que muitos habitantes originais tenham de procurar outras zonas para residir.

Os argumentos de Harvey ganham relevância quando se consideram as observações de outros autores de que a gentrificação tem vindo a ganhar um carácter mais divisório, uma vez que as políticas de regeneração urbana e as parcerias público-privadas para este efeito têm a classe média como público-alvo e não as classes mais desfavorecidas (Smith, 2002). Como asserte Smith (1982: 139), “gentrification and urban redevelopment are the leading edge of a larger process of uneven development which is a specific process, rooted in the structure of the capitalist model of production.”

Apesar das críticas negativas à gentrificação e às suas consequências, alguns autores concedem que o influxo de novos habitantes possibilita a reabilitação de zonas tipicamente empobrecidas e mitiga as consequências diretas dessa pobreza (Atkinson, 2000). A possibilidade de regeneração de áreas deterioradas das cidades é um contributo significativo para trazer uma nova vida a áreas abandonadas e isoladas (Lopes, Rodrigues & Vera-Cruz, 2019). Na prática, as consequências positivas e negativas podem coexistir, sobretudo em casos em que a gentrificação é promovida com limites e se procura manter um equilíbrio nas zonas afetadas. Este equilíbrio é particularmente importante em zonas que experienciam elevada pressão de alojamentos turísticos, tendo a governação local, nestes casos, um papel determinante na regulação deste tipo de oferta e no tipo de intervenções permitidas nos edifícios existentes.

Os estudos sobre gentrificação incidem habitualmente sobre um de dois tipos de atores sociais: os promotores da gentrificação, incluindo agências imobiliárias, investidores, bancos, organizações de residentes ou legisladores; e as vítimas da gentrificação, como os deslocados (Blasius, Friedrichs & Rühl, 2015). Esta investigação tomou os contributos de ambas as fontes, acusando, porém, a manifesta falta de dados secundários que possibilitam uma melhor compreensão dos fenómenos de gentrificação (Wyly & Hammel, 1998). Outra distinção patente nos estudos sobre gentrificação é entre

a oferta e da procura. No lado dos primeiros constam proprietários, investidores, agências imobiliárias e governos locais ou nacionais. Já o lado da procura é menos retratado na literatura e ainda hoje não abundam dados, sendo estes indivíduos agrupados pela sua profissão ou grupo social, atitudes ou características sociodemográficas (Blasius *et al.*, 2015).

No que toca aos novos moradores dos bairros gentrificados, estes são designados por gentrificadores e, segundo Rérat, Söderström & Piguet (2009: 336), correspondem à nova classe média, sendo o grupo tradicionalmente constituído por “(...) small and usually childless middle-class households, often unmarried, primarily under 35 years of age, employed overwhelmingly in the advanced services (professional, administrative, technical, and managerial occupations), highly educated.” Esta descrição dos gentrificadores é algo homogénea e foi sendo alargada ao longo dos anos, à medida que novas vagas de gentrificação se foram identificando pelo mundo fora, protagonizadas por atores de diferentes perfis.

Outro perfil mais recente de gentrificadores é o das elites transnacionais que se movimentam entre as metrópoles e cidades globais, conferindo-lhes um carácter meta-geográfico (Rofe, 2003). Estas elites não só se identificam como membros de uma comunidade global, como subscrevem a ideia de um cosmopolitismo e uma cultura global desprovida de fronteiras, idealizando a integração cultural que a globalização promove. Esta elite transnacional é também caracterizada por uma elevada capacidade de mobilidade (Smith, 1996) e um capital económico muito superior ao das classes médias tipicamente associadas aos fenómenos de gentrificação. Como entende Torkington (2012: 71) estas elites “are characterized not only in terms of their economic wealth and possessions, but also by their ‘mobility status’ and the ‘mobile life-strategies’ they employ to forge their social identities and networked social relations.” Estas elites são também descritas como super-gentrificadoras, potenciando uma re-gentrificação de bairros já gentrificados (Butler & Lees, 2006).

Para além das elites transnacionais, também artistas, intelectuais e outras classes criativas foram recentemente adicionadas à já alargada categoria de gentrificadores. Esta última adição, contudo, revela uma ironia tipicamente pós-moderna na forma como estes indivíduos, manifestamente avessos ao capitalismo neoliberal, se tornaram seus agentes e convergiram no mesmo sentido que os empreendedores, investidores e agências

imobiliárias, como sublinha Ley (2003). Recorrendo à *Distinção* de Bourdieu (1996), o autor expõe o facto de estas duas classes se encontrarem em posições diametralmente opostas uma da outra no xadrez social. Mais fascinante ainda é que são os artistas quem frequentemente protagoniza os movimentos sociais anti-gentrificação e anti-turismo em áreas já gentrificadas (Tissot, 2015).

A teoria da gentrificação tem-se focado largamente no estudo dos movimentos de retorno de população aos subúrbios e áreas periféricas das cidades, ou até mesmo de áreas rurais, para o interior das cidades e centros históricos, invocando argumentos económicos e profissionais para explicar a origem do fenómeno, seguindo por vezes raciocínios deterministas e holistas que não correspondem necessariamente à complexidade dos processos sociais subjacentes (Phillips, 2001). Esta perspetiva não está errada *per si*, mas reduz a capacidade explicativa da literatura quando se estudam casos em que a população não corresponde ao perfil usual da nova *gentry*.

Um exemplo desta limitação é a forma como a literatura tem conferido pouca atenção à relação entre migração e gentrificação (Criekingen, 2009), sobretudo no caso da migração internacional, que tende a ser negligenciada em favor do da gentrificação motivada por outras formas de mobilidade, como o turismo ou a migração interna, por exemplo.

Este argumento sublinha a necessidade de se romper com a ideia de que a gentrificação, enquanto fenómeno, está, nos dias de hoje, exclusivamente relacionada com os processos de desindustrialização e da deslocação de habitantes da classe trabalhadora dos bairros gentrificados para zonas mais periféricas, em favor de uma perspetiva transnacional da gentrificação, baseada “on macro-scale, class-based change framed by global flows and local urban restructuring” (Sigler & Wachsmuth, 2015: 706).

Mesmo que o conceito original designe a desindustrialização e deslocação de habitantes da classe trabalhadora para zonas periféricas, o fenómeno apresenta, hoje em dia, outros contornos, o que levanta a necessidade de o conceito de gentrificação ser redefinido ou de se cunhar um conceito distinto, por forma a se adequar às novas formas de gentrificação que entretanto surgiram.

Um destes casos é o da gentrificação transnacional, que surgiu do contexto da globalização e do paradigma das mobilidades e se baseia em movimentos migratórios

internacionais, descrita como “a process that connects leisure-driven migration to spatially distant neighbourhood reinvestment schemes that existing local demand may not have allowed for” (Sigler & Wachsmuth, 2016: 707). Este tipo de gentrificação contrasta com o entendimento original de Rush Glass do termo e tende a estar intimamente relacionado com a gentrificação promovida pelo turismo, i.e., gentrificação turística (Foulds, 2014). Foi fortemente sentida em Espanha antes da crise económico-financeira de 2008, em cidades como Madrid, Barcelona e Bilbao, que também experienciaram gentrificação turística ou gentrificação simbólica³⁶ (Janoschka, Sequeira e Salinas, 2014; Hughes, 2018).

Há um elemento pertinente a considerar quando se fala de gentrificação turística: esta por vezes considera não só o efeito que a indústria turística surte nos bairros, mas também os impactos de novos residentes oriundos de países e sociedades com maior capital económico e/ou cultural. Por outras palavras, a gentrificação turística tende a amalgamar turistas e imigrantes. Revisitando o argumento de Benson e O’Reilly (2009) de que existe uma relação funcional entre o turismo e as migrações pós-reforma, esta tendência pode, à primeira vez, parecer inofensiva. Porém, há diferenças substantivas entre a construção com fins turísticos e a construção para imigrantes: ainda que ambas possam contribuir para a gentrificação, o tipo de relações e formas de sociabilidade desenvolvidas nos espaços gentrificados são tão distintos como os turistas e os locais podem ser entre si.

Isto pode acontecer pelo facto de a gentrificação transnacional e a gentrificação turística serem manifestações mais recentes e ainda estarem em fase de estudo, não existindo ainda investigação suficiente. Será este também o caso da gentrificação simbólica (Janoschka *et al.*, 2014). Ainda assim, quer um determinado caso de gentrificação se tenha desenvolvido a partir de um processo de migração interna ou migração internacional, há um elemento que tende a ser comum a ambos (e à generalidade) dos casos: o influxo de indivíduos com um capital cultural e económico mais elevado que os habitantes dos bairros e áreas de destino.

Nos últimos anos, a gentrificação turística e o capitalismo de plataformas³⁷ como o *Airbnb* contribuíram para novos aumentos dos preços do imobiliário e do custo de vida,

³⁶ A gentrificação simbólica é também designada de gentrificação promovida pela produção cultural.

³⁷ *Platform capitalism* no original.

resultando em mais deslocações de residentes originais dos bairros, ao mesmo tempo que promoveram ativamente a turistificação de determinadas zonas. Lisboa prefigura o caso clássico deste fenómeno (Lopes *et al.*, 2019), que se tem vindo a alargar paulatinamente a outras zonas regiões do país. Como sublinha Aalbers (2019: 6)

Airbnb has also pushed the ‘touristification’ of certain neighbourhoods, not only resulting in house price inflation but increasingly also displacement, as Airbnb is often used throughout the year and thereby relegating long-term tenants to other districts.

Os efeitos de plataformas como o *Airbnb* são de considerável importância para o estudo de zonas elevada procura turística e da gentrificação (Gant, 2016). O facto de os alojamentos funcionarem ininterruptamente tem consequências na disponibilidade de alojamento para os residentes locais (Lee, 2016) e também contribui para uma McDisneyficação dos lugares (Ritzer & Liska, 2003), que se transformam progressivamente em não-lugares turísticos (Augé, 1995) ou em inautênticos lugares de passagem (Relph, cit in Torkington, 2012). Em última análise, o próprio conceito de *Airbnb* é uma manifestação do paradigma das mobilidades e de que estar em movimento é uma forma de ser e estar na modernidade tardia.

3.9 – De estrangeiros a residentes: integração e pertença

Um dos aspetos mais pertinentes deste trabalho foi a relação que os novos residentes do centro histórico de Olhão estabeleceram, quer com o território em si quer com os autóctones. O sentimento de pertença³⁸ à comunidade constitui uma questão incontornável desta investigação, sobretudo na transposição do plano teórico para o plano empírico. Esta matéria poderia ter sido encarada como uma questão de integração destes imigrantes, não fosse a conotação do termo imigrante que, tanto no senso comum como nas ciências sociais, tende a ser utilizado em alusão a grupos étnicos minoritários ou a imigrantes à procura de trabalho e melhores condições de vida, o que em Portugal corresponde sobretudo a imigrantes provenientes da Europa de Leste, Ásia e África (Torkington, 2010). A própria literatura científica portuguesa parece ter assimilado este preconceito ontológico ao designar por turistas residenciais os estrangeiros que têm uma segunda habitação em Portugal e que aqui passam parte do ano – termo este mantido mesmo quando passa a habitação primária e residem a maior parte do ano (Torkington, 2010). Esta crítica estende-se ainda aos organismos e instituições públicas que utilizam esta inadequada terminologia.

Falou-se anteriormente em auto-categorização na identificação dos grupos sociais, sendo o estilo de vida e a manifestação do consumo e práticas os meios através dos quais se estabeleceria esse referencial de pertença ao grupo. Um raciocínio similar estabeleceu-se no caso dos estrangeiros. Estes estrangeiros diferenciam-se dos autóctones não só pela língua que falam, mas de outras maneiras: padrões de consumo, atividades de lazer, redes sociais, capitais económico e cultural, etc. Desta forma, foi importante compreender como estas diferenças contribuía para uma identificação nós/outros, quer tanto na perspetiva dos estrangeiros como na dos autóctones.

Esta questão é particularmente pertinente para compreender os processos de integração dos estrangeiros na zona histórica e como estes vêm a sua pertença e ligação ao território. Por integração entende-se “the process by which people who are relatively new to a country (i.e. whose roots do not reach deeper than two or three generations) become part of society” (Rudiger & Spencer, 2003: 4). É entendido que uma efetiva

³⁸ *Attachment e belonging* em inglês.

integração dos imigrantes é a etapa final do processo de migração. Mas como argumenta Strobl, a integração não significa necessariamente inclusão:

(...) integration into the sphere of the lifeworld does not automatically lead to participation in function systems like the economy, science, the educational system, or the justice system, there has to be a mechanism for participation in these systems. This mechanism is called inclusion (2007: 4438)

Ainda que utilizados desregradamente como sinónimos, integração e inclusão são conceitos distintos, cujos significados não são equivalentes e intercambiáveis. Por o conceito de inclusão ser mais preciso e mais utilizado empiricamente, foi adotado nesta investigação.

Dado o processo de integração dos imigrantes centrar-se habitualmente num único sistema social – o trabalho, deixando os indivíduos numa situação de indefinição face aos restantes sistemas, a integração mediante o ponto de vista do Estado é conseguida. No caso desta investigação, esta matéria foi de menor importância, pelo facto de grande parte dos novos residentes da zona histórica estarem na sua maioria aposentados, não terem atividade profissional ou manterem as atividades profissionais que tinham no seu país de origem³⁹. Por outro lado, outros sistemas tornam-se mais relevante como, a título de exemplo, o sistema político, manifestando-se na participação cívica e utilização do direito de voto. A participação em associações e clubes é apontada como determinante para a integração destes imigrantes, através da formação de redes sociais e de integração em grupos sociais (Casado-Díaz, 2006; Williams & Patterson, 1998).

No entanto, ainda que o trabalho seja um dos pilares da integração, só por si não se traduz na inclusão dos imigrantes (Froy, 2006), pois isso requer que a integração nos demais sistemas sociais seja bem-sucedida. Como afirma Bruto da Costa (2008: 68) “a inclusão exige não apenas condições objetivas de integração, mas também o reconhecimento subjetivo de se estar incluído.” Isto será mais notório conforme o destino dos imigrantes. No caso do Algarve, existem centenas ou milhares de imigrantes que poderão facilitar a integração no território, ao mesmo tempo que eliminam a necessidade

³⁹ Vários estrangeiros trabalham como artistas ou viajam frequentemente ao seu país de origem em trabalho, numa lógica de dupla habitação. Estes casos serão discutidos em maior pormenor no capítulo 5.

de se integrarem na cultura local ou de aprenderem português, pois estarão, neste casos, a conviver com comunidades de conacionais com quem partilham a língua, cultura, história e origem.

A título de exemplo, Williams e Patterson concluíram que o domínio do português por parte dos imigrantes britânicos diminuiu consideravelmente das coortes mais velhas para as mais jovens, podendo isto dever-se a características intrínsecas aos imigrantes (qualificações, idade, etc), maior utilização do inglês na região com o passar dos anos e maior número de expatriados na região, o que levou a uma menor necessidade de falar português: “the need to learn Portuguese may have declined over time, given the growth of the expatriate community and of tourism” (Williams & Patterson, 1998: 151). Este sentimento foi manifestado por alguns dos seus correspondentes, que afirmaram estar rodeados de pessoas que falam de inglês o tempo todo, o que que dificultava a aprendizagem do português.

No seu estudo realizado junto das comunidades de ingleses emigrados em Malta, Toscânia, Costa do Sol e Algarve, King e restantes (1998) distinguem aqueles que trabalharam antes de emigrarem definitivamente (Malta e Toscânia) daqueles que emigraram baseando-se apenas no turismo enquanto contacto prévio com o país de destino. Enquanto os primeiros se apresentavam quase plenamente integrados, os segundos estavam longe de se integrarem na cultura local – não por se recusarem, mas antes por não terem contacto ou não verem utilidade nisso, como relatam os autores:

(...) if you live on an estate surrounded by other English-speaking residents, if the local super-market provides all your food needs without a word having to be spoken, if there are ‘English’ restaurants, pubs and recreational clubs, and local entrepreneurs speak some English anyway, why bother to try to learn Spanish or Portuguese and why bother to ‘integrate’. And in any case, integrate to what? The local society is usually a recent product of urbanisation founded upon the demands of foreign residents and holiday-makers; culturally it is in large part an example of ‘stage authenticity’ (1998: 102-103).

Todos estes argumentos levaram vários autores a questionarem a validade de se utilizar o termo *integração* em referências a migrantes intraeuropeus, sobretudo nos casos em que esta migração faz parte de um trajeto de vida e não é o último passo (Benson,

2010). O termo integração será ainda menos adequado no caso de imigração para zonas com forte presença de conacionais, como o que King e restantes (1998) descrevem.

Destacam-se duas diferenças entre os inquiridos na investigação de King e restantes, e os estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão. Por um lado, estes escolheram residir numa comunidade de portugueses em vez de terem decidido mudar-se para os locais habitualmente escolhidos pelos seus conacionais e que estão já estabelecidos (Portimão, Lagos ou Triângulo Dourado). Por outro lado, dada a zona histórica não ser um destino turístico, não se insere em nenhuma designação de autenticidade encenada, quer se interprete essa encenação no sentido objetivista, construtivista ou existencial (Wang, 1999; 2000). Desta forma, estes estrangeiros têm razões para se tentarem “integrar” na comunidade local, pois esta em nada se parece com o cenário descrito por King e restantes (1998) ou Williams & Patterson (1998).

Ainda sobre a integração, King e restantes (1998) salientam que o domínio da língua é determinante. Mas no seu estudo, o domínio do idioma local variava muito entre os quatro casos estudados. Os ingleses em Espanha e Portugal apresentavam um domínio muito superior ao dos em Malta, devendo-se isto à maior utilização do inglês neste país que na Península Ibérica. Ao mesmo tempo, os ingleses na Toscana dominavam melhor o italiano, avançando os autores com a teoria de que isto se deveria a estarem há mais anos na região, por terem qualificações mais elevadas e por distribuírem-se mais dispersamente pelo território, evitando a formação de enclaves e promovendo o uso da língua local.

O estudo de Williams e Patterson (1998) sobre os britânicos a residir no Algarve aponta que o domínio do português diminuía com cada sucessiva coorte. Ainda que não tenham explorado exaustivamente a origem desta tendência, os autores aventam que tal poderá dever-se ao uso do português ser menos necessário com o passar dos anos, já que os imigrantes de ano para ano tendem a encontrar comunidades de acolhimento com mais ingleses e, por conseguinte, terem menos contacto com os portugueses que os primeiros imigrantes. Ao mesmo tempo, o crescimento do turismo no Algarve neste período (entre 61 e 96) levou a que o inglês fosse mais comumente falado na região e facilitando a integração dos imigrantes britânicos no Algarve.

Um outro elemento importante da integração é a ligação ao país de destino (ou *attachment*). Quanto mais integrados estiverem mais forte é essa ligação, podendo isto

verificar-se nas viagens de retorno ao país de origem ou na existência de segundas habitações nesses países. O estudo de Williams e Patterson aponta que a grande maioria dos britânicos no Algarve passariam mais de 45 semanas por ano na região e que o número de casas no país de origem decrescia significativamente com o passar dos anos, em várias coortes para metade ou até mesmo um terço. O número de viagens ao Reino Unido também era relativamente baixo em todas as coortes, com pouco mais de um quarto dos inquiridos não realizando nenhuma viagem no ano anterior e metade realizando apenas uma ou duas viagens nesse período.

A este propósito, a investigação de Casado-Díaz (2006: 1331) sobre os reformados oriundos do norte da Europa residentes em Torre Vieja (Espanha) identifica três padrões de residência nos inquiridos: os que passam menos de 27 semanas por ano na residência na Espanha e ainda tinham uma habitação no seu país de origem; os que passavam entre 6 e 9 meses por ano em Espanha, tendo casa no seu país de origem e visitando-o regularmente; e os que passavam quase todo o ano em Espanha, não tendo casa no seu país de origem e visitando-o raramente. Os dois primeiros exemplos aplicam-se sobretudo aos alemães e nórdicos, de acordo com o autor. O terceiro é grupo é maioritariamente composto por britânicos.

O número de visitas ao país de origem, como salienta O'Reilly (2000) na sua investigação sobre os britânicos em Espanha, é um bom indicador da integração e pertença que estes sentem pela comunidade na qual se inseriram, sendo tanto menor quanto estes se sentirem mais ligados à comunidade. Por vezes, como a autora aponta, sucede-se que estes residentes encaram uma visita ao país de origem da mesma forma que um turista encara as férias.

Nos casos das migrações de estilos de vida, a aquisição de habitação própria surge também como um fator de ligação e pertença ao território: "Buying one's own 'property' seems to be an essential part of this type of migration process, stemming from an ideology that associates the concept of 'home' and 'belonging' with land and property ownership and thus staking a claim to place" (Torkington, 2012: 74). Nestes casos, a própria escolha da habitação tem um significado e, no caso de Olhão, a escolha de habitações antigas recuperadas ou por recuperar encerra, em si, uma mensagem implícita sobre a valorização da cultura local e da sua autenticidade, por oposição à inautenticidade das urbanizações turísticas e demais locais de passagem a que Relph (cit in Torkington, 2012) alude. Este

argumento ecoa ainda o pensamento de Koller (2007), de que a globalização promoveu um desejo do autêntico, tradicional e local conjugados com a presença dos serviços e comodidades globais, numa justaposição do local com o global não dissimilar do conceito de glocalização de Robertson, enquanto “(...) the diffusion of ideas and practices from one «place» to another” (2014: 3).

Esta ligação dos imigrantes é maximizada pelos vínculos e relações com a cultura e comunidade de acolhimento. A participação cívica e o associativismo consistem em dimensões que potenciam a ligação dos imigrantes ao país de destino. A investigação de Casado-Díaz (2006) aborda a participação em associações e clubes. O autor aponta que 90% dos inquiridos responderam que integravam pelo menos uma associação ou clube. Os britânicos participavam sobretudo em associações constituídas tanto por britânicos como por espanhóis, enquanto os alemães eram os que participavam menos em associações. Já os nórdicos participavam na sua totalidade em associações e clubes, sendo as formadas exclusivamente por outros nórdicos as mais populares.

Esta é também uma das conclusões do estudo de Haas e Serow, no qual os autores destacam o contributo que os imigrantes que procuram comodidades dão à comunidade que os acolhe, ao mesmo tempo que sublinham o paradoxo das suas sociabilidades:

(...) amenity migrants contribute to the community through voluntary organization and were politically active. Yet their friendship patterns segregated them from the indigenous community. They are, in a manner of speaking, *in* the community but not *of* the community (1993: 219).

De igual relevância para a integração é o sentimento de pertença (*belonging*) que os migrantes de estilo de vida podem ter relativamente à comunidade de acolhimento. A pertença é uma condição subjetiva do ser e do estar e, ao mesmo tempo, é extrínseca e socialmente estruturada. O sentimento de pertença à comunidade é mais forte no caso dos imigrantes que escolheram destinos com comunidades de expatriados, pois não só existem os dominadores comuns da língua e da cultura, como a adaptação se processa mais rapidamente.

Quando os imigrantes procuram integrar-se noutras locais que não nas suas comunidades de expatriados, são frequentemente encarados pelos autóctones como

turistas e, em determinados casos, até pelas entidades oficiais, como se sucede com a utilização do termo turistas residenciais, como referido anteriormente. Esta designação é inadequada e potenciadora de discriminação, sendo também esta também a conclusão de Benson (2010), que sublinha que, nestes casos, a integração se resume ao nível da interação e aceitação que há entre estrangeiros e autóctones, i.e., a sua convivência.

Os discursos mediáticos sobre a imigração levaram a que este termo ganhasse uma forte conotação pejorativa. Por oposição, o termo turista goza de uma conotação maioritariamente positiva pelos contributos económicos que o sector do turismo tem para o país e sobretudo para a região algarvia. Desta forma, designa-se por “turista residencial” o imigrante dos países do norte da Europa que escolhe Portugal para residir, mesmo que os próprios considerem tal classificação como ofensiva (Casado-Díaz, 2006; Gustafson, 2002).

Este desvio não constitui uma mera denúncia de um uso indevido de termos e categorias, ou de uma manifesta discriminação promovida pelas próprias entidades oficiais portuguesas. Pode antes ser vista ao prisma da pertença. Classificar um estrangeiro residente como turista pode pôr em causa o seu vínculo e ligação ao território. Por esta razão, Gustafson preferiu utilizar a expressão *residentes de inverno* para classificar os Suecos que passam parte do ano no sul de Espanha e que ocupam um terceiro plano entre os autóctones e os turistas. Esta rejeição do termo turista da parte dos estrangeiros residentes deve-se a um sentimento anti-turista que se pode desenvolver em destinos turísticos massificados (Hughes, 2018; Jacobsen, 2000) e que está patente na representação que os próprios “residentes de inverno” têm do turismo:

Tourists were sometimes described as careless, ignorant, stupid, vulgar, noisy, and so forth; and tourism was equated with commercialization and the exploitation of local settings. Several respondents also associated tourists with heavy drinking, bad manners, and hence a bad reputation, which they feared might spill over to the winter residents (Gustafson, 2000: 911).

Desta forma, os “residentes de inverno” estudados por Gustafson procuram frequentar os mesmos locais que os autóctones para experienciar a autêntica, ou aquilo que por eles é entendido como a autêntica cultura local em vez da que é encenada pela

indústria turística local: Procuram a Espanha “genuína”, “real” ou “natural” (Gustafson, 2002: 911). E não apresentam comportamentos idênticos aos dos turistas (MacCannell, 1973). Assim, estes “residentes de inverno” sentem-se como residentes de facto e não como turistas, pois não se vêem a si próprios da mesma forma, mesmo que os autóctones por vezes assim os classifiquem. Tal resulta numa clivagem entre a auto e a hétero identificação da pertença ao território: se os próprios se sentem como pertencendo, já os autóctones não partilham esse sentimento, o que leva a uma dissonância entre a pertença e a exclusão que podem vir a sentir. E, como aponta Gustafson, os “residentes de inverno” procuram demonstrar a sua integração e familiaridade com a sociedade espanhola, dissociando-se claramente dos turistas. Estes resultados vão ao encontro das conclusões de O’Rielly sobre os britânicos imigrados em Espanha:

British in Spain are essentially British. But sentiment, feelings of attachment and belonging are also an important element of identity; and those who do not expect to return home, who have made Spain their (more or less) permanent home, feel as if they belong in Spain and have no romantic memory of or wistful longing for the homeland (2000: 86).

Difference to Spanish, and ethnic discreteness are not stressed; in fact it is almost taboo to highlight or discuss the lack of integration or communication between two cultures. British ethnicity is not politically organised, nor is it stressed in interaction with the Spanish. It is not the result of a threat against their ethnic identity or their ethnic discreteness. It seems to be more of a ‘we’ identification with other Britons than a ‘they’ identification against the Spanish. Additionally, their ethnic identity, or the persistence of ethnic grouping and ethnic behaviour, does not appear to reflect for the more permanent migrants a lack of desire to integrate, nor a myth of return to the homeland, nor a romantic view of the homeland as is often used to explain the non-integration of other migrant groups into the dominant culture or structures. A more relevant identification is with tourists and tourism; it is expressed in terms of an escapist culture, and reflects a view of Spain constructed via Tourism. However, some identification is in opposition to tourists, and with a ‘good Spain’ which reminds them of a bygone Britain (2000: 116-117).

A procura de autenticidade por parte dos “residentes de inverno” tem figurado nas discussões enquanto explicação para o padrão norte/sul que o turismo e as migrações de estilo de vida tendem a seguir (Montezuma & McGarrigle, 2018). A própria representação de autenticidade é socialmente construída e não tem uma relação material com a realidade

(Cohen, 1979b; 1988). O que estes consideram autêntico poderá não coincidir com o que os autóctones entendem como tal. Mais do que a autenticidade, isto demonstra a perceção que os residentes de inverno têm do turismo enquanto um monumento inautêntico da cultura local, ou nas palavras de MacCannell (1973), uma autenticidade encenada.

Não obstante a pertinência destas conclusões, é imperativo reter, como destaca Casado-Díaz (2004), que destinos diferentes atraem migrantes de estilos de vida diferentes. As características dos indivíduos provenientes do norte da Europa que escolhem a Espanha como novo país de residência não são as mesmas que aqueles que escolhem antes Itália ou Portugal. E, mesmo dentro do próprio país ou região, como foi aludido anteriormente, os grupos de estrangeiros não são idênticos nem exibem os mesmos padrões de sociabilidade, consumo ou habitação. Casado-Díaz (2006) sublinha ainda que os estrangeiros residentes que constituem uma determinada comunidade podem revelar-se heterogêneos, mesmo que sejam oriundos do mesmo país, sendo a idade – e possivelmente a etapa do ciclo de vida em que se encontram –, um fator determinante.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

4.1 – Desenho de Investigação

Tomando em consideração os diversos contributos referidos na revisão da literatura, esta investigação assumiu-se à partida como exploratória. Os estrangeiros que residem na zona histórica de Olhão apresentam-se como um caso distinto de todos os que constam na literatura, mesmo em toda a multiplicidade de disciplinas que estudam as migrações motivadas por alterações no estilo de vida e/ou migrações pós-reforma. Porém, não foi o típico caso de estudo exploratório que se aproxima da *grounded theory*, pois já existiam conceitos e um corpo teórico que explicavam parcialmente os fenómenos por detrás deste objeto de estudo (Creswell, 1994).

Por outras palavras, abundam teorias sobre turismo, migrações, mudanças de estilos de vida e a relação entre estes fenómenos, assim como a escolha de determinados locais no sul da Europa. A singularidade, como foi referido, estava na escolha deste local em particular que contrastava, à primeira vista, com os mencionados na literatura e referidos como escolhas típicas. Desta forma, a investigação procurou compreender que razões levaram os estrangeiros a escolher a zona histórica de Olhão para residir.

A revisão de literatura realçou duas dificuldades específicas em investigações com objetos de estudo similares e que foram determinantes para a construção do desenho de investigação utilizado. A primeira foi a falta de dados estatísticos sobre o movimento da população em causa nesta investigação. O espaço Schengen e a livre circulação de pessoas no território da União Europeia dificultam a medição de determinados tipos de movimento, sobretudo no caso de cidadãos de estados-membro (King & Skeldon, 2010). A outra dificuldade concerne à fiabilidade dos dados existentes, devido à utilização de categorias político-jurídicas imprecisas e, por vezes, de todo inadequadas, para classificar os estrangeiros investigados neste trabalho (Torkington 2010, 2012).

Esta contingência levou a que a investigação se afastasse de dados estatísticos oficiais e procurasse estudar o fenómeno a partir do terreno, quer na perspetiva dos estrangeiros quer na dos locais. Esta escolha reflete uma ontologia relativista, uma vez

que assume não há uma realidade singular passível de ser apreendida, experienciada coletivamente pelos indivíduos, mas que a realidade existe somente num plano intrínseco da experiência humana, através de construções sociais (Given, 2008). Assim, a finalidade desta investigação foi a de produzir conhecimento sobre os estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão, mais do que testar um conjunto de teorias ou hipóteses. Isto fez-se, em primeiro lugar, conhecendo em profundidade a população e o fenómeno *in loco*, e, em segundo lugar, comparando este caso com os da literatura para tirar conclusões sobre as suas especificidades e apresentar dados que permitam futuras comparações e contribuam para o aprofundamento do conhecimento sobre objetos de estudo similares.

Estas decisões fundamentaram-se numa epistemologia interpretativista, o que se refletiu na revisão de literatura e no entendimento que foi sendo feito a propósito das várias teorias e conceitos mobilizados (Lincoln, Lynham & Guba, 2018). Contudo, esta investigação não é puramente interpretativista, pois a abordagem aqui seguida também fez uso de elementos característicos do paradigma hipotético-dedutivo. Esta escolha justifica-se pela singularidade do objeto de estudo, que apela, não somente para a compreensão em profundidade do fenómeno, mas também à sua comparação com outros casos de migrações que a literatura menciona, assim como para a identificação de relações, regularidades e singularidades. Para este efeito, foi imperativa a triangulação de diversas fontes, dados e instrumentos (Creswell, 1994).

Ao mesmo tempo, esta investigação também assumiu um forte carácter interdisciplinar, tendo utilizado conceitos e teorias oriundos de diversas disciplinas, construindo um modelo em conformidade com estes vários contributos (Guerreiro, 2016a, 2016b). Esta opção foi fundamentada pelo argumento de Snape e Spencer (2003) de que um purismo epistemológico pode impedir a utilização de um desenho de investigação adaptado a determinadas circunstâncias, pelo que se tomou a opção pragmática de optar antes por uma metodologia mista.

Segundo Ritchie (2003), há determinados fenómenos que necessitam ser abordados tanto na sua profundidade como em termos quantitativos. Foi com esta proposição em mente que esta investigação empregou uma metodologia mista, combinando diversas técnicas de recolha de dados. De acordo com Greene, Caracelli e Graham (1989), as abordagens de métodos-mistos podem ser realizadas segundo cinco ordens de razão, consistindo estas na triangulação das fontes, de modo a corroborar os

resultados provenientes dos diferentes métodos; complementaridade, enquanto forma de clarificar e reformar os resultados; desenvolvimento, com o objetivo de utilizar um método como base para a utilização de um outro método que sai, desta forma, reforçado; na iniciação, procurando identificar paradoxos, contradições ou novas perspetivas dos fenómenos; e na expansão, ao alargar o alcance e a visão da recolha de dados através da utilização de diferentes técnicas e instrumentos. Estes princípios apresentaram-se como sólidos para a construção de um desenho de investigação que tenha como objetivo compreender o fenómeno em profundidade e extensão, como foi o propósito deste trabalho desde a sua fase embrionária.

Não obstante, o desenho de investigação utilizado aproxima-se do paradigma construtivista, uma vez que não se utilizaram conceitos fechados nem se testou a validade de hipóteses. A elaboração da investigação também seguiu uma lógica qualitativa, tendo a revisão da literatura sido elaborada numa primeira fase e reformulada à medida que o trabalho de campo e recolha de dados iam decorrendo (Bryman, 2012).

Esta opção manifestou-se numa tentativa de reduzir a distância entre o investigador e o objeto de estudo, tendo-se procurado estar o máximo de tempo possível no terreno, imerso no quotidiano. No que concerne à ontologia, a investigação é construtivista, rejeitando a ideia de haver uma realidade extrínseca aos indivíduos que pode ser objetivamente estudada pelas ciências sociais, de modo a criar leis positivas sobre as relações sociais e a sociedade. Assume antes que existem tantas realidades quanto atores sociais, pelo que se baseia na interpretação subjetiva da realidade por estes construída (Creswell, 1998). Também se teve em consideração a recomendação de Williams e Patterson (1998) nas conclusões do seu estudo sobre reformados britânicos a residir no Algarve, as quais salientam que a investigação por questionário não lhes tinha permitido aprofundar determinadas dimensões e que uma abordagem qualitativa poderia ser mais indicada para este objeto.

Em relação à axiologia, subscreveu-se o princípio weberiano da neutralidade axiológica enquanto condição necessária para a produção de conhecimento sociológico. Não quer isto dizer que um investigador possa despir-se dos seus valores ou que seja capaz de dissociar-se das suas crenças, estereótipos ou preconceitos, mas antes que deve evitar ser influenciado e condicionado no seu trabalho sociológico, deixando claro o que resulta dos dados e da investigação, e o que resulta da sua interpretação e opinião. Como

sublinha Weber (2005: 146-147), o sociólogo tem “o dever incondicional de clarificar (...) aquilo que nos seus argumentos deriva de um raciocínio puramente lógico ou de uma constatação puramente empírica dos factos e aquilo que constitui uma avaliação prática. Como questiona Elias (1993), sendo os indivíduos parte da sociedade, como podem colocar-se de *fora* desta para a estudarem?

A investigação incorporou estas orientações nos instrumentos e no processo de recolha de dados. Numa primeira fase, eminentemente qualitativa, procurou-se compreender o fenómeno, descobrir o que apresenta de original face aos casos que a literatura aponta e, sobretudo, o que está por detrás destas diferenças. Numa fase posterior, procurou-se conhecer em extensão o fenómeno, tentando identificar-se relações entre os dados e confrontá-los com os resultados de outras investigações que seguiram o corpo teórico mobilizado.

Esta abordagem corresponde àquilo que Creswell (1994) designa de *dominant-less dominant design*, seguindo a investigação um paradigma dominante com uma componente da recolha de dados que utiliza técnicas de outro paradigma: “one might engage in qualitative observations with a limited number of informants, followed by a quantitative survey of a sample from a population” (Creswell, 1994: 177), numa tentativa de complementar os resultados e triangular a informação. Sendo o paradigma indutivo dominante, o desenho de investigação mantém as suas características ao não utilizar conceitos fechados nem operacionalizados, preferindo antes conceitos sensibilizantes, como se fez em toda a componente teórica (Bryman, 2012), permitindo a emergência de novas dimensões do fenómeno que não foram referidas na teoria.

A decisão de utilizar uma abordagem mista em nada deriva do argumento frequentemente apresentado de que os modelos indutivos pecam pela falta de objetividade, sendo o investigador, ao fim e ao cabo, ele próprio o instrumento de recolha de dados. Este argumento utiliza como premissa a hipótese de o investigador poder não ser totalmente isento ou capaz de evitar influências, pré-noções, estereótipos e demais formas de “ruído” na altura de recolher e interpretar os dados como sustentação para a desconfiança perante a abordagem qualitativa. Porém, os mesmos receios podem ser apontados para uma abordagem quantitativa, pois a construção dos instrumentos de recolha de dados ou a sua análise podem também transparecer as mesmas debilidades.

Esta decisão foi tomada por se reconhecer que técnicas e métodos distintos devem ser empregues nos contextos em que são mais eficientes, resultando a sua combinação em conclusões mais sólidas e investigações mais robustas, sobretudo quando as características da investigação apontam no sentido de conhecer os objetos de estudo em toda a sua complexidade e riqueza teórica, em profundidade e em extensão.

4.2 – Questões de Investigação

O tema de investigação que guiou a elaboração deste trabalho foi a presença crescente de estrangeiros a viver na zona histórica de Olhão. A bibliografia mobilizada centrou esta questão num paradigma, estabeleceu as correntes teóricas que poderiam ajudar a compreender o fenómeno, discutiu os conceitos úteis e analisou as conclusões de investigações similares. Diversas questões surgiram no decorrer da problematização deste tema e revelaram-se importantes no processo de recolha de dados. Estas questões foram divididas entre questões a considerar da perspetiva dos estrangeiros e questões a considerar da perspetiva dos autóctones.

No caso dos estrangeiros, revelou-se importante descobrir:

- Por que razão decidiram emigrar;
- Que papel teve o turismo (ou contactos prévios com a cidade) nesta mudança;
- Por que razão adquiriram habitação na zona histórica de Olhão;
- Qual o papel que amigos, conhecidos, familiares ou redes de conterrâneos tiveram na escolha de Olhão;
- Que importância teve a arquitetura e o urbanismo da zona histórica na decisão de emigrar;
- A decisão de emigrar foi anterior ao contacto com a cidade ou foi em função do contacto com esta que a decisão foi tomada;
- Houve alguma alteração no estilo de vida a anteceder a mudança ou foi a mudança a casa dessa alteração;
- Residem em outro país que não Portugal durante o ano;
- Quantos meses por ano passam em Olhão;
- Quantas visitas anuais fazem ao país de origem;
- Qual a duração média das deslocações ao país de origem ou a terceiros países;
- Como é a sua relação com os autóctones;
- Como foi a sua integração na zona histórica;
- Quais são as suas atividades de lazer.

Por outro lado, outras questões na perspectiva dos autóctones careciam de resposta:

- Como veem os estrangeiros;
- Qual a relação e que interações têm com os estrangeiros;
- Que impacto nas suas vidas teve a imigração para a zona;
- Sentem que o custo de vida e preço das rendas aumentou devido a este influxo;
- Que opinião têm sobre a reabilitação e compra dos prédios devolutos;
- Fazem um balanço positivo da presença destes estrangeiros na zona histórica;
- Consideram-nos moradores do bairro ou “turistas”.

4.3 – Modelo de Análise

Tendo em mente os contributos da literatura sobre *lifestyle mobilities* e outros fenómenos de mobilidade vistos no capítulo IV, optou-se por dividir os dados a recolher, de acordo com o modelo de análise da investigação, em três conjuntos. Um concerne à migração dos estrangeiros para a zona histórica de Olhão, o outro diz respeito à integração e vivência na zona histórica que os estrangeiros experienciaram, e o último centra-se nos autóctones e no modo como encaram este fenómeno.

A migração foi amplamente discutida no subcapítulo 5 do capítulo IV, dedicado às motivações e comodidades. Mais do que compreender que fatores se apresentam como *push* ou *pull*, importou compreender se esta mudança para a zona foi motivada por uma alteração no seu estilo de vida, ou se essa alteração é ela um produto da mudança. Outro elemento de igual importância foi descobrir que experiências e contactos prévios tinham tido com Olhão: como conheceram a zona? O que lhes deu a ideia de se mudarem para lá? Que papel teve o turismo nisto? Este conjunto de dados centrou-se assim nos aspetos que antecederam a mudança, inspirando-se nos trabalhos prévios que estudaram a relação entre turismo e migração.

A respeito da vivência e integração no bairro, estas questões centraram-se no quotidiano, na *praxis* do dia-a-dia. Ao terem escolhido um destino com uma cultura distinta era expectável que essa mudança tivesse provocado alterações no seu estilo de vida, nem que fosse pelo facto de terem de criar novas rotinas, novas sociabilidades, novas redes sociais. Ao mesmo tempo, uma vez que as comodidades desempenham um papel tão importante nestas migrações, foi necessário apurar que consumos fazem – que locais frequentam, que atividades de recreação preferem, que formas de lazer escolhidas para ocupar o seu tempo, etc. Por fim, a relação com os autóctones foi outro elemento determinante. Dado os processos de gentrificação se caracterizarem pela presença de um sentimento de hostilidade da parte dos autóctones para com os novos moradores, ou até a manifestações de hostilidade (Tissot, 2015), interessou conhecer como os estrangeiros se relacionavam com os autóctones e como os últimos encaravam a sua chegada à zona histórica.

A análise deste fenómeno a partir da perspectiva dos autóctones foi importante para contrastar com estudos anteriores. Rejeitavam os novos habitantes ou acolhiam-nos abertamente? Como viam a reabilitação dos prédios devolutos? Que impacto teve a chegada destes novos moradores na vida da zona histórica? Costumam interagir com os novos residentes? Se sim, que interação têm com estes?

Figura 5 – Lifestyle mobilities

	Temporary Mobility	Lifestyle Mobility	Permanent Migration
Definition			
	Non-permanent move of varying duration	On-going semi-permanent moves of varying durations	Permanent change of usual residence
Key Concepts			
Usual residence	Less centrality	Multiple moorings	Integral concept
Return	May involve a return 'home'	May involve a return (to) 'home(s)'	No intention to return
Belonging	Generally fixed to one location	Not fixed to any one (or more) location	Fixed to one or two locations
Key Dimensions			
Duration	Varying duration of stay	Varying durations of stay	Lasting relocation
Frequency	Generally a repetitive event	Multi-transitional and on-going	Single transition
Seasonality	Large seasonal variation	Some seasonal variation	Minor seasonal variation
Temporality	Occurs at a specific point during the life-course	On-going throughout the life-course	Occurs at a specific point during the life-course; a one-off event

(Adapted from Bell and Ward, 2000)

Fonte: Cohen *et al.* (2015).

Um dos modelos de análise que distinguem entre mobilidade temporária e migração permanente mais amplamente discutidos na literatura é o de Bell e Ward (2000).

Neste os autores identificam determinados contrastes entre ambos os extremos do contínuo, como duração, pertença, frequência, sazonalidade, momento em que ocorre, etc. Cohen e restantes (2015) apresentam o seu modelo (Figura 3) como uma evolução do modelo de Bell e Ward, tendo em consideração as formas de mobilidade que se inserem entre estes dois polos.

Esta investigação considerou estes contributos e as dimensões utilizadas, mas ao invés de verificar se os estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão se inseriam numa das três posições ao longo deste contínuo, procurou antes compreender se poderiam inserir-se de todo neste esquema conceptual e se as dimensões-chave utilizadas pelos autores poderiam ser úteis nesta investigação. Assim, com base nestes contributos, elaborou-se o seguinte modelo de análise, que serviu de base à recolha de dados:

Figura 6 – Modelo de análise da investigação

Migração dos estrangeiros para a zona histórica de Olhão

- Por que razão decidiram emigrar;
- Que papel teve o turismo nesta migração;
- Porquê a zona histórica de Olhão;
- Que papel tiveram conhecidos ou comunidades de conterrâneos na migração;
- Qual a importância da estética/arquitetura de Olhão para a decisão de migrar;
- A decisão de emigrar foi anterior ao contacto com a cidade ou foi em função do contacto com esta que a decisão foi tomada;
- A mudança foi consequência de uma alteração de estilo de vida, ou foi devido à alteração de estilo de vida que a migração ocorreu.



Integração e vivência dos estrangeiros na zona histórica

- Durante o ano residem noutra(s) país(es) para além de Portugal;
- Quantos meses por ano residem em Olhão;
- Quantas vezes por ano voltam ao país de origem;
- Qual a duração média das viagens ao país de origem ou a terceiros países;
- Como é a sua relação com os autóctones;
- Como foi a sua integração na zona histórica;
- Quais são as suas atividades de lazer.



Relação e interação entre estrangeiros e autóctones

- Que impacto tiveram os estrangeiros na sua vida;
- Sentiram algum aumento no custo de vida ou nas rendas desde a chegada dos estrangeiros aos bairros;
- Como veem a reabilitação e compra dos prédios devolutos;
- Consideram a presença dos estrangeiros benéfica para a zona;
- Consideram-nos moradores do bairro ou “turistas”.

4.4 – Instrumentos de Recolha de Dados

As escolhas metodológicas determinam os instrumentos de recolha de dados que vão ser utilizados e, sobretudo, na forma como estes instrumentos são elaborados e analisados. A utilização de uma metodologia mista foi estrategicamente adotada com vista a possibilitar que diferentes técnicas fossem empregues para recolher diversos dados e assegurando assim conclusões de maior qualidade (Creswell, 1994).

A recolha de dados inspirada pela revisão da literatura foi realizada em três etapas. A primeira consistiu numa abordagem etnográfica da zona histórica. Numa fase inicial, dezenas de horas foram passadas observando o quotidiano dos estrangeiros no espaço público, algumas das suas rotinas e a sua interação com os autóctones. Numa segunda fase, várias conversas foram tidas em contexto informal, numa lógica fenomenológica, com o fim de imergir nas rotinas destes estrangeiros e apreender os seus sentimentos perante várias das questões contempladas nesta investigação. Foram abordados entre 150 e 200 pessoas em diversos locais, como cafés, “tascas”, restaurantes, bares, jardins, calçadas, mercearias, mercados, lojas e outros espaços. Estes contactos envolveram conversas ditas de circunstância, em que breves questões informais eram colocadas aos estrangeiros que por ali passavam.

Numa segunda etapa, esta observação tomou um carácter mais participativo, com o investigador a conversar prolongadamente com os estrangeiros durante vários dias, acompanhando-os pela zona histórica. Estabelecida uma relação de maior à vontade com estes, prosseguiu-se para as entrevistas não estruturadas, que se aproximaram mais de perguntas específicas efetuadas a meio de conversas fluídas, tidas pelas ruas e cafés da zona histórica. Importou compreender como estes estrangeiros viviam o seu dia-a-dia, e, sobretudo, no espaço em questão. A informalidade das conversas foi essencial para que a informação revelada não fosse mediada por constrangimentos, desconfortos ou filtros que tendem a surgir em contextos com os quais os atores estão menos familiarizados, mas saísse naturalmente no decorrer das conversas tidas no seu próprio ambiente e por sua própria iniciativa.

Quando a informação recolhida permitiu compreender melhor o fenómeno, decidiu-se proceder com entrevistas semi-estruturadas a uma amostra mais alargada, com

o propósito de consolidar a informação anteriormente obtida e alargar os dados de modo a que pudessem sustentar um retrato mais completo da sua realidade. Ainda nesta fase iniciaram-se os contactos com os residentes autóctones da zona histórica e demais habitantes da cidade, procurando apurar algumas perspetivas destes perante o fenómeno e a presença tanto de estrangeiros residentes como de turistas na zona histórica.

Numa última etapa, aplicaram-se questionários autoadministrados aos estrangeiros residentes na zona histórica que se mostraram disponíveis para os preencher. Este questionário baseou-se nos vários modelos empregues em investigações mencionadas na literatura, incorporando ainda as dimensões que surgiram com a recolha de dados qualitativos. Os questionários tiveram como objetivo fornecer dados mais extensivos que permitissem traçar o perfil dos estrangeiros residentes na zona histórica, que revelasse informação sobre a sua origem, idade, habilitações, composição familiar, mas também qual a duração das estadias, quantas vezes visitam o país de origem e qual a duração dessas visitas, assim como apurar as experiências prévias com a cidade, as razões por detrás da migração e da escolha da zona histórica como destino, entre outras informações. Estes dados são também essenciais para comparações com outros estudos e para perceber a extensão da sua presença, assim como o perfil ou perfis destes estrangeiros.

A razão pela qual se optou pela recolha de dados primários neste último ponto é similar à apontada por Casado-Díaz (2006). Muitos destes imigrantes não estão registados localmente e não existem dados fidedignos sobre eles. Para além disso, muitos dados revelam discrepâncias consideráveis entre os números oficiais e os reais no caso dos estrangeiros que residem em determinados concelhos. Seguindo as considerações de Casado-Díaz, isto poderá dever-se a dois fatores em particular: a duração da estadia destes estrangeiros ser inferior ao que a legislação estabelece como limite máximo antes do registo; e a vontade destes estrangeiros em permanecerem algo resguardados de registos, por razões fiscais, quer no país de origem como no de destino⁴⁰.

Foi ainda nesta etapa que foram realizadas algumas entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas a alguns dos atores-chave referidos na imprensa, assim como a governantes e figuras institucionais que poderiam complementar a investigação,

⁴⁰ Atendendo à natureza sensível da hipótese sugerida por Casado-Díaz, optou-se por não abordar a questão nesta investigação. Não obstante, a mesma revela-se pertinente e poderá constituir um objeto de estudo particularmente interessante para uma melhor compreensão de fenómenos migratórios na União Europeia.

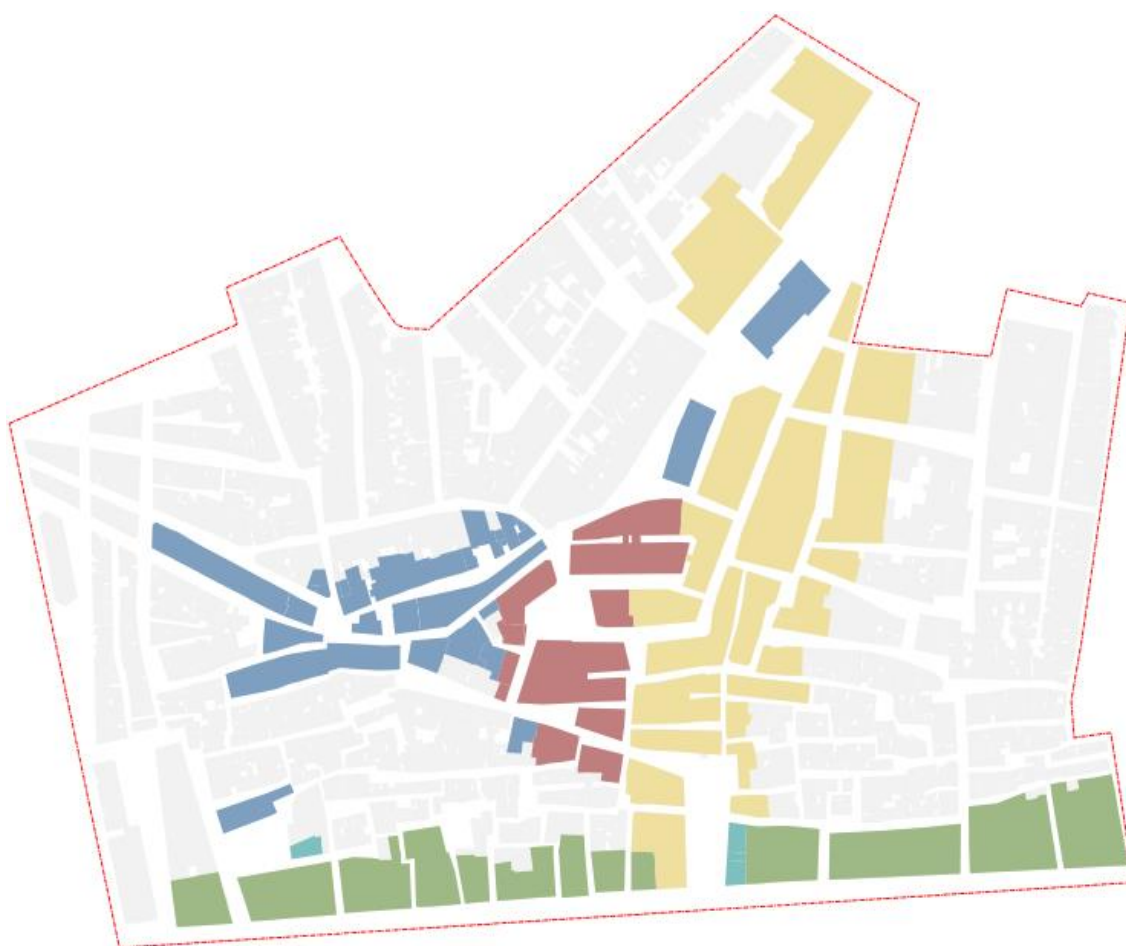
revelando como este fenómeno é encarado do ponto de vista político e institucional. Para terminar, realizaram-se dois *focus group*, um com estrangeiros e outro com autóctones, para discutir algumas das questões mais pertinentes da investigação e aprofundar as dimensões do fenómeno que foram emergindo ao longo da investigação.

Foram entrevistados 19 estrangeiros, tendo as entrevistas sido tanto semiestruturadas como não estruturadas. Foram também entrevistados seis representantes de instituições locais, entre as quais se encontram a Câmara Municipal de Olhão e Junta de Freguesia de Olhão. Ocorreram também centenas de contactos informais e espontâneos com estrangeiros residentes, assim como com dezenas de autóctones residentes na zona histórica. Ainda se dois *focus-group*, um com estrangeiros e outro com portugueses e foram recolhidas 64 respostas válidas ao inquérito por questionário, que foi distribuído a estrangeiros.

4.5 – Contexto de investigação, população e amostra

Esta investigação incidiu sobre os estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão. A zona histórica de Olhão (figuras 4) foi definida no Plano de Pormenor para a Zona Histórica da Cidade de Olhão (PPZHO), aprovado em Assembleia Municipal a 25 de maio de 2017, sendo publicado em Diário da República a 4 de julho do mesmo ano. Toda a zona histórica está dentro dos limites da Freguesia de Olhão.

Figura 7 – Zona histórica de Olhão



Fonte: Plano de Pormenor da Zona Histórica de Olhão

Não há números sobre a população de estrangeiros residentes nesta zona nem sobre quantas casas terão sido adquiridas nos últimos anos. Pelo fim da investigação,

estimou-se que morassem entre três e quatro centenas de estrangeiros na zona histórica, em menos três centenas de habitações.

O universo desta investigação também sofreu alterações durante o período em que a investigação decorreu. A larga maioria dos estrangeiros residentes da zona histórica foi inicialmente identificada por diversas fontes (CMO, JFO, SEF, INE, associações locais, assim como estrangeiros e autóctones entrevistados) como proveniente de países europeus e dos Estados Unidos, com destaque para a França, Reino Unido, Alemanha, Holanda e países escandinavos. Nos últimos dois anos, um número considerável de italianos mudou-se para a cidade de Olhão, mas não tanto para a zona histórica. Pela sua chegada tardia e por residirem para lá da zona histórica, esta nacionalidade não integrou o universo da investigação.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O trabalho de campo desta investigação iniciou-se em 2017, com a observação da zona histórica. Numa abordagem etnográfica, várias horas foram passadas a observar as rotinas diárias de estrangeiros na zona histórica e os seus quotidianos. Isto permitiu identificar locais de interesse e a identificação destes estrangeiros residentes. Rapidamente se tornou possível diferenciar os estrangeiros residentes dos estrangeiros turistas, através quer da apropriação que faziam do espaço, quer da sua linguagem corporal e práticas rotinizadas. Esta fase inicial também passou pela observação da recuperação de prédios não sua maioria devolutos que foram sendo adquiridos por estrangeiros desde então.

Ainda durante este período, procurou-se conhecer algumas perceções que os autóctones da zona histórica, comércio local e restauração têm sobre a crescente presença de estrangeiros na cidade, quer na forma de turistas, quer na de moradores. Estes discursos contribuíram para identificar dimensões pertinentes para a revisão de literatura, que mais tarde se revelaram úteis para a elaboração dos questionários e dos guiões de entrevista. Foram ainda estabelecidos contactos com instituições locais e alguns estabelecimentos frequentados regularmente por estrangeiros, contactos estes que se revelaram imprescindíveis nas fases ulteriores da recolha de dados.

Este processo decorreu paralelamente à recolha de documentação sobre a história de Olhão. Trabalho este mais historiográfico, foi imprescindível para contextualizar a zona histórica e o fenómeno que experiencia atualmente, que motivou esta investigação. Este material deu origem ao segundo capítulo desta dissertação e a várias ilustrações que forma utilizadas ao longo do texto.

Não foram recolhidos dados estatísticos sobre a idade ou ocupação dos participantes nos dois *focus-group* realizados, assim como sobre a nacionalidade dos participantes no *focus-group* de estrangeiros. Em ambos os casos, os participantes demonstraram alguma relutância em facultar quaisquer informações pessoais. Uma vez que a identificação poderia levar à não participação nos *focus-group* ou a uma participação condicionada, optou-se por não recolher tais dados, garantindo assim os *focus-group* decorreriam nas melhores condições possíveis.

O primeiro *focus-group* foi realizado a 17 de outubro de 2018, na sede da associação recreativa República 14, sediada na zona histórica de Olhão. Contou com 11 participantes, sendo três do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Apesar de não ser possível precisar a idade da maioria dos participantes, nenhum aparentava ter menos de 50 anos, estando a maioria entre os 60 e os 70 anos. O país de origem dos participantes que aceitaram revelar a sua nacionalidade era: Reino Unido, Alemanha, Holanda e Irlanda. O *focus-group* teve a duração de 84 minutos.

O segundo *focus-group* realizou-se a 29 de março, num café perto da zona histórica. Contou com 8 participantes, dos quais cinco eram pescadores e três eram reformados. Seis eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. Metade dos participantes tinha mais de 65 anos, tendo a outra metade entre 40 e 60. O *focus-group* teve a duração de 152 minutos.

Nenhum excerto de entrevista contém a identidade do entrevistado, uma vez que muita informação foi dada a troco de garantia de anonimato. Nestes últimos casos, considerou-se as entrevistas, mas não se transcreveu a informação revelada. Vários estrangeiros também não autorizaram a gravação das entrevistas nem, em alguns casos, que fossem tiradas notas.

Se vários estrangeiros se revelaram disponíveis para falar e discutir a temática, embora fossem exigidas algumas reservas de confidencialidade, outros recusaram por completo qualquer tentativa de contacto. Revelou-se uma população difícil de identificar, mais difícil de contactar e relutante em participar, na generalidade. Note-se que mesmo nos artigos da comunicação social sobre estrangeiros residentes na zona histórica, os entrevistados são em todos os casos celebridades, artistas ou estrangeiros a promover os seus negócios na zona histórica, sendo os únicos casos de moradores dispostos a falar abertamente.

5.1 – “Sabemos que eles existem, não sabemos é quantos”

A contabilização dos estrangeiros sempre se revelou problemática desde os primeiros trabalhos empíricos sobre migrantes pós-reforma a residir em destinos do sul da Europa (King *et al.*, 1998; Casado-Díaz, 2006), tendo-se demonstrado igualmente problemática na presente investigação. O apuramento do número de estrangeiros provenientes de países da União Europeia a residir noutros países da União Europeia parece ser uma dificuldade transversal com que todos os estudos se deparam e para a qual tarda a existir uma solução.

A própria autarquia de Olhão desconhece o número de estrangeiros residentes na zona histórica ou na cidade, para além dos dados que as instituições estatais como o SEF e o INE disponibilizam⁴¹. A duração da estadia dificulta a contabilização, assim como o elevado número de habitações que é colocado em plataformas de arrendamento turístico, como a *Airbnb*, nos períodos em que não estão no país. A autarquia hesitou em estimar números, tendo o Presidente da Câmara Municipal de Olhão, António Pina, afirmado que aguardam pelos próximos censos na esperança que estes consigam ajudá-los a ter uma melhor perspetiva da dimensão do fenómeno.

A Junta de Freguesia de Olhão também carece de dados que permitam estimar números. Porém, considerando o número de atestados de residência passados e a participação de estrangeiros em eventos promovidos pela junta, estimam que haja “alguns milhares”, destacando-se os franceses e italianos, que se interessaram mais por Olhão nos últimos dois ou três anos. Britânicos, Alemães, Holandeses, Belgas, escandinavos e Indianos também são comuns. Já Irlandeses e Chineses serão em menor número.

No que concerne aos censos, coloca-se, porém, a dificuldade de estes conseguirem ultrapassar a duração da estadia destes estrangeiros em território nacional, sobretudo nos casos em que residem em forma de mobilidade circular. O preenchimento *online* dos questionários poderá ser uma forma de ultrapassar esta dificuldade, estando esta hipótese largamente dependente da comunicação com os estrangeiros que se encontrem fora do

⁴¹ Como foi referido no capítulo 3, estes valores apresentam enormes discrepâncias face ao das embaixadas, consulados e outras instituições oficiais. Esta discrepância resulta da diferença de critérios, assim como da dificuldade em registar a entrada, permanência e saída de cidadãos da U.E. de território nacional, sendo os números bem mais precisos para indivíduos provenientes de países extracomunitários.

país durante o período de preenchimento. Estes poderão não estar cientes do decorrer dos censos e não ter nenhum contacto que o INE possa utilizar para os contactar.

Existe, ainda, a questão do próprio questionário utilizado pelo INE não conseguir capturar a complexidade destes casos e, portanto, não ser tão elucidativo quanto o esperado. O modelo utilizado nos censos 2011 não abordava a duração da estadia em território nacional, contemplando somente a possibilidade de a habitação em causa se tratar de uma habitação secundária. Caso não se efetuem alterações ao questionário, a informação que este fornece às autarquias é diminuta e pouco contribui para a compreensão das populações que representam estas formas de mobilidade complexa.

As respostas a questões como a duração (e época) em que residem em Portugal, em quantos países residem durante o ano ou a frequência das deslocações seriam instrumentais para este propósito, assim como as motivações por detrás dessas deslocações, i.e., por que razão escolhem passar determinadas épocas ou estações neste ou naquele país. A aplicação de um questionário com uma estrutura diferenciada para estrangeiros seria também apropriada para a obtenção de informações pertinentes sobre estes casos. Ainda assim, o INE afirma que continuará a basear-se no seu entendimento de residência principal/habitual enquanto “alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres”. Este entendimento exclui estrangeiros que residam em Portugal por um número de meses inferior ao que passam noutro país, mesmo que este período seja de três, quatro ou cinco meses.

Mais do que uma questão da duração da estadia, coloca-se, sim, uma questão de ligação ao território. Um indivíduo que resida 25 semanas em Portugal e 27 semanas num outro país, durante vários anos consecutivos, de acordo com o critério da duração que o INE estabeleceu, não é contabilizado como residente. Se este indivíduo estiver socialmente inserido e revelar uma forte ligação ao local, não o considerar como residente revela a desadequação do instrumento para apreender formas complexas de residência. Isto torna-se mais caricato se o mesmo indivíduo num ano passar 28 semanas em Portugal, passando 20 no ano anterior e 35 no ano antes desse, alternando então entre residente e não-residente de ano para ano. Estes exemplos de dupla habitação são comuns e representam um ângulo cego nos censos para o qual o INE não parece estar sensibilizado. Por outro lado, estes dados são instrumentais para freguesias e concelhos que registam

um elevado número de estrangeiros entre a população residente e cuja composição, motivações e formas de residência se revelam como informações imprescindíveis para a orientação de políticas públicas e territoriais.

Já no que concerne à segunda parte da definição, esta não é clara. Se, por um lado, alguns dos estrangeiros investigados se mudaram de forma mais permanente, outros preferem a possibilidade de se deslocar regularmente entre o seu país de origem e Olhão, tendo, portanto, um número considerável de “haveres” na sua residência em Olhão. Isto será mais comum a propósito do vestuário, devido às consideráveis diferenças de temperatura entre o norte e centro da Europa e o Algarve. Alguns destes estrangeiros também trabalham no seu país de origem e passam os tempos livres e de lazer em Olhão, havendo nestes casos uma clara dicotomia entre as duas residências a nível de lazer e estilo de vida.

A questão dos censos permanece ambígua. Se a sua pertinência em termos demográficos é inquestionável, a utilidade em descortinar as particularidades e características dos movimentos de cidadãos europeus dentro do território nacional é gravemente afetada pela utilização de antigas definições que não capturam as nuances destas novas formas de mobilidade. Isto torna-se tanto mais preocupante quando são precisamente estes fenómenos complexos que preocupam os atores e instituições políticas locais, que se deparam, no seu dia a dia, com as dificuldades de gerir espaços urbanos com elevadíssimos fluxos de chegada e partida de moradores e turistas.

5.2 – “Here it’s like going back in time”

Os primeiros estrangeiros que foram morar para a zona histórica de Olhão, chegaram no final dos anos 80. O seu número foi crescendo lentamente com o passar dos anos até à ocorrência de duas circunstâncias. A primeira foi por volta de 2009/2010, quando a crise económico-financeira se abateu sobre a Europa e teve um grande impacto no setor imobiliário português. Olhão já era uma das cidades portuguesas com preços mais baixos a nível do imobiliário, sendo que os preços baixaram ainda mais com a crise, tornando-se ainda mais atrativa para os turistas nacionais e estrangeiros que procuravam um local no Algarve onde pudessem passar férias e/ou adquirir uma segunda habitação, evitando os elevados preços praticados nas zonas turísticas da região.

Por outro lado, a construção de uma unidade hoteleira de 5 estrelas em 2010, o Hotel Real Marina, virada para a Ria Formosa e para o porto de recreio, também veio colocar Olhão na nova rota do turismo com maior capacidade de consumo. Sobretudo europeus, estes turistas, assim como os estrangeiros que já se tinham mudado para a cidade nos anos anteriores, contribuíram para divulgar Olhão nos seus países de origem, assim como junto de comunidades de estrangeiros que residiam noutros locais do Algarve e que se tinham vindo a desencantar com a massificação turística, sobretudo no período pós-crise, e que viam em Olhão uma forma de voltar ao que os cativou no Algarve em primeiro lugar, a preços mais acessíveis.

A construção do porto de recreio em 2002 também se revelou importante para o turismo, contribuindo para a popularização da frente ribeirinha da cidade e das ilhas da Ria Formosa na última década. A economia azul tem-se revelado importante para o crescimento turístico de Olhão e vários estrangeiros residentes conheceram a cidade devido ao seu porto de recreio. Abrigando 400 embarcações e com uma expansão prevista para breve, o porto de recreio de Olhão deu um importante contributo para a projeção da cidade, pois o Algarve em geral e o sotavento em particular carecem de marinas e portos de recreio, sobretudo para veleiros e cruzeiros. Apesar de não ter sido possível aferir quantos proprietários de embarcações são estrangeiros, estima-se que estes possam totalizar perto de uma centena, residindo não só em Olhão como nos arredores da cidade.

Ainda assim, o perfil dos moradores da zona histórica não se aproxima necessariamente do perfil dos visitantes do Hotel Real Marina. Os pioneiros foram sobretudo aristas e intelectuais, reformados, a aproximar-se da reforma ou com atividades profissionais que podiam ser exercidas em Olhão, enquanto o hotel tende a ter um público mais jovem e ainda no ativo. O tipo de consumo que fazem é mais difícil de diferenciar. Ambos procuraram Olhão pelas mesmas razões e não surpreenderá que alguns destes estrangeiros que agora residem na zona histórica tenham contactado primeiramente com Olhão aquando da sua estadia no hotel.

Esta tendência é sublinhada pela diretora do Hotel Real Marina, Karine Brites, que destaca a singularidade da cidade no panorama turístico Algarvio e como os hóspedes que recebe são diferentes dos das demais unidades hoteleiras da região e até dos do grupo Hotéis Real. A diretora do hotel também referiu alguns casos de clientes regulares do hotel a terem contactado no sentido de obter informação que os ajudasse a adquirir casa na cidade, assim como outros casos de estrangeiros que se mudaram para Olhão ao fim de algumas estadias no hotel.

Olhão foi sendo divulgada de boca em boca, com os pioneiros, os visitantes do Real Marina e utentes do porto de recreio a servirem de principais meios de divulgação da zona histórica. Mas não se passariam muitos anos até que o influxo de novos moradores na zona histórica se começasse a fazer sentir. Afinal, trata-se de uma zona de pouca densidade populacional, com uma população envelhecida, geralmente pouco qualificada e que ali vive há décadas ou desde que nasceu. Não é difícil identificar estrangeiros neste contexto em particular, ainda que inicialmente pudessem ser confundidos com os turistas que visitavam a cidade ocasionalmente, sobretudo durante o verão.

Com o passar dos anos, o número de estrangeiros a residir no concelho e na zona histórica da cidade foi crescendo cada vez mais de ano para ano. Na zona histórica passaram de alguns casos isolados no início da crise, para várias dezenas por volta de 2012/2013, altura em que a comunicação social se começou a aperceber do fenómeno e este mediatizou-se na imprensa regional e nacional. Desde então, o número de estrangeiros residentes da zona histórica cresceu exponencialmente.

O estrangeiro residente conhecido mais antigo da zona histórica de Olhão é o Barry. Natural da Noruega, chegou a Olhão em 1986. Apaixonou-se desde cedo pelos

moradores animados e pela vida comunitária da Barreta, tendo adquirido, pouco tempo depois, a casa onde ainda hoje vive. A casa situa-se a dois minutos dos mercados e tem dois pisos e uma açoteia, de onde antes se avistava a Ria, mas que hoje somente permite ver outras varandas e açoteias.

Figura 8 – Vista da açoteia da casa de Barry⁴²



Fonte: o autor.

Nesta casa morava uma senhora idosa, a D^a. Maria, que todos os dias se sentava no poial da sua porta, no largo do Gaibéu, assim como as suas vizinhas, que Barry recorda com saudade

Here were fisherman and old ladies... in front of my house were seated 15 or 20 old ladies and there was discussion about everything. I don't know what they were discussing, but it was a special feeling. Every morning, at 7 o'clock they were sitting there and I decided I would buy this house from this old lady and she was free to live here. She died in 2016, as she was 94 years. She was very old. The whole house was a ruin...

⁴² Note-se que muitas destas casas ainda retêm os seus mirantes ou contra mirantes, embora modificados. É também possível verem-se vários toldos e coberturas nas várias açoteias destas casas, o que há uma década atrás seria pouco comum.

Figura 9 – Vista da açoteia da casa de Barry



Fonte: o autor.

Figura 10 – Largo do Gaibéu antes da intervenção de 2014



Fonte: Fernando Jubilot, grupo de Facebook *Olhão Antigo*, publicado a 29/10/2018.

Barry recuperou a casa de D^a. Maria, permitindo que esta residisse nela durante o resto da sua vida. Ainda hoje mantém várias fotografias da senhora na janela da casa, que ainda continua a chamar-se “Casa Maria”. Para este entrevistado, era inconcebível tirar a senhora da casa onde cresceu e viveu durante toda a sua vida, nem faz sentido trocar-lhe o nome. Hoje recorda com saudades estes tempos. Os moradores desses tempos foram falecendo e hoje já poucas pessoas se sentam no largo.

I feel sometimes I'm living here in the 1950s, which I like, in the way that people aren't on their mobile phones all the time. They are more gentle, more polite, less aggressive. – Alice

Hans tem 61 anos e é de nacionalidade alemã. O seu primeiro contacto com Olhão foi, como tantos outros, através de um amigo. Pouco depois, há 17 anos atrás, decidiu adquirir uma casa antiga na cidade para recuperar, com o intuito de servir de casa de férias, uma vez que, durante a maior parte do ano, ainda trabalha na Alemanha, como engenheiro de ciências médicas. Hans frisa que Olhão, na altura, era uma cidade autêntica, “unspoiled”, que se destacava no Algarve litoral por ser completamente diferente da região e, sobretudo, por não ter praia. Vários anos depois, Hans tem vários amigos portugueses com quem tem contacto regular, o que o ajudou a aprender português, ainda que confesse não considerar o domínio da língua necessário para viver em Olhão. Destaca a comodidade de poder andar a pé para qualquer parte da cidade e que só anda de carro para ir para o aeroporto.

Hans tem acompanhado as transformações de Olhão com algumas reservas. Sublinha o perigo que plataformas como o *Airbnb* representam para zona histórica, pois teme que esta siga o caminho de outros destinos turísticos europeus e se torne num aglomerado de casas para arrendar, todas pintadas de igual e indistintas: “*if everything was new and clean, it would not have this appeal*”, lamenta, temendo que a zona histórica venha a perder a sua autenticidade. Está, acima de tudo, preocupado com os residentes portugueses da zona histórica, cujo número tem vindo a decrescer com o passar dos anos, para serem substituídos por cada vez mais estrangeiros. Hans confessa também que gostava que a autarquia encetasse medidas que protegessem estes habitantes e impedissem Olhão de seguir o mesmo caminho dos bairros históricos de Lisboa ou de

outras cidades europeias, cuja a população é constituída exclusivamente por estrangeiros ou turistas.

Old women and old man, they can afford to sit all morning over a cup of coffee. You couldn't do that in England. In England they are in old people's homes or they're home on their own, because they can't go out on their own and its nice, you feel that the old people are cared for here.
– Alice

Daria tem 72 anos e é pintora e conta

(...) eu tive uma atração em 1985, que foi a minha primeira vez em Portugal. E quando eu cheirei o ar de Portugal, disse este vai ser o sítio onde eu vou morrer.

Este amor à primeira vista levou a que procurasse casas pelo país. Primeiro em Sintra e mais tarde em Tavira, onde acabaria por adquirir uma quinta com o seu companheiro, em 1989, onde construiriam uma casa com um espaço para arte e para artistas, com um palco exterior, uma vez que Daria também fazia ballet na altura.

Enquanto viveu em Tavira, Daria visitou Olhão regularmente. Ela e o seu companheiro gostavam de frequentar os restaurantes e de visitar as ilhas-barreira. Recorda-se que sempre apreciou o bom peixe e bom marisco de Olhão. Quando se separou, decidiu mudar-se com a sua mãe:

(...) eu queria comprar uma casa no campo, fora, mas quando este senhor me mostra algumas casas (...) passámos aqui em Olhão e esta tinha uma placa há muitos meses. Olhei para esta casa e esta casa tem uma bananeira ali no pátio, isso também foi atraente.

Trata-se de uma casa do início do século XX que, entretanto, recuperou, com tem altos em abobada, açoteia e um pátio interior. A luz natural e os tetos altos revelaram-se ideias para o seu atelier de pintura e a localização no centro da cidade e a cinco minutos dos mercados foi igualmente atrativa.

Este conjunto aqui da igreja, desta pequena praça, esta pequena casa... isto, para mim, foi um conjunto em que eu quero viver. Na avenida vejo estes grandes edifícios, este horror, este baixo e alto, em ruínas, não gostei nada... mas nesta altura tinha 60 e pensei que talvez um dia eles vão apreciar e um dia vão chegar pessoas e reconstruir e não fazer estas asneiras. Mas estas casas altas são feitas antes dos anos 90. Foi quase uma ideia do modernismo no Algarve.

Tendo conhecido Olhão ainda nos anos 80, Daria lamenta que só tardiamente a população e os decisores se tenham apercebido do valor arquitetónico. Entretanto já se perderam dezenas de edifícios antigos e até construções históricas, que foram dando lugar a prédios e outros edifícios que descaracterizaram a zona histórica e o coração da cidade. Daria é também crítica da ausência de políticas públicas que regulem os prédios devolutos e abandonados. Entende que Portugal é muito permissivo para com os proprietários das ruínas, argumentando que na Alemanha estes proprietários perdem a posse destes imóveis caso não façam intervenções.

5.3 – “The houses here are living things”

Se a história da destruição do património arquitetónico em Olhão é quase secular, a sua valorização chegou a tempo de preservar muitos dos edifícios mais antigos que restavam da zona histórica. Esta destruição manifestou-se na quase completa descaraterização de algumas das ruas mais movimentadas que ligam a igreja matriz aos mercados, ou como é conhecida, a rua das lojas. Mas outras ruas antigas, como as que ligam a avenida da República à E.N. 125 ou a avenida Dr. Bernardino da Silva também viram a maior parte dos seus edifícios dar lugar a blocos de apartamentos e a prédios de vários andares, restando muito pouco da arquitetura moderna ou pré-moderna de Olhão.

Figura 11 – Edifícios descaraterizados na zona histórica



Fonte: Praça, 2014.

As casas antigas da zona histórica sobreviveram sobretudo devido ao seu baixo valor imobiliário. Enquanto outras zonas com imóveis de elevado interesse arquitetónico viram os seus edifícios históricos demolidos ou descaracterizados, a zona histórica foi sobrevivendo. A população composta maioritariamente por pescadores ou descendentes de pescadores, idosos e famílias de classe média-baixa, não tinham meios para renovar ou recuperar as suas casas degradadas e, para além da colocação de azulejos no exterior e a opção por portas e janelas de alumínio, as fachadas não sofreram grandes intervenções (Praça, 2014). É esta a razão pela qual o mercado imobiliário nunca se interessou pela zona histórica, pois não tinha valor comercial, facto este demonstrado pelas dezenas de imóveis e terrenos que estiveram anos à venda, sem que os seus proprietários, que saíram de Olhão há décadas, recebessem quaisquer propostas, antes da chegada dos estrangeiros.

In London, I'm used to the architecture. I don't notice it. But when you go to another place, you notice everything and therefore, everything has more meaning, more "alma". When I look at this, I notice every detail, because its new to me. It is different and therefore you sense it and feel it more. – Alice

A ironia deste processo é que foi a recente valorização da zona histórica e do seu património arquitetónico que veio colocar os edifícios antigos em risco. A especulação imobiliária rapidamente deu aso a que projetos de prédios e blocos de apartamentos surgissem onde outrora existiam casas de um ou dois pisos. Ainda que esta tendência tenha sido contida pela PPZHO, houve já algumas perdas, na forma de edifícios históricos e de arquitetura nobre que estão a ser substituídos por novos prédios de vários pisos.

As recuperações, por si só, revelaram uma tendência para preservar a ideia da autenticidade arquitetónica da zona histórica. Nuns casos, através dos interessados que procuravam este tipo de habitações em particular. Noutros casos, através de alguns dos pioneiros deste fenómeno que adquiriram prédios devolutos e os foram recuperando com esta orientação em mente; para residir, para alugar ou para vender, mas sempre para impedir que fossem demolidos.

É impossível dizer se estas recuperações se trataram de alguns casos isolados que fizeram escola junto dos estrangeiros que iam visitando a cidade e decidiam nela residir, ou se foi uma tendência fabricada por agências imobiliárias e outros estrangeiros

residentes que foram adquirindo prédios devolutos para replicar o processo de recuperação e colocá-los à venda por um valor muito superior ao investimento efetuado. O facto de muitos dos pioneiros serem artistas ou intelectuais também não é alheio à importância que foi conferida às habitações. Certo é que há uma clara tendência para a aquisição de prédios devolutos para recuperação, que são colocados à venda por centenas de milhares de euros.

A estética e o urbanismo da zona histórica constituem fatores mais importantes para a presença de estrangeiros do que se pode considerar inicialmente. Há edifícios melhor conservados e apartamentos novos a preços atualmente mais baixos que qualquer imóvel da zona histórica. Porém, mesmo os estrangeiros recém-chegados a Olhão preferiram adquirir casas antigas na zona histórica, não obstante o preço mais elevado. Segundo algumas imobiliárias contactadas e de acordo com informações da Junta de Freguesia de Olhão, os prédios de apartamentos existentes na zona histórica são procurados sobretudo por italianos ou estrangeiros de outras nacionalidades, como chineses ou indianos, que preferem edifícios novos.

Mais recentemente, as agências imobiliárias têm vindo a contactar os moradores autóctones da zona histórica, tentando persuadi-los a vender as casas onde residem. Sobretudo idosos, alguns destes habitantes têm sido seduzidos por estas ofertas e aceitaram trocar a sua casa por um apartamento mais novo, comprado ou alugado com a receita da venda da sua casa original.

Mais curiosamente, estas casas adquiridas aos moradores da zona histórica têm sofrido intervenções no exterior de modo a aproximá-las das casas entretanto recuperadas. Várias casas revestidas a azulejo, com janelas e portas de alumínio, vão dando lugar a casas caiadas de branco, com janelas e portas em madeira. Esta transformação, mais estética que funcional, tem como principal objetivo a maximização do valor das habitações e se há seis ou sete anos havia dezenas de prédios devolutos à venda, em 2019, já são muito poucos, pois têm sido paulatinamente adquiridos para recuperação ou reconstrução.

Alguns imóveis de maior dimensão e arquitetura mais nobre têm sido aproveitados da forma possível quando o seu interior já não permite qualquer recuperação. É o caso de edifícios onde residiram diplomatas, industriais ou outros empresários, construídos nos finais do século XIX ou início do século XX. As fachadas preservam-se e os interiores

modernizam-se, utilizando-se materiais não muito distintos dos originais e mantendo a estética tradicional da zona histórica. Este modelo tem-se aplicado a alguns condomínios fechados, muito populares entre os franceses e a *hostels*, cada vez mais comuns na zona histórica, sendo consequência direta da implementação do PPZHO, que restringiu o tipo de intervenções permitidas a imóveis e terrenos que se situem dentro da zona histórica de Olhão.

Um ator-chave neste processo foi um artista francês chamado Piers, que chegou a Olhão em meados dos anos 80. Apesar de ter dado a cidade a conhecer a vários artistas estrangeiros mencionados neste trabalho e de ter organizado diversos eventos neste sentido, talvez o seu maior contributo tenha sido o de popularizar a recuperação dos edifícios da zona histórica. Piers adquiriu várias casas devolutas na zona histórica, que foi recuperando com o passar dos anos, trabalhando de perto com o arquiteto Filipe Monteiro, o qual viria a continuar esta linha de trabalho.

Filipe Monteiro foi responsável por várias dezenas de recuperações de edifício na zona histórica de Olhão, tanto como autor do projeto como na condição de consultor ou colaborador de outros projetos. A sua abordagem caracteriza-se por manter os edifícios o mais fiéis quanto possível ao que foram outrora, reutilizando, para o efeito, os materiais de construção originais e salvaguardando as fachadas e as características essenciais destes, conferindo, ainda assim, algumas comodidades dos tempos de hoje, como isolamento térmico ou o ar condicionado, por exemplo.

A maior parte destes edifícios são do século XIX, construídos entre 100 a 150 anos após terem sido erguidas as primeiras habitações em alvenaria em Olhão. As habitações de arquitetura mais refinada seriam provavelmente pertencentes a diplomatas ou empresários ligados à indústria conserveira ou ao comércio de peixe, hipótese esta corroborada pelo facto de datarem do final do século XIX, altura em que a indústria conserveira, sobretudo de origem italiana e francesa, se começou a instalar. Outros edifícios de destaque são antigos bordeis, casas populares em cidades ou vilas piscatórias de grande movimento como Olhão desde o final do século XVIII.

I love the smell. You know, the smell? Cal has this smell... in the winter is a heavy, deep smell. Also, the wood swells with humidity. The doors sometimes crank. But during the summer, as it dries, they become light again, and so does the air. It's almost as if the house lives with us. – Mark

Predominantemente artistas e intelectuais, estes pioneiros entre os estrangeiros residentes na zona histórica muito contribuíram para a valorização do património arquitetónico da zona histórica e da cidade. E se a recuperação das habitações onde residem é a dimensão manifesta desta sensibilidade arquitetónica e paisagística, a sua diligência na salvaguarda de outro património, como edifícios históricos ocasionalmente demolidos para dar lugar a prédios de apartamentos ou pela substituição da calçada portuguesa por lajes é igualmente notória.

I feel like the buildings are a living thing here. You never know what you will find. Anne found a sardine can with almost 100 years. I found an old pair of shoes that were handmade and that no one knew how to make any more [...] When I cleaned up my house, I felt like an archaeologist, finding artefacts of a bygone era. You can't get that with a new house, there's no history there... – Jessica

5.4 – “Here is authentic”

Alice tem 74 anos e é inglesa. Trabalhou como pintora durante vários anos em Londres, onde ainda mantém uma casa, que visita quatro ou cinco vezes por ano. Não obstante, Alice passa mais tempo em Olhão do que em Inglaterra, onde vai sobretudo para visitar familiares e amigos, durante o verão e o inverno, alturas em que fica demasiado quente ou frio para a sua casa em Olhão. Agosto também é demasiado *busy e crowded* para o seu gosto e prefere um sítio mais calmo e com menos turistas.

I first came with my daughter; we came for a holiday to stay with a friend that has been here for 25 years. We liked it very much. And I had been thinking of having a holiday place, so I bought one of his houses and I found I was spending more and more time here. (...) As a painter I can work anywhere.

I was considering getting a home. I thought of Ibiza, but that was too expensive... I think it was a pleasant surprise when I realized that Olhão was very cheap. It fit the criteria, because it had all the benefits you look for, if you want a house somewhere without it being touristic, which goes down do to what I was saying, I prefer living in the place.

Alice comprou uma das casas de Piers em 2009, na qual ainda hoje reside. É uma casa recuperada, com teto em abóbada, entre quatro e cinco metros de altura, com relevos e outros detalhes, pelos quais se apaixonou desde que os viu. Alice diz preferir este tipo de casas

(...) because it has more character. Because the house I have here it has very high sealings, 4-5 meter high sealings, and all decorated, with the molduras and you don't get that in England, you don't get many of these houses and if you do, you pay a lot of money for them. Here I can live in a much more... grand, you know, more luxurious. The doors are tall, the sealing, the rooms are big ... a beautiful style.

Alice gostou tanto da sua casa que acabaria por começar a recuperar habitações devolutas na zona histórica com uma equipa de construtores locais, tendo já concluído quatro recuperações.

No que toca à razão pela qual escolheu a zona, Alice destaca o facto de estar solteira, a segurança e os padrões de sociabilidade que mantém residindo no centro da cidade, o que dificilmente aconteceria se vivesse no campo ou nos arredores de Olhão, locais que não chegou a considerar:

(...) maybe because I'm single. If I was married or had a partner. As a single person, there's a lot of people here. Most of my friends are single, so to be 5 or 10 minutes from each other and everything we want is good and not having to drive a car at night if you drink... it's much easier this way. Almost every night I see one or other friend, so it's easy just to walk from one house to another [...] if you are in the country you go: "I can't be bothered to go out in the evening"... you feel more alone in the countryside, it's not safe. I wouldn't feel safe on my own in the countryside.

Jeff é um artista de 66 anos dos Estados Unidos. Ao longo da vida residiu também na União Soviética e na Suécia, antes de se mudar para os Açores com a mulher, Celine, de nacionalidade sueca. Três anos depois, atendendo ao desejo das filhas de continuarem a estudar em Portugal, decidiram procurar o sítio mais soalheiro do país. Então, em 2011, a sua mulher Celine, fez a viagem de Lagos a Vila Real de Santo António de comboio, à procura do local perfeito. Ao vir de Tavira em direção a Faro, saiu em Olhão por engano. Minutos depois telefonava a Jeff dizendo “encontrei o lugar ideal”. E, por causa desse engano que foi sair em Olhão, acabaram por ficar até hoje na cidade.

Tavira e Lagos pareciam cidades dormitório. Tinham pouca vida, pelo que Celine não se quedou por estas opções mais populares, como salienta Jeff:

I flew over and Tavira looks pretty and because I lived in Sweden, where I met Celine, there were so many swedes and germans there... and swedes are very... visible... so we came to enjoy the Portuguese culture, but we have also always stood by the sea, so Olhão is actually perfect. It was like a diamond in the rough: it had potential, but it was still real, still natural. And sometimes, when you cut gemstones, when you cut them incorrectly, something that was beautiful, potentially, can be ruined. And so, it was just perfect.

[How important do you think that the architecture and aesthetics of Olhão, the downtown, are?] – “100%, because it is natural, real, it evolved out of utilitarian need. The nature of it and integrity of it...”

A história de Jeff parece familiar, pelo quão parecida é à de tantos outros estrangeiros que conheceram Olhão por acaso e que nunca mais quiseram deixar a cidade desde esse dia. Mas também o argumento de que Tavira e outros destinos turísticos mais populares do Algarve parecem desprovidos de vida própria, surgiu frequentemente nas conversações, não poucas vezes acompanhando críticas à excessiva turistificação das localidades em causa, razão pela qual destacam Olhão no panorama algarvio.

O facto de Olhão não ter expressão turística na região até há alguns anos foi um fator determinante para a sua popularidade junto destes estrangeiros. E, apesar de há quase uma década essa popularidade se fazer sentir, até há bem poucos anos, a reputação de Olhão ainda não era a melhor no imaginário de muitos dos estrangeiros residentes do Algarve.

Na história de Peter e Beth transparece esta ideia. Peter tem 60 anos e é inglês, enquanto Beth tem 73 e nasceu nos Estados Unidos. Vieram para o Algarve há vários anos, para cuidar do pai de Peter após o falecimento da mãe, que eram residentes no Algoz há décadas. Após o falecimento do pai, há sete anos, Peter e Janet decidiram procurar outra zona para residir e começaram a ver casas em Olhão devido ao baixo preço do imobiliário. Ao visitar a zona histórica, Janet ficou encantada com o que se deparou:

We were astonished... I was enchanted by the pedestrian streets, by the houses, by the people, by the markets... [...] The prices were also very low at the time [...] I wanted to be out every day and to talk.

No Algoz viviam no campo e necessitavam do automóvel para se deslocarem. Olhão oferecia-lhes a possibilidade de viver numa zona urbana e sem terem de conduzir. Ainda assim, Janet recorda-se da surpresa dos amigos quando souberam dos planos de mudança do casal:

Olhão did not have a good reputation. We wouldn't have considered it. We didn't know it. But when we finally sold the house in Algoz, a number of people said – now you sold the house, where are you going to go. By that time, we had decided we would...we were considering Olhão. We told people “well, we are thinking about going to Olhão” and people just stared at me... And I knew what they were thinking, because I shared that same hesitation. But then we came and we saw it and thought ok, let's try.

Os primeiros meses a residir em Olhão foram de descoberta. Os edifícios antigos, as ruas da zona histórica, os mercados, os restaurantes... Ir aos mercados diariamente e beber café entre passeios junto à ria tornaram-se atividades diárias e encontram-se regularmente com os amigos que entretanto fizeram para jantar nas casas uns dos outros.

Anne é atriz, artista e bailarina clássica francesa com 52 anos. Com um filho adulto e a mãe de quem cuidar, Anne estava a ficar desencantada com a vida suburbana de Paris. A falta de contacto com os vizinhos que saíam de manhã para o trabalho e só voltavam à noite era penosa e começou a pensar em mudar-se para outro país com a sua mãe: “where can I go in Europe that's not too far from my child”, querendo ficar “as far as I can from nuclear centres”, uma vez que é muito crítica do programa nuclear francês.

Há três anos atrás, quando procurava um país onde passar férias com a sua mãe, vários amigos, franceses e portugueses, sugeriram o sul de Portugal, sobretudo Vilamoura. Anne aceitou a sugestão e voou até Faro, procurando viajar pela região para a conhecer. Uma noite ficou em Olhão e a magia aconteceu: “everybody talked to everybody, life is easy and the food is good”. Sendo vegetariana, a qualidade da comida foi importante, pois ser vegetariano em Paris era bastante dispendioso. Acabaram por ficar várias semanas na cidade, salientando a dimensão mais humana dos mercados da cidade:

(...) it is wonderful on Saturday to see people come from everywhere to sell their own carrots... this is life... and this is what we have totally lost in France, with all of these big supermarkets and we don't need supermarkets, we need people.

Durante esse período viu um edifício de 1923, que pertencia à família italiana Cocco, proprietária de uma das fábricas de conservas de Olhão. Uma ampla casa no

primeiro andar e armazém/loja no rés-do-chão, onde a família teria uma loja de conservas. Assim que voltou a França, vendeu a sua casa e comprou esta, que tem vindo a restaurar nos dois últimos anos, procurando preservar os murais frescos, as paredes em cal, as portas de madeira e o chão de pedra, tal como os encontrou:

(...) just saving the house is yet a very, very good satisfaction for me, because it is absolutely gratifying seeing it restored.

A sua ideia é criar uma residência de artistas, com uma pequena galeria em baixo, onde outrora se vendiam as conservas produzidas em Olhão. A família Cocco acabaria por ficar muito feliz com esta ideia, pois há anos que se recusavam vender a habitação por temerem que fosse demolida. Uma peça arquitetónica de elevado valor por si só, é uma mistura dos estilos italiano e português, com teto alto com abóbadas em arco, muita luz natural devido às portas altas com janelas de vidro translúcido e um amplo pátio interior com ladrilhos em maçonaria.

Anne é bastante crítica relativamente à demolição de edifícios históricos, assim como à sua substituição por prédios altos em quarteirões e zonas de baixa altitude:

When I see old houses falling apart and be replaced by something with more than three floors, I'm crying (sic).

Acima de tudo, sente pena cada vez que um novo edifício alto priva os vizinhos de apanharem sol, apontando o caso de dois vizinhos idosos que todos os dias se sentam na açoteia e que brevemente deixarão de ter sol durante a manhã devido ao prédio contíguo que está em construção.

Este é um dos casos que tem vindo a criticar, frisando que Olhão

(...) is unique because nothing has changed and the real treasure of Olhão is these small, white houses, true people, nice people always here. [...] The day that everything here is just like a hostel, it will have no interest at all. That's the problem, no modernize Olhão to keep it authentic... (sic).

O exemplo de Anne vai ao encontro daquilo que Giddens designou por “políticas de estilo de vida” (2002b). São exemplificativas disto as suas posições para com a energia nuclear, as escolhas alimentares e o facto de preferir mercados locais a centros comerciais ou superfícies de grande dimensão, assim como pequenos produtores a grandes explorações agrícolas. Desta forma, o estilo de vida que Anne adotou encerra um julgamento sobre as formas de ser e estar, na linha do entendimento de Featherstone (1987, 2017), no sentido em que a autoafirmação é conseguida através do consumo que se manifesta no seu estilo de vida e em determinadas práticas: “you can go through the Ria, take a plastic bag to collect the trash.” Esta postura não é exclusiva de Anne. Muitos dos estrangeiros residentes na zona histórica têm fortes preocupações ambientais e lamentam que Olhão e Portugal não estejam a par dos seus países no que toca a legislação e fiscalização para o efeito.

Se Anne teme o que possa vir a acontecer a Olhão nos próximos anos, já Barry tem vindo a criticar este processo há algum tempo:

(...) people don't care about the houses now. Bed and breakfast, bed and breakfast, bed and breakfast overall, and does everybody gets something out of this profit? I don't know.

Este argumento é também defendido por Hans, que critica a proliferação de alojamentos *airbnb* pela zona histórica. Ao fim e ao cabo, estes alojamentos locais e *airbnb* são uma manifestação de autenticidade encenada, uma vez que replicam aquilo que os turistas procuram de Olhão. Há uma diferença, contudo, entre o início deste fenómeno e o presente: cada vez são menos os autóctones que residem na zona histórica e sem a população local que confere ao local a sua dinâmica, não pode haver qualquer resquício de autenticidade, havendo somente a simulação de autenticidade de que MacCannell falava e que Anne frisava como sendo essencial para Olhão continuar a ser o que é para estes estrangeiros:

(...) the people who come here are not rich people. Here is not for rich people and that's why it's good. Here is for people who want to have authentic relationship with people that live here. If you don't want to learn Portuguese don't come here, go to Vilamoura, go somewhere with English,

French and Germans... but when you are here, you are here to be involved in the community.

Por outro lado, Barry tem uma opinião menos positiva do influxo de estrangeiros que a zona histórica tem experienciado:

[back then] I saw that a lot of houses were in very bad conditions and I said: I got a feeling that young people don't care about houses, just the old people, but they don't have money. [...] Now foreigners come and make houses, but I'm no so sure I agree with this, I think we have to do this with the Portuguese together. – Barry

Barry teme que este desenvolvimento leve a um afastamento em massa dos autóctones da zona histórica e que esta se torne numa zona altamente turistificada e indiferenciada das demais zonas turísticas do Algarve. Neste aspeto, Barry e Anne partilham a mesma posição, pois ambos colocam os autóctones da zona histórica como a sua maior preocupação perante a popularização de Olhão. Segundo Anne,

(...) it is a pleasure for me to say "hello, how are you?". We can see people here. We can see people work, we can see people alone, just like my neighbour, that I like him very much, here. I know that it is cold in his house, so now, when I see him on the street, with the light of the sun, I know it's just because it is so cold inside, you know? And it is good to know the people that live around you. In France, I was in the suburbs, with a very nice house and it was hard for me to meet my neighbours, because they are in the other house. So, they take the car, they go on the street and I take my car and we're never together in a relationship..."

5.5 – “we’re buying into quality of life”

Uma questão que se afigurou como pertinente desde o início desta investigação foi a de saber se o contacto com Olhão antecedeu a decisão de migrar ou adquirir casa noutra país, ou se essa decisão já tinha sido tomada. E, conseqüentemente, se essa mudança se devia a uma alteração de estilo de vida, ou se a alteração do estilo de vida tinha resultado da mudança.

Quase todos os entrevistados se revelaram desencantados com a vida no seu país de origem e a mudança veio permitir-lhes reinventar a sua vida: novas sociabilidades, novas formas de lazer, novas formas de ser e de estar num outro espaço. Este sentimento é tendencialmente mais forte no caso dos estrangeiros que residem a tempo inteiro ou que mais tempo passam em Olhão. Outros, por só passarem aqui parte do ano, em todos os casos por razões profissionais, ainda conjugam ambas as “vidas”, assumindo, ainda assim, que a sua chegada a Olhão lhes possibilitou um novo estilo de vida.

O contraste entre o estilo de vida urbano e stressante de as metrópoles europeias como Londres ou Paris e a pequena cidade piscatória de Olhão foi-se destacando como um dos elementos de maior importância na perspectiva dos estrangeiros residentes. A própria literatura frisa que o estilo de vida mais descontraído e sociável dos países mediterrâneos é um dos maiores fatores de atração para os indivíduos do Norte e centro da Europa.

Um destes casos é o de Mike, de 65 anos e natural da Irlanda. Mike trabalha como consultor do setor social, passando meses em países europeus um pouco por todo o continente. Chegou há seis meses a Olhão, tendo rapidamente adotado os percursos familiares anteriormente mencionados. Visita regularmente o mercado, frequenta as esplanadas junto à Ria, encontra-se na casa de amigos que foi conhecendo para jantar. Não sabe se ficará em Olhão muito tempo, pois está a ter dificuldade em encontrar casa própria, uma vez que só pretende alugar, devido à sua atividade profissional o levar a passar vários meses no estrangeiro. Quando questionado sobre a hipótese de adquirir casa num futuro próximo a sua resposta foi “I don’t want to purchase. I’m mobile now.”

[Has your lifestyle changed much?] – Yes, it changed a lot, because in London you have to travel a long way to meet people. Underground, noisy, crowded... the whole atmosphere is different here. I could, of course, move from London to a small town in England and that would be more like Olhão, but, you know, I'm a Londoner. – Alice

Os casos de Anne e de Alice não são únicos e aproximam-se do entendimento que Marcuse faz da gentrificação enquanto “the result of a change of tastes: a re-awakening to the virtues of inner city living, a rediscovery of the charms of historically preserved older buildings, a swing of the pendulum of consumer preferences from the earlier suburban momentum” (1989: 214).

É relevante que vários entrevistados moraram no campo ou em zonas suburbanas, tanto nos seus países de origem, como noutros locais em Portugal, antes de se mudarem para a zona histórica de Olhão. Em todos os casos, o falecimento do parceiro e/ou o envelhecimento levaram a que a zona histórica se tornasse mais atrativa.

If I was married or had a partner I might live out of town. But as a single person... A lot of single people live here. Most of my friends are single. So, to be five or ten minutes from each other and everything we want is good. And not have to drive a car at night if you have a drink. Almost every night I see one or another friend. It is easy to walk from one house to another. If you live in the country you go «oh, I can't be bothered to go out in the evening», you know, it is easier to stay home. You feel more alone at the country side. I wouldn't feel safe on my own on the countryside. – Alice

A segurança que a cidade oferece e a facilidade de comunicação e interação são as explicações recorrentes para a fixação na zona histórica ao invés de zonas nos arredores. A estes fatores juntam-se a arquitetura e o urbanismo de Olhão: residirem a poucos minutos da frente ribeirinha e dos mercados, as várias esplanadas da zona histórica, as casas antigas, edifícios históricos e a sociabilidade potenciada pela proximidade a outros estrangeiros residentes.

Este também foi o caso de Helen, de 59 anos. Nascida na Holanda, Helen organiza eventos festivos e, desde a crise, funerais para estrangeiros. Viveu mais de 30 anos em Boliqueime, até 2015, altura em que se mudou para Olhão para cuidar do pai. O contraste entre o campo e a cidade foi notório, mas o que mudou mais foi o seu estilo de vida, até

porque confessa que Boliqueime “já não tinha muita piada”. Rapidamente se deixou encantar pela sua arquitetura: “é o que dá alma à cidade. Boliqueime não tem nada assim.”

Helen vai à Holanda três ou quatro vezes por ano, onde permanece um fim de semana ou, às vezes, uma semana. Confessa que, ao fim de tantos anos em Portugal, já não tem muita paciência para o clima do norte da Europa: “quando estou na Holanda, três dias de céu cinzento e fico logo deprimida.” Destaca também o ambiente mais calmo, relaxado e informal de Portugal: “o nosso estilo de vida cá é mais português. Nós podemos alterar a nossa agenda com facilidade. Na Holanda ninguém faz isso. Por isso nunca poderia voltar para lá. Poder podia, mas não quero.”

O clima surge como um fator complexo no discurso dos estrangeiros. Se alguns o consideram fundamental, outros desvalorizam-no. Tende a ser mais valorizado pelos recém-chegados, enquanto os mais antigos ou que vieram de outros locais de Portugal dão menos valor. Mas em todos os casos, o estilo de vida, as formas de lazer e os padrões de sociabilidade a que se habituaram em Olhão só podem existir num contexto geográfico com um clima que o permita, como muitos reconhecem. Como afirma Alice:

[Do you feel the climate is important?] – No. More the sunshine, because in England you feel under pressure if the sun is up “oh, I have to get out”, but here you can say “I don’t have to go out, it will be sunny tomorrow”
– Alice

5.6 – “I like Olhão because it does not have a beach”

As consequências da rápida turistificação da zona histórica de Olhão já se fazem sentir. Jeff e Celine, por volta de 2017, decidiram deixar a zona histórica, tendo-se mudado para Maria, à entrada de Olhão, para um estúdio, onde Jeff pode dedicar-se à sua arte. Apesar de pouco comum, o caso de Jeff e Celine não é único. Recentemente, vários estrangeiros deixaram a zona histórica de Olhão, alegando a turistificação ou, como alguns disseram, a rápida “*albufeirization*” dos últimos anos. A tranquilidade e autenticidade que Olhão oferecia começou a dar lugar a passeios e visitas turísticas, a lojas de *souvenirs*, *gift shops* e demais comércio típico das zonas turísticas. E mais recentemente, ao primeiro pub Irlandês da cidade. Como conta Jeff,

We lived in the centre, but in the last two, three years, so much northern money has come in... so many “special” people living here... there are so many now that it’s not comfortable. In the summer, for example, people are walking like they are in the Disneyworld, I don’t know how else to say it... like it’s a tourist attraction rather than a living place. And because of the money they have, there’s a false importance... and they tend to rather than to accept where they are, that you are visiting, the privilege of another nationality and country, that you should feel lucky... they prefer to come in and say “I’m from Holland, I’m from England or I’m from Germany, and I am very important and only poor people live here...” we know tourism in the government goes its way, be we were kind of hoping Olhão would be left alone...

Esta descrição de Jeff refere-se sobretudo aos supergentrificadores, as elites transnacionais que procuram os locais *trendy* para residir num modelo de múltiplas residências. E não deixa de ser curioso que 2016/2017, altura em que Jeff e Celine deixaram a zona histórica, foi precisamente a altura em que começaram a sair na imprensa nacional e internacional casos de chefs de *cozinha*, *jornalistas* e outras celebridades que procuravam Olhão para residir ou passar férias por longos períodos.

Este exemplo também se aproxima do que Lisboa experienciou nos seus bairros históricos: primeiro o turismo, depois a gentrificação turística e finalmente a supergentrificação promovida pelas elites transnacionais e pelo turismo de plataformas. E neste aspeto, o testemunho de Jeff e Celine aproxima-se do de Anne e Barry no que

toca ao impacto da turistificação e do influxo de elites transnacionais, cenário idêntico ao relatado por Baptista, Nofre e Jorge (2018: 25) sobre as transformações em curso no centro histórico de Lisboa, com os autores a argumentar que

É neste contexto que emerge um claro conflito de interesses com os habitantes de idade avançada e com baixo poder de compra que são um incómodo para o processo de internacionalização da cidade levado a cabo pelas elites locais, nacionais e transnacionais dos sectores imobiliário, turístico, de restauração e de lazer.

Se a popularidade de Olhão junto dos estrangeiros residentes se deve à ausência de praia, a notícia de que a autarquia pretende criar uma prana na zona poente da cidade, a alguns metros da unidade hoteleira Real Marina e do porto de recreio, tem sido recebida com surpresa e reservas, como frisa Jessica:

We liked it also because there is no beach, so if you wanted to go to the beach, you got on a boat... the rest of the Algarve has the beach over there, and you get the tall buildings, so...

Anne tem uma opinião semelhante, questionando o porquê de se estar a tentar transformar Olhão em algo que já existe por todo o Algarve, enquanto não há outra cidade como Olhão na região:

(...) maybe Olhão can be just a point of view for tourism but not a point of stop, you know, because people come here because it is like this. And if there is a building everywhere just like everywhere, nobody will come here.” - Anne

Parte destas críticas ao turismo devem-se ao surgimento de diversos *hostels* e *Airbnbs* na zona histórica nos últimos dois ou três anos. Cada vez mais habitações deste tipo, pintadas de branco e seguindo a estética exterior popularizada por Piers ou Filipe Monteiro, vão sendo construídas e muitos estrangeiros começam a criticá-las, apontando para os casos em que o excesso de alojamento local e turismo de plataformas levou à

desertificação e descaraterização dos bairros históricos pela Europa fora, com Lisboa a ser o exemplo por excelência desta tendência em Portugal.

É também a estes fenómenos que se deve o rápido aumento do valor do imobiliário na zona histórica, que levou a que diariamente se encontrem agentes de imobiliárias a bater às portas das casas facilmente identificáveis como sendo de portugueses, e a perguntar-lhe se as querem vender. A ubiquidade destes agentes imobiliários tem-se tornado uma piada entre os moradores estrangeiros. Nas palavras de Rachel:

(...) there are so many widows around us, several of them now... the real estate agents are knocking on their doors – “sell your house!” [...] I’m really concerned about it because the more we lose that cultural integrity that is knitted so tightly into our community base, the more homogenous these villages will become, ‘cause they’ll just become these white, tourist houses, that are Airbnb ghost towns, that have people walking down with their phones, not even looking at the environment, just trying to find where they are supposed to go, with carts and coming in and out, not living in our communities, so lots of white, new, renovated buildings with no life or families inside.

Hans aponta o mesmo problema, queixando-se que muitos recém-chegados à zona histórica querem ter uma casa de férias num local popular, mas colocam-na em plataformas de arrendamento turísticas como o *Airbnb* durante a maior parte do ano. E se alguns utilizam este regime de arrendamento para financiarem a recuperação das casas, como Anne, outros aproveitam os elevados valores do arrendamento turístico para lucrarem, contribuindo para a especulação imobiliária. Jeff, Hans, Peter e Beth questionam os proveitos deste crescimento turístico, que parece em pouco ou nada beneficiar os residentes da zona histórica, que cada vez se sentem mais pressionados para deixarem as casas onde cresceram e viveram durante toda a sua vida, o que não é surpreendente nos destinos turísticos. Como constatou Cohen (1984: 384):

(...) tourism generates or reinforces inflationary tendencies by putting pressure upon resources whose supply is inelastic – particularly some types of food and land. Thus, while tourism frequently benefits those locals who are directly involved in it, it may cause hardships for the rest of the population.

Estas circunstâncias levam a que Olhão esteja a experienciar uma forma de gentrificação turística não muito diferente do que se tem verificado em várias outras cidades do litoral português.

Em 2014, o largo do Gaibéu, situado no coração da Barreta, sofreu uma intervenção, sendo integrado num itinerário chamado “Rota das Lendas” que a autarquia criou. Esta intervenção contemplou a colocação de uma estátua alusiva a uma das lendas locais e a substituição da calçada portuguesa do largo por lajes de pedra em escarpão⁴³.

Figura 12 - Largo do Gaibéu, depois da intervenção



Fonte: Fernando Jubilot, grupo de Facebook *Olhão Antigo*, publicado a 29/10/2018.

⁴³ Pedra endógena do Algarve. Um dos argumentos utilizados pela autarquia para substituir a calçada do largo (ver figura 10) é que esta era composta por pedras de vidraça clara e escura, que não são da região, pelo que utilizaram o escarpão Algarvio, com uma coloração mais cinzenta e rosada (ver figura 12).

Se a estátua e a implementação de uma rota das lendas pela zona histórica da cidade foram recebidas sem grande controvérsia, a substituição da calçada portuguesa gerou fortes críticas à intervenção, sobretudo da parte da população estrangeira, que via este ato como um atentado contra o património.

A discussão entre preservar e modernizar é um tópico recorrente para estes estrangeiros. Muitos estiveram envolvidos nas discussões públicas realizadas a propósito do PPZHO, assim como nos debates organizados por movimentos de cidadãos. A substituição da calçada portuguesa no largo do Gaibéu e noutros locais da zona histórica, a demolição de vários edifícios antigos para dar lugar a apartamentos e a falta de habitações disponíveis, foram dos pontos marcantes desta discussão, assim como a ideia da construção de uma torre de 21 metros, a ser erguida no coração da Barreta (Algarve Primeiro, 2016), que foi recebida com alguma hostilidade, tanto pelos moradores portugueses como pelos estrangeiros.

Apelidada de *Penis Erectus* por alguns estrangeiros, a hipotética torre tornou-se no epíteto descritivo das intervenções na zona histórica. A ideia acabaria por ser abandonada na versão final do PPZHO, devido às fortes críticas que colheu dos moradores que levaram a que a Barreta fosse, pela primeira vez, mencionada na comunicação social por motivos negativos, uma vez que a torre era apontada como descaracterizadora da zona histórica, até por implicar a demolição de um dos edifícios mais antigos do bairro, datado do XVIII (Postal, 2016).

Se algumas melhorias foram bem-recebidas, a remoção da calçada portuguesa foi unanimemente criticada. Um dos críticos foi Henry, um escritor britânico de 57 anos, que se confessou incrédulo com a ideia:

It bothers me, to see this lovely calçada replaced. And they replaced it with stone! We have stone in so many places, why put stones here? I don't really understand...

Na opinião de vários estrangeiros, o maior contributo do PPZHO seria a proteção que conferia aos edifícios antigos ou históricos, assim como a limitação ao tipo de intervenções e construções permitidas.

O debate entre preservar e modernizar torna-se, muitas vezes, num debate entre a romantização do passado e o presente. A invocação recorrente das origens piscatórias da Barreta e da zona histórica em geral, assim como das dinâmicas de sociabilidade de uma pequena vila que vivia do mar e do pequeno comércio contrasta com o que hoje e há muitos anos pode ser encontrado em Olhão.

(...) there were a lot of old ladies in groceries stores, selling bananas and fruits... they were all over. You could also find the cafés and also discotecas. It was full of colourful people. Everybody was laughing. The Portuguese people are very friendly – Barry

Hoje em dia, há menos portugueses nas ruas da zona histórica, as discotecas fecharam há muitos anos e as mercearias deram lugar às grandes superfícies. Mas mais do que a mudança, reconhece Barry, trata-se da velocidade a que tudo vai acontecendo:

Figura 13 – Pescadores da Barreta, anos 60



Fonte: Antonio Martins, grupo de Facebook *Olhão Antigo*, publicado a 03/09/2018.

(...) it is going very fast. I think it is too fast. Everything is changing. A lot of French people are coming. They have to pay too much taxes and in Côte D'azur, they sell their houses, because it's cheaper in Portugal, so they come here. Every second house is a French house now.

A questão está tanto na vaga mais recente de novos residentes, como na turistificação da zona histórica. Mesmo que ainda seja dada alguma atenção às casas por parte dos arrendatários e promotores da oferta turística, no sentido de preservar a imagética da zona histórica, alguns dos estrangeiros residentes, sobretudo os mais antigos, temem que Olhão venha a perder a sua autenticidade e se torne noutra Quarteira ou Albufeira.

Se os primeiros estrangeiros que chegaram à zona histórica, os pioneiros, não tiveram grande impacto no quotidiano dos locais e nas dinâmicas da cidade, com o pico da procura, esta segunda vaga parece estar a ser acompanhada por rápidas transformações que muitos, tanto portugueses como estrangeiros, questionam. Fala-se frequentemente de desenvolvimento, mas este desenvolvimento é apontado por vários estrangeiros como o mercado capitalista a exibir as suas tendências predatórias sobre uma população envelhecida, vulnerável e, frequentemente, abandonada, a troco de publicações de imprensa, reportagens e celebridades estrangeiras a adquirirem casas onde passam umas semanas por ano. Como diz Jeff, *“part of that attraction initially is that you have the local people that live there and the people who don't want to be special – I'll use artists as a group. They just want to enjoy it, enjoy life...”*, ao passo que hoje lamenta que se procure protagonismo e destaque.

Se a primeira vaga de estrangeiros que chegaram à zona histórica desde os anos 80 até por volta de 2013 são, para todos os efeitos, gentrificadores, neste momento alguns começam, paradoxalmente, a sentir-se como gentrificados, criticando a pressão que tanto o turismo como a nova vaga de moradores estão a colocar na zona histórica, descaracterizando os seus estabelecimentos e tornando os seus espaços de lazer e sociabilidade em parques de diversões. Os novos gentrificadores assemelham-se ao que a literatura designa por super-gentrificadores, levando a um fenómeno curioso, mas não inédito: o dos gentrificadores assumirem-se contra a gentrificação, ou melhor: dos pioneiros assumirem-se contra os super-gentrificadores, que promovem uma nova gentrificação em bairros já gentrificados.

Olhão distingue-se pela rapidez com que este processo ocorreu, pois se há cinco ou seis anos já se identificavam indícios de que no futuro poderia vir a ocorrer um processo de gentrificação, há dois anos essa gentrificação mudava de escala para um nível distinto, acontecendo em menos de uma década, aquilo que no passado aconteceu em várias (Butler & Lees, 2006).

Há, porém, um elemento em comum: a presença de elites transnacionais, com grande capital económico e simbólico, que procuram locais singulares para exibirem um consumo ostentatório. Estas elites globais têm vindo a interessar-se por Olhão e estão por detrás de muitos dos investimentos mais notórios que vêm sendo feito investimento projetado, com o beneplácito do município que encara positivamente este interesse, em plena manifestação daquilo que Harvey (1989) designou por “gentrificação enquanto política pública de regeneração urbana”.

5.7 – “O nosso estilo de vida cá é mais português”

Compreender como foi a integração dos estrangeiros em Olhão e qual é a sua ligação à zona histórica foram dimensões fulcrais desta investigação. E se a ligação à zona histórica foi sendo abordada ao longo deste capítulo, a sua integração tem sido menos focada.

Ao contrário do que sucede habitualmente em várias zonas do Algarve, os estrangeiros que se mudaram para Olhão não foram para zonas com comunidades de expatriados, como Portimão, Armação de Pêra, Albufeira, Vale do Lobo, Tavira, etc, pelo que a integração foi um processo mais complexo do que nestes casos. Como a literatura frisou, quando a migração tem como destino um local quase exclusivamente ocupado por pessoas do mesmo país de origem, mal se pode falar em integração, pois a cultura e a língua são as mesmas, podendo equiparar-se as comunidades de destino a colónias.

(...) my neighbour, she has two children... we went there for dinner the first night. And there were all the people on our street – mind you that there’s only three left... the Portuguese... but I found it very easy, it’s a very wonderful country. And they look at you “why did you want to live here?” and I say “it’s so beautiful!” and they go “ugh... are you crazy?”
– Jeff

No caso de Olhão, apesar de atualmente haver um número elevado de estrangeiros a residir na zona histórica, há diferenças consideráveis na forma como os recém-chegados se inserem e integram na comunidade local. Vários tornaram-se sócios ou voluntários de associações e organizações locais, de carácter recreativo, cívico ou ambiental, muitos ingressaram em cursos ou aulas de português para estrangeiros e todos frequentam estabelecimentos geridos por portugueses e onde nenhum empregado fala outra língua que não português, fator que consideram importantíssimo para a preservação da cultura local, por oposição ao que sucede no “algarve turístico”, onde o inglês é a língua oficial.

[Do you feel it is required to speak Portuguese to live here?] – It’s not required, because most people that live here, unfortunately speak very good English... conversational English, which makes it easier.

Ainda assim, esta generalização não se aplica a todas as nacionalidades. Como foi referido anteriormente, os italianos chegaram recentemente a Olhão e já não foi possível incluí-los nesta investigação, até porque a maioria destes reside fora da zona histórica. Já os franceses, que atualmente constituem a nacionalidade maioritária da zona histórica, tendem a ter padrões de relacionamento singulares: ao passo que as demais nacionalidades convivem entre si, os franceses tendem a isolar-se e relacionam-se maioritariamente entre si. Os artistas de origem francesa tendem a ser a exceção à regra, mas é bem possível que a língua possa ser um fator determinante para que tal aconteça, uma vez que os franceses não dominam outro idioma, enquanto quase todos os estrangeiros da zona histórica falam inglês ou aprenderam português, entretanto. Não obstante, são os italianos e franceses que mais procuram as aulas e cursos de português para estrangeiros.

Acho que é fácil porque há tantos estrangeiros, tantas mulheres estrangeiras, singles, e estão todas à procura de entretenimento, de sair juntas... organizam coisas umas com as outras... [...] Quando vim para cá conhecia a Meinke, mas ela conhece tantas pessoas, que são quase todos estrangeiros... mas por isso é fácil. Mesmo quem vem do estrangeiro e não conhece Portugal de lado nenhum, acho que é acolhedor. – Helen

É de frisar que praticamente todos os entrevistados referiram que o domínio do português é importante para residir em Olhão – não por uma lógica funcional, pois admitem conseguir viver sem grande dificuldade apenas utilizando o inglês, mas antes por considerarem a comunicação em português com os locais extremamente importante para experienciarem o Olhão “autêntico” ao invés do Olhão “turístico”.

Yes, I feel it is required and I am very sorry other people don't feel it is required. It is an insult to the country where you are living. [...] it makes a great difference in feeling that they belong to a place, if you speak. If people speak to me English, I still speak back to them in Portuguese. But usually, you know, people speak Portuguese and you don't have to say “não compreendo” – Alice (sic.)

Este respeito pela língua portuguesa e pela cultura local são dimensões que sobressaem nos discursos destes estrangeiros residentes, existindo uma manifesta admiração por Olhão, pela a sua cultura e a pela sua língua.

I only knew one person to start, but then I got to meet his friends and another interesting thing is when we have friends coming to stay and then they meet people, and so the group gets bigger and bigger. – Alice

Mesmo os estrangeiros que não conseguiram aprender português ao fim de vários anos a residir em Olhão conhecem dezenas de palavras e expressões características: “Olhão, porta sim, porta não”, “cal”, “sueste”, “molduras”, “abóbadas”, “açoteia”, “maré”, “bote”, “bioco”, etc., assim como uma grande variedade de nomes de bivalves, mariscos, peixes, frutas e legumes. Foi uma experiência bastante divertida acompanhar alguns estrangeiros que vivem em Olhão há alguns anos nas idas aos mercados, pela forma como comunicavam com os vendedores à base do nome dos produtos e gestos para ajudar nas pesagens, entendendo-se perfeitamente. Aliás, vários afirmaram ter começado a aprender português pelas compras e idas ao mercado, recomendando até uma abordagem gastronómica à aprendizagem da língua.

When you're in France you are looking at immigrants and they are not making that small effort to try to speak French. So, I think it is important for me to speak, even bad, Portuguese. – Anne

Já no que concerne à relação dos estrangeiros com os autóctones, há um fator a considerar: os estrangeiros residentes em Olhão tendem a ter qualificações muito mais elevadas do que a maior parte dos autóctones da zona histórica. A diferença de capitais social, económico e cultural é visível nas formas de sociabilidade e nos grupos sociais de uns e de outros. A isso se deve que as amizades dos estrangeiros residentes se travem mais frequentemente com outros estrangeiros residentes.

I don't have many Portuguese friends, and why is that? I think it is because it is Olhão. Because there aren't many people here who have a similar... I think the level of education here, to be honest, is not very great. (...) So,

to people, my generation, has been hard to find somebody with much in common. – Alice (sic.)

Estes estrangeiros, mais qualificados que a população envelhecida de Olhão com quem contactam no dia-a-dia, também confessaram por vezes sentir falta de alguém com quem relacionar-se. Vários afirmaram que não contactam mais com olhanenses por terem pouco em comum. É sobretudo o caso dos artistas ou de mestres e doutorados, que apenas entre si encontram alguém com quem consigam falar ou discutir matérias mais em linha com as suas formações. Esta tendência poderia, por si só, ser alvo de uma desconstrução bourdieusiana em termos de sociabilidade e grupos sociais. Olhão teve uma população pouco qualificada até muito recentemente, como sublinha Bottero (2005: 4)

(...) people with different social resources (whether economic, social or cultural) tend to travel in different social circles, and have different lifestyles, so they are less likely to bump into those from different social groups and, when they do, they often don't have much in common.

Os moradores mais idosos da baixa histórica raramente falam outro idioma que não o português. E mesmo que o fizessem, pouco mais poderiam discutir para além do que ouvem no boca-em-boca do quotidiano, nos telejornais ou nos jornais diários. Estes estrangeiros, por outro lado, debatem frequentemente questões ambientais, temas correntes da política europeia, política local, sobretudo a que está relacionada com o património, arquitetura e ambiente, sendo difícil encontrarem temas em comum para além de assuntos locais ou de conversas sobre os mercados ou o tempo. Ainda que se sintam parte da comunidade, alguns confessam ter reservas:

*[Do you feel the Portuguese locals think of you as part of the community?]
– Yes, I do feel like I am part of the community, that I belong into the community (anónimo 1). – But do they perceive you as being part of the community? (anónimo 2) – I rather think we are all the same to them. Foreigners, tourists, brits, french... I don't think it matters (anónimo 3).*

Ainda assim, o seu discurso tende a ser cuidadosamente respeitador para com os locais, evitando termos pejorativos ou desprestigiantes e colocando sempre a tónica nos

estrangeiros, mesmo quando criticam Portugal ou o município de Olhão por políticas que consideram antiquadas ou desatualizadas, sobretudo a nível de matéria ambiental, urbanismo, proteção de idosos ou turismo. E a larga maioria procura contribuir ativamente para a zona histórica, trabalhando “towards the community”, a nível cívico, cultural, ambiental ou social.

Esta postura não se trata de um paternalismo dissimulado por parte dos estrangeiros, mas antes de compreensão para com a histórica da cidade e a cultura local. Sabem que têm menos qualificações por fazerem parte de uma geração em que os homens começavam a trabalhar aos 12 e as mulheres ficavam em casa a ajudar a família e, mais tarde, a cuidar dos filhos, nestas pequenas casas onde viviam várias famílias simultaneamente e onde saber ler e escrever era a ambição máxima. É uma história que muitos países europeus enfrentaram no século XX, quer durante as grandes guerras, quer nos períodos de depressão. Histórias familiares, pouco diferentes das que ouviram dos seus pais ou avôs.

É esta cultura que querem salvaguardar e impedir que se perca por entre a turistificação que alguns consideram ter destruído a cultura algarvia de localidades piscatórias um pouco por toda a região, como foram outrora Cabanas, Santa Luzia, Armação de Pera, Quarteira ou Lagos, por exemplo. E, acima de tudo, rejeitam perentoriamente a ideia de que a cidade deva mudar para ir ao encontro daquilo que os decisores políticos pensam que querem que Olhão seja, pois afirmam que moram em Olhão porque a cidade é como é. Se se transformar, deixará de ser a cidade pela qual se apaixonaram e criticam a especulação imobiliária e o dinheiro fácil do turismo, que temem estar a pôr em causa a zona histórica da cidade, sem trazer nenhum benefício para quem nela reside.

5.8 – “Os estrangeiros não fazem mal a ninguém”

Com o aumento do número de estrangeiros a residir na zona histórica, os sinais da sua presença foram-se tornando mais notórios. O preço do imobiliário e a saída de vários habitantes mais idosos da zona histórica já foram referidos, mas houve outros impactos. A presença destes estrangeiros contribuiu para projetar Olhão enquanto destino turístico e não é coincidência que muitos dos inquiridos e entrevistados afirmaram ter conhecido Olhão através de outros estrangeiros que residiam em Olhão ou que tinham visitado a cidade anteriormente.

Com o aumento do número de estrangeiros residentes e o elevado crescimento turístico do concelho, a cidade de Olhão transformou-se nos últimos anos e vários dos habitantes mais velhos têm tido dificuldades em lidar com isso. Muitos apontam para a restauração e comércio local, que aumentaram os preços para valores muito acima do que era habitual. Na restauração isto é mais notório, até porque “os restaurantes estão cada vez mais caros e menos portugueses”.

Os mercados de Olhão também parecem, hoje em dia, uma feira internacional, pela quantidade de nacionalidade dos seus visitantes. Há alturas em que chegam a ser tantos estrangeiros como portugueses e os próprios comerciantes notam isso, com alguns a afirmar que acabaram por aprender algumas palavras em inglês e sobretudo francês, para poderem trabalhar com este público, até porque os franceses dominam menos o português, confessam.

Os comerciantes dizem que estes clientes procuram produtos locais e de boa qualidade. Houve casos em que alguns vendedores tentaram vender-lhes peixe do dia anterior e perderam clientes. Não se preocupam tanto com o preço como com a qualidade, o que tem sido positivo para os comerciantes, mas não tão positivo para os portugueses que estavam habituados aos valores mais baixo de há alguns anos atrás, e que hoje se queixam que a praça “agora é para *camones*⁴⁴”.

Os jovens têm sido as vozes mais críticas, sobretudo com a dificuldade em encontrar habitação na cidade de Olhão. Desde 2016 para cá, o aluguer de um T2 em

⁴⁴ *Camone* é um termo algarvio utilizado para designar estrangeiros, sobretudo aqueles oriundos de países anglo-saxónicos ou que falem a língua inglesa, tendo origem na expressão inglesa *come on!*

Olhão chega aos 600€. Mesmo em edifícios antigos, apartamentos sem elevador ou casas com infiltrações e em mau estado de conservação, os senhorios pedem frequentemente mais de 400€. De acordo com um estudo recente realizado pela Idealista (Sul Informação, 2019), Olhão encontra-se em 24º na lista dos municípios com preços mais elevado por metro quadrado de todo o país, com um valor médio de 1 675€. 11 dos 25 municípios com valores mais elevados estão no Algarve, sendo que o valor na zona histórica estará muito acima deste valor.

No que toca à restauração e ao comércio local, a presença de estrangeiros e de turistas é bem-recebida. Ainda assim, os estrangeiros residentes tendem a ir pouco aos restaurantes quando comparados com os turistas, preferindo estabelecimentos mais tradicionais. As casas de pasto, tascas ou pequenos restaurantes da zona histórica são preferidos pelos estrangeiros residentes, sendo os restaurantes junto aos mercados e as casas de tapas mais procuradas pelos turistas. O mesmo se aplica aos bares. Os bares com música ao vivo são mais procurados pelos portugueses e por turistas. Os estrangeiros residentes preferem evitar bares e preferem antes as esplanadas mais calmas.

A diferenciação que os locais fazem entre estrangeiros residentes e turistas é uma questão mais complexa. Há um padrão mais ou menos claro, que aponta no sentido de os portugueses que têm uma opinião mais pejorativa sobre o turismo e os estrangeiros não os distinguem, possivelmente por não estarem predispostos a isso.

Isso é tudo estrangeiro. Os que moram, os turistas, os que passam férias... só vêm tirar-nos as casas. São tudo estrangeiros na mesma... compram as casas aos velhotes por tuta e meia, fazem obras e ganham o dinheiro a montes e nem pagam nada [de impostos]. Nós andamos aqui a trabalhar e temos que pagar por nós e por eles – Pescador da Barreta (sic).

Já outros, sobretudo do sexo feminino, têm uma opinião mais positiva sobre os estrangeiros. Várias pessoas dizem “eles não fazem mal a ninguém” ou “têm arranjado isto tudo”. Talvez por as esplanadas e cafés da zona histórica serem muito mais frequentadas por mulheres do que por homens, tal como as idas ao mercado, as autóctones da zona histórica tenham mais facilidade em se relacionar ou empatizar com os estrangeiros⁴⁵. Mas mesmo entre o sexo masculino, vários autóctones têm opiniões

⁴⁵ Comentários e ideias retiradas do *focus-group* com autóctones.

positivas, com vários mariscadores residentes na zona histórica a rasgarem elogios aos estrangeiros e apontá-los como bons e generosos clientes.

Vários estrangeiros residentes também são elogiados pela sua aquisição de casas antigas, não só por terem recuperado e repovoado várias ruas quase abandonadas, mas por terem ajudado os moradores idosos no processo. O caso de Barry e da D^a. Maria é bastante conhecido, mas houve outros. Em muitos casos, os idosos que residiam na zona histórica, já sem família nem posses, conseguiram vender as suas casas bastante degradadas e com poucas ou nenhuma condições de habitabilidade, podendo, assim, alugar ou comprar casas em boas condições.

Os proprietários dos cafés e esplanadas junto à Ria têm mais facilidade em identificá-los, uma vez que se distinguem facilmente dos turistas pelo vestuário, tom de voz, linguagem corporal, cor da pele, etc. É um exercício antropológico curioso passar uma tarde numa esplanada de Olhão cheia de estrangeiros e procurar diferenças entre os residentes e os turistas.

Mas os padrões de sociabilidade são, talvez, os que melhor os distinguem: um ou dois residentes chegam, sentam-se e ficam a falar. Com o tempo chegam amigos e conhecidos que se vão sentando à mesa, enquanto outros se levantam para ir embora. Acontece também passarem outros que param para cumprimentar antes de seguirem o seu caminho. E se for de manhã, o entra e sai dos mercados mais anima estas mesas. Já as mesas de turistas tendem a ter o tempo todo as mesmas pessoas, que não interagem com ninguém para além dos empregados de mesa e que passam muito mais tempo a olhar para o telemóvel ou guias, frequentemente com câmaras fotográficas ao pescoço, mochilas, chapéus e *walking poles*.

Pode até ser dito que os estrangeiros residentes interagem entre si e têm rotinas muito similares às dos autóctones, ponto este essencial na sua perspetiva, pois fazem questão de dizer “não sou turista” ou “nós não somos turistas”, frases que mesmo os menos versados no português parecem saber reproduzir. Acresce ainda que se começa a notar um sentimento anti-turista em Olhão que, embora ainda embrionário, é partilhado tanto por autóctones como por estrangeiros residentes. Para os que distinguem os residentes dos turistas, este sentimento é imputado exclusivamente aos turistas, que acabam por ser os estrangeiros indesejados e que incomodam, enquanto os residentes “já aportuguesados”, como alguns dizem, passam mais despercebidos.

5.9 – Dados do inquérito por questionário

Os questionários autoadministrados foram divulgados de duas formas: *online*, em formato eletrónico, criando com recurso à plataforma *Google Forms*, e distribuído em papel, impresso através da plataforma *Google Forms*. Em ambas as formas, o questionário foi redigido tanto em inglês como em francês.

Estes questionários obtidos através de uma amostra por conveniência, uma vez que era impossível utilizar uma amostra probabilística ou estratificada. Foi pedido aos inquiridos que partilhassem o questionário com outros estrangeiros residentes na zona histórica, tendo o método de bola de neve contribuído para a sua divulgação.

Tabela 2 – Respostas ao questionário

Questionários	Número
Respostas válidas	64
Respostas inválidas	8
Total	72

Foram diretamente contactados perto de 100 estrangeiros, para além daqueles que foram contactados por outros estrangeiros, tendo sido obtidas 72 respostas, com 64 questionários válidos (tabela 2). A predisposição para participar na investigação foi menor do que estava prevista, apesar da amostra recolhida ter uma dimensão considerável, atendendo a que o universo é desconhecido, mas estimado entre 200 e 300 estrangeiros.

Sendo impossível contabilizar a quantos estrangeiros o questionário em suporte digital foi enviado, não é possível calcular com precisão uma taxa de resposta. Se se tomar como bom o número de 250 estrangeiros alcançados via email, a taxa de resposta pode ser estimada em 23,6%, valor que se apresenta acima dos valores habituais para este tipo de questionário. Pesa ainda o facto de ser impossível saber se todos os estrangeiros que

receberam os questionários residiram na zona histórica de Olhão, não fazendo assim parte do universo da investigação⁴⁶.

No que toca aos questionários em suporte de papel, foram distribuídos 40, tendo 13 sido devolvidos, numa taxa de resposta de 32,5%, superior à que King e restantes (1998) obtiveram no seu estudo sobre os imigrantes britânicos a residir no Algarve, entre 95 e 96 (29,4%). É de notar que para esta contabilização apenas se consideraram os questionários válidos devolvidos, tal como King e restantes o fizeram.

Tabela 3 – Nacionalidade dos inquiridos

Nacionalidade	Inquiridos	Percentagem
Total	64	100%
União Europeia	57	89,06%
Reino Unido	24	37,50%
Holanda	8	12,50%
França	7	10,94%
Irlanda	5	7,81%
Suécia	4	6,25%
Alemanha	2	3,13%
Bélgica	2	3,13%
Finlândia	2	3,13%
Áustria	1	1,56%
Itália	1	1,56%
República Checa	1	1,56%
Não comunitários	3	4,69%
Suíça	2	3,13%
Noruega	1	1,56%
Não europeus	4	6,25%
Canadá	1	1,56%
Costa Rica	1	1,56%
Estados Unidos	1	1,56%
Nova Zelândia	1	1,56%

⁴⁶ Sete dos oito questionários inválidos foram classificados como tal por os respondentes não residirem na zona histórica de Olhão. O outro questionário foi preenchido por um estrangeiro que residia noutra concelho.

A tabela 3 contém a informação acerca do país de origem dos respondentes ao questionário. Dos 64 questionários válidos, 57 (89%) foram preenchidos por estrangeiros oriundos da União Europeia. Considerando também as respostas de estrangeiros de outros países europeus (três), o número sobe para 60 (94%). Os restantes quatro (6%) questionários foram respondidos por estrangeiros oriundos de países não-europeus.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas da amostra

Estatística	Valor
Total de inquiridos	64
Média de idades	63,23
Idade mínima	42
Idade máxima	84
Moda	60
Mediana	64
Desvio Padrão	9,45

No que toca às características da amostra, a tabela 4 apresenta alguns dos dados estatísticos compilados. A média das idades situa-se ligeiramente acima dos 63 anos, variando entre os 42 e os 84 anos. Uma distribuição mais precisa das idades dos respondentes é apresentada na figura 14 e tem uma distribuição normal aproximada.

Tabela 5 – Sexo, situação conjugal e situação profissional

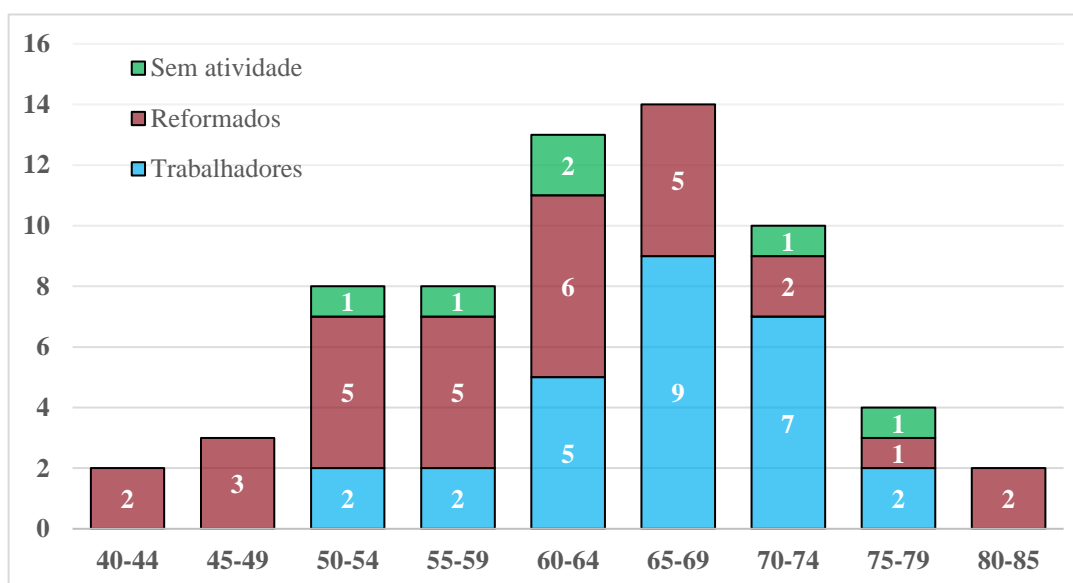
Sexo	Respostas
Masculino	33
Feminino	31
Total	64

Situação conjugal	Respostas
Divorciados	9
Numa relação	13
Casados	31
Solteiros	9
Viúvos	2
Total	64

Situação profissional	Respostas
Trabalhadores	27
Não trabalhadores	6
Reformados	31
Total	64

A tabela 5 revela que a maioria dos inquiridos são do sexo masculino (33 para 31) e que 44 se encontram casados ou numa relação, enquanto 20 não têm qualquer relacionamento. A tabela revela ainda que 27 inquiridos têm atividade profissional, estando os restantes reformados ou sem atividade profissional ativa.

Figura 14 – Inquiridos por classe etária e situação profissional



Um dos dados curiosos que a figura 14 revela é a tendência para os estrangeiros pertencentes às classes etárias mais velhas terem mais atividade profissional, sobretudo entre os 65 e os 79 anos, enquanto os estrangeiros pertencentes às classes etárias mais jovens, entre os 40 e os 64 anos, estão maioritariamente reformados. Os estrangeiros sem atividade profissional têm pouca expressão, representando somente 9% dos inquiridos, quatro do sexo masculino e dois do sexo feminino.

Tabela 6 - Situação profissional por sexo

Sexo	Trabalhadores	Reformados	Sem atividade	Total
Masculino	12	15	4	31
Feminino	15	16	2	33
Total	27	31	6	64

A tabela 6 demonstra que não foram encontradas diferenças significativas entre a situação profissional e o sexo dos respondentes ao questionário, estando distribuídos equilibradamente.

Tabela 7 – Situação profissional por habilitações

Nível de ensino	Trabalhadores	Reformados	Sem atividade	Total
Ensino primário	0	1	0	1
Ensino básico	1	0	0	1
Ensino secundário	9	8	4	21
Licenciatura	9	11	1	21
Mestrado	8	11	1	20
Total	27	31	6	64

Já no que concerne às habilitações, a tabela 7 revela que 41 dos 64 respondentes (64%) possuem licenciatura ou mestrado, enquanto os restantes (36%) possuem o ensino secundário, básico ou primário. Não se registam diferenças significativas entre os trabalhadores e os reformados baseadas no nível de habilitações que possuem.

A percentagem de cidadãos da União Europeia com licenciatura com idades entre 45 e os 54 é de 28,7%, enquanto entre os 55 e os 64 anos é de 23,4%⁴⁷. O valor de 64% obtido no caso dos estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão aponta para um alto nível de qualificação. Infelizmente não existem dados para a percentagem de cidadãos europeus licenciados acima dos 65 anos, mas as estatísticas oficiais apontam para uma redução do valor médio em função do aumento da idade, tendência que também se verifica no caso dos estrangeiros de Olhão. Ainda que só 57 destes 64 estrangeiros pertençam estados-membro da União Europeia, o padrão mantém-se.

⁴⁷ **Fonte:** PORDATA, dados de 2018.

Tabela 8 – Composição do agregado familiar⁴⁸

Opção	Respostas
Sozinho(a)	17
Conjugues	45
Pais	1
Filhos	3
Amigos	2
Outro	1

No que toca ao agregado familiar, 45 (74%) inquiridos vivem com um conjugue ou companheiro, enquanto 17 (26,5%) afirmam viver sozinhos. A resposta *Outro* foi selecionada por um estrangeiro que vive com vários portugueses e estrangeiros na mesma casa, podendo ser o caso de um *hostel* ou outro modelo de habitação partilhada.

Tabela 9 – Número de anos a residir em Olhão e meses passados em Olhão

Anos em Olhão	Respostas	Ano de chegada	Meses passados em Olhão por ano
1	10	2018	9,1
2	9	2017	8,4
3	12	2016	7,5
4	11	2015	7,4
5	7	2014	8,7
6	2	2013	12
7	2	2012	4,5
8	1	2011	12
10	3	2009	6,7
11	1	2008	1
12	1	2007	9
13	1	2006	2
15	1	2004	5
16	1	2003	6
18	1	2001	11
29	1	1990	5
Total	64		7,84

⁴⁸ Note-se que no questionário existiam mais opções que por não terem resposta não foram incluídas na tabela. Vide apêndices 3 e 4.

De acordo com a tabela 9, começou a ser registado um considerável aumento da procura a partir de 2014⁴⁹, tendo este aumento atingido um pico em 2016. Estes valores apontam no mesmo sentido que as publicações na comunicação social que mencionam a zona histórica de Olhão ou o bairro da Barreta e que começaram a surgir em 2013. A tabela permite ainda concluir que até 2012, os fluxos de chegada eram constantes, mas sem grande expressão.

Apesar do número de estrangeiros que se mudava anualmente para a zona histórica ser relativamente baixo quando comparado com valores atuais, os dados sustentam a hipótese aventada de que estes se teriam começado a fazer notar no período pós-crise. Considerando-se os falecimentos e alguns retornos ao país de origem, e tendo também em conta a relação entre as respostas obtidas e o universo estimado (razão aproximada de 1 para 4), é possível que por volta de 2012, o número de estrangeiros a residir na zona histórica não estivesse distante de uma centena, valor este que é corroborado por outras fontes que serão analisadas mais adiante.

Este número seria tanto mais significativo pelo facto de, durante estes anos, nos quais se situa o pico da crise, a procura de habitações ter descido para mínimos históricos na região e na cidade, sobretudo na zona histórica, que poucas ou nenhuma habitações novas tinha para venda, enquanto o resto da cidade tinha dezenas de apartamentos novos à venda. Isto levou a que os estrangeiros que se iam mudando para estas ruas sobressaíssem no dia-a-dia, pois a zona histórica estava repleta de prédios devolutos e ruínas, nas quais quase só residiam idosos – os mesmos que há décadas ali residiam, pelo que a chegada de novos moradores oriundos de outro país se fez rapidamente notar e veio motivar esta investigação.

Não foi possível identificar uma relação entre o número de meses por ano passados em Olhão e o número de anos a residir em Olhão, possivelmente devido à dimensão da amostra e ao facto da maioria dos respondentes residir há poucos anos na zona histórica. Uma vez que a literatura frisa que há uma tendência para os migrantes pós-reforma e migrantes de estilo de vida passarem mais tempo no país de destino com o passar dos anos (Casado-Díaz, 2006, Godbey & Bevins, 1987).

⁴⁹ Note-se que o questionário perguntava há quantos anos residem na zona histórica de Olhão e não em que ano chegaram, pelo que os anos constantes na tabela são estimados.

Tabela 10 – País de residência durante o ano

Opção	Respostas
Portugal apenas	23
Portugal e outro país	41

É de frisar que, dos 64 inquiridos, 41 (64%) afirmam viver noutro país durante o ano, enquanto 23 (36%) vivem em Olhão a tempo inteiro. Os 41 inquiridos que durante o ano vivem noutro país para além de Portugal tiveram outro grupo de questões nos questionários. Duas destas questões estão presentes nas tabelas

Tabela 11 – Possibilidade de Olhão se tornar na única residência

Opção⁵⁰	Respostas
Muito improvável	8
Improvável	1
Algo improvável	3
Neutro	7
Possível	3
Provável	9
Muito provável	11
Total	42

A tabela 11 revela que 12 (28,5%) dos 42 inquiridos não está confiante de que venha a residir a tempo inteiro em Olhão nos próximos anos. 23 (55%) creem que tal venham a acontecer, estando 7 (16,5%) indecisos quanto a esta possibilidade.

Apesar de haver uma tendência mais favorável à mudança para residência única, 28,5% dos inquiridos terem respondido que não consideravam que tal venha a acontecer surge como um resultado pertinente e para o qual a presente investigação não conseguiu encontrar resposta, pois o questionário não abordava as razões pelas quais não estavam interessados em mudar-se permanentemente para a cidade. Este valor sobe para 45% se forem incluídos os 7 respondentes que escolheram a posição neutra.

⁵⁰ As opções de resposta consistiam numa escala de *likert*, ordenada de 1 a 7. Estas designações foram criadas *ex post facto* para facilitar a interpretação da tabela pelos leitores.

Tabela 12 – Intenção de passar mais tempo em Olhão nos próximos anos

Opção	Respostas
Sim	24
Talvez	10
Não	3
Não sabe/não responde	5
Total	42

Ainda sobre os 42 inquiridos que não vivem a tempo inteiro em Olhão, não obstante apenas 23 considerarem que Olhão poderá vir tornar-se na sua única residência, de acordo com a tabela 12, 57% tencionarem passar mais tempo em Olhão no futuro, tendo 24% respondido que talvez passem mais tempo e 12% que não sabiam responder. Apenas 7% responderam que não.

Tabela 13 – Respostas negativa ou neutras a Olhão se tornar na única residência

Vir a residir só em Portugal	Tipo de habitação	Anos em Olhão	Meses/ano em Olhão	Passará mais tempo em Olhão no futuro
Neutro	Arrendada	1	6	Talvez
Neutro	Outra	4	2	Não sabe responder
Neutro	Própria	5	2	Talvez
Neutro	Própria	4	6	Talvez
Neutro	Própria	7	5	Talvez
Neutro	Própria	10	9	Não sabe responder
Neutro		2	10	Talvez
Pouco provável	Própria	15	5	Talvez
Pouco provável	Própria	2	2	Sim
Pouco provável	Própria	4	2	Sim
Improvável	Própria	4	8	Não sabe responder
Muito improvável	Própria	2	4	Talvez
Muito improvável	Arrendada	3	7	Talvez
Muito improvável	Arrendada	11	1	Talvez
Muito improvável	Outra	10	6	Não
Muito improvável	Própria	16	6	Não
Muito improvável	Própria	4	10	Não
Muito improvável	Arrendada	4	7	Não sabe responder
Muito improvável	Própria	4	1	Sim
N: 19	Médias:	5,89	5,21	

A tabela 13 lista as respostas individuais, 12 negativas e sete neutras, presentes na tabela 11, incluindo informação adicional. O aspeto mais relevante a reter da análise desta tabela é que não são os estrangeiros recém-chegados ou que vivem há menos tempo em Olhão que estão relutantes em se mudar a tempo inteiro para a cidade, mas antes os que estão há mais anos. É ainda pertinente que só três destes 19 estrangeiros tencionem passar mais tempo em Olhão nos próximos anos.

Na tabela 12 foi também incluída informação sobre a habitação em que residem. 12 residem em habitação própria, quatro em habitações arrendadas e dois noutro tipo de habitação. Um dos questionários tinha esta pergunta em branco. Apesar de ser uma amostra demasiado reduzida para suportar conclusões sólidas, os dados ainda assim denotam que há uma ausência de padrão entre possuir habitação própria e a intenção de Olhão se tornar na única habitação. Apesar de esta informação não estar na tabela, 11 destes 19 estrangeiros estão reformados, sete trabalham e o último não tem atividade profissional, pelo que o trabalho não é um fator a considerar.

Deve ainda assumir-se que estas respostas não revelam, por si só, um desencantamento com Olhão. Mesmo que exista esta possibilidade, que é discutida em maior profundidade mais à frente, estas respostas podem igualmente dever-se à vontade de manter um regime de dupla habitação por uma série de motivos. Alguns por razões patrimoniais, outros por razões familiares e outros pelo acesso a determinados serviços de saúde.

Tabela 14 – Situação da habitação

Tipo de habitação	Nova	Restaurada	Outro	Total
Habitação própria	8	39	1	48
Habitação arrendada	4	6	2	12
Outro tipo	0	1	2	3
Total	12	46	5	63

Ainda relativamente à questão da habitação, a tabela 14 revela que das 63 respostas válidas, 76% reside em habitação própria, enquanto 19% reside em habitação arrendada. Os últimos 5% residem em habitações partilhadas, como hostels, por exemplo.

De salientar é ainda o facto de 73% dos inquiridos residirem em habitações recuperadas e apenas 19% em edifícios novos.

Tabela 15 – Importância da arquitetura da zona histórica na decisão de mudar

Opção⁵¹	Respostas
Muito importante	36
Importante	11
Ligeiramente importante	8
Neutro	3
Pouco importante	1
Não importante	0
Nada importante	5
Total	64

A arquitetura da zona histórica de Olhão surge como um fator importante e que muito contribuiu para a mudança destes estrangeiros. Facto ainda mais pertinente quando se considera que em nenhum outro caso da literatura, estas formas de mobilidade ou migração em particular encontraram na arquitetura e em edifícios antigos uma das motivações para a mudança.

A tabela 15 contém as respostas dos inquiridos à questão de quão importante foi a arquitetura da zona histórica para a decisão de residir em Olhão. 89% dos inquiridos responderam de forma positiva à questão, com 67% a responde que foi muito importante. Somente 11% responderam que a arquitetura teria sido pouco importante ou escolheram a opção neutra.

Um outro grupo de questões sobre os edifícios antigos e a arquitetura da zona histórica foi introduzido posteriormente, constando as respostas na tabela 16. Este grupo de questões consistiu numa série de afirmações com as quais os responderem manifestariam a sua concordância, escolhendo o valor apropriado numa escala de *likert*. Algumas destas questões foram propositadamente redundantes por forma a confirmarem posições anteriores ou para colocarem a questão de outro ponto de vista.

⁵¹ As opções de resposta consistiam numa escala de *likert*, ordenada de 1 a 7. Estas designações foram criadas *ex post facto* para facilitar a interpretação da tabela pelos leitores.

Tabela 16 – Atitudes perante os edifícios antigos da zona histórica

Afirmações	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente
<i>Old buildings should be taken down so that new, larger buildings can be built for all the people who want to live here</i>	2	1	3	7	50
<i>Old buildings should be restored, even if it costs more and provides less housing space</i>	28	24	6	4	0
<i>I care about the preservation of historical buildings</i>	41	17	5	0	0
<i>Living in a building with history is important to me</i>	14	24	19	2	3
<i>Living in an affordable home is more important than in an historical building</i>	4	9	26	14	8
<i>Not enough is being done to preserve the historical buildings</i>	28	24	7	3	1

Apesar das diferenças entre as afirmações, há uma tendência manifestamente favorável à preservação dos edifícios antigos, mesmo em detrimento do número de habitações disponível ou do encarecimento do seu valor. Estas posições acabam por reforçar a ideia que transparece na tabela 15.

Tabela 17 – Como conheceram Olhão

Através de amigos	Através de familiares	Numa agência de viagens	Nas notícias	Num blog, jornal ou revista	Ao visitar
20	11	1	1	2	16

No que toca à forma como estes residentes conheceram Olhão, a tabela 17 mostra que não existe um padrão claro. Se uma boa parte dos estrangeiros conheceu a cidade através de amigos e familiares, outros tantos conheceram-na por mero acaso. Muitos destes estrangeiros passaram por Olhão a caminho de outras localidades do Algarve e apaixonaram-se. Outros fizeram residências artísticas na cidade e voltaram pouco tempo depois para nela residirem. Há ainda casos de estrangeiros que chegaram às ilhas-barreira de barco e que, ao virem a terra abastecer-se, não quiseram voltar ao seu país, ou voltaram depois para comprar casa. O único padrão discernível é o discurso de se terem apaixonado pela cidade ao primeiro contacto e terem querido desde logo morar ali.

Tabela 18 – Importância de determinados fatores na mudança para Olhão

Fator	Muito importante	Importante	Neutro	Pouco importante	Irrelevante	Não sabe
<i>Climate</i>	41	10	2	3	5	3
<i>Authenticity of Olhão</i>	35	18		3	3	5
<i>Proximity to the sea</i>	34	17	4	3	3	3
<i>The local people</i>	32	15	6	3	6	2
<i>Lifestyle of Olhão</i>	31	18	2	4	4	5
<i>The waterfront</i>	28	17	5	7	3	4
<i>The local food</i>	26	16	9	5	6	2
<i>Slower pace of life</i>	25	21	5	3	8	2
<i>The islands</i>	25	19	6	6	5	3
<i>The markets</i>	23	20	4	5	8	4
<i>Admiration for Portugal</i>	22	17	7	2	11	5
<i>Cost of living</i>	20	25	6	5	7	1
<i>Landscape</i>	18	19	12	6	9	
<i>Access from country of origin</i>	18	19	5	10	10	2
<i>Cheaper properties</i>	16	17	10	8	11	2
<i>Ownership of a second home</i>	11	12	6	11	21	3
<i>Friends/relatives living there</i>	11	8	9	10	22	4
<i>Antipathy/disenchantment of country of origin</i>	9	3	14	15	21	2
<i>Health reasons</i>	7	7	12	11	25	2
<i>Family connections</i>	6	5	7	5	39	2
<i>Tax benefits</i>	2	3	17	8	33	1
<i>Work/business connections</i>	1	3	9	11	38	2

A tabela 18 lista uma série de fatores que os inquiridos avaliaram em grau de importância, mediante o seu contributo para a mudança para Olhão. Os primeiros 11⁵² fatores foram baseados num questionário da autoria de Casado-Díaz (2006), aplicado aos reformados do norte da Europa a residir no sul de Espanha. Os restantes 11 fatores foram formulados com base na informação obtida nas entrevistas e no *focus-group* realizado com estrangeiros. O objetivo destas questões foi, contudo, diferente do da autora. Não se pretende comparar os estrangeiros residentes em Olhão com base na sua nacionalidade como Casado-Díaz fez, ao procurar identificar diferenças entre os britânicos, alemães e

⁵² Os primeiros 11 fatores pela ordem que surgem no questionário disponível nos apêndices 3 e 4, e não pela ordem que surgem na tabela, que foi ordenada do fator mais importante para o menos importante.

nórdicos, no sentido de quais os fatores mais importantes ou que mais contribuíram para a migração para cada um dos grupos. Na presente investigação procurou-se antes identificar quais os fatores que se destacavam enquanto fatores de atração para os estrangeiros residentes na zona histórica.

Tabela 19 – Fatores que contribuíram para a mudança para Olhão (ponderados)

Fator	Pontuação
<i>Climate</i>	201
<i>Proximity to the sea</i>	198
<i>Authenticity of Olhão</i>	197
<i>The local people</i>	188
<i>Lifestyle of Olhão</i>	186
<i>The waterfront</i>	180
<i>Slower pace of life</i>	176
<i>The local food</i>	175
<i>The islands</i>	175
<i>Cost of living</i>	172
<i>The markets</i>	165
<i>Landscape</i>	159
<i>Admiration for Portugal</i>	155
<i>Access from country of origin</i>	149
<i>Cheaper properties</i>	143
<i>Ownership of a second home</i>	103
<i>Friends/relatives living there</i>	96
<i>Antipathy/disenchantment of country of origin</i>	88
<i>Health reasons</i>	84
<i>Tax benefits</i>	59
<i>Family connections</i>	58
<i>Work/business connections</i>	42

O clima, a autenticidade, a proximidade ao mar, a população local e o estilo de vida da cidade são os fatores mais importantes do ponto de vista dos estrangeiros. A zona ribeirinha, comida local, andamento do quotidiano e as ilhas surgem logo a seguir. Tirando o clima e possivelmente a comida local, os demais fatores são intrínsecos à localidade, pelo que, neste aspeto, é possível concluir que Olhão se destaca como um local que conjuga uma série de fatores que não poderiam encontrar noutros locais da

região. Os fatores seguintes são mais indiferenciados e transversais à zona, ao Algarve ou a Portugal, pelo que os fatores singulares de Olhão são os que mais peso têm.

A tabela 19 lista os fatores ordenados pela ponderação da escolha. Utilizou-se uma variação do método de Borda (Stefánsson, 1991), no sentido em que o fator recebeu 4 pontos por cada escolha na opção Muito Importante, 3 por cada escolha em Importante, 2 por cada escolha em neutro e 1 por cada escolha em Pouco Importante. A soma destes pontos corresponde aos valores presentes na coluna designada por Pontuação da tabela 19.

Uma das maiores diferenças entre estes resultados e os que foram obtidos por Casado-Díaz reside na importância atribuída às razões de saúde. Enquanto na investigação da autora as razões de saúde surgem como o segundo fator mais importante, logo a seguir ao clima, no caso dos estrangeiros residentes na zona histórica de Olhão, as razões de saúde surgem como um dos fatores menos importantes. A ordenação e ponderação dos restantes fatores não se afasta muito dos do estudo de Casado-Díaz, mas é notório que os fatores alusivos particularmente a Olhão e que foram identificados no *focus-group* e nas entrevistas se destacam.

Tabela 20 – Importância de vista(s) prévia(s) a Olhão

Quando foi tomada a decisão de mudar de país?	A decisão foi tomada antes ou depois de conhecer Olhão?	Importância da visita para a decisão
Depois de visitar Olhão	27	5,70
Antes de visitar Olhão	20	4,45
Não sabe/não responde	5	5,40
Total	52	

A tabela 20 revela que, dos 52 estrangeiros que visitaram Olhão antes de se terem mudado para a cidade ou adquirido uma segunda habitação, quer na condição de turista, mas também noutras não ligadas estritamente ao lazer (residências artísticas, trabalho, etc), 27 (52%) só consideraram mudar de país ou adquirir habitação noutra país depois de terem conhecido a cidade, tendo esta funcionado como *trigger* para a mudança. Esta tendência está em linha com as conclusões da investigação de Cuba (1991) sobre as migrações pós-reforma nos Estados Unidos para o Cabo Cod, i.e., que a decisão da

mudança poderia ser posterior à escolha do local e ser despertada pelo conhecimento deste. Ao mesmo tempo, a hipótese contrária não é inteiramente refutada, uma vez que 38% dos inquiridos afirmaram que já tinham pensado em mudar de país antes de conhecer Olhão, hipótese esta defendida por Wiseman (1980). Por outro lado, 10% dos respondentes não se recordam se a vontade de mudar de país ou adquirir uma segunda habitação foi anterior ou posterior a conhecerem Olhão.

A importância da visita para a decisão de mudar para Olhão ou adquirir uma habitação na cidade pode ser vista na última coluna. O valor numérico presente é o cálculo da média simples das respostas ao questionário, que consistia numa escala de *likert* que variava entre 1 – valor para a opção de menor importância, e 7 – valor para a opção de maior importância. No caso dos estrangeiros que só depois de terem visitado Olhão consideraram adquirir residência noutra país, o contacto com a cidade funcionou como *trigger* desse desejo, notório no valor de 5,70, que representa uma influência largamente positiva.

Já os estrangeiros que consideravam mudar-se para outro país ou adquirir nova residência, este contacto, ainda que positivo, teve menor importância, sendo o valor médio das respostas 4,45, o que corresponde a uma influência ligeiramente positiva. É de notar que o 4 surge como valor neutro nesta escala.

A título de clarificação, os 12 estrangeiros que não conheciam Olhão antes de se mudarem para a cidade representam casos como um casal que chegou de barco às ilhas-barreira e ao abastecer-se em terra, decidiu adquirir casa e ficar a residir na cidade, ou alguns estrangeiros que procuravam casa na zona e ao passarem por Olhão, decidiram ficar na cidade. Há ainda os casos dos estrangeiros que residiam noutras localidades do Algarve ou Portugal e se mudaram para a cidade assim que conheceram. A maior parte destes casos deve-se a residências artísticas na cidade que, quando terminadas, viram os residentes temporários passar a residentes mais ou menos permanentes.

Independentemente das histórias individuais aqui retratadas, há uma clara tendência: Olhão surgiu como um destino singular que agarrou de imediato a atenção destes estrangeiros, incluindo os que viviam noutros locais de Portugal, nomeadamente, 13 dos 64 inquiridos.

Tabela 21 - Quão autêntica consideram a cidade de Olhão

Opção⁵³	Respostas
Muito autêntica	36
Algo autêntica	13
Ligeiramente autêntica	11
Neutro	3
Pouco autêntica	0
Muito pouco autêntica	1
Nada autêntica	0
Total	64
Média	6,23

As palavras “autenticidade” e “autêntica” surgiram em quase todas as discussões sobre a cidade tidas com estrangeiros, quer nas entrevistas, no *focus-group* ou em conversas informais em contextos de quotidiano (visitas a cafés, mercados, compras, passeios, etc). Esta singularidade de Olhão, experienciada por estes estrangeiros, manifesta-se numa representação de autenticidade da cidade em geral e da zona histórica em particular. Autenticidade esta que é apontada aos autóctones, aos edifícios e ao estilo de vida dos seus habitantes.

A tabela 21 contém as respostas à questão do quão autêntica consideram a cidade de Olhão, sendo a resposta a uma escala de *likert* que variava entre 1 – valor para a opção que representava nada autêntica, e 7 – valor para a opção muito autêntica. O facto de 94% dos inquiridos ter atribuído um valor positivo na escala, i.e., melhor que a opção neutra, cujo valor era 4, denota a imagem que têm da autenticidade da cidade. Somente 3 (5%) dos inquiridos assumiram uma posição neutra e 1 (1%) respondeu que considerava Olhão pouco autêntica. A média simples das respostas foi de 6,23 pontos, entre 1 e 7, pelo que se pode dizer que a esmagadora maioria dos estrangeiros residentes em Olhão consideram a cidade muito autêntica.

A tabela 22 contém o número de visitas ao país de origem durante o ano, assim como a duração média dessas visitas. Ainda que a literatura refira que há uma tendência para as visitas ao país de origem diminuírem ao longo dos anos, em Olhão isso não se

⁵³ As opções de resposta consistiam numa escala de *likert*, ordenada de 1 a 7. Estas designações foram criadas *ex post facto* para facilitar a interpretação da tabela pelos leitores.

verificou de todo. Salienta-se que 11 (17%) dos 64 inquiridos responderam que não visitam o país de origem.

Tabela 22 – Número e duração das visitas ao país de origem

Questão	Respostas
Quantas vezes visitam país de origem por ano	3,64
Quantas semanas costumam ficar por visita	6,73
Quantas semanas ficaram no ano anterior	14,94

No que toca às razões pelas quais visitam o país de origem, a tabela 23 destaca as razões relacionadas com a família se destacam, com encontros com amigos e razões profissionais a ocuparem dimensões expressivas. As férias e feriados tiveram uma dimensão reduzida. Só 53 dos 64 inquiridos responderam a esta questão.

Tabela 23 – Razões pelas quais visitam o país de origem

Opção	Respostas
Para ajudar familiares	28
Aniversários ou reuniões de amigos	24
Doença de familiares	19
Razões profissionais	17
Férias	13
Casamentos ou batismos	12
Ferriados	8

Quanto à altura em que aquelas visitas ocorrem, os dados da a tabela 24 destacam o verão e o inverno, o que está em conformidade com os dados obtidos nas entrevistas, uma vez que muitos estrangeiros preferem passar os meses mais quentes e mais frios no seu país de origem, por razões de conforto e de climatização das habitações, ou, no caso específico do verão, para evitar os turistas.

Tabela 24 – Altura em que as visitas a casa ocorrem

Inverno	Primavera	Verão	Outono	Indiferente
16	11	27	10	28

No que toca à mudança para Olhão, de acordo com a tabela 25, 75% dos respondentes afirmaram que a mudança para Olhão foi fácil, com 26 destes 48 a dizer que foi muito fácil. Apenas 16% responderam que sentiram dificuldade com a mudança, tendo 9% escolhido a opção neutra.

Tabela 25 – Quão difícil foi a mudança para Olhão

Opção ⁵⁴	Respostas
Muito fácil	26
Fácil	12
Algo fácil	10
Neutro	6
Algo difícil	5
Difícil	2
Muito difícil	3
Total	64

Tabela 26 – Domínio do Português

Opção ⁵⁵	Respostas
Português fluente	2
Muito bem	5
Bem	6
Neutro	14
Pouco	15
Muito pouco	17
Nenhum	5
Total	64

⁵⁴ As opções de resposta consistiam numa escala de *likert*, ordenada de 1 a 7. Estas designações foram criadas *ex post facto* para facilitar a interpretação da tabela pelos leitores.

⁵⁵ As opções de resposta consistiam numa escala de *likert*, ordenada de 1 a 7. Estas designações foram criadas *ex post facto* para facilitar a interpretação da tabela pelos leitores.

No que toca ao domínio do português, os dados da tabela 26 revelam que 58% dos inquiridos afirma dominar pouco ou nada o português, tendo somente 20% respondido que são fluentes ou têm um bom domínio. 22% seleccionou a opção neutra.

Tabela 27 – Tentaram aprender português

Opção	Respostas
Sim, muito	33
Sim, um pouco	28
Não	3
Total	64

Quanto à tentativa de aprender português, a tabela 27 aponta que somente 3 inquiridos afirmaram não se terem esforçado para aprender português, enquanto os restantes 61 tentaram. Estes valores, apesar de surpreendentemente elevados quando comparados com outros estudos do género mencionados na literatura, eram expectáveis, dado o elevado volume de cursos e aulas de português para estrangeiros que existem na cidade de Olhão, com centenas de inscritos todos os anos.

Já no que concerne à necessidade de falar português para residir em Olhão, de acordo com a tabela 28, 45% considera que sim, enquanto 41% consideram que não, tendo 14% escolhido a opção neutra.

Tabela 28 – É necessário falar português para residir em Olhão?

Opção⁵⁶	Respostas
Absolutamente	7
É necessário	12
Um pouco	9
Neutro	9
Nem por isso	11
Pouco ou nada	10
Não de todo	5
Total	63

⁵⁶ As opções de resposta consistiam numa escala de *likert*, ordenada de 1 a 7. Estas designações foram criadas *ex post facto* para facilitar a interpretação da tabela pelos leitores.

Estas escolhas estão em linha com os dados das entrevistas, uma vez que as opiniões são díspares. Se alguns estrangeiros não sentem necessitar do português para residir na cidade, devido ao amplo domínio do inglês por parte da população local, outros dizem ser absolutamente necessário, mas antes por considerarem imperativo para experienciarem a cultura local e viverem em harmonia com os autóctones. Vários entrevistados frisaram ainda que, quem não quer aprender ou falar português, não deve vir para Olhão e que esta era uma das grandes diferenças entre eles (os estrangeiros residentes) e os turistas.

Tabela 29 – Quão regularmente contacta com portugueses

Opção⁵⁷	Respostas
Diariamente	19
Regularmente	6
Ocasionalmente	17
Neutro	6
Pouco frequentemente	8
Raramente	6
Muito raramente	2
Total	64

O esforço para aprender português também se nota nas respostas constantes na tabela 29, uma vez que 66% dos inquiridos afirmam ter contacto regular com os portugueses, enquanto 25% afirma ter pouco ou nenhum contacto.

Tabela 30 – Como se descrevem

Opção	Respostas
<i>A lifestyle migrant</i>	22
<i>A residential tourist</i>	4
<i>A second-home tourist</i>	11
<i>An immigrant</i>	16
<i>None of the above</i>	10
Total	63

⁵⁷ As opções de resposta consistiam numa escala de *likert*, ordenada de 1 a 7. Estas designações foram criadas *ex post facto* para facilitar a interpretação da tabela pelos leitores.

A tabela 30 contém as respostas à pergunta de “como se descrevem”. Recuperando o que foi discutido na revisão da literatura, a designação “turista residencial” que é habitualmente utilizada para classificar os estrangeiros residentes por períodos inferiores a um ano foi apenas escolhida por 6% dos inquiridos. A escolha de turista de segunda habitação, porém, foi selecionada por 17% dos inquiridos. Já as opções imigrante (25%) e migrante de estilo de vida foram as mais selecionadas (35%), tendo 16% escolhido nenhuma das anteriores.

Tabela 31 - Atitudes dos estrangeiros perante o turismo na zona histórica

Afirmção	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente
<i>Tourism is important to Olhão</i>	13	39	8	2	1
<i>If it weren't for tourism, Olhão wouldn't have become popular</i>	0	26	15	17	4
<i>Tourism is endangering Olhão</i>	9	16	10	18	10
<i>The original inhabitants of the historical centre moving out will ruin the zone</i>	21	26	8	7	1
<i>There are too many foreigners living in the historical centre</i>	1	13	32	13	3
<i>I'm not worried about the raising housing prices</i>	2	16	19	18	7
<i>The original inhabitants of the historical zone are what makes it unique</i>	15	35	10	2	0
<i>I don't want tourists in the historical zone</i>	2	4	23	23	11
<i>The older portuguese that live in the historical centre should sell their old houses if that means affording a new one with better conditions</i>	1	6	14	22	19

A tabela 31 contém diversas afirmações sobre o turismo e a zona histórica de Olhão que foram apresentadas aos inquiridos, procurando-se aferir o seu grau de concordância. Se a maioria dos respondentes considera que o turismo é importante para Olhão, as opiniões face à relação entre o turismo e a popularidade de Olhão dividem-se, assim como face ao facto de o turismo poder colocar Olhão em perigo.

No que toca aos autóctones da zona histórica, a maioria dos estrangeiros considera que a sua saída poderá arruiná-la, pois consideram-nos como componente integral daquilo que torna a zona histórica única. Os inquiridos também consideram que os autóctones não

devem vender as suas casas, nem perante a possibilidade de adquirir uma habitação com melhores condições.

A questão referente à subida do preço do imobiliário apresenta respostas dispersas, mas ligeiramente preocupadas com o fenómeno, ao passo que a afirmação de que há demasiados estrangeiros na zona histórica tem respostas perfeitamente divididas entre a concordância e discordância dos respondentes. Por outro lado, a maioria dos inquiridos afirma querer turistas na zona histórica de Olhão.

Tabela 32 – Atitudes políticas e cívicas dos estrangeiros residentes

Afirmação	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente
<i>I care about what happens in the community</i>	30	29	2	2	0
<i>I am part of an association or organization that works towards the community</i>	8	23	18	11	3
<i>Political activity in the defence of the community and its citizens is important to me</i>	13	34	15	1	0
<i>I think the Portuguese inhabitants don't do enough for the community</i>	1	5	32	19	6
<i>The foreigners contribute more to the community than the Portuguese</i>	0	5	25	27	6
<i>The foreigners contribute to the community is valued by the Portuguese locals</i>	3	23	31	5	1
<i>The Portuguese don't distinguish me from tourists</i>	1	11	20	26	5
<i>I don't feel municipal governing bodies care about foreigners</i>	2	14	31	16	0
<i>Foreigners' opinions don't matter to the municipal governing bodies</i>	0	21	27	14	1

A tabela 32 apresenta o mesmo formato que a 31, mas com afirmações sobre a comunidade e a sua integração na mesma. Tal como sucedeu em estudos similares, a comunidade de estrangeiros tende a envolver-se cívica e associativamente, dimensão esta já verificada na discussão das entrevistas.

75% dos inquiridos respondeu que considera atividade política em defesa da comunidade como importante, tendo 24% escolhido a opção neutra e somente um discordou desta afirmação. Esta ideia destaca-se também através dos 94% inquiridos que

responderam preocupar-se com a comunidade, enquanto 3% responderam não se preocupar e outros 3% seleccionaram a resposta neutra. Ainda assim, só 49% afirmou fazer parte de uma associação ou organização que trabalham em prol da comunidade, enquanto 22% responderam negativamente e 29% escolheu a opção neutra.

Perante a afirmação de que os portugueses fazem pouco pela comunidade, 10% estão de acordo, 40% discordam e 50% escolheram a opção neutra. Em relação à afirmação de que os estrangeiros contribuem mais para a comunidade que os portugueses, apenas 8% responderam que sim, enquanto 53% responderam não concordar e 39% escolheram a opção neutra. No que diz respeito à valorização do contributo dos estrangeiros para a comunidade, 41% consideram que este contributo é valorizado, 10% que não é valorizado e 49% seleccionaram a opção neutra.

Em relação à governação local, 33% dos estrangeiros não acredita que a sua opinião seja valorizada pela autarquia, enquanto 24% respondeu o oposto e 43% escolheu a opção neutra. 23% responderam que a autarquia não se preocupa com eles, tendo o mesmo número de estrangeiros respondido que sentem que a autarquia se preocupa, ao passo que 49% escolheram a opção neutra.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO

Esta investigação focou-se no caso dos estrangeiros residentes na cidade de Olhão, mas apesar das características singulares que este caso apresenta, as migrações pós-reforma, formas de mobilidade circular e o transnacionalismo são fenómenos que se encontram um pouco por todo o Algarve e, cada vez mais, noutras regiões do país, assim como pela Europa do Sul em geral. A utilização do termo *lifestyle mobilities* para designar estas formas complexas de mobilidade revelou-se adequado, pois os termos mais usuais, “migrações de estilos de vida”, “migrações pós-reforma” ou “turismo residencial”, dividiriam o universo, ao passo que estas três formas de mobilidade podem ser consideradas *lifestyle mobilities*.

Apesar da popularidade política da expressão “turismo residencial” para designar estes fenómenos, os investigadores têm vindo a questionar a sua validade pela forma como se inserem no território e o tipo de experiências que têm, facto este sublinhado pela cabal rejeição dos próprios em serem designados por turistas. Como afirmam Haute e Mantecón (2011: 161): “The conceptual problem of residential tourism is linked to the development of modern multi-residential strategies, emergent transnational lifestyles, and intra European migration patterns, the dynamics of which have become very complex”.

Embora a maior parte das designações tendam a utilizar a duração da estadia como fator de diferenciação entre formas de mobilidade, esta revela-se como um critério superficial e inadequado para investigar e compreender as formas de mobilidade mais complexas. Esta investigação permitiu concluir que a ligação subjetiva, o sentimento de pertença e o vínculo ao território são critérios mais pertinentes e úteis para investigações similares, como sugeriram Cohen e demais (2015). Isto fica patente nesta investigação pois independentemente de os estrangeiros residirem em Olhão durante todo o ano, metade do ano, a maior parte do ano, ou de se deslocarem ao estrangeiro uma, duas três ou 10 vezes num ano, as suas experiências, estilos de vida e ligação a Olhão não variam de forma significativa. O número de meses por ano passados em Olhão foi, para todos os efeitos, uma variável que pouco ou nada contribuiu para compreender ou explicar qualquer variância do fenómeno em estudo. A apropriação e as suas vivências do território são os grandes fatores que os distinguem dos turistas, mais do que o propósito da viagem ou que a duração da estadia.

Se muitos estrangeiros se mudaram definitivamente para Olhão, visitando ocasionalmente o seu país de origem por lazer ou em eventos festivos, outros mantêm um estilo de vida dividido entre os dois locais, sobretudo devido a razões do foro profissional. De facto, alguns estrangeiros que ainda trabalham, mudaram-se para Olhão pelos mesmos motivos que os demais: pelo facto de Olhão se situar perto do aeroporto de Faro, de pertencer à União Europeia e permitir o acesso a comodidades e serviços vitais, como hospitais, mercados ou *internet* de banda-larga (essencial para os artistas ou para aqueles que mantêm atividades profissionais no país de origem ou num terceiro país), ao mesmo tempo que lhes permite usufruir de um estilo de vida diferente daquele que tinham anteriormente.

Ainda que o fenómeno estudado neste trabalho seja frequentemente reduzido aquilo que tem em comum o turismo e com as migrações, a sua compreensão implica uma rutura com as teorias migratórias neoclássicas, que ainda hoje dominam os relatórios de instituições internacionais, as bases de dados e até as definições oficiais utilizadas pelas várias entidades:

In the permanent migration category, the classical distinction is between labour migration and local housing adjustment, the former driven by employment motives, the latter by the need to fit housing circumstances to changing needs. (...) Long distance moves have traditionally been seen as employment-led while short distance residential mobility has been viewed in terms of housing consumption. It seems, however, that an increasing proportion of longer distance moves are motivated by the search for social, physical or service amenity and are hence consumption- rather than production-led (Bell & Ward, 2000: 101).

Já nos anos noventa do século XX, King e restantes (1998) alertavam para este facto e a mesma advertência é aqui feita. Compreender os atuais fenómenos de mobilidade complexa, quer na dimensão migratória quer na de uma mobilidade circular ou de um transnacionalismo, requer novas definições e novos instrumentos estatísticos, uma vez que os existentes se revelam ora inadequados, ora ultrapassados para capturarem a complexidade do fenómeno. Essa compreensão implica, também, que se reconsidere a dicotomia segundo a qual as migrações são baseadas na produção, enquanto o turismo é baseado no consumo, pois as *lifestyle mobilities* que ocorrem hoje na União Europeia não se enquadram nessa explicação.

A União Europeia, enquanto espaço de hipermobilidade por excelência, tem registado consideráveis aumentos nas formas de mobilidade que foram abordadas nesta investigação. Se se considerar que a UE caminha no sentido de uma progressiva integração do mercado laboral e que programas de estudo no estrangeiro como o Erasmus se têm revelado um sucesso, a mobilidade é, cada vez mais, um dos pilares do projeto europeu, pelo que a necessidade de criação e implementação de instrumentos para acompanhar estes e outros fenómenos relacionados é cada vez mais premente. Sem informação atualizada e fidedigna não se podem criar políticas nem legislação adequadas (Huete & Mantecón, 2012).

A presença destes estrangeiros na zona histórica de Olhão, enquanto fenómeno social, só faz sentido no contexto histórico em que nos encontramos, com as mobilidades e a facilidade de comunicação a serem indissociáveis destes estilos de vida. O facto de muitos entrevistados e inquiridos ainda trabalharem e visitarem o país de origem (e outros) durante o ano é possibilitado pela comodidade de saírem de Olhão e passadas duas ou três horas estarem a desembarcar num qualquer país da Europa do Norte.

Mesmo para aqueles que não trabalham, as visitas à família são fáceis e rápidas, até porque muitos se recordam de, quando eram jovens demorarem mais tempo em viagens dentro do próprio país, de modo a estarem com familiares ou para irem de férias. Os que residem em Portugal há mais anos recordam-se dos tempos em que iam a Espanha e havia soldados armados na fronteira, algo que hoje em dia é uma memória de um outro tempo. Só no contexto da compressão espaço-temporal a que Giddens (2000) alude é que estas formas de estar e viver são possíveis e, como sublinhou Cresswell (2006) “being on the move” tornou-se numa forma de estar e de ser nos dias de hoje, sendo este o principal argumento para que se possa, efetivamente, proclamar que estamos num paradigma das mobilidades (Sheller e Urry, 2006).

A perceção da autenticidade de Olhão e da zona histórica foi outra questão que se destacou. Apesar da inoperacionalidade do conceito de autenticidade no seio das Ciências Sociais, todos os entrevistados e a esmagadora maioria dos inquiridos apontam a “autenticidade” de Olhão como um dos principais fatores de atração da cidade. Esta tende a ser utilizada na oposição ao Algarve turístico e às localidades onde se verifica uma turistificação massiva. O facto de o envelhecimento dos autóctones e a sua saída da zona histórica serem apontados pelos estrangeiros como os maiores fatores de risco para esta

autenticidade, sugere que a relação si, o espaço e os portugueses é a chave da sua experiência em Olhão.

Já a preocupação para com os edifícios históricos e antigos da cidade remete para a ideia de autenticidade no sentido museológico. Os estrangeiros residentes em Olhão temem que a sua arquitetura tradicional dê lugar a blocos de apartamentos, prédios altos e edifícios indiferenciados. Muitos são também críticos dos *hostels* e *Airbnbs*, uma vez que estes são espaços de passagem, não potenciado a fixação e vivência continuada, que é o que permite a formação de laços e relacionamentos tão importantes na formação do espírito comunitário que é descrito como essencial ao estilo de vida que têm em Olhão.

Há uma manifestação de “autenticidade emergente”, na forma como os estrangeiros residentes vão aos mercados, às mercearias, frequentam as esplanadas e cafés ou passeiam à beira da Ria. Ao terem rotinas e atividades similares às dos autóctones, acabam por sentir que fazem algo “autêntico” e não encenado, como acontece durante os passeios turísticos ou as visitas guiadas. Em todos os casos, esta autenticidade radica numa certa “romantização do passado” pelo facto de Olhão se encontrar ainda numa fase embrionária de desenvolvimento turístico e por ter na zona histórica vários edifícios antigos e uma população envelhecida que retém os poucos resquícios que sobrevivem da cultura piscatória ancestral da cidade (MacCannell, 1973). Uma cultura que os fascina, mesmo que admitam ser impossível preservá-la durante muitos mais anos devido ao rápido envelhecimento da população autóctone, à sua saída do bairro e ao declínio da atividade piscatória.

A bom rigor, não existe tal coisa como um estilo de vida autêntico, mas os estrangeiros identificam o estilo de vida de Olhão como tal. Isto é uma manifestação da sua romantização do passado, à idealização de um período menos impessoal e individualizado ainda sobrevivente no clima comunitário de Olhão. Estes estrangeiros sentem-se a viver de forma “autêntica” por frequentarem os mesmos locais que os autóctones, comerem os mesmos alimentos, viverem nas mesmas casas, falarem português (ou algum português) ou terem as mesmas rotinas. Esta forma de estar e ser vai ao encontro daquilo que consideram ser um estilo de vida autêntico e o seu gosto, num entendimento bourdieusiano, assim como as suas políticas de estilo de vida, cristalizam-se na vivência que é residir na zona histórica de Olhão. Em suma, é esta a razão pela qual

os estrangeiros escolheram a zona histórica de Olhão e não outro qualquer local do Algarve.

Mas se o que foi dito dá resposta às duas primeiras questões de investigação, a resposta à terceira é mais complexa. A maior dificuldade com que esta investigação se confrontou foi a relutância de muitos estrangeiros em ser entrevistados ou abordados para falar da sua presença em Olhão. Mesmo o inquirido por questionário enfrentou dificuldades similares, sobretudo no caso de alguns moradores mais antigos, atores-chave na divulgação da cidade a outros estrangeiros. Apesar de expectável, esta dificuldade levou a que a recolha de dados fosse muito mais complexa do que inicialmente previsto e foi necessário recorrer à intermediação de terceiros para chegar a muitos dos entrevistados. Mesmo nestes casos, a maior parte recusou divulgar o seu nome ou dados pessoais.

A questão de investigação “como veem os autóctones os novos residentes estrangeiros?” foi, desde o início, assumida como complementar e acessória a esta investigação. Apesar de pertinente, não era prioritária e a obtenção de dados para responder às duas principais questões criou constrangimentos de tempo e meios que impossibilitaram que esta questão de investigação recebesse tanta atenção como as duas anteriores, uma vez que, por si só, poderia motivar uma dissertação dedicada ao tema.

Não obstante, os dados recolhidos sugerem que a presença dos estrangeiros residentes é, de forma geral, bem-recebida. Já a turistificação da zona histórica e da baixa levanta mais reservas aos moradores. Em todos os casos, há uma preocupação para com os moradores autóctones da zona histórica, sobretudo os mais idosos, que se estão a ver forçados a deixar os seus bairros e são constantemente assediados pelas imobiliárias, que os tentam persuadir a vender as suas casas. Esta situação que roça o problema social, preocupa cada vez mais pessoas em Olhão, quer estrangeiros quer portugueses.

Ainda assim, os estrangeiros residentes são assimilados a turistas nas críticas de alguns olhanenses que apontam para o aumento do custo de vida e das rendas como consequências da sua presença, podendo estes casos ser embrionários de um sentimento anti-turista que se vai sentindo cada vez mais pelo Algarve litoral durante os meses de elevada procura turística e que faz parte um processo de evolução da relação entre anfitriões e turistas, há muito teorizada na sociologia do turismo:

The tourist-local relationship is, to varying degrees, embedded in and regulated by two sociocultural systems: a native system, which is invaded by tourism, and the emergent tourist system itself. The principal evolutionary dynamics of the relationship consist of a transition from the former to the latter. Studies of this evolution usually present the process as a commercialization or “commoditization” of hospitality: Tourists are initially treated as part of the traditional guest-host relationship, but as their number increase, they become less and less welcome. Pressures then build up that transform the guest-host relationship that is based on customary, but neither precise nor obligatory, reciprocity into a commercial one that is based on remuneration. This transformation involves incorporating hospitality – an area that many societies view as founded on values that are the very opposite of economic ones – into the economic domain (Cohen, 1984: 380).

Por esta razão, os decisores políticos têm que participar num jogo delicado que dê resposta às preocupações dos autóctones e que vá, ainda assim, ao encontro do que os residentes estrangeiros procuram, ao mesmo tempo sem sacrificar o turismo apesar de, por vezes, os três pontos de vista aparentem ser inconciliáveis. Como defendem Müller e Hall (2004: 276)

(...) governments need to develop integrated planning and develop strategies that seek to address the needs of permanent inhabitants as well as the needs of temporary mobile tourists and second homers. Indeed, one of the most significant dimensions of second home tourism, and one that makes it different from many other forms of tourism, is that second home owners make an ongoing financial commitment to a location on the basis of their decision to purchase a second home there. Such place commitment clearly offers substantially positive possibilities for the second home destination that could be harnessed for the common interests of permanent and temporary inhabitants alike.

O envelhecimento do bairro e a saída dos habitantes tradicionais para dar lugar a casas para estrangeiros ou a alojamentos turísticos é criticado transversalmente, apesar de não haver uma solução aparente para o primeiro destes problemas. Já a proliferação do alojamento turístico pode ter solução e a própria autarquia acredita que as recentes modificações à legislação que regula este tipo de alojamentos pode vir a mitigar as suas

consequências e a evitar que Olhão siga o caminho de Lisboa (Baptista, Nofre & Jorge, 2018; Mendes, 2017).

Não obstante, em poucos anos, Olhão passou de uma das localidades com preços do imobiliário mais baixos do sul de Portugal a um dos municípios mais caros, com a sua zona história a destacar-se mesmo quando comparada com as zonas mais caras do Algarve, como Lagos, Vale do Lobo ou Vilamoura. Esta rápida transformação surpreendeu os atores políticos do concelho e expandiu-se a um ritmo que dificultou a compreensão das suas consequências a tempo de uma intervenção política. Se a recuperação dos prédios devolutos foi mais do que bem-vinda, o custo social da gentrificação turística começa a ser relevante, nem que seja pelo facto de serem os gentrificadores originais, os pioneiros, artistas, intelectuais e reformados, quem hoje mais critica e denuncia a segunda fase do processo de gentrificação.

Deve ainda ser referido que as rápidas transformações que ocorreram e ainda ocorrem neste momento em Olhão, podem não ser exclusivas da cidade, mas antes um dos reflexos do paradigma das mobilidades. A facilidade de comunicação e transporte que as tecnologias hoje possibilitam, conjugada com a elevada motilidade das elites transnacionais e de uma classe média-alta europeia que faz da mobilidade uma característica chave do seu estilo de vida, conjugam-se numa constante reinvenção de espaços e contextos sociais e culturais. E se Olhão constitui um caso de estudo por excelência pela rapidez das transformações em causa e pelos contornos singulares do fenómeno, é bem possível que casos idênticos venham a ocorrer no futuro pelo resto do país e pela orla do Mediterrâneo europeu.

Em todo o caso, se mesmo no período desta investigação, Olhão registou várias transformações, não é expectável que o ritmo desacelere brevemente. A cidade mantém-se como caso de estudo pertinente sobre as rápidas transformações que os fenómenos de mobilidade podem ter até em pequenas localidades e populações. Mas é necessário que este e outros fenómenos que ocorrem em Olhão continuem a ser estudados para que se possam tirar ilações num plano diacrónico.

Este é principalmente o caso da gentrificação turística que está a colocar grande pressão social na cidade de Olhão e que se começa a identificar por toda a faixa litoral portuguesa e até em capitais de distrito e outros locais do interior, pela forma como condiciona o acesso à habitação e promove uma recomposição social de determinadas

zonas, com as classes mais desfavorecidas a serem “empurradas” para fora dos bairros onde viveram toda a sua vida e nos quais se situam os seus laços sociais. A emergência das plataformas turísticas, a popularização do alojamento local e o arrendamento clandestino conjugam-se num aumento da oferta de curta duração, de âmbito turístico, em detrimento do aluguer de longa duração, para famílias. Já vários municípios manifestaram planos para construir fogos de habitação com rendas controladas e de voltar a investir em habitação social, algo que muitos não faziam desde o final do século XX. Esta tentativa de mitigar as consequências do problema são importantes, mas é a nível do planeamento que se poderá conseguir alguns resultados mais duradouros.

Atendendo a isto, o turismo não é o único fenómeno responsável pelo aumento do custo da habitação. As migrações pós-reforma e o transnacionalismo, i.e., as mobilidades de estilo de vida, também têm um grande impacto na especulação imobiliária e são mais difíceis de regular e prever. Se o alojamento local e os *Airbnb* podem ser controlados, não é possível controlar a aquisição de habitações por parte de cidadãos da UE, que constituem a maior parte deste universo que está em crescimento em Portugal. E nestes casos, o planeamento a longo prazo poderá ter resultados menos salientes.

Para todos os efeitos, a UE é cada vez mais um espaço transnacional. As tecnologias de informação e comunicação, aliadas à livre circulação de pessoas entre os estados-membro, resultaram num espaço onde a liquidez do *ser e estar* são cada vez mais notórias. A relação entre os indivíduos e o espaço não é a mesma hoje em dia que era há algumas décadas e este espaço de hipermobilidade possibilita e promove os fenómenos de mobilidade discutidos neste trabalho. É este o melhor exemplo de uma aplicação prática daquilo que é o paradigma das mobilidades: uma conceção de local cada vez menos geográfica e cada vez mais fluída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aalbers, M.B. (2019) Introduction To The Forum: From Third To Fifth-Wave Gentrification, *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 110 (1), 1-11.
- Abercrombie, N., Hill, S. & Turner, B.S. (2006) *The Penguin Dictionary of Sociology*, 5ª edição, Inglaterra, Penguin Books.
- Agarez, R. (2013a) Regional identity for the leisure of travellers: early tourism infrastructure in the Algarve (Portugal), 1940-1965, *The Journal of Architecture*, 18 (5), 721-743.
- Agarez, R. (2013b) Vernacular, Conservative, Modernist: The Uncomfortable 'Zone 6' (Algarve) of the Portuguese folk architecture survey (1955-1961), in Cardoso, A. & Leal, A.C. (eds.) *Surveys on Vernacular Architecture. Their Significance in 20th Century Architectural Culture*, Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 31-50.
- Akerlund, U. & Sandberg, L. (2015) Stories of lifestyle mobility - representing self and place in the search for the 'good life', *Social & Cultural Geography*, 16 (3), 351-370.
- Alexis, P. (2017) Over-Tourism and Anti-Tourist Sentiment - An exploratory analysis and discussion, *Ovidius*, 17 (2), 288-293.
- Almeida, J.F. (2013) *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Alvarez-Sousa, A. (2018) The Problems of Tourist Sustainability in Cultural Cities: Socio-Political Perceptions and Interests Management, in *Sustainability*, 10 (2), 503.
- Antunes, A.M. & Azevedo, A. (1988) *Arquitetura Popular em Portugal*, 3º Volume, 3ª edição, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Appadurai, A. (2005) *Modernity at Large – Cultural dimensions of globalization*, 7ª edição, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Arango, J. (2000) Explaining migration: a critical view, *International Social Science Journal*, 52 (165), 283-296.
- Atkinson, R. (2000) The hidden costs of gentrification: Displacement in central London, *Journal of Housing and the Built Environment*, 15, 307-326.
- Atkinson, R. & Bridge, G. (2010) Globalisation and the New Urban Colonialism, in Brown-Saracino, J. (ed.) *The Gentrification Debates*, Reino Unido, Routledge, 51-61.
- Aubet, M.E. (1995) From Trading Post to Town in the Phoenician-Punic World, *Proceedings of the British Academy*, 86, 47-65.
- Augé, M. (1995) *Non-Places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity*, Londres, Verso.

- Baptista, L.V., Nofre, J. & Jorge, M.R. (2018) Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso no centro histórico de Lisboa, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático: Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos, 14-32.
- Barbosa, J. (1993) *Visto e Ouvido... Em Olhão... Reflexões*, Edições Câmara Municipal de Olhão, Olhão.
- Basch, L., Schiller, N.G. & Blanc, C.S. (1994) *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Baudrillard, J. (1981) *For a Critique of the Political Economy of the Sign*, Estados Unidos, Telos Press.
- Baudrillard, J. (2001) Simulacra and Simulations, in Porter, M. (ed.) *Jean Baudrillard – Selected Writings*, 2ª edição, Oxford, Polity Press, 166-184.
- Bauman, Z. (1998) *Globalization: The human consequences*, Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Z. (2000) *Liquid Modernity*, 7ª edição, Cambridge, Polity Press.
- Beck, U. (1997) *The Reinvention of Politics: Rethinking Modernity in the Global Social Order*, Londres, Polity Press.
- Beck, U. (2008) *¿Qué es la Globalización?*, Barcelona, Paidós.
- Bell, C. (2013) Peripatetic Artists: Creative Mobility and Resourceful Displacement, in Duncan, T. (ed.) *Lifestyle Mobilities: Intersections of Travel, Leisure and Migration*, Farnham, Ashgate, 21-34.
- Bell, D. & Hollows, J. (2006) Towards a History of Lifestyle, in Bell, D. & Hollows, J. (eds.) *Historicizing Lifestyle – Mediating Taste, Consumption and Identity from the 1900s to 1970s*, Cornwall, Ashgate, 1-20.
- Bell, M. & Ward, G. (2000) Comparing Temporary Mobility with Permanent Migration, *Tourism Geographies*, 2 (1), 87-107.
- Benjamin, W. (2008) The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction, in Jennings, M.W. (ed.), *The Work of Art in the Age of Its Technological Reproducibility, and Other Writings on Media*, Cambridge, Harvard University Press, 19-55.
- Bennett, W.L. (1998) The UnCivic Culture: Communication, Identity, and the Rise of Lifestyle Politics, *Political Science and Politics*, 31 (4), 741-761.
- Benson, M.C (2009) A Desire for Difference: British Lifestyle Migration to Southwest France, in Benson, M. & O'Reilly, K. (eds.) *Lifestyle Migrations: Expectations, Aspirations and Experiences*, Cornwall, Ashgate, 121-135.
- Benson, M.C. (2010) The context and trajectory of lifestyle migration: The case of the British residents of Southwest France, *European Societies*, 12 (1), 45-64.
- Benson, M.C. (2011) The Movement Beyond (Lifestyle) Migration: Mobile Practices and the Constitution of a Better Way of Life, *Mobilities*, 6 (2), 221-235.

- Benson, M. & O'Reilly, K. (2009) Migration and the search for a better way of life: a critical exploration of lifestyle migration, *The Sociological Review*, 57 (4), 608-625.
- Berger, P. (1973) Sincerity and Authenticity in Modern Society, *The Public Interest*, 31, 81-90.
- Binkley, S. (2006) Lifestyle Print Culture and the Mediation of Everyday Life: From Dispersing Images to Caring Texts, in Bell, D. & Hollows, J. (eds.) *Historicizing Lifestyle: Mediating Taste, Consumption and Identity from the 1900s to 1970s*, Hampshire, Ashgate, 108-130.
- Binkley, S. (2007) Lifestyle consumptions, in Ritzer, G. (ed.) *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Singaporá, Blackwell Publishing, 2646-2651.
- Blasius, J., Friedrichs, J. & Rühl, H. (2015) Pioneers and gentrifiers in the process of gentrification, *International Journal of Housing Policy*, 16 (1), 50-69.
- Bonnewitz, P. (2003) *Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Boorstin, D.J. (1992) *The Image – A guide to pseudo-events in America*, Estados Unidos, Vintage Books.
- Bottero, W. (2005) *Stratification: Social division and inequality*, Londres, Routledge.
- Bonança, J. (2014) *O Milagre do 25 de Abril: Transformação de Olhão*, Albufeira, Arandis.
- Bourdieu, P. (1980) A Diagram of Social Position and Lifestyles, *Media, Culture and Society*, 2, 255-259.
- Bourdieu, P. (1996) *Distinction – A Social Critique of the Judgement of Taste*, 8ª edição, Cambridge, Harvard University Press.
- Bourdieu, P. (2002) *Esboço de uma Teoria Prática*, Oeiras, Celta.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.C. & Passeron, J.C. (1991) *The Craft of Sociology*, Berlim, Walter de Gruyter.
- Brandão, V.G.J. (2012) *O Compromisso Marítimo de Olhão (1765-1873)*, Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Algarve.
- Breuer, T. (2005) Retirement Migration or rather Second-Home Tourism? German Senior Citizens on the Canary Islands, *Die Erde*, 136 (3), 313-333.
- Brunkhorst, H. (2006) Contemporary German social theory, in Delanty, G. (ed.) *Contemporary European Social Theory*, Oxon, Routledge, 51-68.
- Bryman, A. (2012) *Social Research Methods*, 4ª edição, Estados Unidos, Oxford University Press.
- Butler, T. (2007) For gentrification?, *Environment and Planning*, 39 (1), 162-181.

- Butler, T. & Lees, L. (2006) Super-Gentrification in Barnsbury, London: Globalization and Gentrifying Global Elites at the Neighbourhood Level, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 31 (4), 467-487.
- Calhoun, C. (2003) Pierre Bourdieu, in Ritzer, G. (ed.) *The Backwell Companion to Major Contemporary Social Theorists*, Reino Unido, Blackwell Publishing, 274-309.
- Carmo, R.M. (2014) *Sociologia dos Territórios: Teorias, estruturas e deambulações*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Casado-Díaz, M.A. (2004) Second Homes in Spain, in Hall, C.M. & Müller, D.K. (eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground*, Reino Unido, Cromwall Press, 215-232.
- Casado-Díaz, M.A. (2006) Retiring to Spain – An Analysis of Difference among North Europeans, *Journal of Ethnic Migration Studies*, 32 (8), 1321-1339.
- Casado-Díaz, M.A. (2009) Social Capital in the Sun: Bonding and Bridging Social Capital among British Retirees, in Benson, M. & O'Reilly, K. (eds.) *Lifestyle Migrations: Expectations, Aspirations and Experiences*, Cornwall, Ashgate, 87-102.
- Castells, M. (2003) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I: A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CCDR-Alg (2006) *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007 – 2013*, Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- CCDR-Alg (2013) *Algarve: Preparar o Futuro – Diagnóstico prospetivo 2014-2020*, Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- CCDR-Alg (2015) *RIS3 – Algarve 2014-2020: Estratégia regional de investigação e inovação para a especialização inteligente*, Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- Cepeda, F.J.T. (1995) *Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural*, Bragança, Edição do Instituto Politécnico de Bragança.
- Chase-Dunn, C. (2006) World-Systems Theory, in Turner, J. H. (ed.) *Handbook of Sociological Theory*, Estados Unidos, Springer, 589-612.
- Chhabra, D., Healy, R. & Sills, E. (2003) Staged Authenticity and Heritage Tourism, *Annals of Tourism Research*, 30 (3), 702-719.
- Clark, E. (2005) The order and simplicity of gentrification – a political challenge, in Atkinson, R. & Bridge, G. (eds.) *Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism*, Estados Unidos e Canadá, Routledge, 261-269.
- Codó, E. (2018) Lifestyle residents in Barcelona: a biographical perspective on linguistic repertoires, identity narrative and transnational mobility, *International Journal of the Sociology of Language*, 250, 11-34.

- Cochrane, A. & Pain, K. (2004) A globalizing society? In Held, D. (ed.) *A globalizing world? Culture, economics, politics*, 2ª edição, Londres, Routledge, 5-43.
- Cohen, E. (1979a) Rethinking the Sociology of Tourism, *Annals of Tourism Research*, 6 (1), 18-35.
- Cohen, E. (1979b) Phenomenology of Tourist Experiences, *Sociology*, 13, 179-201.
- Cohen, E. (1984) The Sociology of Tourism: Approaches, Issues, and Findings, *Annual Review of Sociology*, 10, 373-392.
- Cohen, E. (1988) Authenticity and Commodization in Tourism, *Annals of Tourism Research*, 15, 371-386.
- Cohen, E. (2008) The Changing Faces of Contemporary Tourism, *Soc*, 45, 330-333.
- Cohen, E. & Cohen, S.A. (2012) Current Sociological Theories and Issues in Tourism, *Annals of Tourism Research*, 39 (4), 2177-2202.
- Cohen, S.A. (2011) Lifestyle Travellers: Backpacking as a way of life, *Annals of Tourism Research*, 38, 1535-1555.
- Cohen, S.A., Duncan, T. & Thulemark, M. (2013) Introducing Lifestyle Mobilities, in Duncan, T. (ed.) *Lifestyle Mobilities: Intersections of Travel, Leisure and Migration*, Farnham, Ashgate, 1-18.
- Cohen, S.A., Duncan, T. & Thulemark, M. (2015) Lifestyle Mobilities: The Crossroads of Travel, Leisure and Migration, *Mobilities*, 10 (1), 155-172.
- Cohen, S.A. & Gössling, S. (2015) A darker side of hypermobility, *Environment and Planning*, 47 (8), 166-179.
- Collins, R. (2004) *Visigothic Spain 409-711*, Reino Unido, Blackwell Publishing.
- Corcuff, P. (2001) *As Novas Sociologias*, 2ª edição, Sintra, Vral.
- Costa, A.B. (coord.) (2008) *Um Olhar Sobre a Pobreza*, Lisboa, Gradiva.
- Costa, A.F. (2012) Desigualdades Globais, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 9-32.
- Coutinho, V. (1998) O Fim da Reconquista e a Construção/Reconstrução de Fortificações na Região Fronteiriça do Algarve, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15 (2), 855-865.
- Cresswell, T. (2006) *On The Move – Mobility in the Modern Western World*, Reino Unido, Routledge.
- Creswell, J.W. (1994) *Research Design: Qualitative & Quantitative Approaches*, Estados Unidos, Sage Publications.
- Creswell, J.W. (1998) *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing among five traditions*, Estados Unidos, Sage Publications.
- Criekingen, M.V. (2009) Moving In/Out of Brussels' Historical Core in the Early 2000s: Migration and the Effects of Gentrification, *Urban Studies*, 46 (4), 825-848.

- Cuba, L. (1991) Models of Migration Decision Making Reexamined: The Destination Search of Older Migrants to Cape Cod, *The Gerontologist*, 31 (2), 204-209.
- Deller, S.C. (1995) Economic Impact of Retirement Migration, *Economic Development Quarterly*, (9) 1, 25-38.
- Dias, J.A., Ferreira, O. & Moura, D. (2004) O Sistema de Ilhas-Barreira da Ria Formosa, *3º SIPRES – Simpósio Interdisciplinar Sobre Processos Estuarinos*.
- Dias, M.L. & Anica, A. (2017) Emigração Clandestina Durante o Estado Novo: O fluxo migratório ilegal do sotavento do Algarve para Marrocos, *Omnia*, 7, 95-109.
- Dillon, M. (2010) *Introduction to Sociological Theory*, Singapura, Wiley-Blackwell.
- Divall, C. (2014) Mobilities and Transport History, in Adey, P., Bissel, D., Hannam, K., Merriman, P. & Sheller, M. (eds.) *The Routledge Handbook of Mobilities*, Reino Unido, Routledge, 36-44.
- Dodge, M. (2014) Mappings, in Adey, P.; Bissel, D., Hannam, K., Merriman, P. & Sheller, M. (eds.) *The Routledge Handbook of Mobilities*, Reino Unido, Routledge, 74-84.
- Durkheim, E. (1984) *The Division of Labour in Society*, Londres, Macmillan.
- Duval, D.T. (2004) Mobile Migrants: Travel to Second Homes, in Hall, C.M. & Müller, D.K. (eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes: Between elite landscape and common ground*, Reino Unido, Cromwell Press, 87-96.
- Eco, U. (1990) *Travels in Hyperreality*, Estados Unidos, Harvest Book.
- Elias, N. (1993) *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Featherstone, M. (1987) Lifestyle and Consumer Culture, *Theory, Culture & Society*, 4, 55-70.
- Featherstone, M. (2007) *Consumer Culture and Postmodernism*, 2ª edição, Reino Unido, Sage Publications.
- Featherstone, M. & Lash, S. (1995) Globalization, Modernity and the Spatialization of Social Theory, in Featherstone, M., Lash, S. & Robertson, R. (eds.) *Global Modernities*, Reino Unido, Sage, 1-24.
- Flognfeldt, T. (2002) Second-Home Ownership: A Sustainable Semi-Migration, in Hall, C.M. & Williams, A.M (eds.) *Tourism and Migration: New Relationships between Production and Consumption*, Dordrecht, Kluwer, 187-203.
- Foulds, A. (2014) *Buying a colonial dream: the role of lifestyle migrants in the gentrification of the historic center of Granada, Nicaragua*, Tese de doutoramento não publicada, University of Kentucky.
- Franklin, A. (2003) *Tourism: An Introduction*, Reino Unido, Sage Publications.
- Franklin, A. (2014) Tourist Studies, in Adey, P.; Bissel, D., Hannam, K., Merriman, P. & Sheller, M. (eds.) *The Routledge Handbook of Mobilities*, Reino Unido, Routledge, 74-84.

- Froy, F. (2006) From Immigration to Integration: Comparing Local Practices, in OECD (ed.) *From Immigration to Integration*, Paris, OECD Publishing, 31-100.
- Gant, A.C. (2016) Holiday Rentals: The New Gentrification Battlefront, *Sociological Research Online*, 21 (3), 10.
- Gerro, T.K. (2007) Lifestyles, in Ritzer, G. (ed.) *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Singapora, Blackwell Publishing, 2644-2646.
- Giddens, A. (2000) *As Consequências da Modernidade*, 4ª edição, Oeiras, Celta.
- Giddens, A. (2002a) *O Mundo na Era da Globalização*, 4 edição, Lisboa, Editorial Presença.
- Giddens, A. (2002b) *Modernidade e Identidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Giddens, A. (2003) *A Constituição da Sociedade*, 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes.
- Given, L.M. (2008) *The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods*, Estados Unidos da América, Sage Publications.
- Gober, P. & Zonn, L.E. (1983) Kin and Elderly Amenity Migration, *The Gerontologist*, 23 (3), 288-294.
- Godbey, G. & Bevins, M.I. (1987) The Life Cycle of Second Home Ownership: A Case Study, *Journal of Travel Research*, 25, 18-22.
- Goffman, E. (1993) *A Apresentação do Eu na vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Gomes, B. (2012) Do Popular ao Lúdico: Lugares urbanos em transformação, *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Gonçalves, M. (2008) *A Lisboa dos e nos guias turísticos*, dissertação de mestrado em antropologia, ISCTE-IUL.
- Gordon, W. (2000) Consuming Heritage: Perceived Historical Authenticity, *Annals of Tourism Research*, 27 (4), 835-862.
- Gosnell, H. & Abrams, J. (2011) Amenity Migration – diverse conceptualizations of drivers, socioeconomic dimensions, and emerging challenges, *GeoJournal*, 76, 303-322.
- Graburn, N.H.H. (1989) Tourism: The Sacred Journey, in Smith, V.L. (ed.) *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, 2ª edição, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 21-36.
- Greene, J.C., Caracelli, V.J. & Graham, W.F. (1989) Toward a Conceptual Framework for Mixed-Method Evaluation Designs, *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11 (3), 255-274.
- Guerreiro, J.A. (2016a) Interdisciplinary Research in Social Sciences: a two way process? *Proceedings of the International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences*, Faro, CIEO, 209-213.

- Guerreiro, J.A. (2016b) *Interdisciplinaridade: passado, presente ou futuro?* Atas do IX Congresso de Sociologia da Associação Portuguesa de Sociologia.
- Guerreiro, J.A. (2016c) *A questão da autenticidade: do objetivismo à fenomenologia do turismo.* Atas do IX Congresso de Sociologia da Associação Portuguesa de Sociologia.
- Guerreiro, J.A. & Marques, J.F. (2017) Visita Guiada à Fábrica de Antiguidades Sociologia, Turismo e Autenticidade, *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, (7) 1, 8-22.
- Gustafson, P. (2002) Tourism and Seasonal Retirement Migration, *Annals of Tourism Research*, 29 (4), 899-918.
- Gustafson, P. (2008) Transnationalism in retirement migration: the case of North European retirees in Spain, *Ethnic and Racial Studies*, 31 (3), 451-475.
- Gustafson, P. (2009) Your Home in Spain: Residential Strategies in International Retirement Migration, in Benson, M. & O'Reilly, K. (eds.) *Lifestyle Migrations: Expectations, Aspirations and Experiences*, Cornwall, Ashgate, 69-86.
- Haas, W.H. & Serow, W.J. (1993) Amenity Retirement Migration Process: A Model and Preliminary Evidence, *The Gerontologist*, 33 (2), 212-220.
- Haas, W.H. & Serow, W.J. (1997) Retirement Migration Decision Making: Life Course Mobility, Sequencing of Events, Social Ties and Alternatives, *Journal of the Community Development Society*, 28 (1), 116-130.
- Habermas, J. (1987) *The theory of communicative action vol. II*, Boston, Beacon Press.
- Hackworth, J. & Smith, N. (2001) The Changing State of Gentrification, *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 92 (4), 464-477.
- Hadden, R.W. (1997) *Sociological Theory: An Introduction to the Classical Tradition*, Canadá, Broadview press.
- Hall, C.M. (2005) Reconsidering the Geography of Tourism and Contemporary Mobility, *Geographical Research*, 43 (2), 125-139.
- Hall, C.M. & Müller, D.K. (2004) Introduction: Second Homes, Curse or Blessing? Revisited, in Hall, C.M. & Müller, D.K. (eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes: Between elite landscape and common ground*, Grã-Bretanha, Cromwell Press, 3-14.
- Hall, C.M. & Page, S.J. (2006) *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, place and space*, 3ª edição, Estados Unidos & Canadá, Routledge.
- Handler, R. & Saxton, W. (1988) *Dyssimulation: Reflexivity, Narrative, and the Quest for Authenticity in "Living History"*, *Cultural Anthropology*, 3 (3), 242-260.
- Hannam, K., Sheller, M. & Urry, J. (2006) Mobilities, Immobilities and Moorings, *Mobilities*, 1 (1), 1-22.

- Harvey, D. (1989) From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism, *The Roots of Geographical Change*, 71 (1), 3-17.
- Harvey, D. (1990) *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Estados Unidos, Blackwell.
- Harvey, D. (2007) Neoliberalism as Creative Destruction, *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 610, 21-44.
- Heitmann, S. (2011a) Tourist Behaviour and Tourism Motivation, in Robinson, P., Heitmann, S. & Dieke, P. (eds.) *Research Themes for Tourism*, Reino Unido, Cab International, 31-44.
- Heitmann, S. (2011b) Authenticity in Tourism, in Robinson, P., Heitmann, S. & Dieke, P. (eds.) *Research Themes for Tourism*, Reino Unido, Cab International, 45-58.
- Held, D. & McGrew, A. (2007) Introduction: Globalization at Risk? in Held, D. & McGrew, A. (eds.) *Globalization Theory: Approaches and Controversies*, Cambridge, Polity Press, 1-8.
- Henriques, E.B. (2003) A Cidade, Destino de Turismo, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série*, 19, 163-172.
- Hobsbawm, E. (2013) Introduction: Inventing Traditions, in Hobsbawm, E. & Ranger, T. (eds.) *The Invention of Tradition*, 21^a edição, Estados Unidos, Cambridge University Press, 1-14.
- Hobson, J., Lawson, G. & Rosenberg, J. (2010) Historical Sociology, in Denmark, R.A. (ed.) *The International Studies Encyclopaedia*, Oxford, Wiley-Blackwell, 3357–3375.
- Horkheimer, M. & Adorno, T.W. (2002) *Dialectics of Enlightenment: philosophical fragments*, Estados Unidos, Stanford University Press.
- Huete, R. & Mantecón, A. (2012) Residential Tourism or Lifestyle Migration: Social Problems Linked to the Non-Definition of the Situation, in Moufakkir, O. & Burns, P.M. (Eds.) *Controversies in Tourism*, Índia, CAB International, 160-173.
- Hughes, G. (1995) Authenticity in Tourism, *Annals of Tourism Research*, 22 (4), 781-803.
- Hughes, N. (2018) ‘Tourists go home’: anti-tourism industry protest in Barcelona, *Social Movements Studies*, 17 (4), 471-477.
- IOM (2005) *Internal Migration and Development: A Global Perspective*, Geneva, International Organization for Migration.
- INE (2015) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2014*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Jackelyn, H. (2016) Pioneers of Gentrification: Transformation in Global Neighborhoods in Urban America in the Late Twentieth Century, *Demography*, 53 (1), 189-213.

- Jacobsen, J.K.S. (2000) Anti-Tourist Attitudes: Mediterranean Charter Tourism, *Annals of Tourism Research*, 27 (2), 284-300.
- Janoschka, M., Sequeira, J. & Salinas, L. (2014) Gentrification in Spain and Latin America: a Critical Dialogue, *International Journal of Urban and Regional Research*, 38 (4), 1234-1265.
- Jansson, A. (2018) Rethinking post-tourist in the age of social media, *Annals of Tourism Research*, 69, 101-110.
- Jenkins, R. (1992) *Pierre Bourdieu*, Estados Unidos, Routledge.
- Kaufmann, V. (2004) Motility: a Kew Notion to Analyse the Social Structure of Second Modernity? In Kesselring, S., Bonß, W. & Vogl, G. (eds.) *Mobility and the Cosmopolitan Perspective: Documentation of a Workshop at the Reflexive Modernization Research Centre*, 75-82.
- Kaufmann, V., Bergman, M.M. & Joye, D. (2004) Motility: Mobility as Capital, *International Journal of Urban and Regional Research*, 28 (4), 745-756.
- Kellner, D. (1989) *Jean Baudrillard – From Marxism to Postmodernism and Beyond*, Stanford, Stanford University Press.
- Kesselring, S. (2006) Pioneering mobilities: new patterns of movement and motility in a mobile world, *Environment and Planning A*, 38, 269-279.
- King, K. (2013) Choosing Their Own Paths: Mobile Methodologies for Understanding Youth Lifestyles, in Duncan, T., Cohen, S.A. & Thulemark, M. (ed.) *Lifestyle Mobilities: Intersections of Travel, Leisure and Migration*, Farnham, Ashgate, 35-50.
- King, R. & Skeldon, R. (2010) 'Mind the Gap!' Integrating Approaches to Internal and International Migration, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36 (10), 1619-1646.
- King, R., Warnes, A.M., & Williams, A.M. (1998) International Retirement Migration in Europe, *International Journal of Population Geography*, 4, 91-111.
- Koller, V. (2007) "The World's Local Bank": Glocalisation as a Strategy in Corporate Branding Discourse, *Social Semiotics*, 17 (1), 111-131.
- Korpela, M. (2009) When a Trip to Adulthood becomes a Lifestyle: Western Lifestyle Migrants in Varanasi, India, in Benson, M. & O'Reilly, K. (eds.) *Lifestyle Migrations: Expectations, Aspirations and Experiences*, Cornwall, Ashgate, 15-30.
- Kotler, P., Bowen, J.T. & Makens, J.C. (2014) *Marketing for Hospitality and Tourism*, 6ª edição, Estados Unidos, Pearson.
- Kuentzel, W.F. & Ramaswamy, V.M. (2005) Tourism and Amenity Migration: A Longitudinal Analysis, *Annals of Tourism Research*, 32 (2), 419-438.
- Kurekova, L. (2011) Theories of migration: Conceptual review and empirical testing in the contexto of the EU East-West flows, Paper prepared for Interdisciplinary

conference on Migration. Economic Change, Social Challenge, University College London, http://cream.conference-services.net/resources/952/2371/pdf/mecsc2011_0139_paper.pdf

- Lau, R. (2010) Revisiting Authenticity: A Social Realist Approach, *Annals of Tourism Research*, 37 (2), 478-498.
- Lattuca, L.R. (2001) *Creating Interdisciplinarity research and teaching among college and university faculty*, Estados Unidos, Vanderbilt University Press.
- Layder, D. (2009) *Understanding Social Theory*, 2ª edição, Reino Unido, Sage Publications.
- Lees, L., Slater, T. & Wyly, E. (2008) *Gentrification*, Estados Unidos, Routledge.
- Lee, D. (2016) How Airbnb Short-term Rentals Exacerbate Los Angeles's Affordable Housing Crisis: Analysis and Policy Recommendations, *Harvard Law & Policy Review*, 10, 229-254.
- Leslie, M. (2013) Respect for Nature at 200 km/h? Exploring the Role of Lifestyle Mobilities in Environmental Responsibility, in Duncan, T. (ed.) *Lifestyle Mobilities: Intersections of Travel, Leisure and Migration*, Farnham, Ashgate, 239-252.
- Ley, D. (2003) Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification, *Urban Studies*, 40 (12), 2527-2544.
- Lincoln, Y.S., Lynham, S.A. & Guba, E.G. (2018) Paradigmatic Controversies, Contradictions, and Emerging Confluences, Revisited, in Denzin, N. & Lincoln, Y.S. (eds.) *The Sage Handbook of Qualitative Research*, 5ª Edição, Sage Publications, 213-263.
- Lopes, A.C., Rodrigues, E.B. & Vera-Cruz, R. (2019) Tourism Gentrification, *IOP Conf. Series: Materials Science and Engineering*, 471.
- MacCannell, D. (1973) Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourist Settings, *The American Journal of Sociology*, 79 (3), 589-603.
- MacCannell, D. (1999) *The Tourist - A new theory of the leisure class*, Nova Iorque, Schocken Books.
- Magalhães, J.A.R. (1970) *Algarve Económico durante o século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Marcuse, P. (1989) Gentrification, Homelessness, and the work process: Housing Markets and labour markets in the quartered city, *Housing Studies*, 4 (3), 211-220.
- Martineau, H. (2000) *The Positive Philosophy of Auguste Comte Vol. 3*, Kitchener.
- Marx, K. (1982) *Capital Vol. 1*, 3ª edição, Reino Unido, Penguin Books.
- Marta, J. (2004) *Da Torre de Marim a Olhão: Subsídios para a sua história*, Olhão, Tipográfica do Sul.

- Mascarenhas, J.F. (1967) *Elementos de Arqueologia Sobre o Algarve* (dos Romanos aos Árabes, na zona central da província), Tavira.
- Mascarenhas, J.F. (2008) *A luta contra os franceses em Olhão à luz de novos documentos*, Olhão, APOS.
- McCabe, S. (2014) Tourist, in Adey, P., Bissel, D., Hannam, K., Merriman, P. & Sheller, M. (eds.) *The Routledge Handbook of Mobilities*, Reino Unido, Routledge, 349-357.
- McGrew, A. (2004) Power shift: from national government to global governance? In Held, D. (ed.) *A globalizing world? Culture, economics, politics*, 2ª edição, Londres, Routledge, 123-159.
- McIntyre, N. (2013) Mobilities, Lifestyles and Imagined Worlds: Exploring the Terrain of Lifestyle Migration, in Duncan, T. (ed.) *Lifestyle Mobilities: Intersections of Travel, Leisure and Migration*, Farnham, Ashgate, 193-207.
- Mendes, A.R. (2009) *Olhão fez-se a si próprio*, Olhão, Gente Singular editora.
- Mendes, A.R., Vinagre, H. & Brandão, V. (2008) *O Manuscrito de João da Rosa*, Olhão, APOS.
- Mendes, L. (2017) Gentrificação Turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista, 2008-2009, *Cadernos Metrópole*, 19 (39), 479-512).
- Merriman, P. (2012) *Mobility, Space and Culture*, Estados Unidos, Routledge.
- Methvin, T.W. (2009) The New Mexican-Americans: International Retirement Migration and Development in an Expatriate Community in Mexico, *CMD Working Paper #09-03*.
- Mills, C.W. (2000) *The Sociological Imagination*, Estados Unidos, Oxford University Press.
- Montezuma, J. & McGarrigle, J. (2018) What motivates international homebuyers? Investor to lifestyle ‘migrants’ in a tourist city, *Tourism Geographies*, 21 (2), 214-234.
- Mosley, L. (2007) The Political Economy of Globalization, in Held, D. & McGrew, A. (eds.) *Globalization Theory: Approaches and Controversies*, Cambridge, Polity Press, 106-125.
- Müller, D.K. (2004) Second Homes in Sweden: Patterns and Issues, in Hall, C.M. & Müller, D.K. (eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes: Between elite landscape and common ground*, Reino Unido, Cromwell Press, 15-32.
- Müller, D.K. & Hall, C.M. (2004) The Future of Second Home Tourism, in Hall, C.M. & Müller, D.K. (eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground*, Reino Unido, Cromwell Press, 273-278.
- Müller, D.K., Hall, M.C. & Keen, D. (2004) Second Home Tourism Impact, Planning and Management, in Hall, C.M. & Müller, D.K. (eds.) *Tourism, Mobility and Second*

- Homes: Between elite landscape and common ground*, Reino Unido, Cromwell Press, 15-32.
- Nações Unidas (2010) *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*, Nova Iorque, United Nations Publications.
- Nobre, A. (2008a) *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, APOS.
- Nobre, A. (2008b) *Opúsculos Históricos sobre Olhão*, Olhão, Município de Olhão.
- O' Flanagan, P. (2008) *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*, Reino Unido, Ashgate.
- O'Regen, M. (2013) Others Have the Clock But We Have Time: Alternative Lifestyle Mobilities and the Resurgence of Hitchhiking, in Duncan, T., Cohen, S.A. & Thulemark, M. (ed.) *Lifestyle Mobilities: Intersections of Travel, Leisure and Migration*, Farnham, Ashgate, 35-50.
- O'Reilly, K. (2000) *The British on the Costa del Sol: Transnational Identities and Local Communities*, Estados Unidos e Canadá, Routledge.
- O'Reilly, K. & Benson, M. (2009) Lifestyle migration: escaping to the good life?, in Benson, M. & O'Reilly, K. (eds.) *Lifestyle Migrations: Expectations, Aspirations and Experiences*, Cornwall, Ashgate, 1-13.
- Patch, J. & Brenner, N. (2007) Gentrification, in Ritzer, G. (ed.) *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Singapura, Blackwell, 1917-1920.
- Pawlett, W. (2007) Jean Baudrillard, Estados Unidos, Routledge.
- Phillips, M. (2001) The production, symbolization and socialization of gentrification: impressions from two Berkshire villages, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 27, 282-308.
- Perles-Ribes, J.F., Ramón-Rodríguez, A.B. & Such-Devesa, M.J. (2018) Second homes vs. residential tourism: a research gap, *Tourism: An International Interdisciplinary Journal*, 66 (1), 104-107.
- Piloto, D. (1997) *O Meu Olhão (Crónicas) e Contos de Olhão*, 2ª Edição, Faro, Algarve em Foco Editora.
- PORDATA (2018) População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-101> (acedido em 6 de novembro de 2018).
- Praça, M.A.M. (2014) *A Valorização do Património na Gestão do Território: o caso de Olhão*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Nova de Lisboa.
- Rérat, P., Söderström, O. & Piguet, E. (2009) New Forms of Gentrification: Issues and debates, *Population, Space and Place*, 16, 335-343.
- Ribas-Mateus, N. (2015) *Border Shifts: New Mobilities in Europe and Beyond*, Hampshire, Palgrave MacMillan.

- Risse, T. (2007) Social Constructivism Meets Globalization, in Held, D. & McGrew, A. (eds.) *Globalization Theory: Approaches and Controversies*, Cambridge, Polity Press, 126-147.
- Ritchie, J. (2003) The Applications of Qualitative Methods to Social Research, in Ritchie, J. & Lewis, J. (eds.) *Qualitative Research Practice: a Guide for Social Science Students and Researchers*, Reino Unido, Sage Publications, 24-46.
- Ritzer, G. (1996) *Sociological Theory*, 4ª edição, Singapura, McGraw-Hill International Editions.
- Ritzer, G. (2008) *Modern Sociological Theory*, 7ª Edição, Nova Iorque, McGraw-Hill.
- Ritzer, G. (2011) *Globalization: The essentials*, West Sussex, Wiley-Blackwell.
- Ritzer, G. & D. Goodman (2006) Postmodern Social Theory, in Turner, J. H. (Ed.) *Handbook of Sociological Theory*, Estados Unidos, Springer, 151-170.
- Ritzer, G. & Liska, A. (2003) 'McDisneyzation' and 'Post-Tourism': Complementary perspectives on contemporary tourism, in Rojek, C. & Urry, J. (eds.) *Touring Cultures – Transformations of Travel and Theory*, Londres, Routledge, 96-109.
- Robertson, R. (1992) *Globalization: Social Theory and Global Culture*, Reino Unido, Sage Publications.
- Robertson, R. (2014) Prologue, in Robertson, R. (ed.) *European Glocalization in Global Context*, Reino Unido, Palgrave Macmillan, 1-5.
- Rodríguez, V., Fernández-Mayoralas, G. & Rojo, F. (1998) European Retirees on the Costa del Sol: A Cross-National Comparison, *International Journal of Population Geography*, 4, 183-200.
- Rodríguez, V., Fernández-Mayoralas, G. & Rojo-Pérez, F. (2004) International Retirement Migration – Retired Europeans living on Costa Del Sol, Spain, *Population Review*, 43 (1), 1-37.
- Rofe, M.W. (2003) 'I Want to be Global': Theorising the Gentrifying Class as an Emergent Élite Global Community, *Urban Studies*, 40 (12), 2511-2526.
- Rojek, C. & Urry, J. (2003) Transformations of Travel and Theory, in Rojek, C. & Urry, J. (eds.) *Touring Cultures – Transformations of Travel and Theory*, Estados Unidos & Canadá, Routledge, 1-19.
- Romba, S. (2008) *Evolução Urbana de Olhão*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade do Algarve.
- Romba, S. (2012) Evolução Urbana de Olhão, *PROMONTORIA*, 10 (10), 55-80.
- Rudiger, A. & Spencer, S. (2003) Social Integration of Migrants and Ethnic Minorities: Policies to combat discrimination, *The Economic and Social aspects of Migration*. Disponível em: www.oecd.org/migration/mig/15516956.pdf (acedido em: 8 de abril de 2016).

- Sampaio, D. (2010) Migrações pós-reforma em áreas rurais de baixa densidade do Algarve: novas teias de mobilidade da população em idade de reforma, XII Colóquio Ibérico de Geografia.
- Santos, J.F. & Esperança, E.J. (2011) *Turismo Residencial: Modos de estar noutro lugar*, Lisboa, Edições Colibri.
- Sassen, S. (1996) *Losing Control? Sovereignty in an Age of Globalization*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Sassen, S. (2007a) *A Sociology of Globalization*, Estados Unidos, W. W. Norton & Company.
- Sassen, S. (2007b) The Places and Spaces of the Global: An Expanded Analytic Terrain, in Held, D. & McGrew, A. (eds.) *Globalization Theory: Approaches and Controversies*, Cambridge, Polity Press, 79-105.
- Saunders, P. (1990) *Social Class and Stratification*, Londres, Routledge.
- Scherschel, K. (2007) Migration, ethnic conflicts, and racism, in Ritzer, G. (ed.) *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Singapura, Blackwell Publishing, 3011-3014.
- Serow, W.J. (2003) Economic Consequences of Retiree Concentrations: A Review of North American Studies, *The Gerontologist*, 43 (6), 897-903.
- Shah, D.V., McLeod, D.M., Kim, E., Lee, S.Y., Gotlieb, M.R., Ho, S.S. & Breivik, H. (2007) How Communication and Consumption Orientations Drive “Lifestyle Politics”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 611, 217-235.
- Sharpley, R. (1994) *Tourism, Tourists & Society*, Suffolk, ELM Publications.
- Sharpley, R. (2006) *Travel and Tourism*, Reino Unido, Sage Publications.
- Sharpley, R. & Telfer, D.J. (2002) *Tourism and Development: Concepts and Issues*, Reino Unido, Channel View Publications.
- Sheller, M. (2014a) The new mobilities for a live sociology, *Current Sociology Review*, 62 (6), 1-23.
- Sheller, M. (2014b) Sociology after the Mobilities Turn, in Adey, P., Bissell, D., Hannam, K., Merriman, P. & Sheller, M. (eds.) *The Routledge Handbook of Mobilities*, Oxon, Routledge, 45-54.
- Sheller, M. & Urry, J. (2006) The New Mobilities Paradigm, *Environment and Planning A*, 38, 207-226.
- Shepherd, R.J. (2015) Why Heidegger did not travel: Existential angst, authenticity, and tourist experiences, *Annals of Tourism Research*, 52, 60-71.
- Shields, R. (1991) *Places on the Margin: Alternative geographies of modernity*, Oxon, Routledge.

- Shields, R. (1992) Spaces for the subject of consumption, In Shields, R. (ed.) *Lifestyle Shopping: The Subject of Consumption*, Oxon, Routledge, 1-19.
- Sigler, T. & Wachsmuth, D. (2016) Transnational gentrification: Globalisation and neighbourhood change in Panama's Casco Antiguo, *Urban Studies*, 53 (4), 705-722.
- Silveira, F.N. (1804) *Mappa Breve da Lusitania Antiga, e Galliza Bracarense; no qual em seis taboas corograficas*, Lisboa.
- Simmel, G. (1969) The Metropolis and Mental Life, in Sennet, R. (org.) *Classic Essays on the Culture of Cities*, Nova Iorque, Appleton Century Crofts, 47-60.
- Sinha, B.R.K. (2005) Human migration: concepts and approaches, *Foldrajzi Ertesito*, 3/4, 403-414.
- Slater, T. (2005) Gentrification in Canada's cities: From social mix to 'social tectonics', in Atkinson, R. & Bridge, G. (eds.) *Gentrification in a Global Context: the new urban colonialism*, Estados Unidos e Canadá, Routledge, 40-57.
- Smith, N. (1982) Gentrification and Uneven Development, *Economic Geography*, 58 (2), 139-155.
- Smith, N. (2002) New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy, *Antipode*, 34 (3), 434-457.
- Smith, N. (2010) A Short History of Gentrification, in Brown-Saracino, J. (ed.) *The Gentrification Debates*, Reino Unido, Routledge, 31-36.
- Snape, D. & Spencer, L. (2003) The Foundations of Qualitative Research, in Ritchie, J. & Lewis, J. (eds.) *Qualitative Research Practice: a Guide for Social Science Students and Researchers*, Reino Unido, Sage Publications, 1-23.
- Soares, I. (2017) *Vítimas da Ditadura no Algarve: Três Casos, Três Histórias Subtraídas ao Esquecimento*, Olhão, Editora Sul, Sol e Sal.
- Sobel, M.E. (1981) *Lifestyle and Social Structure: Concepts, Definitions, Analysis*, Londres, Academic Press.
- Soborski, R. (2012) Globalization and Ideology: a critical review of the debate, *Journal of Political Ideologies*, 17 (3), 323-346.
- Stebbins, R.A. (1997) Lifestyle as a generic concept in ethnographic research, *Quality & Quantity*, 31, 347-360.
- Stefánsson, B. (1991) Borda's method applied: the right to make a proposal, *Quality and Quantity*, 25, 389-392.
- Steger, M.B. (2003) *Globalization: A Very Short Introduction*, Londres, Polity Press.
- Stevenson, N. (2006) Lifestyles, in Turner, B.S. (ed.) *The Cambridge Dictionary of Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Stolle, D., Hooghe, M. & Micheletti, M. (2005) Politics in the Supermarket – Political Consumerism as a Form of Political Participation, *International Political Science Review*, 26 (3), 245-269.
- Stolley, K.S. (2005) *The Basics of Sociology*, Estados Unidos, Greenwood Press.
- Strobl, R. (2007) Social integration and inclusion, in Ritzer, G. (ed.) *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, London, Blackwell Publishing, 4437-4440.
- Susen, S. (2015) *The 'Postmodern Turn' in the Social Sciences*, India, Palgrave Macmillan.
- Szerszynski, B. & Urry, J. (2006) Visuality, mobility and the cosmopolitan – inhabiting the world from afar, *The British Journal of Sociology*, 57 (1), 113-131.
- Tallman, I. & Morgner, R. (1970) Life-Style Differences among Urban and Suburban Blue-Collar Families, *Social Forces*, 48 (3), 334-348.
- Therborn, G. & Khondker, H.H. (2006) *Asia and Europe in Globalization*, Holanda, Social Sciences in Asia.
- Tissot, S. (2015) *Good Neighbors: Gentrifying Diversity in Boston's South End*, Londres, Verso.
- Todaro, M. & Smith, S. (2012) *Economic Development*, 11ª edição, Estados Unidos, Addison Wesley.
- Torkington, K. (2010) Defining lifestyle migration, *Dos Algarves*, 19, 99-111.
- Torkington, K. (2012) Place and Lifestyle Migration: The Discursive Construction of 'Glocal' Place-Identity, *Mobilities*, 7 (1), 71-92.
- Trundle, C. (2009) Romance Tourists, Foreign Wives or Retirement Migrants? Cross-cultural Marriage in Florence, Italy, in Benson, M. & O'Reilly, K. (eds.) *Lifestyle Migrations: Expectations, Aspirations and Experiences*, Cornwall, Ashgate, 51-67.
- UNWTO (2010) *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*, United Nations Publications.
- Urry, J. (2002a) Mobility and Proximity, *Sociology*, 36 (2), 255-274.
- Urry, J. (2002b) Social networks, travel and talk, *British Journal of Sociology*, 54 (2), 155-175.
- Urry, J. & Larsen, J. (2011) *The Tourist Gaze 3.0*, 3ª edição, India, Sage Publications,
- Vasconcelos, C.F.M. (2015) *A Medina de Olhão: A Origem da arquitectura popular de Olhão: um contributo*, dissertação de mestrado não publicada, Universidade Lusófona.
- Veblen, T. (2007) *The Theory of the Leisure Class*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Veal, A.J. (1989) Leisure, lifestyle and status: a pluralistic framework for analysis, *Leisure Studies*, 8 (2), 141-153.

- Veal, A.J. (1993) The concept of lifestyle: a review, *Leisure Studies*, 12 (4), 233-252.
- Wacquant, L. (2002) O Legado Sociológico de Pierre Bourdieu, *Revista de Sociologia e Política*, 19, 95-110.
- Wallerstein, I. (1999) Análise dos Sistemas Mundiais, in Giddens, A. & J. Turner (eds.) *Teoria Social Hoje*, São Paulo, UNESP, 447-70.
- Wang, N. (1999) Rethinking Authenticity in Tourism Experience, *Annals of Tourism Research*, 26 (2), 349-370.
- Wang, N. (2000) *Tourism and Modernity – A Sociological Analysis*, Holanda, Pergamon.
- Waters, M. (2001) *Globalization – Key ideas*, 2ª edição, Londres, Routledge.
- Webb, J., Schirato, T. & Danaher, G. (2002) *Understanding Bourdieu*, Malásia, Allen & Unwin.
- Weber, M. (1963) *Economy and Society – An outline of interpretive Sociology*, Estados Unidos, University of California Press.
- Weber, M. (2005) *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*, Lisboa, Tribuna.
- Weber, M. (2011) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, 7ª edição, Lisboa, Editorial Presença.
- Williams, A.M. & Hall, C.M. (2000) Tourism and migration – new relationships between production and consumption, *Tourism Geographies*, 2 (1), 5-27.
- Williams, A.M. & Hall, C.M. (2002) Tourism, migration, circulation and mobility: The contingencies of time and place, in Hall, C.M. & Williams, A.M (eds.) *Tourism and Migration – New Relationships between Production and Consumption*, Springer, 1-52.
- Williams, A.M., King, R. & Warnes, T. (1998) A Place In the Sun: International Retirement Migration From Northern to Southern Europe, *European Union Regional Studies*, 4 (2), 115-134.
- Williams, A.M., King, R. & Warnes, T. (2004) British Second Homes in Southern Europe: Shifting Nodes in the Scapes and Flows of Migration and Tourism, in Hall, C.M. & Müller, D.K. (eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground*, Reino Unido, Cromwall Press, 97-112.
- Williams, A.M., & Patterson, G. (1998) 'An Empire Lost but a Province Gained': A Cohort Analysis of British International Retirement in the Algarve, *International Journal of Population Geography*, 4, 135-155.
- Wilson, E. (1999) *Consilience – the unity of knowledge*, Estados Unidos, Vintage Books.
- Wiseman, R. (1980) Why Older People Move, *Research on Aging*, 2, 141-154.
- Woods, M. (2003) *Rural Geography: Processes, Responses and Experiences in Rural Restructuring*, Reino Unido, Sage.

Wyly, E.K. & Hammel, D.J. (1998) Modeling the Context and Contingency of Gentrification, *Journal of Urban Affairs*, 20 (3), 303-326.

LITERATURA CINZENTA

- Algarve Primeiro (2016) Plano de Pormenor da Zona Histórica de Olhão "desfaz" ideia de torre mirante sobre a cidade. Disponível em: www.algarveprimeiro.com/d/plano-de-pormenor-da-zona-historica-de-olhao-desfaz-ideia-de-torre-mirante-sobre-a-cidade-/14663-1 (acedido em 2 de setembro de 2019).
- A Voz do Algarve (2016) Bairro da Barreta ganha vida renovada com a chegada de novos habitantes. Disponível em: www.avozdoalgarve.pt/detalhe.php?id=14087 (acedido em 26 de outubro de 2016).
- Barlavento (2016) Bairro da Barreta em Olhão é a nova coqueluche do Algarve. Disponível em: <http://barlavento.pt/destaque/bairro-da-barreta-em-olhao-e-a-nova-coqueluche-do-algarve> (acedido em 26 de outubro de 2016).
- BBC (2018) *Brits Abroad*. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/in_depth/brits_abroad/html/europe.stm (Acedido em 6 de novembro de 2018).
- CMO (2012) Município de Olhão – Geografia do Concelho. Disponível em: www.cm-olhao.pt/conhecer-olhao/geografia-do-concelho (acedido em 6 de outubro de 2016).
- CMO (2016) Afinal, o que é que a Barreta tem?!?. Disponível em: www.cm-olhao.pt/destaques/em-destaque-o-que-e-que-olhao-tem/1763-o-que-e-que-a-barreta-tem (acedido em 26 de outubro de 2016).
- Correio da Manhã (2017) Cinco mil estrangeiros são novos moradores no Algarve: Crescimento do turismo residencial em Olhão tem gerado mais procura de imóveis. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/cinco-mil-estrangeiros-sao-novos-moradores-no-algarve> (acedido em 11 de junho de 2017).
- Diário Imobiliário (2016) Barreta: o novo bairro “trendy” de Olhão. Disponível em: www.diarioimobiliario.pt/Actualidade/Reabilitacao/Barreta-o-novo-bairro-trendy-de-Olhao (acedido em 8 de março de 2017).
- Entre Destinos (2013) Olhão by Jamie Oliver. Disponível em: www.portugalprivatetours.com/olhao-by-jamie-oliver/ (acedido em 26 de outubro de 2016).
- Evasões (2018) Olhão: guia pela cidade cubista que vive um renascimento. Disponível em: <https://www.evasoes.pt/fim-de-semana/olhao-guia-pela-cidade-cubista-que-vive-um-renascimento/> (acedido em 18 de agosto de 2018).
- Expresso (2017) Em Olhão, as casas já valem o dobro. Disponível em: <https://expresso.sapo.pt/economia/2017-05-27-Em-Olhao-as-casas-ja-valem-o-dobro#gs.xESZQpc> (acedido em 18 de agosto de 2018).
- Postal (2016) Câmara de Olhão abandona projecto de torre de 21 metros na zona histórica. Disponível em: www.postal.pt/2016/11/camara-olhao-abandona

projecto-torre-21-metros-na-zona-historica/ (acedido em 2 de setembro de 2019).

Público (2013) Jamie Oliver de olho em Olhão. Disponível em: http://fugas.publico.pt/Noticias/324315_jamie-oliver-de-olho-em-olhao (acedido em 26 de outubro de 2016).

Público (2014) Reformados europeus apostam na compra de casas na Baixa de Olhão. Disponível em: <https://www.publico.pt/local/noticia/reformados-europeus-apostam-na-compra-de-casas-na-baixa-de-olhao-1630544> (acedido em 26 de outubro de 2016).

Público (2016) Barreta, o bairro piscatório de Olhão na mira do imobiliário. Disponível em: <https://www.publico.pt/local/noticia/barreta-o-bairro-chique-de-olhao-por-ser-popular-corre-o-risco-de-vir-a-ser-cidade-para-turista-ver-1732553> (acedido em 28 de outubro de 2016).

Rede Real (2016) Bairro da Barreta em Olhão é a área trend do Algarve. Disponível em: <http://redereal.com/conteudo/95787/21/> (acedido em 18 de agosto de 2018).

Sapo Viagens (2016) Zona Histórica de Olhão em Risco? Residentes acreditam que sim. Disponível em: <https://viagens.sapo.pt/viajar/noticias-viajar/artigos/zona-historia-de-olhao-em-risco-residentes-acreditam-que-sim> (acedido em 19 de novembro de 2018).

Sul Informação (2019) 11 dos 25 municípios mais caros para comprar casa estão no Algarve. Disponível em: www.sulinformacao.pt/2019/08/11-dos-25-municipios-mais-caros-para-comprar-casa-estao-no-algarve/ (acedido a 11 de setembro de 2019).

APÊNDICES

Apêndice 1 – Guião de entrevista para estrangeiros:

- Q01 – What is your age?
- Q02 – What country are you from?
- Q03 – Do you currently work? If so, what do you do?
- Q04 – How long have you been living in the historic zone of Olhão?
- Q05 – Was Olhão the first place where you lived in Portugal?
- Q06 – Why did you choose to leave your country?
- Q07 – How did you first learned about Olhão?
- Q08 – Had you been here as a tourist before?
- Q09 – How did this visit contribute to your move to Olhão?
- Q10 – Did you decide to leave your country before knowing Olhão or after you knew about Olhão?
- Q11 – Why did you decide to move to the historic zone of Olhão?
- Q12 – Were friends, relatives or a network of fellow countrymen relevant for your move?
- Q13 – Do you live in a brand-new building or a restored one?
- Q14 – Why so?
- Q15 – How relevant was the architecture and urbanism of the zone for your decision?
- Q16 – Has your lifestyle changed much after you moved here? If so, how did it change?
- Q17 – Do you live in another place during the year besides Olhão?
- Q18 – How many times do you visit your home country per year?
- Q19 – How long do you usually stay?
- Q20 – When and for what reason do such visits occur?
- Q21 – How did you settle in Olhão? Did you adjust easily or was it difficult?
- Q22 – Do you have any contact or relation with the Portuguese who live here?
- Q23 – Do you spend time mostly with fellow countrymen or people from other countries?
- Q24 – Do you speak Portuguese? And if so, have you made an effort to learn it or do you feel it is not necessary in your everyday life?
- Q25 – How different is your daily life here compared to what it was back home?
- Q26 – What leisure activities do you do?

Apêndice 2 – Guião de entrevista para autóctones

Q01 – Que idade tem?

Q02 – Vive na zona histórica de Olhão há quantos anos?

Q03 – Como vê os estrangeiros residentes na zona histórica?

Q04 – Tem alguma relação ou interação com estes estrangeiros?

Q05 – Que mudanças nota na zona desde que começaram a vir viver para cá?

Q06 – Estes estrangeiros residentes tiveram algum impacto na sua vida?

Q07 – Sentiu alguma diferença no custo de vida ou da habitação nos últimos anos?

Q08 – Como vê a aquisição e recuperação de edifícios devolutos por estrangeiros?

Q09 – Consideram a presença destes estrangeiros positiva para a zona histórica?

Q10 – Consegue distingui-los facilmente dos turistas?

Q11 – Eles falam português ou usam sobretudo a sua língua nativa?

Apêndice 3 – Questionário (versão em inglês)

Foreigners living in downtown Olhão

* Required



UAAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

Disclaimer

This survey is part of a research project being conducted at the University of Algarve. It focuses on the foreigners living in the historical centre of Olhão and has the goal of understanding the North to South mobilities of European citizens.

If you reside in the historical centre of Olhão your cooperation would be most valued.

This survey is designed to take no more than 15 minutes to be completed. The confidentiality of the answers is guaranteed under the Portuguese Data Protection Authority and you will not be asked to disclose your name or any other personal identification. We thank you for your cooperation.

Pour la version française de cette enquête, veuillez vous rendre ici:

<https://go.gl/forms/YWbBHOWouW96Nm7A2>

1. Do you reside in the historical centre (downtown) of Olhão? *

Mark only one oval.

- Yes
- Yes, but not during the whole year
- No

Living in Olhão

2. For how many years have you been living in Olhão? *

3. How many months per year do you live in Olhão? *

4. Did you live in another location in Portugal before moving to Olhão? *

Mark only one oval.

- Yes
 No

5. Do you reside in another country besides Portugal during the year? *

Mark only one oval.

- Yes After the last question in this section, skip to question 10.
 No After the last question in this section, skip to question 17.

6. Do you own the house in Olhão where you currently live or is it rented? *

Mark only one oval.

- Owned
 Rented
 Other: _____

7. How important was the architecture of the historical centre in your decision to move to Olhão? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Not important at all	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Very important

8. Downtown Olhão has been frequently described as very authentic. Do you agree with this idea? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Not really	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Very much

9. Is your house in Olhão brand new or an older house that has been restored? *

Mark only one oval.

- Brand new building
 Restored building
 Other: _____

Alternate residence country

10. In what country (or countries) do you live besides Portugal? *

11. How many months per year do you spend in this country or in each country? *

12. Why do you live in this country (or in these countries)?

13. Is any of these countries your home country? *

Mark only one oval.

- Yes
 No

14. Did you reside in this country (or these countries) before moving to Olhão? *

Mark only one oval.

- Yes
 No

15. Is it likely that you will permanently move to Olhão in the future? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Very unlikely	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Very likely

16. Do you think you will spend more time in Olhão in the coming years? *

Mark only one oval.

- No
 Maybe
 Yes
 Not sure/can't say

Visiting Olhão

17. Did you visit Olhão as a tourist before moving? *

Mark only one oval.

- Yes
 Yes, but not as a tourist
 No *Skip to question 20.*

Touring Olhão

18. How important was your touristic experience regarding your decision to move? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Not important	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Very important

19. **Was your decision to move to another country/place made before or after visiting Olhão? ***

Mark only one oval.

- I decided to move before visiting Olhão
- I decided to move after visiting Olhão
- Don't know/Not sure

Learning about Olhão

20. **How did you first learn about Olhão? (You can choose multiple options) ***

Check all that apply.

- Through a friend
- Through a family member
- Through a travel agency
- I learned about Olhão in the news
- I read about Olhão in a blog, newspaper or magazine
- Can't remember/Not sure
- Other: _____

21. **How much did the following channels contribute to your move to Olhão? ***

Mark only one oval per row.

	Not at all	Not much	Some	Much	Very much
Family members	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Travel agencies	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Previous visits to Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Newspapers or magazine articles	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Blogs and travel webpages	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Friends	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Networks of fellow countrymen	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. How important were the following aspects to your decision to move to Olhão? *

Mark only one oval per row.

	Irrelevant	Of little importance	Neither important nor irrelevant	Important	Very important	Not sure/can't say
Cheaper properties	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cost of living	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The waterfront	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximity to the sea	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Climate	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximity to rural landscape	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The local food	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Antipathy/disenchantment of country of origin	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Health reasons	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The markets	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Admiration for Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lifestyle of Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The local people	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Friends/relatives living there	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ownership of a second home	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Access from country of origin	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Work/business connections	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Slower pace of life	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The islands	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Authenticity of Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tax benefits	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Family connections	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Settling in

23. How difficult was to settle in Olhão? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Very easy	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Very difficult

24. How much Portuguese do you speak? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
None at all	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Fluent portuguese

25. **Have you put any effort into learning Portuguese? ***

Mark only one oval.

- No
- Yes, a little
- Yes, a lot

26. **Is understanding and speaking Portuguese required to live in Olhão? ***

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Not really	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Very much

27. **Do you have regular contact with the Portuguese community in Olhão (not counting shopping, services or commerce)? ***

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
None at all	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Daily contact

28. **Who do you hang out with mostly? (You can choose multiple answers) ***

Check all that apply.

- Portuguese
- People from my own country
- People from other countries that speak my mother language
- People from other countries that speak a language different from my native one
- Other: _____

29. How do you feel about the following remarks? *

Mark only one oval per row.

	Strongly disagree	Disagree	Neither agree nor disagree	Agree	Strongly agree
I feel like I belong in the community	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I am part of an association or organization that works towards the community	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I don't feel municipal governing bodies care about me	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The portuguese don't distinguish me from tourists	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I think the portuguese inhabitants don't do enough for the community	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The foreigners contribute more to the community than the portuguese	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The foreigners' contribute to the community is valued by the portuguese locals	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Political activity in the defence of the community and its citizens is important to me	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foreigners' opinions don't matter to the municipal governing bodies	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I care about what happens in the community	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

30. Do you intend to keep living in Olhão in the future? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Not likely	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Probably

31. Do you visit your home country? *

Mark only one oval.

No *After the last question in this section, skip to question 39.*

Yes

32. How would you describe yourself? *

Mark only one oval.

A tourist

A residential tourist

A second-home tourist

A lifestyle migrant

An immigrant

None of the above

33. How do you feel about the following statements? *

Mark only one oval per row.

	Strongly disagree	Disagree	Neither agree nor disagree	Agree	Strongly agree
The original inhabitants of the historical centre moving out will ruin the zone	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Old buildings should be restored, even if this costs more and provides less space for housing	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Living in a building with history is important to me	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Not enough is being done to preserve the historical buildings	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I care about the preservation of historical buildings	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
If it weren't for tourism, Olhão wouldn't have become popular	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The original inhabitants of the historical zone are what makes it unique	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Living in an affordable house is more important than in an historical building	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
There are too many foreigners living in the historical centre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tourism is important to Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I'm not worried about the rising housing prices	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The older portuguese that live in the historical centre should sell their old houses if that means affording a new one with better conditions	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tourism is endangering Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Old buildings should be taken down so that new, larger buildings might be built for all the people who want to live in the historical centre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I don't want tourists in the historical zone	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Visiting home

34. How many times do you visit your country of origin each year? *

35. For how many weeks do you usually stay when you visit country of origin? *

36. How many weeks did you spend in your country of origin last year? *

37. For what reasons do you visit home? *

Check all that apply.

- Whenever a family member is sick
- For marriages or baptizes
- Anniversaries and/or meeting with friends
- To help family members
- On vacations
- For the holidays
- For professional reasons
- Other: _____

38. During what season do you usually visit home? (You can choose multiple answers) *

Check all that apply.

- Winter
- Spring
- Summer
- Autumn
- The season has no importance on my travels home

Personal information

39. What is your nationality? If you have several please write them all. *

40. How old are you? *

41. Are you male or female? *

Mark only one oval.

- Female
- Male

42. Do you currently work? *

Mark only one oval.

- Yes
- No
- I am retired

43. What is your marital status? *

Mark only one oval.

- Single
- In a relationship
- Divorced
- Widowed
- Married

44. Whom do you live with in Olhão? (You can choose multiple answers) *

Check all that apply.

- Alone
- Wife/husband or boyfriend/girlfriend
- Parent(s)
- Son(s) or daughter(s)
- Sibling(s)
- Grandparent(s)
- Nephew(s)
- Uncle(s) or aunt(s)
- Friend(s)
- Other: _____

45. What study cycle did you complete? *

Mark only one oval.

- I have no formal education
- Primary education (4th grade)
- Basic education (9th grade)
- Secondary education (12th grade or high school)
- Bachelor's degree
- Master's degree
- PhD

Finished!

Thank you so much for your patience. If you have any question regarding this research, please email jorgeaguerreiro@gmail.com

Apêndice 4 – Questionário (versão em francês)

Des étrangers habitant dans le centre historique d'Olhão

* Required



UAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

Introduction

Cette enquête fait partie d'une recherche de l'Université de l'Algarve sur les étrangers qui vivent dans le centre historique de la ville d'Olhão. Son objectif est de comprendre les processus de mobilité Nord-Sud des Européens.

Si vous habitez dans le centre historique d'Olhão, votre collaboration est précieuse.

Cette enquête ne vous prendra plus de 15 minutes à remplir. La confidentialité des réponses est garantie par la législation et par la Commission Portugaise de la Protection de Données. En tout cas, on ne vous demandera pas, ni votre non ni d'autre type d'identification.

Merci beaucoup!

For the english version of this survey, please refer to this link:

<https://goo.gl/forms/8h7qpkM2CP4DZXpj1>

1. Vous habitez dans le centre historique (centre-ville) d'Olhão? *

Mark only one oval.

- Oui
- Oui, mais pas pendant toute l'année
- Non

Habiter à Olhão

2. Il y a combien d'années que vous habitez à Olhão? *

3. Combien de mois par année habitez-vous à Olhão? *

4. **Avez-vous vécu dans une autre ville/village au Portugal avant votre installation à Olhão? ***

Mark only one oval.

- Oui
 Non
 Other: _____

5. **Pendant l'année, vous habitez dans d'autre pays que le Portugal? ***

Mark only one oval.

- Oui *After the last question in this section, skip to question 10.*
 Non *After the last question in this section, skip to question 17.*

6. **Vous êtes propriétaire ou locataire de votre habitation au Portugal? ***

Mark only one oval.

- Propriétaire
 Locataire
 Other: _____

7. **Quelle a été l'importance de l'architecture du centre historique d'Olhão dans votre décision de vous y installer? ***

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Pas importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	très importante

8. **Le centre-ville d'Olhão est souvent décrit comme "très authentique". Vous êtes d'accord avec l'affirmation? ***

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Pas du tout d'accord	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	d'accord

9. **Votre habitation à Olhão, est-elle une maison neuve ou une maison ancienne restaurée? ***

Mark only one oval.

- Nouveau bâtiment
 Bâtiment restauré
 Other: _____

Pays de résidence alternatif

10. **Au-delà du Portugal quel(s) est(sont) l'autre(s) pays où vous habitez? ***

11. **Combien de mois par année passez-vous dans ce(s) pays? ***

12. Pourquoi habitez-vous aussi dans ce(s) pays?

13. Est-il le pays dont vous êtes national? *

Mark only one oval.

- Oui
 Non

14. Avez-vous habité ce(s) pays avant de vous installer à Olhão? *

Mark only one oval.

- Oui
 Non

15. Envisagez-vous la possibilité de vous installer à Olhão en permanence? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Très peu probablement	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Très probablement

16. Dans les années prochaines, vous avez l'intention de passer plus de temps à Olhão? *

Mark only one oval.

- Non
 Peut-être
 Oui
 Je ne suis pas sûre / je ne sais pas

De visite à Olhão

17. Avant de vous installer à Olhão, avez-vous visité la ville comme touriste? *

Mark only one oval.

- Oui
 Oui mais pas comme touriste
 Non *Skip to question 20.*

L'expérience touristique à Olhão

18. Quelle a été l'importance de votre expérience touristique dans votre décision de vous installer à Olhão? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Pas importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Très importante

19. Votre décision de vous installer dans un autre pays a été prise avant ou après avoir visité Olhão? *

Mark only one oval.

- J'ai décidé, avant avoir visité Olhão
- J'ai décidé, après avoir visité Olhão
- Je ne sais pas / je ne suis pas sure

La connaissance de Olhão

20. Comment avez-vous pris connaissance de Olhão? *

Check all that apply.

- Par un(e) ami(e)
- Par un membre de la famille
- A travers une agence de voyages
- J'ai pris connaissance de Olhão dans les nouvelles (journaux, télévision, radio)
- J'ai lu sur Olhão dans un Blog, Journal ou Magazine
- Je ne me rappelle plus / Je ne suis pas sure
- Other: _____

21. Comment les moyens suivants ont contribué à votre installation à Olhão: *

Mark only one oval per row.

	Pas du tout	Très peu	Un peu	Beaucoup	Essentiels
Membres de la famille	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Agences de voyages	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visites antérieures	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Articles de journaux ou de magazines	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pages d'Internet et Blogs de voyages	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Amis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Réseaux de co-nationaux	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. Quelle a été l'importance de ces éléments dans votre décision de venir habiter à Olhão? *

Mark only one oval per row.

	Très peu important	Peu important	Ni important ni peu important	Important	Très important	Je ne sais pas
Le prix plus bas des propriétés	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Le coût de la vie	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Le front de mer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
La proximité de la mer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Le climat	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
La proximité des paysages ruraux	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
La cuisine locale	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Désillusion / désenchantement vers le pays d'origine	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Des raisons de santé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les Marchés	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
L'admiration par le Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Le style de vie de Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les gens locaux	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avoir des amis / de la famille qui y habitent	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Être propriétaire d'une deuxième habitation	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
L'accessibilité dès mon pays d'origine	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Des liaisons de travail /affaires	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Un rythme de vie plus calme	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
La proximité des îles-barrière	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
L'authenticité de Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les avantages fiscaux	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Des liens familiaux	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

L'installation

23. Quel a été le degré de difficulté de votre installation à Olhão? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Très facile	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Très difficile

24. **Parlez-vous la langue Portugaise? ***

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Pas du tout	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Fluent en Portugais

25. **Avez-vous fait quelques efforts pour apprendre la langue Portugaise? ***

Mark only one oval.

- Non
- Oui, un peu
- Oui, beaucoup

26. **Dans votre opinion, comprendre et parler le Portugais est-il indispensable pour vivre à Olhão? ***

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Pas du tout	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Beaucoup

27. **Avez-vous un contact régulier avec la communauté portugaise de Olhão (sans compter avec le commerce et services)? ***

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Jamais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Tous les jours

28. **La plupart des fois, avec qui vous sortez (pour prendre un verre, un café, etc)? (Vous pouvez choisir plusieurs réponses) ***

Check all that apply.

- Avec des Portugais
- Avec des gens de mon pays
- Avec d'autres étrangers qui parlent ma langue maternelle
- Avec d'autres étrangers qui parlent une langue différente de la mienne
- Other: _____

29. Quelle est votre opinion sur les affirmations suivantes? *

Mark only one oval per row.

	Pas du tout d'accord	Pas d'accord	Ni d'accord ni pas d'accord	D'accord	Totalement d'accord
J'ai le sentiment d'appartenir à la communauté	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Je suis membre d'une association qui travail pour la communauté	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les autorités locales ne se soucient pas de moi	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les Portugais ne me distinguent des touristes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les Portugais qui habitent dans le Centre historique ne font rien pour la communauté	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les étrangers contribuent plus pour la communauté (d'habitants du centre historique) que les Portugais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
La contribution des étrangers à la communauté est valorisée para les gens locaux	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
L'activité politique de de défense de la communauté et des citoyens est importante pour moi	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pour les responsables politiques, l'opinion des étrangers n'est pas importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Je me souci avec ce qui arrive à la communauté	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

30. Vous avez l'intention de vivre à Olhão dans le futur? *

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	
Probablement non	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Probablement Oui

31. Vous visitiez souvent votre pays? *

Mark only one oval.

- Non *After the last question in this section, skip to question 39.*
- Oui

32. How would you describe yourself? *

Mark only one oval.

- Comme touriste
- Comme touriste résidentiel
- Comme touriste de deuxième habitation
- Comme émigré de 'style de vie'
- Un immigrant
- Aucune de ces désignations

33. **Quelle est votre opinion sur les affirmations suivantes? ***

Mark only one oval per row.

	Pas du tout d'accord	Pas d'accord	Ni d'accord ni pas d'accord	D'accord	Totalement d'accord
La fuite des habitants locaux du centre historique peu gêner ces quartiers	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les maisons anciennes devraient être restaurées, même si ça coûte davantage et l'espace à habiter est moindre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pour moi, c'est important d'habiter dans une maison avec histoire	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ce qui est fait pour préserver les bâtiments anciens n'est pas suffisant	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Je tiens à la préservation des bâtiments historiques	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Le tourisme est responsable de la popularité d'Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ce sont les habitants du centre historique qui le font unique	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habiter dans une maison moins chère est plus important qu'habiter dans un bâtiment historique	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Il y a trop d'étrangers habitant au centre historique	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Le tourisme est important pour Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Je ne crains pas une hausse des prix des habitations	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les Portugais plus âgés qui habitent dans le centre historique devraient mettre leurs maisons à vendre pour en acheter d'autres ayant de meilleures conditions	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Le tourisme est dangereux pour Olhão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Les maisons anciennes devraient être démolies pour donner lieu à des nouveaux et plus grands bâtiments pour tous ceux qui veulent habiter dans le centre historique	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Je ne veux pas de touristes dans les quartiers historiques	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Visiting home

34. How many times do you visit your country of origin each year? *

35. For how many weeks do you usually stay when you visit country of origin? *

36. How many weeks did you spend in your country of origin last year? *

37. For what reasons do you visit home? *

Check all that apply.

- Whenever a family member is sick
- For marriages or baptizes
- Anniversaries and/or meeting with friends
- To help family members
- On vacations
- For the holidays
- For professional reasons
- Other: _____

38. During what season do you usually visit home? (You can choose multiple answers) *

Check all that apply.

- Winter
- Spring
- Summer
- Autumn
- The season has no importance on my travels home

Information personnelle

39. Quelle est votre nationalité? *

40. Quelle est votre âge? *

41. Quel est votre sexe? *

Mark only one oval.

- Féminin
- Masculin

42. Actuellement, vous travaillez? *

Mark only one oval.

- Oui
- Non
- Je suis retraité

43. Quel est votre état civil? *

Mark only one oval.

- Célibataire
- Dans une relation
- Divorcé(e)
- Veuf/Veuve
- Marié(e)/Pacsé(e)

44. Avec qui habitez-vous? (Vous pouvez choisir plusieurs réponses) *

Check all that apply.

- Seule
- Avec ma femme / mon mari
- Avec mes parents
- Avec mes enfants
- Avec mes frères / sœurs
- Avec mes grands parents
- Avec mes neveux
- Avec mes oncles / tantes
- Avec des ami(e)s
- Other: _____

45. Qualifications scolaires (sélectionnez) *

Mark only one oval.

- Je n'ai pas d'éducation formelle
- Ecole élémentaire
- Le Collège
- Le Lycée
- Licence
- DEA/Master
- Doctorat

C'est fini!

Merci beaucoup pour votre patience. Si vous avez aucune question concernant cette recherche, envoyez un message électronique à jorgeaguerreiro@gmail.com